



guerrilheiras do araguaia

Os caminhos de quatro jovens militantes

Iano Flávio Maia

Renata Dantas

Verónica Savignano

guerrilheiras do araguaia

Os caminhos de quatro jovens militantes

Iano Flávio Maia
Renata Dantas
Verónica Savignano

guerrilheiras do araguaia

Os caminhos de quatro jovens militantes

2005

Orientação

Bruno Fuser

Capa

Fabiana Ribeiro

Mapa

Pedro Ivo Dantas

Revisão, Diagramação e Fotografias

Iano Flávio Maia, Renata Dantas e Verónica Savignano

m322.44098113
M217g

Maia, Iano Flávio de Souza.

Guerrilheiras do Araguaia: os caminhos de quatro jovens militantes/
Iano Flávio de Souza Maia; Renata Coimbra Siqueira e Dantas; Verónica María
Savignano.- Campinas: Puc-Campinas, 2004.
312 p.

Projeto Experimental, modalidade livro-reportagem.

Orientador: Bruno Fuser

Monografia (conclusão de curso) – Pontifícia Universidade Católica de
Campinas. Centro de Linguagem e Comunicação. Faculdade de Jornalismo.

1. Guerrilhas – Araguaia, Rio - Brasil 2. Ditadura militar – Brasil 3. Mortos e
desaparecidos políticos I. Fuser, Bruno II. Dantas, Renata Coimbra Siqueira e III.
Savignano, Verónica María IV. Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
Centro de Linguagem e Comunicação. Faculdade de Jornalismo. V. Título.

20.ed.CDD – m322.44098113

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Setorial Campus 1 – Prédio H13

*A todos os moradores da
região da guerrilha do
Araguaia e às famílias dos
mortos e desaparecidos
nesse episódio.*

*Em memória de Telma
Regina Corrêa, Walkíria
Afonso Costa, Luíza
Augusta Garlippe e Suely
Yumiko Kamaiana.*

guerrilheiras do araguaia

*Suely Yumiko
Kamaiana, Chica.
Sua foto nunca foi
divulgada.

Telma Regina
Cordeiro Corrêa, Lia

Luiza Augusta
Garlippe, Tuca

Walkíria Afonso
Costa, Walk



Agradecimentos

*Às nossas famílias, distantes, mas sempre presentes.
Aos nossos entrevistados, todos absolutamente fundamentais
para a produção deste livro.
A todos que nos ajudaram de alguma forma a chegar ao fim
da empreitada, fosse com uma palavra de incentivo, um
conselho, um sorriso de força, um prato de comida, um teto por
uma noite, uma carona, um número de telefone, a leitura de
um trecho do texto ou o empréstimo de um livro.
Aos Brunos, Fuser e Ribeiro.
Aos fiéis companheiros Carlos, Ludmila e Pedro Ivo.*

Sumário

Apresentação	15
Mapa ilustrativo	20
Pontos de partida	21
Encontros	71
Desencontros	127
A caminho	189
Fim das trilhas	219
Reencontros?	229
Fotografias	287

Apresentação

Não fomos atrás da guerrilha do Araguaia. Ela chegou até nós por mãos amigas. A identificação foi imediata. Era maio de 2004 em Campinas. O mais frio dos últimos seis anos. Buscávamos um tema para desenvolver nosso trabalho de conclusão do curso de Jornalismo. Ocorrido entre 1972 e 1975, plena ditadura militar, o episódio da história política nacional conhecido como guerrilha do Araguaia, foi, na verdade, uma violenta repressão à preparação para uma guerra popular no campo, que alguns militantes do Partido Comunista do Brasil, PCdoB, sofreram na região de encontro de três estados brasileiros, Pará, Maranhão e Tocantins - na época, Goiás.

Instigados pelo desconhecimento do tema entre a atual geração de jovens brasileiros, fomos impulsionados pelo objetivo de resgatar e manter vivo esse episódio da história recente de nosso país. Não demoramos em decidir que nosso trabalho seria um livro-reportagem do tipo narrativa de não-ficção. Queríamos contar uma história de maneira atraente, com narrações e descrições que transportassem você, leitor,

até os fatos. Desejávamos uma liberdade de expressão nem sempre permitida ao jornalista: usar recursos da literatura para contagiar você do nosso interesse, além de informá-lo.

Pesquisando sobre o assunto, chegamos ao enfoque do trabalho: as mulheres que combateram na guerrilha do Araguaia. Observamos que essa abordagem ainda não tinha sido bem explorada pelos trabalhos jornalísticos já publicados sobre o episódio. Dentre as dezessete mulheres que lá estiveram, optamos por quatro: Lia, Chica, Walk e Tuca. Ou melhor: Telma Regina, Suely, Walkíria e Luiza Augusta. Por que as quatro? Alguns fatores nos levaram a essa escolha: todas pertenciam ao mesmo destacamento e, por isso, ficaram mais próximas na região, na fase de preparação, anterior à guerrilha. Além disso, elas foram algumas das que mais tempo agüentaram sobrevivendo na selva e fugindo, sendo das últimas a serem mortas pelos militares. Por fim, avaliamos que, por não estarem entre as guerrilheiras mais famosas, suas histórias de vida nunca tinham sido relatadas e ainda permaneciam desconhecidas. Elas foram escolhidas como as protagonistas de nossa narrativa.



Tema e veículo definidos, bibliografia consultada, muitos contatos estabelecidos, saímos para nosso trabalho de campo. Uma longa viagem. São Paulo, Rio de Janeiro, Araraquara, Belo Horizonte, Itajubá, Brasília, Araguaína, Xambioá, São Geraldo do Araguaia, São Domingos do Araguaia, Palestina do Pará, Brejo Grande, Vila de São José, Vila de Santana, Vila da Metade e Marabá. Mais de 30 dias na estrada, a bordo de diversos ônibus, nos reencontrando com o passado de nossas personagens.

Ao todo foram 62 entrevistados. Desses, quatorze eram familiares de nossas quatro protagonistas, de seus respectivos companheiros ou mesmo de outros ex-guerrilheiros do Araguaia; cinco eram ex-guerrilheiros, sendo três deles

mulheres; dez eram amigos de infância e juventude, colegas de militância política das quatro mulheres e outros militantes do PCdoB ou organizações de esquerda da época; seis eram antigos pesquisadores ou estudiosos do assunto; 22, moradores da região da guerrilha, e mais seis, ex-soldados do Exército.

Além dos livros e dos relatos que colhemos, consultamos diversos documentos oficiais do PCdoB, relatórios secretos das Forças Armadas, arquivos de órgãos da repressão da ditadura, estatutos de organizações relacionadas a mortos e desaparecidos políticos, muitas páginas de processos judiciais e numerosos documentos pessoais da vida de nossas quatro militantes. Periódicos, fotos e sítios de Internet com textos sobre o tema ou sobre assuntos relacionados a ele também foram examinados.

Depois de coletar tanta informação, o trabalhoso foi estruturar tudo em uma seqüência coerente e que oferecesse uma leitura aprazível. Difícil ter que deixar algumas coisas de fora. Não queríamos cortar nenhuma informação porque, em um episódio desses, com tantas perguntas que continuam sem resposta, qualquer dado novo se revela muito valioso. Mas tivemos que fazer algumas escolhas, tanto estéticas quanto éticas.

Costuramos trechos da vida de nossas personagens e os misturamos com a contextualização histórica. Da união desses itens, elaboramos as idas e voltas no tempo e no espaço de nosso texto. Nessa construção priorizamos a sua proximidade, leitor, com os fatos narrados. Tentamos escrever com o máximo possível de detalhes para ajudá-lo a reconstruir as cenas. Você enfrentará os episódios e as personagens diretamente. Acreditamos que essa estratégia discursiva vá deixá-lo mais à vontade para interpretar o que lê. Você encarará uma versão desses fatos, através de uma abordagem sem vínculos partidários.

Montar o quebra-cabeça não foi fácil. Tivemos que lidar com as inúmeras contradições que a história da guerrilha do

Araguaia apresenta. Talvez tenha sido justamente esse o nosso maior obstáculo, fora a escassez de tempo e dinheiro. Números, datas e outras informações. Muitos desencontros de uma história que tem pedaços que já se tornaram lenda no imaginário do povo que mora na região do Araguaia. Além disso, lidamos com a dificuldade de resgatar a história de quatro pessoas que não estão mais vivas e que durante boa parte de seu caminho levaram uma vida clandestina. Algumas partes de suas trajetórias, principalmente do tempo em que viveram no sul do Pará, são completamente ignoradas. E, por isso, em alguns capítulos da obra, nossas protagonistas recaem para um segundo plano e dão espaço para outros personagens virem à tona e tomarem as rédeas da narrativa.

Para tentar fugir dessas contradições, foi necessário estabelecermos, então, uma hierarquia de fontes, e nos ativemos às mais confiáveis. Tivemos um imenso cuidado em checar e contra-chechar tudo que citamos. Em alguns momentos, quando optamos por uma ou outra versão, deixamos claro em que nos baseamos para tal relato. Também nos comprometemos com algumas fontes em não dizer seus nomes, diante do medo que essas pessoas revelaram por possíveis conseqüências de seus relatos.

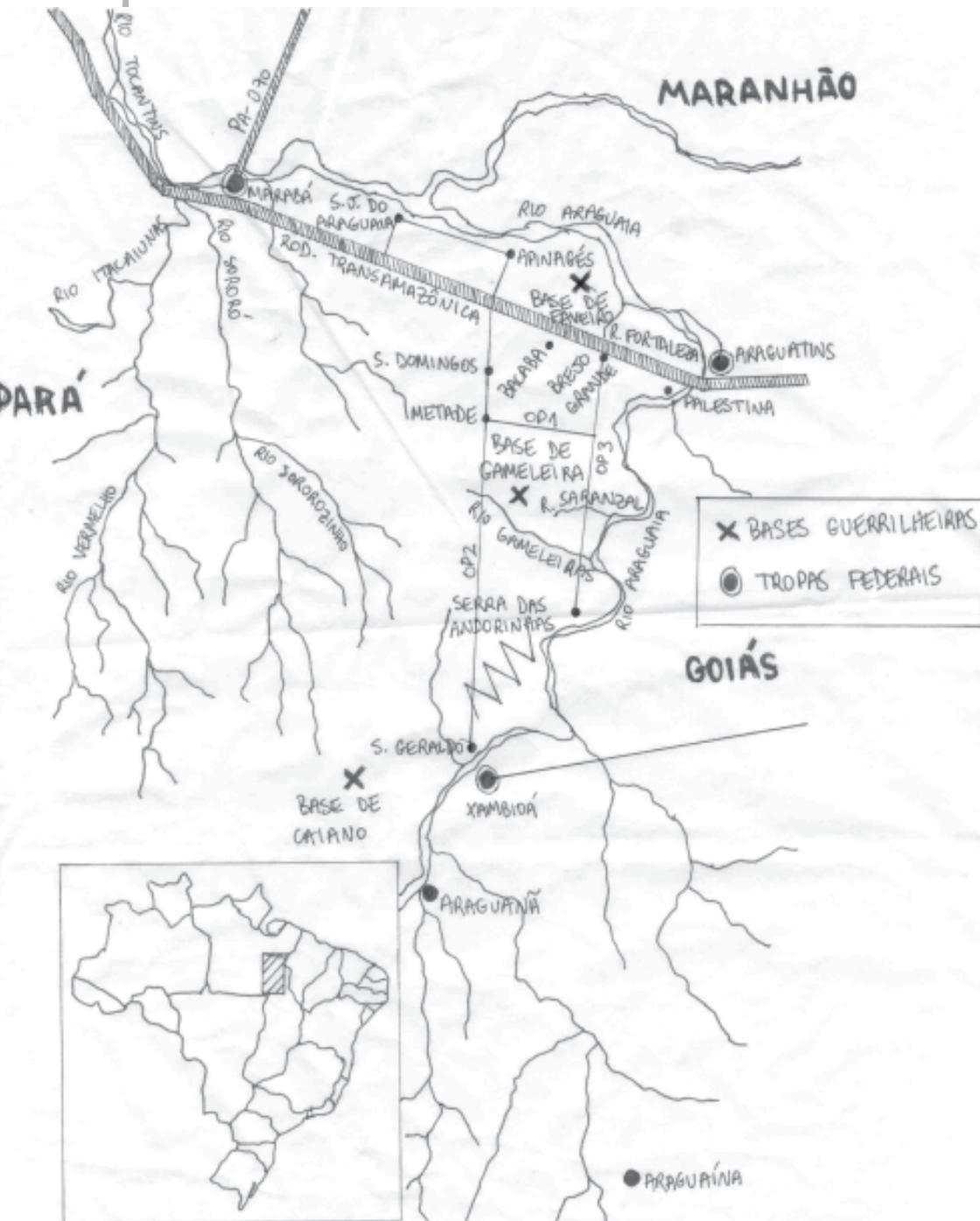
A história que você vai ler daqui a pouco pode parecer uma ficção. Mas não é. As personagens existiram de fato. As famílias são verdadeiras. Os episódios todos aconteceram. E não faz tanto tempo assim. A população e as cidades da região amazônica citadas aqui ainda estão lá. Numa situação muito parecida com a que você poderá ler neste livro. A miséria e o descaso do Estado brasileiro com aquele pedaço de Brasil e com aquela gente ainda prevalecem. Assim como a hospitalidade dos moradores locais. Vimos abandono, analfabetismo, doenças e muita pobreza. Mas nós, ilustres forasteiros desconhecidos, tivemos deles a confiança, os abraços aconchegantes e até teto e comida. Quem tem a oportunidade de pisar naquela região, sabe que isso não é pouco. Na volta,

ao iniciarmos o processo de produção desta obra, tudo que escrevíamos ou líamos novamente a respeito do assunto soava muito mais real. Difícil conter a emoção que vez ou outra aflorava e que até hoje nos acompanha.

Esperamos que você, leitor, se envolva nesse relato e conheça um pouco mais desse episódio que ainda não chegou ao fim. Boa leitura!

Iano Flávio, Renata e Verónica

Mapa ilustrativo



Pontos de partida

O fedor incomoda à distância. Exala podridão. A magreza é cadavérica. Os ossos pulam, explícitos. Não se contêm debaixo da carne escassa. Exibem-se numa bermuda jeans rasgada e numa velha blusa regata. Os pés feridos vêm num par de sandálias de borracha. Já não carrega a gasta mochila, feita de palha de babaçu. O revólver enferrujado e o resto da seringa de cera também ficaram para trás, junto com alguns palitos de fósforo que resistiram ao tempo. Os cabelos são uma grande peruca negra endurecida. Emolduram a pálida feição. Os dentes parecem saltar para fora da boca que não fecha mais. E não cala. Nem mesmo sob a provocação do sargento:

— Vocês não acreditam em Deus!

— Não quero nem ouvir.

Depois da resposta, Walk permanece sentada no comprido e baixo banco de madeira. O pé amarrado a prende num pedaço de pau. Já está de banho tomado e roupas limpas. A vigilância é constante. Os guardas trocam de turno de duas em duas horas. Ela recebe um prato de comida e água. O

helicóptero a deixou ali pela manhã. Mais uma daquelas manhãs típicas do inverno da região. Com muita água caindo do céu. A mesma fome que deteriorou seu corpo por pouco mais de dois anos foi a culpada pela sua prisão. Pega enquanto pedia comida na casa de um morador local, Walk não resistiu. Não tinha mais forças para tanto.

★

Do banco onde está, Walk tem uma visão geral do local onde se encontra. Ela está próxima a uma pequena casa com paredes feitas de palha de babaçu entrelaçadas, o que permite a visão do interior do cômodo. Uma casa de rádio. Um pouco mais afastado, pela sua lateral, um poço. À sua frente, uma construção grande e bem estruturada. Só os importantes entram ali. Logo depois, uma enfermaria. Um pouco mais longe, um conjunto de quatro barracões grandes, todos de palha de babaçu forrados com plástico por dentro para que a água das chuvas constantes não penetre no interior. De um lado, dois alojamentos com uma quadra de vôlei vizinha. Do outro, dois refeitórios, com a cozinha bem próxima.

O rio, largo e de caudalosas águas verde-escuras, circunda todo um lado do local. É uma das fronteiras. Calculam-se uns quatrocentos metros do banco. O outro limite é uma longa pista de pouso, que corta a área um pouco depois dos fundos dos quatro barracões de palha. Atrás de onde Walk se encontra sentada são os aposentos daquelas mesmas pessoas que estão no comando. Bem mais sofisticados que os outros alojamentos.

Todos ali têm aparência igual. Cabelos deixados por crescer. Barbas por fazer. Basta um tempo para estarem barbudos e cabeludos. Todos vestidos muito à vontade. Calções e camisas condizentes com o calor permanente. Nos pés, chinelos. A distinção se faz só pelo vocativo. Alguns são “doutores”. Outros não.

★

A diretora da escola do bairro Gorduras de Cima, periferia da cidade de Belo Horizonte, obriga as crianças a comer a merenda

escolar. Os pequenos sempre querem tomar o picolé que é vendido no bar em frente ao colégio, do outro lado da rua. A diretora não permite que os meninos atravessem para o outro lado. Na hora do intervalo, a professora Walkíria se aproxima de seus alunos:

— Vocês acham que é errado comprar picolé?

— Nãããããooooo!

— Pois é. Nós temos que fazer aquilo que não é errado, então nós vamos comprar picolé.

— Mas a diretora não deixa!

— Mas vocês estão falando que não é errado! Então eu vou vigiar vocês para a diretora não ver.

A jovem de vinte anos, que adora suas crianças, fica na esquina. Ela as espera enquanto compram seus gelados. Tudo escondido. Sua chefe não pode saber. Na volta, as crianças ainda ouvem:

— Vocês sabem o que a diretora está fazendo? Sabe como é o nome disso? Isso é repressão!



O ano é 1968. Em Belo Horizonte, Walkíria Afonso Costa passa no vestibular. Entra em segundo lugar na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e ingressa no curso de Pedagogia. Ela já dá aulas para crianças desde 1966, quando é aprovada no concurso para professora do Estado, ainda na cidade de Pirapora, a 342 quilômetros de Belo Horizonte. Acaba vindo para a capital com a família quando o pai, Edwin Costa, gerente do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, é transferido.

Em meio à efervescência do movimento estudantil, Walkíria aguça seus sentidos políticos. A militância parece inerente aos jovens desses anos. A atuação política é parte integrante da vida de cada um. Os tempos em que ela e a irmã, Valéria, prestavam assistência social à favela de São Francisco, na capital mineira, não eram tão intensos.

O meio acadêmico alavanca sua índole questionadora.

Impulsiona sua inteligência. Os cabelos muito negros e lisos continuam curtos. Caindo sobre o branco da pele, atingem o fim da nuca. A franjinha reta ainda faz parte do visual. Dá um toque de suavidade naquele alto corpo de mais de um metro e setenta de altura e generosas curvas. Mas, no seu semblante quase ingênuo, de sonoras gargalhadas, alguma coisa está diferente. Agora, é a mulher que se indigna. Não mais aquela menina que sofria diante das injustiças e que, aos quinze anos, queria ser freira.

Apesar de não ser um centro político como o Rio de Janeiro ou São Paulo, Belo Horizonte, desde 1964, já mostra o início da movimentação intensa que tomará a cidade. Principalmente a partir da *Passeata do Silêncio*, feita em protesto à morte de Edson Luís de Lima Souto, no dia 28 de março de 1968, no Rio. O assassinato do estudante secundarista de apenas dezoito anos transforma a capital mineira em palco para a agitação das massas, com grande ênfase para as manifestações estudantis.

Das inúmeras organizações de esquerda originadas no Brasil nesses anos de ditadura, a que mais se destaca em BH é a Ação Popular. Conhecida pela sigla AP, ela foi criada em 1962, na própria Belo Horizonte, por estudantes que atuavam na Juventude Universitária Católica (JUC) e que queriam maior liberdade de ação, já que a Igreja via com certa hostilidade a politização de esquerda dos estudantes. Apesar de defender uma ideologia socialista humanista, apoiada na doutrina de pensadores católicos, a AP tem integrantes de vertentes protestante e marxista. Mesmo sendo constituída por pessoas de diversas classes intelectuais, como jornalistas, professores e artistas, a grande maioria dos militantes é de estudantes universitários.

Num sábado do agosto de 1968, acontece na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich), da UFMG, um congresso da União Estadual dos Estudantes (UEE), entidade que está na clandestinidade desde novembro de 1964, por causa da *Lei Suplicy*, número 4.464/1964, que proibiu a participação estudantil em questões políticas e acabou com a liberdade de organização. Essa lei colocou na ilegalidade não só a União Nacional dos Estudantes (UNE),

entidade de maior representatividade dos estudantes, como todas as UEEs, os centros (CAs) e diretórios acadêmicos (DAs) das faculdades. Além disso, o governo criou o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE) numa tentativa de controlar com mais eficácia a movimentação dos jovens.

Ainda pela manhã desse sábado, a polícia cerca o prédio, com todos os estudantes dentro. O cerco dura quase o dia todo, mas não ocorre invasão. A Polícia pede que o presidente do Centro Acadêmico de Filosofia, Valdo Silva, se entregue. À essa altura, os alunos ainda conseguem negociar com a direção da faculdade. Logo depois, os institutos de Economia, Medicina, Direito e a própria Fafich serão alguns dos mais reprimidos da Universidade pelas direções.

Nessa tarde, ninguém sai para nada. Nem para comer. Alguém acha um pouco de macarrão, que é cozinhado num fogareiro existente numa cozinha do prédio. Servida em xícaras, único recipiente encontrado no local, a comida passa por algumas mãos, numa tentativa de fazer com que ela possa chegar ao maior número possível de bocas com fome. A polícia só debanda por volta das sete da noite. É nesse dia que Walkíria conhece Mauro Braga, estudante de Engenharia Química da UFMG. Esse encontro dá início a uma amizade que, como muitas daquele tempo, é firmada pela política. Ainda em 1968, Walkíria, com 21 anos, tem seu primeiro contato com o Partido Comunista do Brasil, PCdoB.



O PCdoB surge em 1962, em decorrência de um racha do antigo Partido Comunista do Brasil, PCB, fundado em 1922. O PCB, também conhecido como Partidão ou Pecebão, muda seu nome em 1961. Troca o “do Brasil” por “Brasileiro”. A mudança do nome é apenas um sinal de uma série de mudanças que atingiram o Partidão.

As alterações na linha política começam a ser discutidas em 1956. Na prática, os militantes começam a contradizer os programas do partido, de base marxista-leninista. Os documentos do Partidão trazem propostas muito distantes da realidade brasileira dos anos

50.

Para agravar a situação, em 1957, os crimes cometidos por Stalin são divulgados na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), presidida por Nikita Krushev. *Stalin* é o nome de guerra do anterior governante do país. “Homem de aço” é seu significado em russo. O PCB – e muitos outros PCs em todo o mundo – é muito influenciado pelas idéias stalinistas refletidas no modelo de governo da União Soviética.

Stalin, líder do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), governa a URSS desde 1924, quando Lênin morre. Durante seu governo, que vai até sua morte em 1953, a União Soviética alcança um rápido desenvolvimento industrial, graças às medidas na área de educação e, sobretudo, aos planos quinquenais. Trata-se de planificações da economia baseadas no crescimento da indústria pesada e na coletivização forçada da agricultura. Nesse processo, mais de seis milhões de camponeses morrem.

Stalin leva o comunismo a quase um terço da população mundial, transformando a União Soviética numa potência. O país é o líder do bloco comunista. Os Estados Unidos lideram os países capitalistas. Esses dois blocos se enfrentam na chamada Guerra Fria, uma ameaça permanente de guerra nuclear que pode acabar com boa parte da humanidade.

Por outro lado, a burocratização e o autoritarismo também são marcas do modelo de governo stalinista. O líder implanta uma fase de terror no país. Os que se opõem a ele são presos, torturados e mortos. Entre lideranças do partido, trabalhadores grevistas e outros dissidentes, cerca de cinco milhões são presos e 500 mil, fuzilados.

Depois da divulgação de seus crimes, comunistas de todo o mundo começam a rever seus conceitos e abandonar o apoio ao stalinismo. No Rio de Janeiro, o V Congresso do PCB, em agosto de 1960, aprova diversas mudanças. O Partidão reconhece o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e passa a defender o caminho pacífico para o socialismo. No ano seguinte, junto com a alteração do nome, o comitê central do PCB, ilegal desde 1947, altera os estatutos para pedir o registro no Tribunal Superior Eleitoral.

Maurício Grabois, João Amazonas e Pedro Pomar, até então dirigentes do PCB, não ficam satisfeitos com as mudanças do Congresso, que mostram um abandono da linha marxista-leninista. As mudanças do estatuto, consideradas um desrespeito à disciplina partidária, são o estopim da crise. Eles lançam um manifesto com a assinatura de quase cem militantes. Defendem a continuidade do apoio ao stalinismo e consideram traidores do socialismo todos os que critiquem seus conceitos, os chamados “revisionistas”.

Esses dirigentes se reúnem na Conferência Nacional Extraordinária do Partido Comunista do Brasil em 1962. Está criado o PCdoB. No seu manifesto de fundação se reconhece a difícil situação de vida do povo brasileiro. O desemprego, o analfabetismo, os baixos salários. As causas disso tudo são creditadas principalmente aos imperialistas dos Estados Unidos, aos latifundiários, donos de enormes áreas agrícolas e exploradores dos camponeses, e ao acúmulo das riquezas do Brasil nas mãos de poucos.

Já no seu começo, o Partido entra em contato com membros de outros países comunistas. Alguns dirigentes visitam a Albânia, convidados por jornalistas albaneses que conheceram numa comemoração em Havana. Eles se identificam com as denúncias contra os revisionistas soviéticos, que tentam interferir na política interna albanesa. É o começo de uma longa colaboração entre o Partido do Trabalho da Albânia e o PCdoB.

Também em Havana, entram em contato com comunistas chineses. A China está em conflito com a URSS e discorda da linha política revisionista do PCUS, assim como a Albânia. Poucos dias antes do golpe de 1964, um grupo do Partido embarca rumo à República Popular da China. Até 1966, mais dois grupos de oito a dez membros viajarão ao país para fazer cursos de política.

Para resolver os problemas do país apontados no seu manifesto, o novo partido comunista acredita que é preciso fazer uma revolução, mudar completamente o regime, implantar um governo popular revolucionário. Um governo inimigo dos imperialistas e dos latifundiários. Amante das liberdades e do bem-estar das massas, o povo. Mas, para eles, o caminho pacífico é inviável. As

mudanças só acontecerão pela “violência revolucionária”. É preciso pegar em armas para concretizar as mudanças.

*

Em Belo Horizonte, o PCdoB, desde a ruptura, só começa a se organizar em 1968. A Ação Popular começa a perder força na cidade por causa de rachas internos. Um membro do PCdoB vem para BH com a missão de reestruturar o Partido. Ciro Flávio Salazar e Oliveira, conhecido como “Carlos” ou “Tio”, inicia o contato com estudantes, professores, bancários e operários engajados nas lutas contra a ditadura, e com organizações estudantis e sindicais que não pertenciam a nenhuma agremiação política de esquerda. Ele começa a recrutar desde militantes de base até lideranças estudantis de destaque na cena política. Aos poucos, o Partido se ergue e ganha força. Walkíria logo se filia ao PCdoB e passa a integrar o comitê estudantil do Partido.

Apesar de não ser uma liderança, a posição de Walkíria dentro da organização a encarrega de dar assistência para as bases, recrutando novos estudantes para integrarem o Partido. Comunicativa, mas recatada, cautelosa e com uma grande capacidade de síntese, ela é o tipo ideal de militante para esse trabalho. A seriedade com que desempenha suas atividades também favorece sua discricção no âmbito político.

Como ponto de referência dentro da Universidade, ela discute o movimento estudantil, sempre defendendo opiniões e tomando decisões que correspondam às manifestadas pelo Partido. Isso não é feito explicitamente. Nem por ela, nem por nenhum militante. Ninguém pode deixar claro que participa de alguma organização política, até porque, a essa altura, todas elas estão na ilegalidade. Mesmo assim, tudo está nas entrelinhas. Os militantes mais experientes identificam os grupos políticos só pelos discursos nas assembléias e reuniões.

Os primeiros livros da teoria marxista, Walkíria lê na vasta biblioteca do pai, que contém títulos de Sociologia, Filosofia e Direito.

Apaixonado por música e compositor nas horas vagas, o pai passa a herança para as duas únicas filhas. Aos dez anos, Walkíria ganha um acordeão e já começa a ter aulas particulares. Aos doze, é capaz de tocar várias partituras de música clássica, além de composições dos ídolos populares como Chico Buarque de Holanda, o grupo MPB4 e Geraldo Vandré, sua grande paixão.

Mas não é só Walkíria que é apaixonada por Vandré. Pelo contrário. Ele é o ídolo de toda a juventude politizada de esquerda. A arte, como tudo, tem que estar a serviço da política. A música tem que ser um instrumento de politização. Só assim ela é considerada de boa qualidade. E Vandré faz isso. Suas letras são impacientes como os jovens. Os versos falam do que a mocidade gosta de ouvir. Chamam para a ação. Ninguém pode ficar parado. É preciso ter um lado. De preferência, o da atitude, da contestação e do protesto. Ser parcial é uma exigência. E a juventude, a sua maioria, é a favor da luta.

Vandré é inspiração. Com sua pequena e redonda letra, Walkíria escreve um jogral que intitula *Mensagem a Geraldo Vandré*. Numa montagem com pedaços de versos do compositor, ela fala através de metáforas sobre o ímpeto que parece ser um consenso entre os da mesma geração:

“Mas, se estoura uma boiada, repete com muita fibra:
‘Minha gente, meus senhores,
p’ra morrer, morro por mim
e por minha condição.
No estouro de uma boiada
Quem foge não tem perdão”.

As cantorias se tornam um dos passatempos preferidos ao lado da irmã Valéria. Walkíria compõe acordes para serem tocados em dois instrumentos. Como só têm um, elas tocam juntas, no mesmo acordeão, em escalas diferentes. O violão, ela aprende a tocar aos dez anos, com a avó paterna, Rita. Com a neta sentada no colo, ela firma os dedos da mão esquerda no braço do violão, escolhendo as notas. Com o lado direito do corpo paralisado por um derrame, quem dedilha as cordas é a neta. Talvez, naquele momento, a avó, futura confidente da neta, não soubesse que essa ligação quase

visceral com a música iria acompanhar a pequena pelo resto da vida.

Mas o ano de 1968 ainda promete mais agitação. Em 20 de agosto, uma das últimas passeatas regadas pela massiva participação estudantil é realizada no bairro da Floresta, próximo ao centro da cidade. A repressão aos manifestantes termina em tiros. O Ato Institucional número 5 ainda não foi decretado, mas a repressão já reflete o que está prestes a acontecer. Muitos estudantes saem feridos. Na casa de Idalísio Aranha, aluno de Psicologia da UFMG, a mãe do estudante ouve o rádio ao lado da filha Antônia, uma das mais jovens dos nove da família. Ela sabe que alguns dos filhos, os mais velhos, estão lá, no meio da confusão. Preocupada, ela acompanha o noticiário.

Não leva muito tempo para dona Aminthas Pereira começar a receber os vários amigos dos filhos que chegam esbaforidos da corrida que deram até chegar à residência. A casa não constitui exatamente um ponto de apoio, mas é sinônimo de acolhimento e segurança até o momento. O tempo passa e nada de Idalísio aparecer. Um dos irmãos chega carregando um nicaraguense, Marvin Ortega, ferido a bala. Marvin, aluno de Economia da UFMG, chegou no Brasil através do Programa Estudante Convênio (PEC) do Ministério das Relações Exteriores. O programa promove o intercâmbio de universitários brasileiros com estudantes, principalmente, de escolas da América Latina.

A correria se intensifica. Todos se ocupam em tentar ajudar a cuidar do ferido. A mãe, no entanto, não tira os pensamentos do filho. De acordo com a transmissão, a passeata terminou aproximadamente às oito da noite. Idalísio só entra pela porta de casa por volta das onze, explicando como fugiu dos policiais. A mãe respira aliviada. Mais um dia em que todos estão em casa. Com vida.

Às dez e meia da noite do dia 13 de dezembro, os brasileiros vêem, em cadeia de rádio e TV, o discurso do ministro da Justiça, Luis Antonio Gama e Silva, e o locutor Alberto Cury lendo os seis considerandos e os doze artigos que integram o Ato Institucional nº 5. O Congresso está fechado; está suspensa a garantia de habeas corpus para crimes políticos e de segurança nacional; as manifestações

e passeatas estão proibidas; o presidente pode decretar estado de sítio e cassar os direitos políticos de qualquer cidadão. A partir de então, uma só vontade impera no país. A violência, que o presidente Artur da Costa e Silva decreta ao assinar o AI-5, não ficará apenas no papel. Censura, cassações, prisões, torturas e assassinatos. É a sentença de morte da democracia no país. O luto perdurará por mais de uma década.

Reunidos desde a manhã no quarto-e-sala onde Mauro mora, no prédio Paraopebas, na avenida Augusto de Lima, no centro da cidade, Idalísio, Mauro e mais alguns colegas recebem a novidade juntos. Márcio Abreu, aluno de Engenharia da UFMG e também amigo do grupo, chega com a notícia. Eles ainda não imaginam exatamente tudo o que os espera a partir de então. Mas sabem que a situação é grave. O medo já não pode ser escondido.

Além de Mauro, vários outros integrantes do movimento estudantil compõem o numeroso círculo de amizades de Walkíria que, como todo grupo de jovens politizados da época, além de discutir e se manifestar, se reúne, quase que diariamente, na casa de um ou de outro, com conversas embaladas por muita música popular brasileira. Os encontros incluem também Marco Aurélio Lisboa, Joaquim Falcão e Maria Inez Caixeta. Todos são muito jovens, alguns nem chegam aos vinte anos de idade, mas isso não os faz menos responsáveis. Além de estudar, todos trabalham.

Marco Aurélio, o Garrafa, milita desde quando era estudante secundarista, num colégio estadual de Belo Horizonte, mas quando começa a cursar Engenharia Elétrica na UFMG, no início de 1969, a militância se torna rotina. Em julho desse ano, Walkíria o recruta para o Partido. Falcão, que ingressou no curso de Economia, também na UFMG, no ano anterior, se liga ao nicaragüense Marvin e a Flávio Andrade, alunos da mesma faculdade. O nicaragüense os leva até Walkíria, de quem é muito amigo, e ela os incorpora ao Partido. A iniciação política desses novos membros na doutrina partidária começa. Eles debatem textos e documentos teóricos do PC do B, que devem ser lidos previamente, como o *Programa Manifesto de 1962* e escritos da *VI Conferência de 1966*.

O pai de Walkíria, mais liberal que muitos da época e com certa tendência socialista, sempre cede a casa, no bairro de Santa Tereza, para as reuniões do grupo. Entende a posição da filha e prefere que ela fique debaixo de seus olhos. Uma forma de proteção de quem tem consciência do perigo que ronda aqueles encontros.

Dentro da Universidade, Walkíria é uma das fundadoras do diretório acadêmico da faculdade de Educação, em 1969. O curso de Pedagogia funciona no prédio da Fafich, onde também estão os cursos de Letras, Pedagogia, Geografia, História, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Filosofia, Psicologia e Comunicação Social. Como ainda é recente, a faculdade dela não tem qualquer organização estudantil. Walkíria não quer aparecer como presidente do diretório e acaba como vice da chapa eleita. As faltas nas aulas são constantes. Ela precisa articular reuniões, viabilizar encontros. Mas isso não a impede de ir muito bem nas provas. Apesar da ausência na classe, ela nunca descuida dos estudos. Mantém a disciplina de boa aluna.

Nos corredores do prédio da Fafich, ela conhece Idalísio. Ele está na Universidade desde 1968 quando ingressa no curso de Psicologia depois da vitória dos estudantes na luta dos excedentes. Muitos dos candidatos que tiraram média acima da nota de corte na prova do vestibular ficam fora da faculdade. A quantidade de alunos aprovados é maior que o número de vagas. Os que conseguiram vaga se solidarizam com os excedentes. Ele é presidente do DA de sua faculdade quando o diretório é reaberto, em 1971. Não demora muito para os dois engatarem um namoro.

Em casa, a iniciada é a irmã mais nova. Walkíria, já com um bom amadurecimento político, começa a levar Valéria para participar de assembléias e até para ajudar em panfletagens. Uma delas acontece na esquina da rua Afonso Pena com a Espírito Santo, bem no coração da cidade. Além de Valéria, mais uns dez estudantes estão ali reunidos na calçada. Todos sob as ordens de Walkíria. Cada um vai subir a um prédio diferente do perímetro central em que se encontram. Os relógios estão acertados.

Em frente à igreja São José está um conhecido prédio comercial de Belo Horizonte, o edifício Acaiaca. Walkíria indica o andar, a sacada

certa e o horário exato para a irmã. Pontualmente às seis da tarde, todos soltam juntos seus panfletos. Cada um do ponto em que se encontra. Basta jogar os papéis e correr para pegar o elevador. O objetivo é descer o mais rápido possível. Ao chegarem à rua, os papéis alcançam o chão. Neles, podem-se ler as palavras de ordem de então. “Fim do arrocho salarial”. “Abaixo a inflação”. “Abaixo a ditadura”. Já na calçada, a ordem é ir embora. Não trocam mais nenhuma palavra. Cada um toma seu rumo.

Os mesmos amigos que militam juntos também se reúnem para festejar. Em 2 de agosto de 1970, Walkíria completa 23 anos. A moça de risada marcante, mas muito séria, é surpreendida em sua casa por uma turma de aproximadamente trinta pessoas. Eles fazem uma serenata para a aniversariante, que sai para recepcioná-los. Ela está como sempre, vestida de seu modo simples, com uma saia que delinea os quadris, blusinha sem manga e sandália. Além da presença do violão, um órgão do DA de Engenharia da UFMG é “temporariamente emprestado” para a festa. Os amigos adentram na casa, tocando e cantando. Depois, a farra continua noite afora. Todos saem, descendo pelas ruas de Belo Horizonte.



O Rio de Janeiro ferve. Em 1968 a cidade é a mais politicamente movimentada do país. Até mesmo porque foi capital federal até 1960 e por ter um vasto histórico de manifestações anteriores, o Rio converge sentimentos e ações políticas comuns a muitos brasileiros, em especial à juventude. Os jovens querem dominar o presente. Movem-se por uma inquietação em sintonia com seus anseios. Eles são impacientes, inconformados, rebeldes e incompreendidos, mas tem sua própria linguagem, cultura, hierarquia, rituais e objetivos.

A geração que constitui o “poder jovem” foi castrada com o golpe de 1964. Cortaram-se de ideais políticos a projetos de vida. Adolescentes frustrados que, numa explosão de revolta pelo que lhes foi tomado, perseguem sua utopia de experimentar e de tomar o poder. Uma mescla de exaltação febril com desconfiança pelo que

vigora até então resulta em desprezo. A rebeldia contra tudo o que alguns chamam de “costumes pequeno-burgueses” impera.

Rompe-se com a família e com as tradições. Foge-se da repressão dos pais, mães e irmãos. Discute-se sobre a eficácia da pílula anticoncepcional, sobre o sexo sem compromisso, o comprimento das saias e dos cabelos. Conversa-se em qualquer lugar: no bar, na Faculdade, na passeata, na praia e nas ruas. Passa-se a questionar os valores que sustentam o casamento como instituição: a fidelidade, a monogamia, a virgindade. A ruptura deve destruir tabus e preconceitos. Tudo tem que ser racional. Até os sentimentos.

Simplemente ser jovem, um nobre valor para a juventude. Eles se dizem “pra frente”. As moças não querem repetir os erros de suas mães para não serem tão infelizes quanto supõem ser a geração dos pais. Têm Leila Diniz, atriz que ousou estrear o uso de biquíni nas praias cariocas, como modelo de mulher de vanguarda e começam a experimentar formas alternativas de relacionamento, que não impliquem compromissos convencionais. Além disso, elas contestam os pais, saem de casa, fumam, bebem e muitas entram na moda de se desquitar. É uma espécie de “revolução comportamental”, que, na verdade, é mais vontade que realização. A liberação sexual parece mais do que realmente é. Mais intenção que prática. Porque racionalizar os sentimentos nem sempre é uma tentativa bem-sucedida.

Enquanto uns ousam no comportamento, outros experimentam na política. Pelo prazer da descoberta. Uma experimentação revolucionária. De testar todos os limites. Num momento de culto aos radicalismos não há espaço para a sensatez. Mas as esquerdas brasileiras são conservadoras no comportamento. As organizações políticas de esquerda não aceitam as transformações. Nem as vêem como fenômeno aliado à revolução. Aderir a toda essa mudança de costumes é considerado um desvio ideológico. Um sinal de retrocesso. Sintomas da decadência burguesa. Acredita-se na pureza moral dos militantes de esquerda. Isso significa que as mulheres, portanto, não devem ser “faladas” ou vaidosas. Mesmo as organizações mais radicais, que querem transformar a sociedade por

completo, mostram um rígido código moral. O preconceito só é maior com quem assume o homossexualismo e o uso de drogas.

*

Telma Regina Cordeiro é vaidosíssima. Tem 21 anos em 1968. Está na militância, mas nunca descuida do visual. Os lábios carnudos são pintados. Os olhos grandes e arregalados estão delineados. A habilidade vai além. Ela também maquia outras meninas. Os cabelos curtos, sempre estirados. Nem que seja pelo calor de um ferro de passar. E ela mesma os corta com lâmina. Não estão mais loiros como quando tinha quinze anos e resolveu tingi-los. Estão castanhos, da cor natural. As sobrancelhas são muito finas, de acordo com a última moda. Ainda adolescente, quando estudava no ginásio estadual Marechal José Accioli, do bairro de Marechal Hermes, enrolava o cós da saia do uniforme para encurtá-la. Comprido demais aquele saião! Só o desenrolava de volta, até a altura dos joelhos, quando chegava na porta de casa. Tudo escondido da mãe, lógico.

A condição financeira da família não é das melhores. Típica de quem mora no Realengo, bairro do operariado carioca no subúrbio da cidade. O pai, Durval, trabalha com radiografia no INPS – Instituto Nacional de Previdência Social. A mãe, Celeste, foi alfabetizada quando já era adulta e é auxiliar de enfermagem. Mas Telma é criativa. Fácil, fácil, arruma um jeito de improvisar uma roupa nova ou um apetrecho diferente. Até cobertor serve. E ela é faceira. Tem brilho próprio. O jeito falante, extrovertido, de sorriso aberto, cativa logo.

Em Marechal Hermes, ainda adolescente, ela conhece seu namorado, Elmo Corrêa. O pai dele tem uma farmácia ao lado do colégio. Pouco tempo depois, os dois não se desgrudam mais. Fazem todos os programas juntos. Telma só tem uma irmã, Ângela, e se torna muito amiga dos irmãos de Elmo, principalmente de Maria Célia e Aldo.

Em 1967 ela começa a cursar Ciências Sociais na Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, que passa a integrar a Universidade do Brasil no ano seguinte, com o nome de Instituto de

Filosofia e Ciências Sociais (IFCS). Por enquanto, como é uma das únicas universidades da cidade, a instituição se mostra um importante centro de movimentação estudantil carioca. Ela reúne, além de Filosofia, os outros cursos de Ciências Humanas.

Telma vai até Pernambuco em 1968. Participa do Projeto Rondon. Inspirado na trajetória de Cândido Mariano Rondon, desbravador do interior do Brasil, o projeto mobilizará, até 1989, quase 400 mil professores e universitários. Os grupos percorrem diversas regiões do Brasil, tentando auxiliar pessoas carentes. A primeira turma do projeto sai do Rio de Janeiro, em 11 de julho de 1967, composta por 30 estudantes. Eles vão até Rondônia.

Nas férias, os universitários vão a pequenas comunidades para realizar trabalhos de assistência e entrar em contato com a realidade do interior do Brasil. Levam seus conhecimentos de medicina, odontologia, agropecuária, geologia e português, entre outros. Em troca, os universitários ganham, como dizem, a interação com o povo.

Mas para os estudantes mais “radicais”, quem participa do projeto é considerado “pelego”, aliado ao governo militar. O Projeto Rondon é coordenado pelo então Ministério do Interior. O objetivo é promover a integração nacional e a fixação do homem no campo. De qualquer forma, com ou sem peleguismo, é de lá que Telma volta diferente. A cabeça, pelo que viu e sentiu, não é mais a mesma.



Os estudantes cariocas parecem passar mais tempo nas ruas que nas salas de aula. As assembleias, as passeatas – a política, enfim – lhes tomam grande parte do tempo. Quase todo. Mais que estudar, namorar, trabalhar ou ler, o que vale é fazer política. Tenta-se politizar todos os aspectos da vida – das relações amorosas à moda. E faz-se política em qualquer lugar. No *campus*, nas classes, na mesa do jantar, nos teatros e, principalmente, nas ruas, nas assembleias, passeatas e comícios. É assim que se deixa o individual de lado em prol do coletivo, como é exigido pela politização de esquerda.

No ano de 1968, os confrontos com a polícia já são corriqueiros. A população parece acostumada àquele constante combate a céu aberto. Numa quinta-feira, dia 28 de março, um estudante é morto a bala pela polícia militar. O paraense Édson Luís Souto tem dezoito anos. Entre trezentos jovens, ele está no fim do dia no restaurante estudantil Calabouço, que começou a ser construído há dois anos pelo governo para servir alimentação aos estudantes mais carentes. O restaurante fica no centro do Rio, próximo ao IFCS.

Os jovens se preparam para uma passeata-relâmpago e discutem o mau funcionamento do restaurante, cujas obras ainda não foram terminadas. A polícia invade o local às seis da tarde, com armas e cassetetes na mão. Os estudantes revidam com paus e pedras. Logo depois começa o tiroteio. Édson é baleado no peito. Mortalmente.

O corpo é velado na Assembléia Legislativa do Rio. Uma caravana de artistas, políticos, estudantes e outras pessoas comovidas com o crime faz fila diante do caixão. Enquanto isso, se discursa. Ininterruptamente, os estudantes e outros presentes se revezam por toda a noite.

Na sexta-feira, a cidade pára. Duas horas antes do enterro, a Cinelândia, onde fica a Assembléia, já está lotada. A indignação é geral. “Mataram um estudante. E se fosse um filho seu?”. Esse é um dos slogans que é gritado ou empunhado em cartazes e faixas. Passa um pouco das quatro da tarde e cinqüenta mil pessoas acompanham o cortejo até o cemitério São João Batista, no bairro de Botafogo. Seis quilômetros em mais de duas horas de caminhada. Dos edifícios que ficam no caminho caem lenços brancos e flores. Algumas articulações políticas prévias garantem uma manifestação pacífica, coisa rara nesses dias. Édson é sepultado ao som do Hino Nacional.

O episódio do Calabouço é o primeiro fato que sensibiliza a opinião pública do país para a questão da luta estudantil. Esse acontecimento desencadeia uma série de manifestações de protesto que culminam na *Passeata dos 100 mil*, três meses depois.



Antes do meio-dia de 26 de junho, cinqüenta mil pessoas lotam a praça Floriano Peixoto, na Cinelândia. Médicos, mães, atores, bancários, poetas, jornalistas, escritores, intelectuais, atrizes, arquitetos, professores, estudantes secundaristas e universitários, engenheiros, sacerdotes e outros trabalhadores protagonizam a cena. Entre os políticos, encontram-se deputados estaduais e federais e um senador com seu suplente. Cada um com cartazes e faixas com inscrições que identificam seu grupo. Sob a ordem do líder estudantil nacional, Vladimir Palmeira, de 23 anos, todos se sentam. No asfalto ou no meio-fio.

Palmeira está no alto da escadaria da Assembléia, junto com outras lideranças. Quando termina seu primeiro pronunciamento à multidão, inaugurando o palco público, a Cinelândia está tomada. Estimam-se 70 mil pessoas. Seguem-se os discursos dos representantes das diversas categorias que ali marcam presença. Mesmo sentadas, as pessoas não conseguem ouvir muito bem tudo que se fala já que não se conta com nenhuma aparelhagem de som. Mas isso não importa. A reunião daquela imensa quantidade de gente mobilizada já é, em si, suficientemente importante. No fim da manhã, Gilberto Gil sobe a escadaria para cantar *Domingo no Parque*, canção com a qual ganhou o segundo lugar no Festival de Música da TV Record do ano anterior.

São quase duas da tarde quando Vladimir se pronuncia mais uma vez. Nessa hora ele convoca o povo a continuar a luta e seguir adiante. Ele vai à frente. Começa a movimentação da passeata em direção à Candelária. Já são cem mil pessoas que descem a avenida Rio Branco. Uma chuva de papel picado cai das janelas dos edifícios. Os moradores são convidados a descer e ingressar na caminhada. Os transeuntes e os espectadores das calçadas também.

Mesmo unidas, as esquerdas já mostram suas distinções que resultarão na ruptura do que se convencionará chamar de “esquerda revolucionária” e “esquerda reformista”. No momento, as diferenças se fazem sentir pelas palavras de ordem usadas. Os revolucionários

tentam impor seu “só o povo armado derruba a ditadura” sobre o grito de guerra reformista, “só o povo organizado derruba a ditadura”. Os primeiros acham que a solução do país está numa revolução como a de Mao Tsetung, na China, Ernesto “Che” Guevara, em Cuba, ou na luta de libertação nacional de Ho Chi Minh, no Vietnã. Eles pertencem à maioria das organizações de esquerda que surgem no país nesses anos, como a Ação Popular (AP), a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e o próprio PCdoB. O outro grupo é do Partidão, que fecha com a ideologia pacifista vigente na União Soviética.

Às quatro da tarde dessa quinta-feira quente de junho, a passeata chega à Candelária. Depois de Vladimir, presidente da União Municipal dos Estudantes (UME), discursar mais uma vez, inicia-se uma nova passeata que vai até a praça Tiradentes, ainda no centro da cidade. Os que acompanham até ali ouvem mais alguns discursos. Por fim, vota-se a formação de uma comissão responsável por negociar a libertação de estudantes que foram presos nas últimas manifestações. Uma bandeira dos Estados Unidos é queimada com gasolina. A passeata que será um símbolo da força estudantil termina sem incidentes.



A personalidade forte da carioca baixinha também atrai as atenções. Ela é dessas com um gênio bem turrão. Orgulhosa a ponto de apanhar calada quando era pequena. Sem deixar cair uma gota de lágrima. Nada a ver com a irmã, a “certinha” da família. Ângela casa muito cedo, com seu primeiro e único namorado. Logo assume as responsabilidades de dona de casa e mãe de família. Mas com Telma ninguém pode. Nem os pais.

A vida da família sempre foi de muito trabalho. A mãe e o pai não discutem política em casa. Mas nem por isso ela esconde que é contra a ditadura. Nem que começa a militar no PCdoB. E ela tem espírito de liderança. Incita e questiona os outros. Amigos ou família. Acaba influenciando o namorado e os cunhados. Seu Durval, apesar

de não entender muito bem as atitudes da filha, a apóia. Quer que ela seja feliz. De qualquer forma. Isso basta. Dona Celeste é mais dura. Ela logo proíbe as reuniões que Telma começa a fazer em casa.

Mas a pequena morena tem que sair da faculdade em 1969 por causa do decreto-lei 477, de 26 de fevereiro. O decreto, baseado no AI-5, pune com demissão ou afastamento os docentes, funcionários e estudantes que cometam infrações disciplinares. Organização de mobilizações, distribuição de panfletos, privação de liberdade de agentes de autoridade, uso do local de estudos para fins de subversão são algumas das violações apontadas. Ato, todos eles, praticados pelos jovens no ano anterior. Com o 477, os militares miram as universidades e os jovens que as freqüentam. Como muitos dos universitários, Telma é expulsa de seu curso.

Quando sai da faculdade de Ciências Sociais, Telma começa a dar aulas de história e geografia em cursinhos pré-vestibular. Ela consegue voltar a estudar em 1970. Dessa vez, ela entra no curso Geografia, na Universidade Federal Fluminense (UFF). Mas a situação de Telma começa a preocupar a família. Torna-se quase impraticável continuar a freqüentar as aulas. Ela começa a ser vigiada constantemente. Um carro da Marinha fica parado na frente de sua casa, do outro lado da rua. Até quando sai de casa para trabalhar ela é seguida.

Em dezembro de 1970, ela se casa com Elmo. A cerimônia civil acontece em um cartório no Méier. Ângela e o marido, Renato Corrêa, são os padrinhos. A partir de então, ela passa a se chamar Telma Corrêa, adota o sobrenome do marido. A festa é na casa dos pais do noivo, em Marechal Hermes. Tudo em família e muito animado com violão e brincadeiras. Uma comemoração íntima que começa na hora do almoço e se estende por toda a tarde. Os noivos passam a noite de núpcias bêbados. Cada um caído em um canto da casa. Telma acorda longe do marido no dia seguinte. Ela desperta ao lado do cunhado, Aldo Creder.

1969. Estado de São Paulo, em algum lugar da Serra do Mar. O trem que vem da estação da Luz, na capital, e vai até o porto de Santos diminui a velocidade para se deter na próxima estação. Uma moça loira e alta percorre alguns vagões junto com um rapaz também claro, mas bem mais baixo. O trem pára. A estação é pequena e o lugar, quase inabitado. Apenas algumas casinhas do lado esquerdo da ferrovia. Do outro lado, a serra. Várias pessoas descem, inclusive o casal. A pequena estação vai se esvaziando. Um grupo de uns vinte jovens fica. Pouco tempo depois, um homem mais velho transita no meio do grupo e todos empreendem uma caminhada serra abaixo. Parecem estudantes dispostos a passar um final de semana na serra.

Quarenta minutos mais tarde, moços e moças começam a montar as suas barracas. Quase não falam. Pouco se conhecem. Não sabem os telefones nem endereços dos outros. Tampouco os nomes. Chamam-se pelos apelidos. A loira alta do trem está no grupo. Ela é Luiza Augusta Garlippe. Bonita, tem nariz pequeno e lábios carnudos que gostam de se abrir num sorriso largo.

Ela é a professora do grupo quando, no final da tarde, todos se reúnem no acampamento para receber lições de primeiros socorros. Transparece que a moça domina o assunto. Os alunos aprendem a fazer torniquetes, transportar feridos com possíveis fraturas, aplicar injeções. Uma jovem serve como modelo para Luiza mostrar as áreas do corpo adequadas para receber as injeções. Didática, ela demarca essas partes desenhando a pele da moça.

Os aprendizes estão sentados num semicírculo no chão. Já está escurecendo na serra. Uma fogueira ilumina a cena. Os movimentos de Luiza são acompanhados por rostos atentos, inclusive um de traços japoneses de uma moça que ouve calada. Calada também permaneceu uma hora atrás, quando o grupo discutia sobre política.

Nos dois dias que passam lá, os jovens fazem caminhadas de resistência na mata. Saem cedo de manhã, voltam no fim da tarde. Ali aprendem, na prática, como identificar frutos comestíveis e como improvisar um equipamento de pesca. Atravessam um córrego, ajudados por cordas, com as mochilas na cabeça. Exercitam o hábito de apagar as pegadas com vassourinhas feitas de folhas e de se

deslocar sem arrancar galhos nem pisar na vegetação.

Nas caminhadas, levam chocolate e catam algumas bananas para se sustentar. Comida de verdade, só à noite. Como o arroz carreteiro, preparado com carne seca. De manhã, os jovens amarram o charque trazido da cidade por um deles e o submergem no riacho que passa pelo acampamento. Assim, à noite, a carne está pronta.

Na descida de uma encosta na serra, Luiza acaba ficando por último. Ela tem medo de altura. O rapaz que desceu com ela do trem, e que fica do seu lado a maior parte do tempo, a ajuda carinhosamente a continuar. A cena chega a ser engraçada. O pequeno Pedro Alexandrino de Oliveira segurando pela cintura uma mulher de mais de 1,70 metro de altura e calçado número 40. Olhando para o casal, o homem mais velho do grupo assovia um trecho da *Canção da Artilharia*, do Exército Brasileiro. Diz a letra: “abraçado ao canhão morre o artilheiro”. Uma das moças, que, do lado dele, também observa a descida dos camaradas, lança uma advertência:

— Cuidado, camarada, não é só você que conhece essa canção... Eu sei a letra!

Os dois riem.

O rapaz replica:

— Mas é verdade, camarada, morre primeiro quem está na retaguarda...

Esses rapazes e moças são militantes do PCdoB num encontro organizado pelo Partido com o objetivo de fazer uma preparação de guerrilha. O mais velho, um dirigente. Todos se tratam por algum apelido, um nome frio dos filiados a um partido clandestino, o único que podem divulgar por norma de segurança. Todos os presentes sabem que, algum tempo depois, alguns deles serão convidados para participar do plano prioritário do partido, a preparação da guerra popular no campo.

★

Pouco se sabe da vida de Luiza desde que ela saiu de sua cidade natal, Araraquara, interior do estado de São Paulo, e foi para

a capital. No começo dos anos 1960, ela estuda na Escola de Enfermagem da USP. Durante esse período, mora junto com a amiga Julieta Esther do Amaral no internato da escola, dentro do complexo do hospital das clínicas de São Paulo. Lá, elas têm tudo que é essencial para viverem. Comida, roupa lavada e quartos individuais. O banheiro é coletivo, mas tudo é gratuito. Também é lá que são ministradas as aulas.

Na faculdade, o fato de serem de Araraquara aproxima mais ainda as estudantes. As duas viajam juntas para casa pelo menos uma vez por mês no carro de Julieta. Na viagem de quase quatro horas, as duas falam de tudo. Abobrinhas de estudantes. Tuta, como Luiza era conhecida em Araraquara, fala também dos namoricos, mas não conta de nenhum namorado sério. Pedro ainda não tinha entrado em sua vida.

Tuta é a primeira filha de Durvalina Santomo Garlippe e Armando Garlippe. Paporicada enquanto é filha única, Tuta é de fácil amizade, muito viva e risonha. Na escola é ótima aluna, muito organizada. O casal tem outro filho, Saulo, nove anos depois do nascimento da primogênita. Após um ano de tratamento de um câncer no útero, com 37 anos, Durvalina morre. Saulo tem apenas dois anos. Tuta parece aceitar bem a morte da mãe. Ela tem onze anos e ajuda o pai a cuidar do irmão. Até que Armando Garlippe se casa com Acary Vieira de Souza. No início, Tuta também se adequa ao novo casamento do pai, mas depois começa a ter problemas com a madrasta.



A luta armada no campo é apontada como o começo desejável de uma revolução no país na VI Conferência do PCdoB, realizada em São Paulo em junho de 1966. Essa idéia, entretanto, já está presente no Partido antes da VI Conferência. A partir de 1964, pessoas e recursos começam a ser deslocados para o campo. O dirigente Maurício Grabois e o economista Paulo Rodrigues, militante comunista desde 1960, estão entre esses quadros, como são chamados os membros das organizações qualificados para uma tarefa.

No intuito de localizar uma zona adequada ao propósito do Partido, os dois homens vão percorrendo parte do país de sul a norte.

Grabois é um dos dirigentes mais proeminentes do Partido. Começa sua militância no Partido Comunista em 1932, com dezenove anos. Como aluno da Escola Militar, se destaca no papel de ativo organizador da atividade partidária nas Forças Armadas. Ele vira dirigente regional três anos depois do seu ingresso no Partido. Em 1943 é eleito membro do comitê central, da comissão executiva e do secretariado do comitê central e reeleito nesses cargos em 1954. Grabois chega a ser líder da bancada do Partido na Câmara dos Deputados. Defensor da manutenção da linha marxista-leninista, o dirigente participa da fundação do PCdoB em 1962. Vai duas vezes à China, onde observa de perto o encaminhamento da Revolução Cultural, liderada por Mao Tsetung.

Grabois e Rodrigues saem para as expedições de reconhecimento. Primeiro vão de ônibus; mais tarde, no jipe que compram para isso. Nessas viagens, eles observam se nas regiões existem as condições que eles avaliam como propícias para o desenvolvimento da luta. Basicamente, uma geografia que favoreça a atuação dos guerrilheiros e dificulte o combate das tropas oficiais, e uma população que, vivendo numa situação precária e sem a presença do Estado, tenha potencial para encarar uma luta revolucionária. Sempre avançando, chegam até Porto Franco, no Maranhão. Dali seguem até o sul do Pará.

Paralelamente, Pedro Pomar e Carlos Danielli também realizam expedições. Danielli, militante comunista desde meados da década de 40, eleito para o comitê central com 25 anos de idade, viaja pelo Nordeste. Mais especificamente pelo Ceará, Piauí, Maranhão e oeste da Bahia. O paraense Pedro Pomar é outra figura destacada no Partido. Militante político desde muito jovem, é eleito deputado federal pelo PCB em 1947. Como defensor da linha stalinista no partido comunista, é um dos fundadores do PCdoB.

Na fase de busca de um local propício para a guerrilha, Pomar se desloca através de Goiás, Maranhão e sul do Pará, disfarçado de vendedor de remédios de nome Lino. O seu trabalho lhe permite ter

freqüentes contatos com a população. Assim, o dirigente aprende bastante sobre a região. Depois dessas viagens de reconhecimento, ele e Ângelo Arroyo ficam responsáveis por preparar a instalação de militantes em Goiás.

Ângelo Arroyo é operário. Metalúrgico, ingressa no PCB em 1945 e no ano seguinte já é membro do comitê regional de São Paulo. Destaca-se no movimento sindical, onde é um forte ativista. Em 1954, torna-se membro do comitê central. Também participa da fundação do PCdoB. A partir de 1964 passa a trabalhar pelo Partido no campo, fazendo reconhecimento de possíveis sedes para a esperada luta.

Pomar e Arroyo instalam militantes como fazendeiros, posseiros ou comerciantes em pequenas cidades do Goiás. Mas a região apresenta alguns pontos negativos. A população, que seria a base de massa da guerrilha, é muito dispersa e tende a se movimentar acompanhando a mudança da fronteira agropecuária. Muitos trabalham na derrubada da mata, na abertura de novas fazendas de gado. Quando acaba a mata, acaba o trabalho.

No começo de 1965, alguns militantes do PCdoB são enviados a uma das regiões visitadas por Grabois e Rodrigues. Trata-se de Guiratinga, pequena cidade próxima de Rondonópolis, no Mato Grosso. Eles são Vitória Grabois, filha do dirigente do partido, Gilberto Maria Olímpio, marido de Vitória, Osvaldo Orlando da Costa e o próprio Paulo Rodrigues.

Durante nove meses, os militantes se misturam à população com suas novas identidades e ocupações. Paulo e Gilberto trabalham como caixeiros-viajantes, o que lhes permite fazer um reconhecimento da área enquanto viajam pelo noroeste do estado. Osvaldo, negro, forte e de quase dois metros de altura, vira garimpeiro. A jovem Vitória, de 21 anos, dá aulas para as crianças da cidade.

A vida em Guiratinga acaba em setembro de 1965, quando Maurício Grabois chega ao povoado e comunica aos quatro militantes que, de acordo com a análise do reconhecimento feito na região, esse não é um local indicado para a guerrilha. Na despedida dos moradores, há choradeira. Vínculos afetivos foram construídos ao longo do tempo. Mas a região deve ser deixada para trás. A busca de

uma área para a guerrilha vai se deslocando em direção ao norte. Centro-oeste de Goiás, norte desse Estado, sul do Maranhão e do Pará.



Em 1969, o PCdoB aprova e difunde entre seus militantes o documento *Guerra Popular: Caminho da Luta Armada no Brasil*. O texto define o tipo de revolução que o Partido está pensando e começando a preparar. Trata-se de uma luta armada prolongada a ser desenvolvida no interior do país, com o apoio do Partido nas cidades, através do envio de quadros, ajuda material e coordenação política. Segundo o documento, a luta se dará através de uma guerrilha que, aos poucos, incorporará a população, transformando-a em um exército popular.

A proposta se insere na linha chinesa de revolução, adotada pelos dirigentes do PCdoB desde o surgimento do Partido. O campesinato foi o principal protagonista da guerra popular que levou Mao Tsetung ao poder em 1949, quando o líder proclamou o nascimento da República Popular da China. Foram vinte anos de luta. Ao longo desse período, milhares de moradores das enormes regiões rurais do país foram se incorporando e liberando gradualmente parcelas do território. Novas relações de produção eram implantadas nessas regiões, que passavam a ser regidas por um sistema comunista. A conquista das cidades foi feita através do cerco realizado pelos camponeses.

Mais um documento é elaborado nesse ano de 1969, no mês de dezembro. Em *Responder ao Banditismo da Ditadura com a Intensificação das Lutas do Povo*, o comitê central do Partido afirma que as condições para a revolução estão maduras no país. O endurecimento da repressão vivido nos últimos tempos aumentará a oposição, já intensa, à ditadura. A situação econômica é descrita como péssima. O aumento dos impostos, a paralisação da produção, a desvalorização do cruzeiro e a contenção dos salários intensificarão os conflitos. A estreita base política do governo Garrastazu Médici,

supunha o documento, o debilitará e favorecerá os revolucionários. Nesse contexto teoricamente propício ao desencadeamento da luta popular, o Partido, como a maioria das outras organizações de esquerda do país, se coloca como responsável por acelerar esse processo.

Em documentos e discussões, os dirigentes do PCdoB afirmam contundentemente que o foquismo é uma modalidade de guerrilha que deve ser evitada a qualquer preço. A revolução cubana é considerada foquista. Um contra-exemplo. A partir de 1956, na mata da serra Maestra, um grupo de menos de vinte homens – entre eles, Fidel Castro e Ernesto Guevara – resistiu aos ataques do governo. Nesse período, o apoio nas cidades da ilha só cresceu, animado pelas boas notícias do pequeno grupo de guerrilheiros. Em 1959, depois de uma greve geral, o ditador Batista foi derrubado. Fidel e sua tropa, formada com a incorporação de moradores ao foco guerrilheiro, entraram em Havana.

A teoria do foquismo, elaborada pelo francês Régis Debray com base na experiência cubana, caracteriza esse tipo de luta. O foco é um grupo pequeno de ativistas muito motivados e preparados militarmente. Não há necessidade de um partido para comandá-lo. A conquista ideológica das massas também não é importante. Isso porque o aspecto militar predomina sobre os outros. O local onde o grupo se protege é de difícil acesso, para que as tropas oficiais, superiores em número e armamento, não consigam chegar. Assim, a partir de ações dos guerrilheiros, mais e mais pessoas entram nesse grupo que se multiplica em colunas de combatentes até conseguir a vitória.

As principais críticas do PCdoB ao foquismo se referem a seu aspecto voluntarista. Segundo o Partido, nesse tipo de guerrilha não se leva em conta a situação objetiva do conflito de classes, mas apenas a vontade de um grupo. O militarismo também é criticado, assim como a realização da luta independentemente da conscientização do povo. Além disso, os foquistas negam a necessidade do partido no processo revolucionário. Essa idéia entra em franca contradição com a opinião do PCdoB.



Após a difusão de *Guerra Popular*, e com o otimismo revolucionário estimulado por *Responder ao Banditismo*, muitos militantes do Partido desejam ser convocados para a chamada “ida ao campo”. Querem estar entre os protagonistas da luta de massas que iniciará a revolução no Brasil. Entre os que são convidados pela direção, poucos se negam a ir. Outros tomam a iniciativa de solicitar seu deslocamento ao lugar de preparação da guerrilha, até porque muitos deles já estão “queimados” – já se tornaram conhecidos dos órgãos de repressão nas cidades.

Pessoas de perfis muito diferentes são escolhidas dentro do PCdoB para participar da preparação da guerrilha. Desde lideranças visadas pelo governo até militantes de base sem muito destaque; pessoas de antiga participação no Partido e também recém-filiados; estudantes, profissionais liberais e operários.

Antes de o militante “partir para o campo”, ele tem pelo menos uma entrevista com membros do comitê central do Partido, em algum aparelho de São Paulo – casas ou apartamentos alugados onde ocorrem as reuniões e vivem muitos dos militantes perseguidos pela polícia. Normalmente, os aparelhos ficam na periferia das cidades para não levantarem suspeitas. Os dirigentes de células – pequenos grupos de pessoas filiadas aos partidos – são, às vezes, a ponte que põe em contato entrevistado com entrevistadores. Em alguns casos, esse se torna o primeiro contato com João Amazonas, Pedro Pomar, Carlos Danielli ou Maurício Grabois.

Em conversa com eles, o candidato deve tomar uma decisão definitiva em relação a sua partida. Os dirigentes apresentam para o militante como será sua nova vida e testam seu potencial. A sua firmeza ideológica, a capacidade de se desprender dos laços familiares e a aceitação de um cotidiano completamente diferente, que poderá se estender até a morte, são alguns dos quesitos avaliados.

Depois disso, o selecionado recebe, normalmente, algumas indicações sobre as coisas que deve levar. São botinas, calças tipo

rancheiro, camisas grossas de algodão e cantil. Tudo compactado numa mochila. Recebe também instruções para se encontrar, na rodoviária de São Paulo ou de alguma cidade de Goiás, geralmente Anápolis ou Goiânia, com a pessoa que o acompanhará no longo trajeto. Elza Monnerat e João Amazonas costumam cumprir essa função de acompanhantes.

Para chegar a seu destino final, ainda desconhecido, o militante viajará de ônibus e, em alguns casos, também de barco ou até de táxi aéreo. No último trecho, percorrerá vários quilômetros a pé, surpreendendo-se com a geografia, os animais e as plantas. Pisará finalmente o solo da terra da qual sabia, apenas, que fica em algum lugar do imenso interior do Brasil. Iniciará uma vida completamente diferente do dia-a-dia na cidade, longe da família e dos amigos.



Serra do Mar, 1969. Fim do treinamento de guerrilha do PCdoB. A moça de traços orientais que observava a aula de enfermagem, Suely Yumiko Kamaiana, volta a São Paulo e continua sua vida de estudante de Letras Anglo-Germânicas, militante do PCdoB no movimento estudantil e professora de português em escolas da periferia.

Para uma jovem engajada como ela, o cotidiano paulistano já não é o que era. O ano em que os estudantes foram os principais protagonistas da cena política, 1968, acabou com as duras advertências presentes no AI-5. Muitos jovens estão sendo presos. Outros, com mais sorte, passam à clandestinidade. Os professores também não escapam da perseguição decorrente do Ato. Em abril de 1969, docentes de esquerda são punitivamente aposentados. Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e José Arthur Gianotti, entre outros, são demitidos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP, onde Suely estuda. Tudo de acordo com o decreto-lei 477, que consegue manter os mais politizados – docentes e estudantes – fora das universidades.

Outra das ferramentas da repressão é o Inquérito Policial Militar

(IPM), investigação realizada sobre um determinado tema ou grupo, como o movimento estudantil. Seu objetivo é justificar a prisão da maior quantidade possível de suspeitos. Com base no IPM, acusam-se determinadas pessoas de praticarem ações contrárias às leis e decretos vigentes. Pode até decretar-se prisão preventiva. Geralmente, os acusados decidem não se entregar e passam a viver na ilegalidade.

A polícia é infiltrada em muitas organizações de esquerda. Misturada aos militantes, levanta informações sobre eles. Quando um ativista é preso, as pessoas ligadas a ele passam a ser suspeitas. Agendas ou papéis com nomes e endereços podem levar as forças da repressão até novos possíveis “subversivos”. Daí o hábito de decorar as informações e nunca anotar nada. Uma prática da vida de quem faz política em partidos clandestinos.

Em alguns casos, entretanto, esquecer é melhor que lembrar. Especialmente quando o preso é ligado a alguma organização de guerrilha. A tortura praticada contra esse tipo de militante pode fazer com que ele fale o que não quer ou não pode. Assim, quando os membros do mesmo grupo de um partido ficam sabendo ou deduzem que um companheiro caiu, ou seja, foi preso, começam a tomar medidas porque eles podem ser os próximos. A ausência no ponto – o lugar estipulado para o encontro com outro militante – é um indício de uma provável prisão.

A delação espontânea também ajuda a repressão. Nas universidades, de vez em quando, age um professor ou estudante delator. Um “dedo-duro”. As acusações, às vezes falsas, podem se referir a fatos corriqueiros como falar contra a ditadura ou incitar a subversão. Existem também aqueles que começaram na esquerda e são convencidos pelos repressores infiltrados a colaborar com eles. Os militares os denominam “cachorros”.

Em 1969, a repressão está eficientemente organizada e bem informada. O Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão coordenador de todas as atividades de espionagem política, já foi criado cinco anos atrás. O SNI é diretamente ligado à Presidência, que recebe os informes e determina quem terá seus direitos cassados. Já no ano de sua fundação, o serviço possuía informações sobre 400

mil brasileiros. Os ministérios militares têm seus núcleos de averiguações. São o Centro de Informação do Exército (CIE), da Marinha (Cenimar) e o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa). Os outros ministérios, como os da saúde e educação, contam com as Divisões de Segurança e Informação (DSIs) a partir de 1967.



Toda essa força repressiva tem, como principal alvo, os jovens. Em decorrência das numerosas manifestações protagonizadas pelo movimento estudantil no ano anterior, os órgãos de informação das Forças Armadas começaram a enxergá-los como uma ameaça concreta. A presença de guerrilhas urbanas já se faz sentir. De fato, em 1968, o Comando de Libertação Nacional (Colina) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) fizeram as primeiras ações. Ambas são produtos de rachas internos de outra organização, a Polop, como era conhecida a Organização Revolucionária Marxista. A partir de 1966, os dissidentes se juntaram a ex-militares e formaram as novas agrupações. A ALN, liderada por Carlos Marighella, atua desde 1967.

Os atos desses grupos começam a ser mais incisivos. Para conseguir os recursos necessários para a guerrilha – e até para sustentar seus militantes, que levam uma vida clandestina – eles assaltam diversos alvos para obter dinheiro. Bancos, carros e trens pagadores. Uma pedreira e um hospital militar rendem dinamite e armas. Além disso, começam a aparecer as ações propriamente políticas. Em 1968, não se registraram tantas, como será notado nos dois anos seguintes. Mas elas já começam a dar as caras. É o caso do assassinato do capitão do Exército dos EUA, Charles Rodney Chandler, em 12 de outubro. Segundo os dirigentes da VPR que planejam e executam sua morte, ele é agente da CIA (a agência central de inteligência estadunidense) e instrutor de tortura dos militares brasileiros.

Perante os protestos relativamente pacíficos dos jovens e a atuação de grupos de guerrilha nas cidades, a possibilidade de um

abalo de peso à ordem estabelecida pelo governo militar se traduz no recrudescimento das ações repressivas e no refinamento e multiplicação dos órgãos que as coordenam.



Em julho de 1969 as polícias estaduais são militarizadas e centralizadas sob o comando do Exército. No mesmo mês surge a Operação Bandeirantes (Oban), uma criação paulista logo copiada por outros estados. A originalidade e a eficiência dessa nova estrutura consistem em centralizar todas as instâncias do sistema de segurança, sejam civis ou militares, evitando o desgaste das rivalidades. Todas as delegacias policiais, inclusive o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), são obrigadas a enviar para a sede da Oban os suspeitos de realizarem atividades subversivas.

A operação se constitui como um corpo de polícia política do Exército coordenado pelo CIE e tem sua sede numa ex-delegacia que fica a poucos minutos do quartel-general do II Exército, no Ibirapuera. O prédio foi cedido pelo governador do estado, Roberto de Abreu Sodré. O local tem prisão própria. É uma estrutura auto-suficiente para completar o processo começado com a detenção, cuja última etapa pode ser a tortura ou a morte. Reúne efetivos da PM, delegados e escreventes. Essa unidade centralizada da repressão conta também com o apoio material do prefeito da cidade, Paulo Maluf, e dos grandes grupos comerciais e industriais de São Paulo. O primeiro asfalta e ilumina a área do quartel. Os empresários dão dinheiro, carros, caminhões e até refeições congeladas.

O DOPS é um dos mais antigos órgãos de repressão do país, surgido para controlar e reprimir os militantes anarquistas no começo do século XX. A obtenção de informações sob tortura é uma das características desse órgão desde o início. A partir de 1970, o DOPS começará a trabalhar em conjunto com o Departamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), um órgão integrado que tem o mesmo modelo da Oban. Em ambos os órgãos, os suspeitos de realizar ações subversivas serão presos,

interrogados e torturados. O DOPS, além disso, se encarregará de legalizar as irregularidades e formalizar os inquéritos policiais. O DOI-Codi se caracterizará pelos procedimentos mais violentos de prisão e tortura do regime.

Em pouco tempo, a relação entre os centros de repressão se tornará conflituosa. O mérito das prisões e das informações mais relevantes será o ponto de discórdia. A presença do delegado Sérgio Paranhos Fleury no DOPS de São Paulo terá bastante a ver com isso. Fleury, o homem que comanda em novembro de 1969 o assassinato de Carlos Marighella, é um dos piores torturadores da repressão, destacado por sua truculência.

A rivalidade chega a tal ponto que o delegado é capaz de enviar para o DOI-Codi o corpo de um militante muito procurado num estado de destruição total. É Shizuo Osawa, membro da VPR. Supõe-se que ele possa indicar a localização de um centro de guerrilha. O rapaz teria que ser interrogado no órgão rival, mas Fleury não aceita o fato. Para impedir que isso aconteça, e, ao mesmo tempo, sem poder desacatar a ordem, ele arrebenta o corpo antes de enviá-lo. O interrogatório no DOI-Codi não poderá ser feito. Para conseguir esse resultado, o próprio delegado, que é muito gordo, pula em cima do cadáver.

*

Mas a vida política continua ativa entre os jovens que, como Suely, ainda conseguem freqüentar a FFCL da USP em 1969. O local não é mais o mesmo. A faculdade, agora sediada em barracões improvisados na Cidade Universitária, mudou-se depois que o prédio da rua Maria Antônia foi incendiado num enfrentamento de estudantes.

No clima de opressão de 1969, as grandes panfletagens e passeatas públicas, que, até o ano anterior, reuniam massas de estudantes secundaristas e universitários semanal ou diariamente, já não são possíveis. Os comícios-relâmpago são uma alternativa para burlar essa repressão. No meio da rua, o militante sobe num

caixote. Ou então aproveita a presença de alguma estátua, escadaria ou qualquer lugar que sirva para improvisar um palco. Se não tem nada por perto, ele fala do chão. O importante é divulgar uma idéia entre as pessoas que passam. Muitos pedestres, com medo, saem de perto. Tudo tem que ser rápido, para não dar tempo de a polícia chegar. O discurso dura um ou dois minutos. Enquanto o orador se pronuncia, outros militantes vigiam os arredores. Depois, todos correm.

Algumas organizações persistem em continuar com as passeatas. Entre elas, o PCdoB. Essa modalidade é mais condizente com a idéia do Partido de fazer a revolução com as massas. De qualquer maneira, essas caminhadas já não conseguem reunir muitos jovens além dos mais organizados. Os partidos redobram os cuidados na organização das mobilizações. Devido a essas normas de segurança, não é qualquer um que fica sabendo do lugar da manifestação nem da forma de chegar até ela.

Através dos dirigentes, militantes de base como Suely são inseridos em grupos de trabalho específicos para o dia da mobilização. Cada um deve cuidar dos outros companheiros. Se alguém não voltar ao ponto previsto, os outros membros devem comunicá-lo a sua organização. Todos os itinerários são previamente definidos. Os de concentração e os de dispersão. Os grupos de cinco pessoas, vindos de diferentes pontos, vão chegando ao marco zero da passeata. Tudo termina quando a polícia dispersa os manifestantes com cavalaria, gases lacrimogêneos, cassetetes ou até armas de fogo. Geralmente, há resistência. No meio da correria, os jovens se valem das suas armas. Contra a cavalaria, rojões, bolas de gude e rolhas. Para evitar males maiores causados pelas bombas lacrimogêneas, servem os lenços tapando o nariz.

Em ações rápidas na rua, os estudantes lançam o coquetel molotov, uma bomba incendiária de fabricação caseira. Placas convocando ao alistamento militar e viaturas de polícia são alguns dos alvos prediletos. Importante é atingir símbolos da ditadura militar. Suely realiza esse tipo de tarefa. O perfil da nisei de 21 anos é o do típico militante de base. Muitos jovens participam, como ela, do

movimento estudantil. Para o Partido, é importante manter uma presença equilibrada no ambiente universitário: lideranças que interfiram ativamente nas assembléias e “tarefeiros” que, sem aparecer muito, realizem trabalhos pontuais. Suely vai a essas manifestações, faz pichações, elabora panfletos e cartazes. É justamente um cartaz a sua primeira atividade política.



É março de 1968 na FFCL da USP, um dos grandes centros de atividade política estudantil em São Paulo. Num saguão do prédio da rua Maria Antônia número 258, na Vila Buarque, grupos de jovens se apressam para a passeata que acontecerá em breve no centro da cidade em solidariedade a Édson Luís, o secundarista morto no Rio de Janeiro.

Suely, de cabelo curto, camisa xadrez verde e calça comprida, se aproxima de um grupo que está preparando uma faixa. Ela fala com outra moça de traços japoneses, cujo estilo hippie contrasta com o visual comportado de Suely. É Rioco Kayano. Ambas são estudantes de Letras, da mesma turma, desde 1967. Elas já fizeram trabalho de faculdade juntas, mas a menina de calça boca-de-sino não se lembra bem da outra nisei, bastante apagada, que agora se aproxima dela.

— Posso ajudar?

— Claro!

O cartaz fica pronto com algumas das frases habituais. “Abaixo a ditadura” e “Por mais verbas”. A menina mais largada, e também mais politizada, aproveita para fazer uma proposta para Suely:

— Você não quer ir à passeata?

— Tá bom.

Com essa lacônica resposta, a moça dá o primeiro passo da sua militância política. A partir desse sucinto diálogo, as duas nisei começam a se conhecer melhor, fora do âmbito das aulas. A extrovertida Rioco e a discreta Suely começam a participar juntas de muitas das atividades propiciadas pela efervescência política que se

vive na faculdade.

Ainda no começo do ano, o prédio da Maria Antônia é ocupado pelos estudantes em protesto ao problema dos excedentes. O lema é “todos ou ninguém”. O prédio é ocupado por estudantes que ali passam as noites tocando violão, cantando, conversando. Suely não pertence a esse grupo. Não faz parte de seu jeito de ser, muito menos das normas da sua família.

Mas ela participa das atividades que estão acontecendo. As assembléias e debates são permanentes. Fala-se muito sobre o acordo MEC-Usaid que, inclusive, motiva uma greve nacional de estudantes. Muitos outros temas de política são também discutidos no âmbito universitário. Imperialismo, Guerra do Vietnã, foquismo.

A poucos meses da morte do revolucionário Ernesto “Che” Guevara, já considerado por muitos um herói por seu desprendimento, disciplina e coragem, os debates sobre o foquismo são quentes. “Che” foi assassinado na selva boliviana enquanto tentava iniciar a revolução no país. Apenas um punhado de homens o acompanhava. Ele se retirara de Cuba, onde tinha derrubado a ditadura de Fulgencio Batista junto a Fidel Castro. Seu objetivo era acender, em vários países do mundo, focos guerrilheiros.

A ocupação do mês de março não é a única do ano na FFCL da USP. Em meados de julho, os estudantes passam a controlar o funcionamento da faculdade. Durante sessenta dias, até o reitor tem que se identificar para ingressar no prédio.

★

Muitas apresentações artísticas acontecem nas ocupações do prédio da Maria Antônia e do Crusp, durante 1968. Cantores como Sérgio Ricardo e Geraldo Vandré, entre outros, dão shows gratuitos. Chico Buarque também. Ele fez três anos de Arquitetura e Urbanismo na USP até 1966, ano em que o jovem compositor ganha o II Festival de Música Brasileira, em São Paulo. *A Banda* é a música vencedora. *Disparada*, de Geraldo Vandré, também é premiada.

Chico, com cara de bom moço de olhos azuis e suas músicas

alegres de letras otimistas, muitas vezes é classificado como alienado. Uma acusação bastante comum. Caetano Veloso, por exemplo, chega a ser vaiado ao apresentar músicas que, na visão da platéia militante, fogem dos padrões revolucionários. Esses artistas considerados despolitizados, entretanto, também se opõem à ditadura. Mas boa parte da esquerda opina que a arte deve ser engajada em todo momento. As ideologias permeiam o ambiente universitário de esquerda sem separação entre cultura e política.

Em 1968, uma peça choca o público com cenas de alta agressividade e duras críticas à repressão do governo militar e à cultura consumista na forma de metáforas. Trata-se de *Roda-Viva*. O roteiro é do próprio Chico Buarque. Dessa vez, ele não pode ser considerado alienado. Um fígado de boi lançado à platéia causa estupor entre os seguidores do compositor e escritor, especialmente entre os grupos de delicadas jovens que, por apreciar tanto a beleza quanto a produção de Chico, não perdem nenhum de seus lançamentos.

O artista, porém, não é totalmente responsável pelo resultado. José Celso Martínez Corrêa, na direção da peça, é quem garante, com seu estilo, o impacto. A violência insinuada no texto é potencializada pelo adepto do chamado “teatro da violência” ou “da porrada”. Porrada verbal, psicológica e até física sobre o espectador.

Na noite de 18 de julho, a vítima dos golpes muda. Enquanto a peça está sendo apresentada no Teatro Ruth Escobar de São Paulo – conhecido como *Galpão* – um bando do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) irrompe na sala, destrói o palco e espanca atores e técnicos. Começa uma perseguição que dura até o final do ano. Após o anúncio do AI-5, o compositor é perseguido e decide se exilar na Itália.

No seu tempo de universitário, Chico frequenta o bar que os estudantes da USP chamam de *Sem nome*. A música ao vivo acaba ficando por conta dele. Tanto o bar quanto a faculdade de arquitetura ficam nas proximidades da FFCL. Os universitários do prédio da Maria Antônia também aparecem por ali. É nesse mesmo boteco, ainda sem nome, que as reuniões de colegas e amigos se prolongam na saída da faculdade ocupada, em março de 1968. A atração já não é a

voz e as letras de Chico, que está na Itália, mas as famosas batidas de fruta.



Grupos de amigos vão se formando no decorrer na vida universitária. Suely e Rioco andam freqüentemente com outras moças de origem nipônica. A mulata Helenira Resende de Sousa Nazareth, uma das lideranças do movimento estudantil da USP e amiga das nisei, apelida o grupo de “exército japonês”. Helenira, carismática, é uma das primeiras mulheres que vai de calça comprida à Universidade. Divertida e carinhosa, ela inventa mais um nome para designar a turma. As miúdas Rioco, Mônica, Nair, Eli e Suely estão sempre uma do lado da outra, como “cocô de peixe”. É uma das brincadeiras que rendem muitas risadas entre as amigas.

Todo dia, ao sair do prédio da rua Maria Antônia, alguns estudantes que minutos antes transitavam pelos mesmos corredores se dirigem sigilosamente a locais onde discutirão política. São filiados de algum partido político e pertencem à mesma célula. A maioria não sabe nada sobre a vida dos outros. Apenas o “nome frio”, usado para não revelar a verdadeira identidade. Uma das normas de segurança. Em cada uma dessas unidades há um militante mais experiente. Seu papel é passar os documentos, as pautas e as instruções para as bases e também informar os dirigentes sobre as atividades dos pequenos grupos. São esses dirigentes de células que fazem a iniciação teórica dos novos militantes.

A presença partidária também se faz sentir dentro das faculdades. A reforma universitária é um dos temas que mais se discutem nos encontros de 1968. No interior das faculdades circulam panfletos opinando sobre o assunto. Levam a assinatura de um ou outro líder. Os estudantes organizados conseguem ler, nas entrelinhas desses textos, a orientação ideológica de algum partido que está por trás dos autores. Todas as organizações têm suas posturas a respeito da reforma desejada pela esquerda. O PCdoB, em documentos que divulgam as características gerais da universidade ideal, afirma que o

ensino deve ser democrático, incluindo toda a população, e a pesquisa deve ser voltada ao benefício da sociedade.

*

A situação do ensino superior no Brasil não é nada boa. A universidade não acompanhou o desenvolvimento industrial do Brasil nos anos 50. O mercado tem muitas vagas para as profissões universitárias, mas as instituições de ensino não têm vagas para todos. O atraso também se nota no aspecto pedagógico. Os professores ministram as mesmas disciplinas ano após ano e só são substituídos quando morrem ou se aposentam. São as chamadas “cátedras vitalícias”. As aulas usam métodos antigos e autoritários. O nível dos professores não é muito alto. Nem a quantidade, depois do golpe de 64. Muitos professores são perseguidos, presos ou impedidos de dar aulas, o que só piora a situação.

Mas o governo militar já prepara uma reforma para a universidade brasileira. Só que a orientação dessa reforma tem clara influência dos Estados Unidos. O Ministério da Educação fecha o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), que pesquisa a educação brasileira para orientar as políticas educacionais do governo. Vários de seus renomados técnicos são afastados, como Anísio Teixeira, ex-reitor da Universidade de Brasília. No lugar do Inep surgem diversos pactos entre o Ministério da Educação e a *United States Agency of International Development* (Usaid). O acordo MEC-Usaid define a criação de uma comissão de planejamento do ensino superior composta de cinco membros brasileiros e cinco estadunidenses.

Um americano, Rudolph Atcon – secretário executivo do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras desde 1966 – é o autor de um relatório em que se baseiam os acordos. No documento, ele traça um panorama dos problemas do ensino superior na América Latina. Também propõe soluções. A transformação das universidades públicas em fundações privadas. Atcon defende que o ensino superior deve dar lucro e, para isso, devem ser cobradas matrículas de valor crescente ao longo de dez anos.

Outra das propostas é a extinção dos centros e diretórios acadêmicos e da participação dos estudantes nos conselhos universitários, onde são tomadas as decisões sobre quase todos os aspectos da vida acadêmica. A participação de alunos na gestão da universidade é mais um tema que motiva a formação de um movimento de protesto, em que os estudantes pedem a criação dos conselhos paritários. Alunos, professores e funcionários teriam a mesma quantidade de representantes.



Além do movimentos de excedentes, da mobilização pelas comissões paritárias e dos protestos contra o acordo MEC-Usaid, outros momentos marcam o ano de 1968 na FFCL da USP. Na manhã de 2 de outubro, na rua Maria Antônia, secundaristas fazem barricadas e cobram pedágio com o objetivo de arrecadar fundos para o 30º Congresso da UNE. Alunos da Universidade Presbiteriana Mackenzie protestam veementemente. Apesar de serem vizinhas de rua, o Mackenzie e a USP estão totalmente afastadas em termos de ideologia. Na primeira predomina o apoio ao governo militar e se concentram representantes de organizações de extrema-direita: o CCC, a Frente Anticomunista (FAC) e o Movimento Anticomunista (MAC). Já a USP é um núcleo de opositores da ditadura, com forte presença de organizações de esquerda.

Às dez e meia da manhã, alguns alunos do Mackenzie atiram ovos contra seus adversários. É o começo de uma batalha campal que acaba envolvendo três mil alunos da Mackenzie e 2.500 estudantes da FFCL da USP. Pedras, coquetéis molotov e rojões são lançados nos dois sentidos. Do Mackenzie também saem bombas de gás lacrimogêneo e tiros de vários calibres. A polícia chega, mas entra pelos fundos da faculdade particular e ali fica. A rua está ocupada. Dentro das faculdades, prepara-se a luta e se discutem as estratégias a seguir. O enfrentamento só chegará ao fim na manhã do dia seguinte. O saldo, um morto e o prédio da USP incendiado. A vítima é um secundarista de vinte anos, José Guimarães. Também há alguns feridos

a bala.

★

Suely e Rioco, iniciantes na atividade política, vivem um ano intenso. Para muitos militantes, a preparação das freqüentes passeatas e a participação em vários tipos de mobilização acabam ocupando o tempo das atividades discentes. Mas o caso de Suely é diferente. Ela não deixa de fazer honra a sua fama de “certinha”, compatibilizando seu envolvimento no movimento estudantil e, posteriormente, no PCdoB com as responsabilidades da faculdade. Seus amigos e colegas sabem que ela é muito estudiosa. A sua média é alta, embora ela tenha escolhido, como habilitação, a árdua língua alemã. E apesar de estar cursando japonês como matéria optativa.

A amizade de Suely e Rioco vai se estreitando. As visitas às casas se tornam mais freqüentes. No apartamento da Vila Mariana onde Rioco mora com a avó e os irmãos, Suely fica muito conhecida e querida. O convívio com Rioco acaba influenciando Suely, que, apesar da postura rígida, põe, pela primeira vez, um cigarro na boca. As amigas, apesar das personalidades muito diferentes, têm várias coisas em comum. A origem nipônica, a casa paterna no interior de São Paulo, a vinda à capital para estudar, as famílias japonesas bastante rígidas e o idioma.

As meninas falam em japonês. Suely tem até um apelido nipônico, *Zôkin*, que ganhou das irmãs de Rioco. O significado em português é “trapinho” e se refere à atitude da suave e delicada japonesinha face ao jeito mandão da amiga. Às vezes, porém, *Zôkin* se rebelava.

— Suely, pega isso para mim.

— Você está achando que eu sou sua empregada?

Mais tarde, os encontros das amigas se deslocam da casa da Vila Mariana ao Butantã. Rioco passa a morar no Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (Crusp). Ela quer aproveitar melhor a vida universitária. A movimentação política, constante na moradia da USP. As festas. A companhia dos amigos. Suely dorme lá de vez

em quando.

Durante 1968, a moradia dos estudantes é um centro de livre atividade política, agitado durante as 24 horas do dia. A maioria de seus moradores é de esquerda, embora exista uma parcela de direita e jovens que, simplesmente, não querem saber de política. Na denominação dos militantes de esquerda, os “alienados”. Mas os politizados de esquerda vão tomando, aos poucos, o controle do lugar. Um grupo chega a aprisionar um jovem do CCC, José Parisi, durante três dias num apartamento. Convoca-se uma assembléia para decidir o que fazer com Parisi. Mas o presidente da UEE, José Dirceu de Oliveira e Silva, e outros moços decidem soltá-lo antes disso. Alegam, na assembléia, que a direita deve ser derrotada politicamente.

A polícia não entra no Crusp. Os estudantes não deixam. Policiais não fardados, quando reconhecidos, são expulsos. No início do segundo semestre de 1968, uma viatura ingressa procurando um jovem suspeito de pertencer à ALN. O carro é queimado e os policiais, presos num dos apartamentos por alguns dias. A iniciativa da ação contra a polícia parte de dirigentes da Associação Universitária Rafael Kauan (Aurk), agrupamento de estudantes que leva o nome de um ex-morador do Crusp – um militante morto num acidente. Um ativo participante desse episódio é “Jurandir da quarta”. O rapaz é líder da Aliança Operária Camponesa Estudantil, uma organização trotskista. Daí o apelido, aludindo à Quarta Internacional, a organização mundial socialista fundada em 1938 por Leon Trotsky.

Mas a ação não fica por ali. Se a polícia identificou um morador do Crusp, ela o fez com o apoio da Reitoria para consultar os arquivos do Instituto de Saúde e Serviço Social da Universidade (Issu), responsável pela administração do conjunto residencial. O pessoal da Aurk, José Dirceu e outros lideram uma passeata até a Reitoria. Alguns sobem ao andar do Issu, pegam todos os arquivos e os jogam pela janela. Todas as fichas são queimadas. A administração da moradia passa às mãos dos jovens.

Essa é uma mostra do poder que os estudantes têm no Crusp, da liberdade que ganharam ou impuseram. Mas tudo acaba na madrugada de 17 de dezembro de 1968, quatro dias após o anúncio

do AI-5. O Exército, a força pública¹ – conhecida pela sua agressividade – e a polícia marítima – famosa por seus cassinetes “tamanho família” – invadem o conjunto residencial.

Parece uma guerra. Caminhões com soldados, tanques de guerra e brucutus – carros blindados usados para reprimir manifestações com jatos de água e, às vezes, tinta vermelha – ocupam as ruas da moradia. Uns três quilômetros de veículos militares. Até há viaturas com bateria antiaérea, destinadas a defender as forças do governo das garrafas e pedras que costumam ser lançadas do alto dos prédios nessas ocupações. Quase todo mundo é preso. Uns 1.300 jovens são levados para o presídio Tiradentes. No final da noite, a maioria é dispensada. Só os mais comprometidos ficam. São cerca de setenta, distribuídos em três celas. Dois dias depois, menos de trinta são transferidos para a cela normalmente destinada às prostitutas. As mulheres são soltas para cederem espaço aos estudantes. O próximo destino dos jovens é o Dops. Ficam até quatro dias ali.

A partir dessa manhã, policiais não fardados começam a ter presença ostensiva no local. Já não dá para expulsá-los. A maioria dos antigos moradores do Crusp não pode voltar mais. Rioco está entre eles. Felizmente, o PCdoB consegue alguém que empresta um apartamento na cidade para ela e algumas outras jovens. As reuniões voltam a se tornar freqüentes no aparelho. Nesse final de ano, as amigas já são filiadas ao Partido. O grupo tem o hábito de se reunir periodicamente para ler o jornal partidário *A classe operária*. E para estudar os documentos, trazidos pelo dirigente da célula à qual pertencem.

Suely aparece bastante no apartamento. Helenira também. Continuamente perseguida depois do AI-5, a mulata costuma andar com uma peruca meio loira. A franjinha esconde sua característica testa larga. Acontece até de as moças hospedarem por um tempo curto algum outro militante da organização no apartamento. Nessas ocasiões, mais do que nunca, o cuidado para não despertar suspeitas entre os vizinhos deve aumentar. As jovens se encarregam de inventar e divulgar uma história. O visitante, geralmente, é apresentado como um parente. Certa vez hospedam um militante cearense de passagem

por São Paulo. Um membro da diretoria da UNE, assim como Helenira. O nome do jovem é José Genoíno Neto.



Chegam as férias universitárias do fim do ano de 1969. Rioco e Suely morrem de vontade de fazer uma viagem ao Nordeste do país. Comunicam a decisão à amiga Nair Yumiko Kobashi, momentaneamente encarregada de fazer a ponte com o Partido. A resposta dos dirigentes é negativa. Fora o perigo de duas militantes de uma organização clandestina percorrerem sozinhas distâncias tão longas, o Partido acha que elas devem ficar realizando tarefas na cidade.

Esse tipo de veto não é a única interferência que as organizações exercem sobre as decisões pessoais dos militantes. A perspectiva de uma revolução exige que as forças se concentrem no trabalho comum. De maneira sutil, os jovens são convencidos a fazer algumas coisas e deixar de fazer outras. Suely e Rioco vão percebendo, aos poucos, que o curso de Letras não é dos mais apreciados. Muito pelo contrario. Dirigentes intermediários do Partido já comentaram com elas que a literatura só reproduz a ideologia burguesa. No contexto da preparação da guerrilha, conhecimentos de medicina e enfermagem poderão ser úteis para atender os outros militantes e, sobretudo, as populações afastadas dos centros de saúde que estarão presentes no campo. Noções de química, física e eletrônica são estratégicas. A fabricação de armas e a montagem, manipulação e manutenção de rádios são básicas numa guerra. Outros saberes práticos também são incentivados. Alguns militantes se vêem motivados a aprender a dirigir, o que não é muito comum.

Nesse mesmo dezembro de 1969, o Partido lança um novo documento. Nele, lembra-se ao militante comunista que deve organizar suas atividades de maneira a consagrar o máximo de seu tempo ao Partido, evitando tudo que possa prejudicar sua militância. Tem que subordinar sua vida às necessidades do Partido e da revolução. Deixar de lado os compromissos de ordem pessoal. O

texto do comitê central é claro: o militante deve se consagrar ao trabalho político.

Mas uma viagem de mochila é uma experiência que quase todo jovem deseja viver. A vontade de Rioco e Suely fala mais alto que a obediência ao PCdoB. Daqui a pouco, elas chegam à Bahia, se divertindo e vivendo várias aventuras. Passam o Carnaval em belas praias. De volta a São Paulo, bronzeadas pelo sol nordestino, as militantes levam uma bronca do Partido. Pouco tempo antes, foi a amiga Nair quem recebeu reprimendas da organização por tê-las encoberto.

★

Verão de 1970. Aproximadamente vinte pessoas se encontram numa casa alugada no litoral paulista. A maioria são estudantes universitários de origem nipônica. Suely está entre eles. Há também dois jovens de traços ocidentais, uma moça e um rapaz, e dois homens mais velhos. Trata-se de mais uma reunião de militantes e alguns dirigentes intermediários do PCdoB, no marco da preparação para a luta no campo.

O encontro, desta vez, é mais teórico. Frente a uma praia deserta, sem vizinhos à vista, os jovens lêem individualmente trechos de *O Capital*, de Karl Marx, textos de Stalin, Lênin e Mao e documentos do Partido. Após uma explanação dos dirigentes – apelidados de “os carecas” pelos jovens –, todos trocam comentários.

Nessa reunião, os militantes chegam a perceber que a famosa “ida para o mato” não é apenas uma expressão que se refere a uma região rural qualquer do Brasil. Quando os dirigentes ensinam os vinte jovens do PCdoB a se virarem para caçar animais com armadilhas, boa parte dos militantes intui que a zona onde o Partido está preparando a guerrilha é, realmente, de selva. Numa das caminhadas, o grupo chega ao centro de Ubatuba. A casa alugada fica próxima a

¹A força pública era o nome da antiga corporação policial de São Paulo até 1970, quando incorporou a guarda civil para formar a Polícia Militar do Estado de São Paulo.

essa cidade, mas é isolada.

Durante o fim de semana prolongado que o grupo passa na casa de praia, há também aulas de fabricação de bombas caseiras. Os que ainda não sabem preparar o coquetel molotov aprendem a fazê-lo e usá-lo. Na sua versão mais simples, coloca-se gasolina numa garrafa de vidro. Um pedaço de estopa com um pavio funciona como tampa. Antes de jogar a chamada “bomba de garrafa”, acende-se o pavio. A técnica de elaboração de detonadores também é passada para os jovens. Os elementos necessários são pólvora, pedacinhos de cabeça de fósforo, arame e rolha de cortiça.

O curso chega ao fim. Suely volta para São Paulo e comunica ao Partido que deseja se integrar ao grupo que está preparando a luta em algum lugar do interior do Brasil. Passam meses de espera. Num encontro com Rioco, no final do ano, Suely anuncia para a amiga:

- Fui chamada para ir ao campo.
- E aí?
- Eu aceitei.

Para a família, a nisei de 22 anos diz que vai partir para o interior de Minas Gerais para trabalhar como professora. Mente ao afirmar que já se formou. A mãe, que mora com ela e os irmãos em São Paulo capital, no bairro de Santo Amaro, conhece o envolvimento da filha no movimento estudantil e não se opõe a isso. Elas cultivam uma relação afetiva muito forte. O pai passa a maior parte do tempo trabalhando no sítio no interior paulista, afastado do cotidiano dos filhos. Para uma família japonesa tradicional como a de Suely, a subversão dos costumes é o ponto mais difícil de se aceitar dentre as numerosas mudanças que são colocadas pelos jovens na época. O novo papel da mulher, ativa na política. A liberação sexual feminina, vista como algo imoral. A partida de Suely é recebida com bastante oposição.

No dia em que Suely conta para sua amiga que se tornará uma camponesa, algumas peças do seu guarda-roupa passam a se misturar às roupas “largadas” do armário de Rioco. O paletó de homem – xadrez marrom e verde – transformado em blazer feminino,

as saias retas, as camisas de botão com manga curta e gola, todas essas roupas feitas ou reformadas pela mãe costureira deixarão de ter utilidade na nova etapa da vida da pequena nisei.

As informações contidas neste capítulo foram retiradas, majoritariamente, dos depoimentos de Rioco Kayano, Denise Fon, Neide Richopo, Nair Yumiko Kobashi, Criméia Alice Schmidt de Almeida, Lúcia Regina Martins, Regilena Carvalho de Aquino, Valéria Afonso da Costa, Maria Inez Caxeta, Mauro Mendes Braga, Marco Aurélio de Freitas Lisboa, Joaquim Falcão Filho, Antonia Aranha, Aldo Creder, Ângela Corrêa, Mouzar Benedito. Também foram usados os livros “Combate nas trevas”, de Jacob Gorender, “História sincera da República”, de Leôncio Basbaum, “1968, O ano que não terminou”, de Zuenir Ventura, “Quem sabe faz a hora”, de Mouzar Benedito, “A Ditadura escancarada”, de Elio Gaspari, “Araguaia: o Partido e a guerrilha” e “Pedro Pomar, uma vida em vermelho”, de Wladimir Pomar, “Coração vermelho: a vida de Elza Monnnerat”, de Verônica Brecht, “Maurício Grabois: uma vida de combates”, de Osvaldo Bertolino e “Guerrilha do Araguaia 1972-1982”, da editora Anita Garibaldi. Utilizamos também documentos do PCdoB: “Estudo crítico acerca da violência revolucionária”, “Guerra Popular: Caminho da Luta Armada no Brasil” e “A Linha Política Revolucionária do Partido Comunista do Brasil (M-L)”.

A floresta ecoa passos humanos. O barulho indica que se trata de um grupo grande. Ruídos produzidos por insetos e por répteis que se arrastam no tapete de folhas e galhos secos também se incorporam à particular ressonância da selva. De vez em quando, o trinado de um pássaro, a gritaria de um bando de macacos-prego ou, ainda, a corrida dos porcos-do-mato, animais que, em grupo, são capazes de cercar um cachorro, matá-lo e comê-lo.

A audição é o sentido mais importante para quem cruza essas terras. Na travessia, passa-se por vários tipos de vegetação. Grandes castanheiras, cipoais, mata fechada. Às vezes, só se consegue enxergar a escassos metros de distância. Quem vive na selva deve aprender a ouvir. Deve aguçar todos os sentidos. Porque viver implica sobreviver à própria selva. Com suas cobras, como a surucucu-pico-de-jaca, de mais de dois metros de comprimento, a maior serpente venenosa da América do Sul.

O inverno de 1972 está chegando ao fim. A vida

exuberante desse canto da Amazônia já se nutriu à vontade de um dos principais tesouros da região, a água. É época de as chuvas iniciarem sua gradual retirada. Os igarapés amarelou-ouro estão ficando mais finos. O volume dos rios está baixando. Retornam a seus leitos desnudando terrenos pantanosos. Por uns oito meses, até voltar o período da enchente, as árvores de raízes aéreas ficarão totalmente expostas.

É uma manhã do mês de abril. Dentro do recinto cujas paredes são os troncos das altas árvores e cujos tetos são as copas que se juntam lá no alto, a umidade da noite se conserva. A chuva dos últimos dias deixou as folhas, a madeira e a terra molhadas. O sol está se levantando, mas não consegue secar o ambiente. Nem conseguirá, ao longo do dia, fazê-lo totalmente. Os raios não podem penetrar com toda sua força o verde teto. Dentro da mata, a penumbra é agora quase a mesma de um tempinho atrás, às cinco da manhã, quando dezenove pessoas se despediram de Geraldo e empreenderam a marcha selva adentro. Dentre o grupo estão Suely Yumiko Kamaiana, Luiza Augusta Garlippe, Telma Regina Cordeiro Corrêa e Walkíria Afonso Costa.

*

Tudo começou quase três dias atrás, no local conhecido como Gameleira. Na região, as localidades costumam ser batizadas pelos moradores com nomes ligados a sua geografia. Gameleira é um tipo de árvore e designa tanto um rio quanto um pequeno vilarejo local que fica às suas margens.

Nessa noite chuvosa de 13 de abril, na casa principal do grupo no Gameleira, alguns jovens estão lendo *A estrada de Volokolamsk*, de Heiner Muller. Um descanso merecido depois de um dia inteiro de corpos e roupas molhadas, colhendo arroz na roça inundada. Eles são Antônio Teodoro de Castro, conhecido na região como Raul; Cilon da Cunha Brum, apelidado de Simão; Manoel José Nurchis (Gil); José Maurílio Patrício (Manoel) e Suely Yumiko Kamaiana, que todos chamam de

Chica. O romance os transporta até um destacamento guerrilheiro na Rússia atacada pelo Exército alemão. Osvaldo Orlando da Costa (Osvaldão) e José Genoino Neto (Geraldo), que saíram de manhã para fazer um trabalho na mata, interrompem a leitura com uma boa notícia. Caçaram um macaco. Preparada no leite de castanha, a carne ficará deliciosa.

Nisso, os amigos vêem pela janela uma luz se aproximando. A poucos metros da casa, reconhecem Idalísio Soares Aranha Filho, a quem conhecem como Aparício. Um jovem que se mudou de Belo Horizonte para morar nesse lugar da Amazônia com sua mulher. Ela é a mineira Walkíria Afonso Costa. Usa o codinome Walk. Aparício quer falar com o negro Osvaldão. É coisa rápida. O tempo de lhe avisar que um conhecido dele, vindo da região de Apinagés, o espera com uma mensagem. Trata-se de uma questão urgente.

O mensageiro está aguardando no castanhal do Ferreira, onde fica a casa de Aparício. Antes de pegar a capa preta e sair com o jovem, Osvaldão deixa umas tarefas para os que ficam. Eles deverão reunir todo o grupo, que está dividido em três. Para isso, têm que contatar Paulo Roberto Pereira Marques (Amauri), que está morando no pequeno povoado de Santa Cruz. Lá, abriu uma farmácia. O pessoal da mata, que mora a uns seis quilômetros dali – alguns, na margem do Gameleira e outros, no pé da serra das Andorinhas - também deve ser avisado. Além disso, todos deverão se preparar para uma possível saída das casas. Um ponto na mata fica marcado para o reencontro do grupo inteiro. É meia-noite. Osvaldão e Aparício têm quatro léguas de mata para enfrentar. Os outros começam logo os preparativos.

No dia seguinte, outro mensageiro traz um recado de Osvaldão:

— Chegou a hora!

As atividades se intensificam a partir desse meio-dia. Alguns preparam carne, outros depenam galinhas. No paiol, pegam parte do arroz armazenado e do milho. Matam os cachorros. A seriedade da situação se impõe sobre a dor pela

perda dos animais de estimação. A mula fica com uns vizinhos amigos, que também cuidarão da roça. Rapidamente, as mochilas de todos estão prontas. Cada um carregará cerca vinte quilos. Uma muda de roupa forte, botinas, solado de bota, uma rede nova, um plástico para se proteger da chuva, isqueiro, pilhas, remédios e mantimentos. Os rádios e panelas das casas também são levados.

Além da mochila, cada um deixa preparado um bernal a tiracolo, com fósforos, lanterna, prato, colher, cordas de náilon e algum objeto pessoal. E munições. Todos têm, pelo menos, uma arma de caça. Têm também um facão, que é arma e ferramenta ao mesmo tempo. O instrumento mais comum na região. O grupo reúne dezessete revólveres Taurus de calibre 38, sete espingardas 20, cinco rifles 44, duas carabinas 22, uma pistola Beretta, um mosquetão e uma submetralhadora Royal. Trinta e quatro armas para as vinte pessoas. Tudo comprado ou trocado por mercadoria na região. Exceto a metralhadora 38, fabricada por eles.

À tarde, a casa principal do Gameleira recebe a visita de uns lavradores da vizinhança. Eles percebem o clima de tensão. Os donos da casa tentam se explicar:

— Os grileiros estão querendo perseguir a gente. Não vamos querer ser presos. Não vamos ficar em casa. Vamos nos defender!

A resposta dos posseiros, sensibilizados por um problema comum a todos, não se faz esperar:

— Podem contar conosco!

*

As regras de ocupação da terra têm mudado nos últimos anos nessa parte da Amazônia. Regras implícitas num território onde o Estado é praticamente ausente. A mata ainda não tem donos oficiais no fim dos anos 1960. As terras devolutas são simplesmente ocupadas. As pessoas que nelas se assentam, os posseiros, fazem pequenas aberturas na mata fechada. Derrubam

árvores e limpam o terreno. Um duro trabalho em condições adversas. Sem casa, sem dinheiro e tendo ainda que enfrentar a natureza do local, inimiga do recém-chegado. Com o terreno limpo, constroem um barracão para morar. Criam um pouco de gado, galinhas ou porcos. Plantam suas lavouras de arroz, feijão, milho, mandioca. A roça rende o suficiente para a alimentação da família e dá um pequeno excedente usado para comércio ou escambo.

A grilagem tem se tornado um dos temas mais freqüentes nas conversas. Os moradores antigos se sentem desprotegidos perante a ameaça dos grileiros. Nos bate-papos cotidianos, o termo grileiro designa todos os que chegam à região com a determinação de ocupar grandes extensões de terra, mesmo que estejam habitadas por famílias. Às vezes, esses terrenos não têm um dono oficial. Mas anos de trabalho na roça e moradas construídas são provas de que pertencem a alguém. Os invasores costumam fazer uso de falsas escrituras de propriedade para usurparem a terra. Grilagem no sentido estrito da palavra.

A igreja se envolve nessa preocupação. Em 1971, o espanhol dom Pedro Casaldáliga, bispo em São Félix do Araguaia, Mato Grosso, lança a carta pastoral *Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. Apesar da censura, a carta tem grande repercussão. É a primeira denúncia escrita da existência de empresas financiadas pelo governo que exploram os trabalhadores e predam o meio ambiente.

Já em 1966 surgem os primeiros conflitos fundiários no sul do Maranhão. Brigas entre posseiros novos e antigos, índios que habitam a região e fazendeiros. Quem fica com as terras são os grandes fazendeiros, os novos elementos da disputa. O seu poder econômico os torna aliados e protegidos das polícias locais. Os lavradores, expulsos de suas terras por meio da violência, são jogados para o Pará e Goiás¹. Nesses estados vizinhos,

¹ Em 1972, o estado de Tocantins não existia. Ele foi criado em 5 de outubro de 1988, abrangendo a parte norte de Goiás. Hoje, portanto, a região do baixo Araguaia limita com Tocantins.

recomeçam suas vidas. Tudo de novo. Abrir a mata, construir, trabalhar. Enfim, tornar-se posseiros.

Mas o tempo de sossego não dura muito para essas famílias. Os conflitos não demoram a chegar ao Pará. Em fins de 1970, todo o lado direito do rio Gameleira – incluindo dezenas de posses – é tomado pelo dono de uma serraria de São Geraldo, conhecido como Antônio. Os policiais expulsam os posseiros. Chegam a incendiar casas e queimar plantações, como a de João da Enedina, vizinho de Osvaldão. Em abril de 1972, é a vez do lado esquerdo do rio. Um capitão da Aeronáutica, chamado Olinto, se diz dono dessas terras. Os posseiros dos vilarejos de Santa Isabel e Santa Cruz são ameaçados, inclusive Geraldo e Osvaldão. O capitão é dono de uma fazenda no norte de Goiás, a Capingo. Osvaldo fica conhecido na região por se envolver nesses conflitos depois de expulsar Pedro Mineiro – um jagunço de Olinto – de um pedaço de terra ocupada por alguns de seus amigos. A população vibra com essa atitude.

Alguns dos atos de expulsão de posseiros têm o aval, e também o incentivo, do governo militar. Muitos fazendeiros expandem suas terras através da grilagem, com a conivência de autoridades corruptas de órgãos estatais. Através da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) – criada por Castelo Branco em outubro de 1966 –, eles obtêm subsídios fiscais para seus projetos agropecuários. As quantias deduzidas do imposto de renda chegam até 95% do investimento total. A participação dos investidores é quase nula. O Banco da Amazônia Sociedade Anônima (Basa), também de 1966, dá empréstimos sem juros. As licenças de ocupação são outorgadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a partir de sua fundação, em julho de 1970.

Nesse ano, uma seca mais grave que as habituais se abate sobre a região Nordeste do país. O presidente Médici se pronuncia em discurso dirigido à nação. A Amazônia – “a terra sem homens” – deve ser ocupada pelos nordestinos – “os

homens sem terra”. As palavras se inserem na linha econômico-estratégica que se explicita no Plano de Integração Nacional (PIN), de junho de 1970. “Integrar para não entregar” é o lema do plano. As políticas esboçadas visam principalmente o Norte e Nordeste do país. Determina-se o financiamento de obras de infra-estrutura que permitam uma integração dessas regiões à economia nacional e internacional. A Amazônia possui enormes quantidades de riquezas essenciais à indústria. O Nordeste pode, com sua massa de desempregados, fornecer a mão-de-obra necessária para trabalhar em grandes projetos.

A integração funciona também como uma proteção da ameaça comunista temida pelos governos militares e já levantada na definição dos rumos da estratégia agrária, no primeiro plano quinquenal de desenvolvimento da Sudam. “Segurança e colonização” é o binômio escolhido para caracterizar as ações a serem realizadas entre 1967 e 1971. Em plena Guerra Fria e com o exemplo da revolução cubana, a ditadura acredita na necessidade de preencher o vazio demográfico do norte do país diante da possibilidade de um movimento guerrilheiro na América Latina.

A construção de estradas, a primeira medida do plano, quebrará o isolamento dessas terras. Serão vias de escoamento de mercadorias e trabalhadores, onde o controle de quem entra e sai de uma região será mais efetivo. Constituirão caminhos da migração desejada por Médici. Mas nem todos os lugares da Amazônia são tão desabitados como as palavras do presidente deixam entender. E nem todos os novos ocupantes, incentivados pelo governo, são homens sem terra. Consideráveis extensões passam a ser habitadas por gado.

Trata-se da colonização pela chamada “pata de boi”, a substituição das pequenas roças e das grandes áreas de floresta por latifúndios dedicados à pecuária. Em 1972, no Pará, 66% dos imóveis considerados minifúndios detêm apenas 5,2% da área total. A quantidade de mão-de-obra empregada nas grandes fazendas é muito baixa. É o capim no lugar da selva. O boi expulsando o homem. Ou melhor, a polícia trabalhando

junto com os pistoleiros em defesa dos fazendeiros, vindos, geralmente, do Sul e do Sudeste do país. De fato, a Associação de Empresários Agropecuários da Amazônia é sediada em São Paulo. A carne desse gado é exportada para a Europa e os Estados Unidos, que, no início dos anos 1970, precisam importá-la.

Dos novos modos de produção surgem novas figuras. O peão é um trabalhador sazonal, obrigado a viver em condições especiais durante a época do contrato, geralmente verbal, para se dedicar de forma intensiva ao trabalho. Nas fazendas, é chamado na época da queima e do desmatamento, quando se vê obrigado a derrubar grandes árvores só no machado. Nas madeiras, a tarefa é a mesma. Abunda o mogno, madeira boa para a fabricação de móveis. O peão repete ao longo do dia a rotina de dois a três mil golpes por tronco.

O “gato” ou “gateiro” é o intermediário entre o fazendeiro – ou seus gerentes e supervisores – e o peão. Responsável, entre outras coisas, pela contratação dos trabalhadores, acordo feito sem nenhum respeito pelas leis trabalhistas. O contratado – ou recrutado – recebe um adiantamento que lhe garante o pagamento da sua pensão. O que sobra é suficiente para uma farra num cabaré. Assim, o empregado já deve dinheiro ao gato antes de começar a trabalhar. O gato é, ainda, o encarregado de se ocupar dos rebeldes. Quando um peão se nega a iniciar sua jornada de trabalho, é coagido a subir no caminhão para cumprir com o que lhe é requisitado. A presença de policiais chamados pelo capanga do fazendeiro o obriga a fazê-lo.

Gato, patrão e polícia, unidos na exploração do posseiro, contam com a colaboração do “bate-pau” – o “dedo-duro” da Amazônia. Como em todo conflito, nesse problema fundiário também existe o grupo de homens dispostos a delatar os que alguma vez foram seus semelhantes. Esses alcagüetes agem como verdadeiros informantes das polícias militares (PMs) e, mais tarde, do Exército. Indicam quem anda se sublevando contra as autoridades ou contra os poderosos e ensinam as

forças repressoras a chegar até eles. Os fazendeiros e empresários também têm seus guarda-costas. São os “jagunços”, bandidos ou simplesmente homens violentos encarregados de defendê-los e de participar das expropriações. Armados, ameaçam os posseiros que se negam a sair de suas terras. Queimam as casas. Chegam a matar.

O vale do rio Araguaia, na região próxima a Marabá, é a primeira área a ser ocupada pelos novos projetos empresariais e agropecuários. É, portanto, a primeira a viver os conflitos deles decorrentes. Em abril de 1972, quando o grupo de Osvaldão se retira das terras que habitou por vários anos, algumas associações são claramente entendidas por seus vizinhos. Há uma aliança entre as forças e instituições do governo e todas as novas figuras que começaram a participar da economia local. Fazendeiros, empresários e o pessoal que colabora com eles.



São cinco da manhã do dia 15 de abril. Os vinte homens e mulheres do grupo do Gameleira estão com as mochilas nas costas, prestes a abandonar a área onde moram. Geraldo se despede dos outros. Deixa seu relógio com Simão para não chamar a atenção no caminho. São muito poucos os que, na região, medem o tempo com aparelhos. A natureza basta. Uma parte da bagagem de Geraldo fica com Chica, sua pequena grande amiga que morava na mesma casa que ele no Gameleira. O rapaz não precisará de todos os seus pertences na curta viagem que fará. Seu reencontro com o resto do grupo está previsto para a noite do dia seguinte, quando ele colocará de volta os objetos na própria mochila, aliviando o peso da nisei.

Depois da despedida, Geraldo empreende seu caminho. Os outros começam a andar pela selva. De vez em quando, param e armazenam mantimentos em algum tronco de árvore – um dos pontos de apoio, chamados simplesmente de “P.A.s”. Em pouco tempo, o suor está grudado na pele dos homens e

mulheres do grupo. Não que a mata seja quente. Muito menos nessa hora. Faz até um pouco de frio. Mas as gotinhas de transpiração no corpo são conseqüência da altíssima umidade, de mais de 80%, que a vegetação de floresta concentra. Alguns metros andados carregando os vinte quilos da mochila bastam para criar a sensação de abafamento.

Os caminhantes levantam bem os pés a cada passo. É a única forma de garantir que não vão tropeçar em alguma pedra ou nas raízes que se espalham pela superfície do solo tentando aproveitar ao máximo a fina camada fértil do chão da floresta. As folhas escondem esses pequenos obstáculos da vista, até apodrecerem e se incorporarem ao húmus superficial. Caminhar na selva é uma das coisas que eles aprenderam nos freqüentes treinamentos que faziam, geralmente guiados por Osvaldão. Não é, portanto, a primeira vez que avançam na mata.

O grupo continua se afastando do Gameleira até chegar à grotta onde acampará. À cabeceira de um riacho, eles montam um esquema de segurança. Enquanto uns vigiam, os outros terminam de preparar as galinhas. Acalmam a fome despertada pela caminhada e armam as redes. Na hora do sono, os guardas se revezam. A tarefa é realizada com um grande senso de responsabilidade. Desta vez, não se trata de um treinamento. O inimigo está perto. O perigo é iminente.



Um sinal no meio do caminho que leva a uma das casas do Gameleira faz Ciro Flávio Salazar e Oliveira (de codinome Flávio) e José Huberto Bronca (conhecido como Fogoió por seus cabelos ruivos) saírem da estrada. A marca, deixada por algum companheiro do grupo, indica perigo. Ela significa que eles foram descobertos e que a luta está para começar nesse mês de abril de 1972. A dupla sobe o morro para observar a casa e se dirige para um “P.A.”.

Os dois homens estão voltando de um trabalho na selva. Foram fazer um depósito com alimentos, roupas, munição e

remédios. Andaram doze dias abrindo passagem entre a vegetação, numa região que talvez nunca tivesse recebido um ser humano. Chegaram à serra e começaram a cavar os buracos onde guardaram os mantimentos. Fogoio andou sem parar apesar das constantes diarreias. Para piorar, a malária não teve piedade. Açoitou o ruivo durante três dias de alta febre. As chuvas que se despediam torrencialmente do inverno não ajudaram.

Chegando ao ponto combinado, os dois adivinham Osvaldão na figura gigante de mais de dois metros de altura. Com seu chapéu de couro, parece ainda maior. O negro os recebe com a notícia:

— Aquilo que tanto esperávamos chegou. É a vez da luta armada. É a hora da libertação do nosso povo!

— Viva a revolução!

Os três homens andam um trecho pela selva. Guiados por Osvaldão, eles chegam ao acampamento e encontram seus companheiros. Assim, quase todo o grupo da região do Gameleira consegue, finalmente, se reunir. Há, entre eles, alguns casais. Eles chegaram das moradas situadas na margem do rio Gameleira. Luiza Augusta Garlippe (apresentada como Tuca) e Pedro Alexandrino de Oliveira (Peri). Telma Regina Cordeiro Corrêa (Lia) e Elmo Corrêa (Lourival). Dinaelza Santana Coqueiro (Mariadina) e Wandick Reidner Pereira Coqueiro (João). Além deles, o casal do castanhal, Aparício e Walk, a nisei Chica, e os homens solteiros. Só falta Geraldo. Alguns dias antes, de madrugada, o eles o viram pela última vez.

*

Nessa madrugada de 15 de abril, Geraldo – de camisa de brim, calça de jeans e botinas de couro – sai numa direção diferente do resto dos companheiros. Vai para o sudoeste. Sua missão é avisar o grupo que mora na região do Caiano da presença do inimigo na área. Esse pessoal deve receber o recado da mesma maneira que ele e seus companheiros o receberam,

através de um mensageiro que, no caso, foi Nunes (Divino Ferreira de Souza), um jovem goiano que mora na região da Faveira.

Às cinco da tarde do mesmo dia, Geraldo já atravessou os sessenta quilômetros que separam o vale do Gameleira da casa que ele conhece no Caiano. Foram doze horas andando pelo caminho que ele percorreu pela primeira vez em fevereiro, quando fez o contato inicial com os moradores dessa casa. No grupo do Gameleira, só ele, o mensageiro, sabe como chegar ali e com quem falar. Mas, dessa vez, a casa está vazia. Um vizinho informa:

— Olha, vi o pessoal aqui ontem...

Preocupado, Geraldo percorre as redondezas até achar, numa outra morada, dois burros que lhe são familiares. Chama os donos da casa. Dá uma olhada. Nada. Está escurecendo. Na chuva, o mensageiro arma a rede e dorme no mato. Tem que descansar bem, preparar-se para outro dia completo de caminhada. Na próxima noite, chegará ao acampamento onde seus companheiros o esperam.

Com os primeiros raios do sol, Geraldo está em pé, andando pela trilha. Perto das seis da manhã, pouco menos de dez pessoas aparecem. Ele conhece alguns. São bate-paus, mas não os do Exército. Junto com eles, o delegado da polícia militar de Xambioá, a cidade mais próxima do outro lado do rio, no estado de Goiás. Esse também é conhecido de Geraldo. O sargento Marra. O jovem os cumprimenta, mas não recebe a saudação esperada em troca. Um dos homens do grupo, o primeiro a falar, se dirige ao sargento:

— Pega esse cara aí!

Dito e feito. O delegado da PM pega Geraldo pelo braço, fica com seu revólver 38 e o amarra a uma árvore.

★

O grupo de Marra estava atrás de Dinalva Oliveira Teixeira desde a manhã do dia anterior. Dina é uma mulher muito

conhecida e querida da população, mas uma subversiva suspeita para as forças repressivas. O bate-pau Zé Caboclo se oferecera a levar o delegado Marra até Dina. Os dois homens foram fazer a proposta a um militar que estava na área procurando esse tipo de suspeitos. Conhecido como doutor Asdrúbal, ele é, na verdade, Lício Augusto Ribeiro Maciel, major-adjunto do CIE. Participa da equipe “pedido de busca” – PB, no jargão militar – da seção de operações do CIE, em Brasília. Ali se planejam as ações contra possíveis focos de guerrilha rural.

Nessa organização, o papel do doutor Asdrúbal e de sua equipe é achar e contatar os suspeitos para levá-los a Xambioá, onde o coronel Carlos Sérgio Torres, comandante da PB, os espera com um interrogatório. Nessa manhã de 15 de abril, o subtenente João Pedro do Rego – conhecido como “o javali solitário” -, o segundo sargento José Conegundes do Nascimento – de codinome Cid -, o major Lício e a equipe da PM vão de helicóptero até o castanhal da Viúva. Como sempre, estão vestidos à paisana, com as barbas por fazer. Vitor, o gerente, usual colaborador da polícia, lhes fornece burros. O grupo de oito homens anda a noite inteira por uma picada. Ao chegar ao local indicado pelo guia, Zé Caboclo, vêem dezoito pessoas reunidas. Quatro são mulheres. Observam a cena, mas, sem munição suficiente para prendê-los, decidem voltar a Xambioá. Apagam as pisadas e empreendem o regresso.

Na cidade, o comandante Torres libera o uso de um helicóptero civil que a equipe tinha à disposição. Assim, o doutor Asdrúbal e seus homens chegam até uma roça próxima ao local onde, um dia atrás, tinham visto os supostos guerrilheiros reunidos. Eles seguem as pisadas que, firmes na lama, indicam que os perseguidos estão carregados de peso. No caminho, surge um homem conhecido dos bate-paus, de mochila nas costas. O encontro coloca os inimigos frente a frente.

Preso, algemado e desarmado, Geraldo insiste em afirmar que é um simples posseiro:

— Vejam os calos nas minhas mãos. Sou lavrador!

O grupo de oito homens se divide. Marra e os seus ficam com o suspeito. O doutor Asdrúbal e seu pessoal continuam atrás do grupo cujas pegadas estavam seguindo antes de Geraldo aparecer.

O jovem avança entre dois policiais a cavalo. De repente, tenta uma fuga pelo mato. Todo atrapalhado pelas algemas, ele cai numa moita. Ao se sentir cercado, lembra do princípio de não ser pego vivo e pensa que a morte pode ser melhor que a prisão. Grita:

— Podem atirar!

Ninguém atira para matar. Mas uma bala raspa sua blusa. O comentário de um bate-pau não demora:

— Lavrador não pede para ser morto.

Geraldo corre mais um trecho, mas acaba caindo num cipóal. Pego novamente, é amarrado num cavalo pela cintura para continuar a marcha.



Os militares da PB avançam atrás das pegadas. O guia que os acompanha sabe ler, nos galhos quebrados, a direção tomada pelos invisíveis caminhantes. E tem o dom de perceber as pisadas mais escondidas. Um exercício de atenção, treinado durante anos de andar nesse meio, sobrevivendo. De vez em quando, o homem se desvia da trilha. Os militares o seguem. Para surpresa de todos, simples paus ocultos escondem sacos de arroz, feijão, goiabada. Tudo forrado. Verdadeiros armazéns no meio da selva. A equipe descobre até um violão.

De repente, tiros ressoam na mata. Inquieto acerca do destino do preso que deixaram um tempo atrás, o doutor Asdrúbal decide que o grupo deve abandonar as pegadas e se juntar novamente ao sargento Marra. Em breve, eles encontram os policiais e prosseguem a caminhada. O destino é o Caiano,

ponto de partida de Geraldo um par de horas antes. Chegam a um barraco, a casa de Paulo Mendes Rodrigues. Geraldo, estirado no chão, é interrogado e recebe pontapés. Mas consegue manter a mesma versão:

— Sou roceiro. Planto minha rocinha. Tenho negócio de arroz com o pessoal daqui. Não os encontrei e estava voltando para casa...

Os militares estão quase acreditando na história. Mas o doutor Asdrúbal decide dar uma olhada na mochila do preso. Tira a camisa, o barbante, a faca, as linhas de pesca. Pega um tubo de alumínio, tipo de remédio. Dentro, encontra um papel de folha de caderno. Geraldo empalidece. É uma mensagem de Osvaldão para Paulo, comunicando o que está acontecendo na região. A verdade é desvendada em segundos. Começam os insultos ao impostor:

- Caboclo, tu és um grande filho da puta! Mentiroso, safado! Não adiantou a gente te tratar bem, conversar com você?

- Olha, ou você fala ou nós vamos te capar.

O “javali solitário” pega um papel de cigarro, pronto para anotar. Voltam às perguntas. Eles querem saber quantas pessoas como Geraldo estão na região. O preso, amarrado numa árvore, dá algumas informações. Passa a noite atado ao tronco, com a companhia do cachorro de Paulo. O animal reconheceu Geraldo, cheirou seu corpo e encostou o focinho no jovem. Um pouco de carinho para amenizar o péssimo momento.

No dia seguinte, os oito homens incendeiam a casa, jogam uma granada no terreno, dão rajadas de metralhadora. À tarde, chega um helicóptero. Dele desce um homem grande de cabelos grisalhos. O major Othon Cobra. O militar fica responsável por entregar o preso e um bilhete do doutor Asdrúbal ao comandante Torres. O helicóptero sai para Xambioá, levando também alguns dos que prenderam Geraldo. Na pista de pouso da base militar, recomeçam as agressões físicas na forma de chutes. Mais tarde, na cadeia da cidade, choques elétricos nos testículos e nas algemas que colocaram

nas mãos e pés de Geraldo. São cinco dias de torturas. O chamado “telefone de ouvido” – em que o torturador pressiona com os dedos os dois ouvidos da vítima simultaneamente – é uma das mais freqüentes. Geraldo é interrogado sobre Osvaldão e Dina, o homem e a mulher mais citados nas conversas da população.

A cadeia está lotada. Homens de fora da cidade chutam, dão socos e choques elétricos em moradores da região, hippies, viajantes e vendedores. Ao mesmo tempo, perguntam onde estão “os paulistas”. Assim são conhecidos os membros de grupos diferentes do resto dos moradores, como o pessoal do Gameleira. Mas, na verdade, eles também são baianos, goianos, cariocas, cearenses e de outros estados do país. Eles sabem ler e escrever, têm conhecimentos de medicina e usam um discurso mais elaborado. No trabalho de roça, quem os conhece desde sua chegada sabe que não eram muito experientes. Os militares da cadeia acusam-lhes publicamente de toda classe de crimes. De assaltantes de banco a terroristas. Os homens são chamados de homossexuais e defloradores de moças. As mulheres, de prostitutas.

Terminada sua passagem pela cadeia de Xambioá, Geraldo é novamente embarcado num helicóptero. Dessa vez, trata-se de um C-43. Depois de algumas paradas, chega a sua próxima prisão. De capuz, corrente nas pernas e algema segurando seus braços sobre as costas, o preso desce em Brasília. Passará por longos interrogatórios no Pelotão de Investigações Criminais (PIC), onde será identificado através de uma foto tirada pela polícia, que o prendeu no congresso de Ibiúna, quatro anos atrás. É José Genoino, militante do PCdoB e ex-membro da diretoria da UNE. O primeiro preso dos destacamentos das Forças Guerrilheiras do Araguaia.

★

Araguaia é nome do principal rio da região. Além de belo, com suas águas verde-escuras e suas praias de areia

branca, ele é central na vida dos moradores. Via de transporte de uma área parcialmente isolada pela presença de selva e pela escassez de estradas. Meio de comunicação de pessoas que não têm telefone. Fonte de tucunarés, pirarucus e outros deliciosos peixes, como o tambaqui, o filhote, o dourado, a jatuarana, a piramutaba e o acari. Veia principal que recebe numerosos riachos. Gameleira, Caiano, Saranzal, Fortaleza, Sororó e muitos outros percorrem o interior da região. Crescem na época das chuvas, quando chegam a ser navegados por barcos de castanha de até doze toneladas. Embrenhando-se mais na selva, há cursos de água menores, como o Gameleirinha e o Sororozinho. Toma-se banho nesses igarapés. Bebe-se a sua água. Ali são lavadas as roupas dos que moram na mata.

O preguiçoso fluir das águas do rio imprime seu ritmo ao movimento de uma região quase virgem de estradas. O andar dos barcos é muito diferente da velocidade de carros, ônibus e caminhões. A BR-010, Belém-Brasília, corre em Goiás, paralela ao Araguaia. Está apenas a 120 quilômetros de São Geraldo, no Pará, mas não existem caminhos consolidados que a conectem com o leste paraense. Os dois estados são divididos pelo rio nessa região. Na margem esquerda, a selva do Pará. Atravessando os 500 metros de água, chega-se a Goiás, com suas florestas e os campos desmatados.

A rodovia Transamazônica, BR-230 no nome oficial, está em pleno processo de abertura da mata. Desde 1970, a fenda tem avançado no meio da floresta. Uma linha de terra avermelhada cortando o verde da vegetação. O governo pretende ligar a costa atlântica paraibana à rede rodoviária do Peru, vencendo a maior floresta tropical do mundo. A primeira etapa do Plano de Integração Nacional no norte do país. Entre Marabá e o rio Araguaia – próximo à cidade de Araguatins – já se pode transitar pela Transamazônica em 1972.

O rio Araguaia faz uma curva nessa região. Suas águas descem, de sul a norte, fechando três lados de um bolsão de floresta amazônica. Um retângulo de 130 quilômetros de comprimento por 50 de fundo, aproximadamente. Cerca de

6.500 quilômetros quadrados de área, limitada a oeste pelo rio Sororó.

Vinte mil pessoas moram nesse quadrilátero do tamanho de 800 mil campos de futebol. Uns três seres humanos por quilômetro quadrado. Muitos se afinam sobre a margem esquerda do rio, em povoados como São Geraldo do Araguaia, Palestina, Santa Cruz ou São Raimundo. Outros, mata adentro. As moradas se espalham pelo território, a alguns quilômetros umas das outras. Em zonas próximas, circundando a área pelo lado de fora, ou seja, sobre a margem direita do Araguaia, há algumas cidades maiores. Marabá, a noroeste, tem dezoito mil habitantes. São cinco mil em Xambioá, ao sudeste do bolsão. A nordeste, moram mais cinco mil pessoas em Araguatins.

A extensa área é apenas uma bolinha grudada a Goiás, no leste do imenso estado do Pará. Um ponto ainda menor na Amazônia, que ocupa a vigésima parte da superfície terrestre com 3,5 milhões de quilômetros quadrados. Trata-se da região do baixo Araguaia, onde o rio percorre seu último trecho com esse nome. Em São João do Araguaia, um dos vértices do retângulo, suas águas são renomeadas depois de se unirem às do Tocantins. O rio, a partir dali denominado Tocantins, continua seu curso até se jogar no oceano Atlântico, na altura da ilha de Marajó.



Dentre as cerca de vinte mil pessoas que moram no retângulo, o grupo dos 69 paulistas se diferencia dos outros. Como a maior parte dos moradores, eles chegaram de variados pontos do país. Como quase todos, vivem da roça, da castanha, do garimpo, da venda de peles de animais ou do comércio de mantimentos e miudezas. Diferentemente dos seus vizinhos, a maioria desses homens e mulheres tem um passado de estudantes e profissionais liberais. Todos eles chegaram à região conduzidos por alguém, sem saber previamente para onde se dirigiam. Os membros do grupo têm algo mais em comum.

Eles são ligados ao Partido Comunista do Brasil, que escolheu essa região do baixo Araguaia como área prioritária para a preparação de uma guerra popular contra a ditadura.

A avaliação do Partido foi feita através da presença de vários de seus quadros no local. Tratava-se de um lugar adequado por vários motivos. Em seu terreno de floresta, o inimigo – as tropas oficiais – não poderia usar seu arsenal de tanques, artilharia e bombardeio aéreo de precisão, por exemplo. Ele se veria forçado a lutar, praticamente, em pé de igualdade com os guerrilheiros, que ainda teriam a vantagem de conhecer a área e de ter treinado nela. Essa mesma selva que esconderia e protegeria os militantes, os alimentaria com suas abundantes frutas e animais de caça. A população, o outro ponto chave na escolha do lugar, era pobre, explorada e abandonada pelo governo. Embora não houvesse uma quantidade muito grande de habitantes, a sua periferia contava com cidades relativamente populosas e também precárias. Cidades que, se incorporadas à luta, poderiam fechar uma zona conflagrada. Outras largas áreas pobres circundavam a região nos estados de Mato Grosso, Goiás e Maranhão. Representavam mais população que poderia se incorporar gradualmente ao exército popular e aumentar a zona de resistência à ditadura.

O primeiro a chegar ao baixo Araguaia é Osvaldo Orlando da Costa. Em 1966, o mineiro troca sua variada experiência de vida por um cotidiano de garimpeiro e mariscador – caçador e vendedor de peles. Trabalha no garimpo de diamantes de Itamirim, próximo ao povoado de Bacaba, em Goiás. Osvaldo era do Centro de Preparação dos Oficiais de Reserva (CPOR). Morou por alguns anos na Tchecoslováquia, onde estudou engenharia. Figura meiga e afetuosa, o negro de quase dois metros de altura não demora a ficar conhecido como Osvaldão em boa parte da região, que percorre atrás de animais cujas peles possam ser vendidas, como as onças e os gatos-maracajás. Tem o tiro certeiro. Leva pouco tempo também para sua força fazer fama na região. Nada infundado. Antes de chegar ao Pará, o negro foi campeão de boxe pelo clube carioca Botafogo.

Um homem e uma mulher de mais de 50 anos, acompanhados por um operário mais jovem, são os próximos militantes do PCdoB que chegam à região. O homem mais velho é Mauricio Grabois, conhecido dirigente. O outro é Libero Giancarlo Castiglia, um italiano que, vindo ao Brasil ainda pequeno com a família, filiar-se muito jovem ao Partido Comunista. A mulher é Elza Monnerat, militante comunista desde 1945. Uma trabalhadora das bases que, aos poucos, foi ganhando lugares de confiança dentro do partido. A partir de 1964, militando no PCdoB, ficou responsável por fazer possíveis as reuniões dos membros do comitê central. Conseguia os aparelhos, fazia os contatos, levava os dirigentes até os locais de encontro.

É no Natal de 1967 que os três desembarcam de uma lancha – chamada regionalmente de “motor” – no porto da Faveira, uma pequena praia do rio Araguaia, a noroeste da área escolhida para a guerrilha. Deixam para trás suas verdadeiras identidades. Agora são Mário, Joca e dona Maria. Na venda que possuem, oportunidades de bater papo com os moradores não faltam. Pagam e cobram o preço que consideram justo a uma população acostumada a ser explorada. A quitanda fica conhecida. Mais tarde, Joca passará a dirigir um barco, construído especialmente para os donos da venda por encomenda a um camponês que mora na margem oposta do Araguaia.

A uns cinquenta quilômetros dali, no centro da área, nasce um novo grupo quando Osvaldão, em 1969, se fixa numa posse na margem do rio Gameleira. O local é bastante isolado. Afastado de todas as cidades maiores da região, ladeado pela serra das Andorinhas e longe do rio Araguaia. O povoado mais próximo é a pequena Santa Cruz.

Próximo ao povoado de São Geraldo, mais ao sul da região, fica o terceiro e último grupo. A região ao sudoeste da serra das Andorinhas, se chama Caiano. Paulo Rodrigues é o primeiro militante a chegar. Ele e o ex-operário metalúrgico Daniel Callado são, na região, Paulo e Doca, os comerciantes

que sobem e descem o Araguaia com seu barco a motor – o Carajá – vendendo roupa, utensílios de pesca, miudezas domésticas. Em pouco tempo, eles conhecem perfeitamente a região ribeirinha. Instalam-se na margem do rio, perto de Caiano. Derrubando e plantando, organizam uma fazendola. Ali chega João Carlos Haas Sobrinho, proveniente de Porto Franco, uma cidade do Maranhão situada na margem direita do rio Tocantins. O médico gaúcho tornou-se estimadíssimo pela população da cidade por seu trabalho na área de saúde desenvolvido durante vinte meses. Fundara uma clínica, a única dos arredores. Mas teve que deixar o lugar quando seu retrato apareceu nos jornais com a legenda de subversivo procurado pela polícia.

São três grupos de aproximadamente vinte pessoas espalhados numa área grande. Cada um tem um comandante. André Grabois (Zé Carlos), no norte. Paulo Mendes Rodrigues (Paulo), no sul da área. E Osvaldão dirigindo o pessoal que mora no Gameleira. Em cada grupo, apenas uma pessoa sabe chegar até algum dos outros dois. Como Geraldo, o mensageiro entre o Gameleira e o Caiano.

Os três grupos fazem parte de um plano maior, pensado pelo PCdoB. Por isso, dirigentes do Partido também estão na região coordenando as ações dessas pessoas, distribuindo os militantes em alguma das três áreas. O velho Mário, o italiano Joca, Joaquim (codinome do dirigente de São Paulo Ângelo Arroyo) e Juca (João Carlos Haas Sobrinho) compõem a chamada comissão militar. Eles não ficam num lugar só. Costumam percorrer os quilômetros que separam uma área da outra para se informarem sobre o decorrer dos acontecimentos e transmitirem algumas diretivas. O tio Cid também participa dessa comissão. Depois de chegar ao vale do Gameleira, em 1968, ele adotou esse apelido. Apresentava-se aos vizinhos como tio dos rapazes que moravam com ele na casa. O verdadeiro nome do velho é João Amazonas, dirigente da executiva do PCdoB.

Dona Maria continua a fazer um importante trabalho de organização e de reunião de militantes. Em vez das ruas de

asfalto de São Paulo, ela deve agora percorrer quilômetros de estrada. É ela quem conduz boa parte dos militantes que vão para a região. Encontra-se com eles em alguma rodoviária de uma cidade maior, mais próxima do ponto de partida dos que serão os novos moradores do sul do Pará. Eles continuam a viagem no mesmo ônibus, mas separados, como se não se conhecessem. O tio Cid também faz, às vezes, esse trabalho.

*

São justamente eles dois, os mais velhos do grupo, que saem da região rumo a São Paulo para participar das comemorações dos cinquenta anos de existência do partido comunista. O PCdoB se considera a continuação do velho partido comunista, depois do racha. Segundo seus membros, foi o PCB que se separou ao afastar-se dos princípios marxista-leninistas do primeiro partido comunista brasileiro, fundado em 1922. Na selva, os dirigentes Cid e Mário elaboraram um documento para apresentar nesse festejo, *Cinquenta anos de luta*. Com a máquina de escrever num toco de árvore, Amazonas datilografava e Grabois ficava por perto, fazendo comentários. Ambos sentados num enorme tronco caído.

Dona Maria e Cid saem cedo da casa da Faveira nessa manhã de 1º de março de 1972. O homem vai a cavalo. Em outro animal, ao lado dele, Joca os acompanha durante um trecho. O problema de coluna de Dona Maria a obriga a percorrer o caminho a pé. Não é difícil para ela, acostumada a longas caminhadas na sua infância na roça e na juventude, quando era membro de um grupo de montanhismo no Rio de Janeiro. Dirigem-se ao sul até chegar à Transamazônica. A rodovia foi recentemente aberta para o trânsito. Pegam um ônibus e descem em Estreito, onde a BR-230 se entronca com a Belém-Brasília. Depois de passar a noite numa pensão dessa localidade, que fica na divisa do Maranhão com Goiás, eles tomam outro ônibus que os leva a Imperatriz. Na cidade maranhense, compram mais uma passagem. Não é a última necessária para chegar ao

distante ponto final da viagem.

Depois de quase três mil quilômetros de estrada, os dois comunistas estão em São Paulo. Por volta do dia 10, recebem uma informação e uma missão. O militante Pedro Albuquerque caiu. Foi preso pelo Dops em dezembro de 1971 enquanto tentava tirar uma nova carteira de identidade em Fortaleza. Está preso no Ceará. Dona Maria deverá voltar à região do Araguaia para avisar o pessoal. A prisão de Albuquerque é uma ameaça para a segurança dos que ali estão morando. O jovem do PCdoB, que vivera na região do Caiano com sua mulher, tinha sido convencido por ela a fugir. Ambos saíram da área de preparação da guerrilha e se dirigiram a São Paulo. Após entrar em contato com o comitê central para explicar o caso e garantir que não abririam as informações sobre a presença do Partido no Araguaia, os cearenses voltaram à terra natal. Mas a repressão pegou Pedro e as torturas normalmente infligidas poderiam fazê-lo falar.

*

A velha dona Maria, imune ao cansaço e à falta de conforto das viagens de ônibus, volta a fazer o mesmo caminho percorrido dias antes. Chegada à área, dorme na beira da Transamazônica e se embrenha no interior. Para não machucar as pernas, enfia uma calça de pijama, a única de sua bagagem. Anda o dia inteiro. Às cinco da tarde, ela está nas vizinhanças de sua casa, a chamada “Chega com Jeito”. O nome se refere à dificuldade que se tem para encontrar o lugar sem se perder. Ela vê alguns jovens do grupo da Faveira no caminho, que se surpreendem por imaginá-la em São Paulo:

— Tia, você aqui?

Dois dias depois, o mensageiro Nunes sai para a área do Gameleira com o objetivo de advertir o pessoal sobre o acontecido. O outro grupo deveria ser avisado por Geraldo no dia seguinte.

Dona Maria descansa alguns dias na Faveira e enfrenta o

périplo da volta. Caminhada até a Transamazônica, ônibus, barco. E muitos quilômetros mais nas estradas. A chegada a São Paulo acontece uns três dias antes do quinquagésimo aniversário do PCdoB.

Além da comemoração do Partido, onde Elza e Amazonas se reúnem com os membros do comitê central, eles têm outras tarefas para cumprir. Cinco militantes os aguardam num aparelho, prontos para conversar sobre o desejo deles de se integrarem ao grupo que está no campo, preparando a guerrilha. Enquanto alguns fazem entrevistas individuais com Amazonas, os outros arrumam um depósito de remédios que será levado à área onde pretendem morar e cuja localização desconhecem. No final da reunião, alguns pontos ficam combinados para iniciar a viagem.

Rioco Kayano, uma das militantes, deverá se encontrar com outro dos jovens, o baiano Eduardo José Monteiro Teixeira, às quatro da tarde do 11 de abril. O lugar escolhido, a rua Domingos de Moraes. A movimentação costuma ser grande nesse local da Vila Mariana. Rioco será Laura a partir desse momento. Deverá se habituar a esse codinome que poderá preservá-la do perigo de ser identificada. Ela já foi presa em seus anos de militância em São Paulo. Os militares têm sua ficha.

Chega o dia tão esperado pela nisei Laura. Ela e Eduardo vão até a rodoviária. Quando o moço lhe entrega a passagem, ela fica sabendo que seu primeiro destino será Anápolis, no estado de Goiás. Às seis horas, os dois sobem no ônibus. Imediatamente reconhecem dona Maria. Como combinado, simulam desconhecimento. A mesma coisa acontece com os outros dois jovens que eles viram na reunião com Cid no aparelho.

Na primeira parada em Goiás, esses dois militantes descem do ônibus. Adriano Fonseca e Dagoberto Alves da Costa continuarão a viagem por outro caminho. Seu guia será um membro do PCdoB já instalado na área do Caiano, o metalúrgico carioca Doca.

Dona Maria e os outros dois continuam pela Belém-Brasília. A idéia é passar por Marabá para comprar facões e couro de sola de chinelo. A viagem deve ser aproveitada. E esses produtos serão necessários com a chegada dos quatro novos integrantes. Em Anápolis, compram as passagens para Tocantinópolis, no norte de Goiás. O ônibus é velho. São constantes os problemas e as paradas para resolvê-los. Quando chegam à cidade, é muito tarde para empreender o último trecho da viagem. Dona Maria, Laura e Eduardo conseguem três vagas num hotel próximo à rodoviária. Seguindo as normas de segurança, dormem separados, como se não se conhecessem.

Na manhã seguinte, dia 14 de abril, pegam o ônibus para a cidade paraense de Marabá. Na divisa do estado de Goiás, logo depois de atravessar o rio Araguaia na balsa desde Araguatins, dois soldados fardados entram no ônibus. Os militares examinam documentos do motorista, que treme de medo. Falta de costume somada à má fama dos órgãos de segurança na região. Os soldados olham os rostos dos passageiros. Mandam um rapaz descer. Depois de apalpá-lo e revistar seus documentos e sua bolsa de viagem, o prendem. Dizem que vai ser ouvido. Que, se não houver nada estranho, ele poderá continuar a viagem no próximo ônibus. Trata-se de Eduardo Teixeira. Dona Maria se arrisca e sai na sua defesa:

— Oh moço! Esse rapaz vem conosco desde o começo...

Os soldados não lhe dão atenção. Muito velha para ser suspeita. A viagem prossegue. O militante preso nunca se reencontrará com seu irmão que está instalado num dos grupos do PCdoB no baixo Araguaia, a uma curta distância dali. Antônio Teixeira é o marido da militante Dina. E estão juntos morando na região do Caiano.

Já dentro da área escolhida pelo Partido para a guerra popular, na Transamazônica, dona Maria repara numa tropa do Exército fechando o caminho. Militares de fardas passadas e botas brilhando. Desta vez, todos os passageiros devem mostrar seus documentos. A maioria não os tem. Não é costume da região. Dona Maria e Laura exibem os seus, enquanto um

homem mal disfarçado de paisano explica para os passageiros:

— Nós estamos aqui porque há uns terroristas aí na mata, uns contrabandistas e assaltantes de banco que a gente está procurando. Então queria saber se vocês conhecem alguma pessoa assim.

— Nããã.

A negativa é unânime, para alívio de Dona Maria, que reconheceu várias pessoas que a conheciam.

Essa barreira do Exército não é a última do caminho. Soldados gordinhos, de tipos físicos muito diferentes dos locais, estão instalados em entroncamentos e outros lugares da estrada. De vez em quando, algum sobe ao ônibus e pergunta se alguém desceu desde a última revista. Mas, felizmente, Laura e dona Maria passam por simples viajantes uma e outra vez até Marabá. Na cidade, percebe-se uma agitação extraordinária. Os hotéis, completamente lotados. Muitos aviões chegando ao aeroporto. Dona Maria sai procurando conhecidos. Os comentários são todos parecidos:

— Aqui em Marabá está cheio de polícia. Tem homem que não acaba mais.

Um dos moradores amigos mostra a elas um jornal com a notícia de que o Exército está procurando terroristas e contrabandistas internados na mata. A informação se espalhou rapidamente. Já instalada no hotel Guaiúba, um dos poucos onde ela e Laura conseguiram vaga, dona Maria é interceptada pela proprietária, que a conhecia das outras viagens. Dona Ilda anda muito intrigada:

— Minhas netas que estão no ginásio vieram dizendo que tem uns terroristas na mata e que o Exército tá lá. Está um alvoroço aqui na cidade! É gente que entra e sai deste hotel...

Preocupada, dona Maria decide mudar os planos. Manda Laura comprar uma passagem para Belém, no ônibus-leito. Essa noite, as duas dormem no último quarto disponível do hotel de dona Ilda. No dia seguinte, 15 de abril, dona Maria vai embora no horário do almoço. Antes, deixa marcado um ponto com a nisei. Caso aconteça alguma coisa, combina-se um ponto

alternativo. Uma das regras da militância clandestina. Laura viajará no dia 16 e as duas se encontrarão no dia 17. Mas, ainda nessa noite, a jovem é presa no hotel, sem saber, sequer, se já se encontra na área da guerrilha. Nos interrogatórios, ela não abre o jogo sobre Elza Monnerat, a velhinha com aparência inofensiva que nunca é descoberta. Uma peça chave na organização da guerrilha.

Na manhã do dia seguinte à prisão da nisei, a escassos duzentos quilômetros de Marabá, Geraldo é preso pelas equipes do sargento Marra e do major Ribeiro Maciel. Não é a primeira vez, nem será a última, em que os destinos dos dois militantes se encontram. Anos antes, Laura e Geraldo passaram alguns dias morando no mesmo apartamento em São Paulo. Ainda usavam seus nomes verdadeiros, Rioco e José Genoino. Um lugar comum no futuro está reservado para a nisei e o cearense. Eles começarão a namorar no presídio do Carandiru. Ainda cativos da repressão, trocarão cartas de amor em maços de cigarro. Depois de duros anos privados de liberdade e submetidos a torturas, os camaradas se encontrarão em 1º de maio de 1977 para não mais se separarem.

*

Seguindo seu novo plano, dona Maria pega uma Kombi em Marabá até a balsa que atravessa o rio Tocantins. Vai voltar para Anápolis. Deve prevenir João Amazonas sobre a movimentação de tropas. O dirigente ficou mais alguns dias em São Paulo para retirar um dente infectado. Na mesma Kombi viaja o frei Gil Vila Nova, um sacerdote dominicano que conhece vários militantes instalados na área. Simpatiza com eles. Já foi tomar café na casa principal da Faveira. Ambos descem na beira do rio. Dona Maria, dissimulada, murmura ao passar perto dele:

— Padre, se acontecer qualquer coisa, o senhor nunca me viu, porque eu vou dizer que nunca lhe vi.

Na fila da balsa, ela ouve mais comentários sobre a presença de soldados na região. E também as primeiras lendas:

— Uma patrulha do Exército foi lá na casa de um dos terroristas, mandada por um major. Encontrou uns homens parados na porta da casa. Depois eles perceberam que uma mulher passou por dentro e, quando voltou de lá, tinha um revólver na mão. Deu um tiro na testa do major. O militar caiu morto e os homens correram pra dentro da casa, pegaram as armas e teve aquele tiroteio. Acabou tudo no pau e na pedra. Foi um bocado de gente ferida.

— Eu digo para tomar cuidado! Tem umas moças aí que acertam no olho de um passarinho a quinhentos metros de distância.

Ao descer da balsa, dona Maria e frei Gil pegam dois ônibus até a divisa do Pará com o Maranhão. No dia seguinte, a mulher vai para Imperatriz, onde pega um ônibus com destino a Anápolis. Passa alguns dias na cidade, dando umas voltas diárias na rodoviária à espera da data prevista para a chegada de Amazonas.

Chegado esse dia, ela se instala na rodoviária. Passam os ônibus que vêm de São Paulo. Amazonas não aparece. Dona Maria percebe, inquieta, a presença de um homem vestido à paisana, encostado numa parede com um jornal aberto nas mãos. O tempo passa e o sujeito continua “lendo” a mesma página, enquanto joga uns olhares por cima do periódico. Para enganar, Elza puxa conversa com uma mulher que está com uma criança e finge que é seu neto.

Finalmente, João Amazonas aparece. Está se dirigindo à livraria da estação para comprar uns folhetos de literatura de cordel. Passa na frente de Elza. Ambos se olham em um instante. Ele anda um pouquinho e dá uma volta. Ela faz um sinal discreto. O polegar apontado para baixo indica que a coisa está feia.

Alguns dias depois, Pedro Pomar e Carlos Danielli, responsáveis pela guerrilha do Araguaia em São Paulo, se reúnem com Amazonas e Elza, de volta à capital paulista. Ela conta o que viu e ouviu. Os dirigentes discutem bastante. Começam a aguardar notícias. Mas a imprensa persiste no mutismo. No final de setembro de 1972, *O Estado de S. Paulo*

quebrará o silêncio com uma reportagem informando que há uma guerrilha na região do baixo Araguaia e que o Exército se encontra na área. O jornal dá uma chamada de capa para o assunto, aparentemente não percebida pela censura do governo Médici.



No 14 de abril de 1972, dona Maria, que tinha acabado de voltar de São Paulo, está muito perto de sua casa, na região da Faveira. Mas a morada, conhecida como “Peazão” pelos militantes da Faveira, foi destruída dois dias atrás. Vinte soldados entraram na mata pelo povoado de São Domingos e chegaram até um dos principais pontos de apoio dos comunistas na área. Mas os militantes conseguiram se esconder na mata sem serem pegos. E ainda enviaram um mensageiro para o castanhal do Ferreira.

Os militares chegam à região do baixo Araguaia depois de conseguirem as primeiras peças do quebra-cabeça. Para montá-lo totalmente, precisarão de muito trabalho de inteligência. As informações sobre a presença de militantes do PCdoB nesse quadrilátero do sul do Pará foi fragmentada e espalhada. Pouquíssimos dirigentes do Partido, além dos que se encontram na área, conhecem a localização da frente prioritária de preparação da guerrilha. Algumas informações foram obtidas através de Pedro Albuquerque, o militante preso em março após ter saído da preparação da guerrilha. Os alertas das polícias militares de Marabá e Xambioá também chamaram a atenção do Exército para essa região abandonada pelo poder público. Grileiros e fazendeiros tinham informado os policiais sobre uma certa resistência dos posseiros aos abusos cometidos por eles. Gente de São Paulo estaria comandando os moradores. E tinha mais. O pessoal da região estaria sendo alfabetizando pelos “paulistas”, que cuidavam também de sua saúde.

De abril a maio, o Exército se desloca para a área com membros de uma operação de informações. São, principalmente,

militares da 8ª região (Belém), do CIE, dos Codi e da 3ª Brigada de Infantaria do Comando Militar do Planalto (Brasília). Rapidamente, entram em contato com bate-paus e conseguem, assim, a localização de alguns dos locais em que moram os “paulistas”.

Instalam-se nas cidades e povoados e, a partir dali, uns poucos grupos reduzidos se adentram na floresta. Andam vestidos à paisana, para não se anunciarem aos procurados. A vida na região muda completamente. Mesmo as cidades grandes – nos parâmetros das desertas extensões do norte do país -, como Marabá e Xambioá, são pacatas. Com a paulatina chegada de grandes quantidades de soldados, seu ritmo se altera. Os hotéis lotam. As quitandas não dão conta do abastecimento. Os boatos sobre o motivo da invasão se espalham.

A presença de dez postos de patrulhamento na Transamazônica também perturba os moradores. A rodovia – uma das poucas da região – tem sido bastante usada por moradores que vão fazer compras em Marabá. Em poucos quilômetros, os passageiros devem descer várias vezes dos ônibus para que suas identidades sejam conferidas. A mesma coisa acontece na Belém-Brasília. São seis postos no norte de Goiás, no chamado Bico do Papagaio. Muitos suspeitos são presos e levados à cadeia de Xambioá. O prefeito da cidade, José Saraiva dos Santos, é chamado para reconhecê-los. Os que não são da região são mandados a Belém ou Brasília.

Os caminhões do Exército chegam, primeiro, a Marabá, de acesso relativamente fácil por estar conectada à rede rodoviária através da Transamazônica. Nessa cidade, os habitantes se surpreendem com a quantidade de aviões que sobem e descem. E com a presença de muitos homens fardados, que eles chamam de policiais.

O ataque ao “Peazão”, o ponto do PCdoB mais próximo a Marabá, acontece logo no início do ingresso dos militares, em 12 de abril de 1972. A construção da Transamazônica deixou exposta essa área antigamente escondida pela selva. Os soldados encontram mantimentos e material para a fabricação

de armas. Chegam, também, a outra casa do grupo, situada na região da Metade. Justamente por ali, dois dias depois, prendem um militante que pertencia ao grupo, mas está tentando sair da região. Sem conseguir se adaptar à nova vida, Danilo Carneiro, Nilo, foi autorizado pela comissão militar a abandonar a guerrilha.

O Caiano é o alvo seguinte dos militares. No dia 11, uns dez homens do Exército, provenientes de Brasília, descem de um avião C-47 em Araguaína – uma cidade do norte de Goiás –, sobre a Belém-Brasília. A comissão executiva da construção dessa rodovia – a Rodobras – é um dos tantos órgãos do governo federal que colaboram com os serviços de informações e repressão da ditadura. Vestidos à paisana, os homens viajam num caminhão da Rodobras, como se fossem funcionários. Depois de quase cem quilômetros numa estrada precária, como todas as da região, chegam a Xambioá. Enquanto nove se alojam no hotel Nossa Senhora de Fátima, de dona Cecília, a poucos metros do rio Araguaia, o décimo dorme na cadeia local.

De manhã, o grupo completo entra na mata. Eles têm informações e um guia que podem levá-los até o local onde o comandante Paulo e os outros militantes moram. O homem que passou a noite na cadeia, o guia, é Pedro Albuquerque.

Na Polícia Federal, ele passou por interrogatórios. Algumas informações verdadeiras, misturadas a dados falsos, foram tiradas dele sob tortura. Confessou que vinha de uma área de guerrilha e localizou a região de Caiano, onde se instalara. Tentou suicídio cortando os pulsos, mas foi descoberto por um policial. Enquanto se recuperava num hospital, o relatório com seu depoimento viajava para Brasília. O general Bandeira, que comandava o PIC da 3ª Brigada de Infantaria no Distrito Federal, não demorou para mandar buscar Pedro. Ele mesmo o interrogou. Mas as novas respostas não batiam com as anteriores. O interrogado estava mentindo. O major auxiliar de Bandeira, presente na ocasião, opinou:

— General, se é um cachorro que esteve lá, ele pode

nos servir de guia.

— É verdade. Solta o cachorro na mata e vai atrás dele que vocês vão bater na área de guerrilha.

Assim foi decidido que Pedro Albuquerque conduziria o grupo do major Maciel para localizar seus ex-camaradas na região do Araguaia.

No dia em que as tropas ingressam pela primeira vez na região do baixo Araguaia, o major, seus homens e Pedro Albuquerque empreendem uma longa caminhada em direção à área do Caiano. Andam firmes pela picada. Quando os militares passam ao lado de seu destino sem percebê-lo, o preso não diz nada.

Essa noite, eles jantam e acampam na casa do morador Antônio Pereira. Seu filho, de dezessete anos, os acompanha na madrugada seguinte até o local onde se encontram os militantes do PCdoB. Perto do meio-dia, avistam alguns deles. Mas, quando estão se aproximando, caem num abatis, armadilha especialmente preparada para ocasiões como essa. Um monte de paus cobrindo um córrego seco. O atraso provocado dá tempo de os militantes saírem correndo, mas não de levar a galinha que estão preparando. Almoço pronto para o inimigo.

Depois da refeição, o major Ribeiro inspeciona as redondezas da casa principal. Nessa tarde de 13 de abril, descobre algumas barracas escondidas. Encontra ordens de treinamento, livros de Mao, comida, remédios, material cirúrgico, uma máquina de costura e uma oficina de rádio. Tudo escondido. Fica impressionado. Não esperava tanto. Seguindo as normas da operação, os militares botam fogo em tudo. Detonam as árvores frutíferas a rajadas de metralhadora.

Na manhã seguinte, em Xambioá, o major e alguns de seus homens saem para uma nova excursão na região do Caiano. Chegam, mais uma vez, até uma morada dos militantes. Mas, da mesma maneira do dia anterior, os procurados conseguem fugir a tempo. Apesar de estarem vestidos à paisana, as armas de cano longo e a disposição em fila indiana delatam os militares. Lena (Regilena Carvalho Leão de Aquino) os avista entre um

milharal. Em pouco tempo, Jaime (Jaime Petit da Silva), marido da militante, sai para a localidade de Esperancinha para avisar os outros membros do grupo sobre o acontecido. Lá moram alguns dos quadros que já são visados pelos militares. Dina e o médico Juca. O comandante Paulo também está ali.

É justamente em Esperancinha que, no dia seguinte, o grupo do CIE, comandado pelo doutor Asdrúbal, em companhia do sargento Marra, faz um prisioneiro no caminho. O quarto membro do Partido preso no sudeste do Pará. José Genoíno.



Entre os militantes que moravam no Gameleira, a preocupação cresce à medida que os dias passam e Geraldo não retorna. Por volta de uma semana depois da partida das casas, os guerrilheiros observam, escondidos, a chegada do Exército à região em que viviam. Uns trinta soldados queimam duas moradas e seus paióis e cortam as fruteiras. Tudo enquanto atiram com seus fuzis automáticos leves (FAL) na direção da mata. O acampamento do pessoal do PCdoB não fica muito longe desse local. Os militares, porém, não entram na floresta.

Depois disso, Osvaldão decide destacar um de seus guerrilheiros para esperar Geraldo num local previamente combinado. O escolhido é Glênio de Sá Carneiro. E Glênio sai, andando pela selva em direção ao ponto. Um barraco velho, quase caindo aos pedaços. O jovem potiguar fica por uma semana nesse refúgio, solitário, aguardando a chegada do companheiro. Passa bastante fome. Sair para caçar pode ser perigoso. Há helicópteros sobrevoando a área. E os únicos bichos que se aproximam dele são as serpentes. Uma jaracuçu, muito venenosa, assusta Glênio dentro do barraco. Ao cabo dos sete dias, aparece uma figura conhecida. Por causa da demora, Flávio foi encarregado de ver o que acontecia com o companheiro e de levá-lo até o novo acampamento. Os dois ainda dormem essa noite no mesmo lugar. Ao amanhecer, começam a caminhada pela mata. Reencontram-se à noitinha

com o grupo.

Depois de sete dias de solidão, Glênio acorda, no dia seguinte, com uma gratificante surpresa. As mulheres do destacamento o cercam e enchem-no de demonstrações de carinho. Mariadina, Chica, Tuca, Walk e Lia beijam e abraçam o moço, enquanto cantam *Parabéns para você*. De alguma maneira, as meninas averiguaram que Glênio faria aniversário nesse dia. Não fosse a linda homenagem, o aniversariante nem lembraria que é 30 de abril de 1972, dia em que completa seus 22 anos.



Longe de Marabá e Xambioá, no canto menos habitado do quadrilátero, a base mais isolada do PCdoB é a última a ser atacada. Três dias depois de Osvaldão e seus companheiros se adentrarem nas áreas de refúgio – avisados do perigo pelo mensageiro de Apinagés –, soldados destroem uma morada no Gameleirinha, o castanhal do Ferreira e a casa de Osvaldão, Geraldo, Fogoió, Glênio e Chica.

Os integrantes do grupo de Osvaldão – o destacamento B das Forças Guerrilheiras do Araguaia – começam, no dia 15 de abril de 1972, uma vida diferente. De trabalhadores da roça e castanheiros a homens e mulheres da mata. E, principalmente, guerrilheiros. Como eles dizem, a selva é a segunda mãe do guerrilheiro. Quando o sol se põe, algum canto entre as árvores os acolhe para dormir. Nômades, sem morada, sem roça e sem paiol, eles têm, apenas, as suas mochilas. A mochila é a casa do guerrilheiro, repetem. Comida, a floresta provê. O mesmo meio que lhes pareceu hostil quando chegaram à região é, agora, o principal aliado dos guerrilheiros. A sobrevivência do grupo depende, basicamente, da abundância da flora e fauna amazônica. Além disso, há somente os escassos mantimentos que carregam consigo, as possíveis contribuições dos moradores e os estoques escondidos em troncos ocos ou em buracos no chão, camuflados com folhas e galhos.

Há tempos que os guerrilheiros começaram a preparar essas reservas de alimentos e remédios. A situação que estão vivendo, embora bastante prematura nos planos do Partido, era esperada. E desejada. O começo de uma luta revolucionária. Quando moravam nas casas, costumavam sair para as selvas por alguns dias em pequenos grupos. Eram os treinamentos de acampamento, sobrevivência e orientação na mata. Mas, desta vez, é diferente. A guerra começou de verdade.

*

As Forças Guerrilheiras do Araguaia, Foguera, não estão completas em 12 de abril de 1972. Na área da Faveira e Apinagés – domínio do destacamento A – 21 guerrilheiros são comandados por Zé Carlos. Mais vinte homens e mulheres compõem o destacamento C, incluindo o comandante Paulo, a sudoeste da serra das Andorinhas. No grupo de Osvaldo, são vinte pessoas, mais o militante Micheas Gomes de Almeida (Zezinho) que está cumprindo uma tarefa fora da região do destacamento.

Da comissão militar, encontram-se na região Joaquim, Joca, Juca e Mário, o pai de Zé Carlos. O genro de Mário, Pedro (Gilberto Maria Olimpio) constitui o corpo de guarda da comissão junto com Ivo (José Lima Piauhi Dourado).

Por diversos motivos, alguns membros do PCdoB envolvidos na preparação da guerrilha não participarão das ações das Foguera. Além dos presos, de Nilo e de dona Maria e tio Cid, há os que saíram da área sem avisar aos dirigentes.

Pedro e a mulher, Ana, não foram os únicos. Lúcia Regina de Souza Martins – Regina – abandonou a vida na mata, os companheiros do grupo da Faveira e o marido, Beto (Lúcio Petit da Silva) em dezembro de 1971. Voltou à casa dos pais, em São Paulo. A desilusão da quitandeira da Faveira começou quando chegou à sua nova morada e reencontrou o marido, que viajara antes para a região. Ele estava frio e distante. Regina começou a se sentir sozinha e isolada do resto do grupo. Não

se achava naquele estilo de vida. Um dia tentou aprender a atirar, mas, morta de medo, errava o alvo. Assim, a moça começou a tomar distância da situação que estava vivendo e passou a enxergá-la como algo que não levaria a nada de bom.

Tudo piorou com os problemas de saúde. Certa vez, enquanto estava passando mal, ela espirrou. Uma lombriga saiu pelo nariz. Verminose aguda. Sônia – outra jovem militante que estava na casa com ela – lhe deu dez cápsulas de um remédio para serem tomadas uma a cada dia. A doente tomou sete de uma vez. A intoxicação a deixou prostrada, com febre alta. Nesse estado, Regina ainda se descobriu grávida. Um problema para uma futura guerrilheira. A recomendação era abortar, caso uma gravidez acontecesse.

Em condições precárias, Sônia lhe fez uma curetagem. Seu estado de saúde continuava péssimo e ela estava amarela. A amiga conversou com Mário e avisou que não podia se responsabilizar pela vida da companheira. No dia seguinte, Regina saía da Faveira montada num burrinho ferido. Mário, Beto e dona Maria a acompanhavam. Na Transamazônica, as duas mulheres pegaram um ônibus até Anápolis. A jovem ficou hospitalizada. O diagnóstico mostrou hepatite, brucelose, anemia e aborto retido. Elza a deixou no hospital porque precisava resolver umas pendências. Voltaria em alguns dias. Mas, totalmente convencida a deixar para trás a vida com os militantes do PCdoB no Pará, Regina explicou para o médico que, em São Paulo, teria melhores condições de se tratar. E voltou à casa paterna.

O número de combatentes no momento do ingresso das tropas federais é pequeno, comparado com o das tropas militares. Mas eles têm um certo apoio de boa parte da população da região. Praticamente de todos os que não são fazendeiros, grileiros ou bate-paus. Em cada uma das três áreas que ocuparam, os paulistas fizeram amizade com os moradores. No vale do Gameleira, quase todos conhecem Osvaldão ou alguma das mulheres “paulistas”. Como Tuca, a moça risonha que presta assistência médica à população. Ajuda nos partos.

Aconselha os vizinhos acerca das doenças da região. Seu tipo físico chama a atenção. Muito alta, loira e de pé grande. Em Santa Cruz, Amauri é um dos habitantes mais conhecidos. E queridos. Dono de uma farmácia, ele nunca cobra as amostras grátis, coisa que outros fazem comumente no local. Quem pode, paga os remédios com dinheiro. Alguns dão feijão ou outros produtos da roça em troca. Outros, que nada têm, levam os remédios sem custo algum. Amauri também cuida de alguns doentes.

Essas pessoas que os respeitam e os apreciam não sabem, porém, que “os paulistas” são ligados a um partido político. Muito menos, que são guerrilheiros. Aliás, a maioria dos moradores do baixo Araguaia, proveniente de regiões pobres e isoladas do Nordeste, nunca ouviu falar em guerrilha. Nem conhece “Che” Guevara, tão à tona nas cidades do sul do país.

Com o carinho da população, mas muito mal armados, os guerrilheiros são atacados pelo inimigo. Enquanto eles portam os rifles e revólveres de caça locais, com munições limitadas, os militares serão abastecidos pelo arsenal do Exército, da Aeronáutica, da Marinha e das polícias militares. A desigualdade é flagrante. Mas algumas outras vantagens jogam a favor das Foguera. O conhecimento do terreno onde alguns dos combatentes vivem há seis anos. Localização, domínio da natureza, sobrevivência. Pontos essenciais numa guerrilha na selva. E o alto moral. A motivação de um grupo de ativistas que acredita numa ideologia e se considera disposto a lutar e até a morrer pela causa que defende.

*

O que os militares acreditavam ser, apenas, o trabalho político e assistencialista de um grupo de jovens “queimados”, se refrescando longe dos órgãos de repressão das cidades, revelou ter uma estrutura mais organizada. Nada menos que importantes dirigentes do PCdoB estão por trás da movimentação na região do baixo Araguaia. Confissões obtidas

sob tortura dos presos, mensagens achadas entre os objetos pessoais deles, informações colhidas no lugar por informantes infiltrados e dados de antigas operações dos órgãos de inteligência indicaram que o problema poderia se tornar uma ameaça ao regime.

No começo de maio acontecem as primeiras baixas militares. Uma equipe de informações da 8ª Região Militar é surpreendida no vale do Gameleira por dois guerrilheiros do destacamento B. O susto é mútuo. Os inimigos só se vêem quando já estão frente a frente, a poucos metros de distância. Os militares ordenam que Osvaldo e Simão parem a marcha. O comandante guerrilheiro, rápido, dá dois disparos por cima do ombro do companheiro. Há troca de tiros no local, conhecido como grotta Seca. De um lado, rifles 44. Do outro, FALs. Morre o cabo Rosa, do grupo dos pára-quedistas. Um sargento é ferido. O resto do grupo se dispersa, assustado.

Na primeira quinzena de maio, é decidido o envio de três novos pelotões à região para uma operação que começará em 27 de maio. A missão: reconhecer, emboscar, capturar ou destruir o inimigo. O comando da operação fica por conta da 8ª Região Militar, de Belém, que coloca uns 250 homens integrando o destacamento de forças terrestres. Três pelotões em Xambioá e mais três em Araguatins. Chegam também soldados do 1º e 2º Batalhão de Infantaria da Selva (BIS). A idéia é fazer um emprego ostensivo desse pessoal. Amedrontar os guerrilheiros. Pára-quedistas do Rio de Janeiro também se incorporam às tropas antiguerrilha. Ao todo, uma mobilização considerável de forças que conta com o respaldo total do Comando Militar do Planalto, sediado em Brasília.

As tropas federais ocupam pontos estratégicos. As três maiores cidades que cercam a região dos destacamentos. Xambioá a sudeste, Araguatins a nordeste. A noroeste, Marabá, onde as estruturas do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER) e do Inbra servem como quartel-general e como prisão. Outras três bases de apoio fecham um semicírculo exterior ao primeiro cerco. Estão na cidade goiana de Araguaianã

- ao sul de Xambioá - em Imperatriz e em Porto Franco - ao leste da região, no estado do Maranhão. A Transamazônica, além dos postos de patrulhamento, tem um espaço destinado aos prisioneiros. Os militares usam a estrutura de um local conhecido como Bacaba, deixada pela empreiteira Mendes Junior durante a construção da rodovia.

Além das cidades, pequenos povoados vão sendo ocupados. Em clareiras de fazendas e castanhais, cujos donos têm interesse em ajudar o Exército, os helicópteros conseguem pousar no meio da floresta. A Força Aérea Brasileira (FAB) proporciona esses meios de transporte, essenciais no combate de selva. Dos helicópteros se faz o mapeamento aéreo do terreno, buscam-se sinais da presença do inimigo e se realiza o apoio logístico. As tropas são transportadas pelo ar para não se perder tempo em caminhadas. Da mesma forma, se carregam mantimentos e levam presos, feridos ou mortos da mata fechada para as bases. O ingresso de viaturas na selva é impossível.

Em Xambioá, a população se assusta com a presença do novo aparelho no céu local. Muitos nem conseguem pronunciar o difícil nome: helicóptero. Nas ruazinhas de terra avermelhada ou de pedra, o trânsito de caminhões tem se tornado constante. O Exército tem ali seu acampamento. Os aviões da FAB, seu pequeno aeroporto.

Com essa disposição das tropas nas cidades, a situação do grupo de Osvaldão é, ainda, a menos comprometida. Eles continuam relativamente isolados na mata. A região do destacamento A é praticamente cercada por bases militares. Mas é o destacamento C o mais golpeado nessa primeira campanha. Nem tanto pela proximidade das bases de Xambioá e Araguanã, mas porque a região a sudoeste da serra das Andorinhas vira alvo principal de uma operação militar organizada em junho.

Tropas da 3ª Brigada de Infantaria invadem a área. Até o final de junho de 1972, o grupo comandado por Paulo sofre seis baixas. Três guerrilheiros mortos pelas armas do Exército. E três presos. Um abalo significativo para as forças guerrilheiras.

O primeiro morto das Foguera é metralhado em 2 de junho numa emboscada preparada por tropas militares com o auxílio de um morador do Caiano. Jorge é levado à base de Xambioá ainda com vida. O verdadeiro nome do jovem é Bérqson Gurjão Farias. Em seu passado de estudante de química, na Universidade Federal de Ceará, conheceu outro ativo militante do movimento estudantil. Foram amigos próximos, até o momento em que José Genoino saiu do Ceará seguindo os caminhos da militância.



Depois de ser identificado em Brasília, Geraldo é novamente levado a Xambioá. É fim de maio. A cidade está se transformando em zona militar. Já existe a grande base, cercada de arame farpado, onde os soldados se alojam e os presos são mantidos em cativeiro. Na barraca dos oficiais, o cearense sofre um novo processo de tortura nas mãos dos pára-quadistas. Perguntam, principalmente, sobre Osvaldão. O comandante do destacamento B ficou ainda mais conhecido na base depois de sua participação no primeiro choque armado entre guerrilheiros e militares.

A tortura dos presos não é exceção. É regra. Espancamentos, simulações de fuzilamento, corpos amarrados sobre formigueiros de formigas-de-fogo ou pendurados nus sob o sol de cabeça para baixo, cabeças atingidas por sacos cheios de pedras, “telefone”. Os gritos são escutados corriqueiramente na base. A população da região está sofrendo. Sem saber o motivo, muitos pais de família são levados a Xambioá. Passam por torturas que nunca conseguiriam imaginar. Ingênuo, um camponês preso pergunta para Geraldo:

— Que negocio é esse que amarram na orelha e começo a pular como sapo?

É o choque elétrico.

Em 21 de maio acontece a primeira morte de um morador na base. Os militares alegam que o barqueiro Lourival Moura

Paulino – preso por ter contato com os “paulistas” da área de Caiano – se enforcou. Oito dias depois, uma nova mostra da fúria dos militares choca Geraldo. Amarrado junto com ele em cima de um caminhão do Exército, um lavrador com o rosto inteiramente deformado lhe conta sua história de bode expiatório. A responsabilidade de um fato com o qual ele nada teve a ver foi descontada na sua carne, a golpes. Sem motivo, a não ser a raiva dos soldados por ter errado de prisioneiro.

Como muitos outros, o morador foi obrigado a guiar alguns pára-quedistas pela selva. À paisana, os militares não foram reconhecidos por uma patrulha do 2º Batalhão de Infantaria da Selva, que atirou neles. O chamado “fogo amigo”. Um sargento pára-quedista foi gravemente ferido. Reações impulsivas desse tipo acontecem pelo estado de nervosismo em que vivem os soldados mais inexperientes, sobretudo os recrutas. Eles têm medo de um inimigo que lhes foi descrito como cruel e bandido. E disparam perante a menor suspeita. Dessa vez, depois do fogo amigo, quem levou injustamente as pauladas finais foi o guia.

Mas o pior momento de Geraldo em Xambioá acontece no dia 5 de junho. A base militar está em pânico. Um grupo de pára-quedistas emboscados travou tiroteio com uns moradores suspeitos no meio da selva. Os resultados: um tenente gravemente ferido e um homem da mata morto. É o guerrilheiro Jorge. Apesar de estar deformado pelas rajadas de metralhadora e os golpes, Geraldo reconhece o corpo do amigo cearense, cuja presença na região ignorava. Está pendurado de cabeça para baixo numa árvore. É chutado no rosto. O castigo por ter ferido o tenente pára-quedista.

Além de Jorge, morre nesse período de ataques à região de Caiano Maria Lúcia Petit da Silva – a guerrilheira Maria – em 16 de junho. A jovem moça cai numa emboscada dos militares, preparada na casa dos moradores Coioió e dona Lazineira. O casal era conhecido dela a ponto de lhe prometer como afilhado o terceiro filho que está para nascer.

Emboscadas como essa são comuns durante a luta

antiguerrilha. No começo, poucos militares se adentram na mata. Ficariam em desvantagem face aos guerrilheiros que a conhecem melhor. Preferem aguardar a chegada dos “paulistas” nas casas dos moradores apontados como colaboradores deles no trabalho de inteligência. Os militares sabem que sempre haverá um guerrilheiro faminto que não consegue o que caçar.

O terceiro morto do grupo de Paulo Mendes Rodrigues é Kleber Lemos da Silva. Carlito – esse é seu codinome – é pego na mata da região da Abóbora enquanto espera que um companheiro pegue uns remédios para ele num depósito próximo. É 29 de junho. Carlito está com uma ferida de leishmaniose no pé que não o deixa caminhar. Mais tarde, moradores contam para os companheiros do jovem que foi Pernambuco – um bate-pau contratado pelos militares para caçar guerrilheiros – quem feriu Carlito no braço e o levou, ainda vivo.

Geraldo é levado para Brasília no dia seguinte da chegada do corpo de Jorge à base. Ficará ali meio ano. Depois será transferido para São Paulo e, finalmente, para o Ceará. Só recuperará a liberdade em abril de 1977.

Durante o mês que passa em Xambioá, o militante fica, como os outros presos, amarrado em árvores ou em caminhões. Ou nos temidos buracos de 2 metros de profundidade, cobertos por arame fardado. Os cativos não podem sair dessas celas cavadas no chão. São dias comendo e bebendo o que os soldados lhes dão, ou nada. Urinando e defecando ali mesmo. Ficando, às vezes, muitas horas ou até dias em pé.

Nesse período na base, Geraldo vê o constante movimento dos helicópteros levando soldados para dentro da mata. Presencia a circulação dos militares. Seu número aparenta ser igual à quantidade de moradores de Xambioá. Uns cinco mil. Alguns dias, descem três aviões búfalos cheios de militares. Entre eles, a figura de mais alta patente que transita pela base é o general Antônio Bandeira, o segundo comandante das ações antiguerrilha no sudeste do Pará. Ele está instalado na cidade. O primeiro na hierarquia – o comandante geral – é o general

Olavo Viana Moog, que fica em Brasília. À noite, Bandeira se retira ao hotel de dona Cecília. Os treze quartos dessa pensão ficam ocupados por homens fardados. O outro hotel da cidade, o Araguaia, também lota.

O general Bandeira é comandante da 3ª Brigada de Infantaria, que está cumprindo um papel importante nas operações. Um dia, depois de muitas expedições na floresta sem resultados, o general chega para Geraldo:

— Vocês parecem tatu: se metem no mato e ninguém acha.

Nem Bandeira conhece ainda a organização dos guerrilheiros na área. Só na primeira quinzena de julho o trabalho de informação feito por órgãos de inteligência na região terminará de levantar a existência de três destacamentos, com uma média de 23 homens cada um.



Uma reunião da comissão militar das Foguera acontece, em algum lugar resguardado na mata, em 25 de maio de 1972. Perante o ocorrido, novas decisões devem ser tomadas. Antes de os militares entrarem na região, os três grupos foram advertidos sobre possíveis ameaças a sua segurança. Algumas ordens do comando foram deixadas para o caso de acontecer um ataque. Graças a isso, ninguém foi surpreendido em casa pela chegada de tropas e todos puderam se retirar às áreas de refúgio.

Agora as providências são outras. Os guerrilheiros deverão usar a propaganda como forma principal de luta. Urge explicar à população o que está acontecendo, até como maneira de enfrentar a propaganda contra-revolucionária dos militares. Eles estão divulgando que os “paulistas” são contrabandistas e terroristas. O povo, em geral, não acredita. As palavras não falam mais alto que anos de convivência com esses homens e mulheres que sempre se mostraram dispostos a ajudar. Afinal, os que agridem os moradores são os militares, não os

“paulistas”. Mas, de qualquer maneira, chegou a hora de abrir o jogo com a população. Não está longe o momento em que as Foguera precisarão de mais homens e mulheres para enfrentar as tropas federais numa guerra popular. E, antes disso, os guerrilheiros necessitam contar com o apoio logístico dos moradores através de comida, remédios, informações. O abastecimento e a rede de informantes devem ser organizados. Assim como o conhecimento da área e a preparação militar.

Na reunião, fica definida como tática principal o recuo para a mata, com o objetivo de proteger os guerrilheiros de ataques em que seriam derrotados pela superioridade numérica e de armas do inimigo. Desses refúgios, os grupos deverão tentar ações de fustigamento e emboscada. A essas táticas de guerrilha, deve-se acrescentar a busca de contato com a população.

Para facilitar a conscientização dos moradores a respeito do que acontece – o chamado “trabalho de massa” – a comissão militar elabora, nessa reunião, um comunicado. O primeiro de uma longa série. O panfleto, que também pretende causar impacto no inimigo, leva o título de *Comunicado nº 1 das Forças Guerrilheiras do Araguaia* e diz se dirigir aos posseiros, trabalhadores do campo, todas as pessoas progressistas do sul do Pará, oeste do Maranhão e norte de Goiás e ao povo brasileiro em geral.

A comissão militar, assinando como o comando das Forças Guerrilheiras do Araguaia, apresenta uma visão dos fatos acontecidos na região desde o mês de abril. O comunicado fala sobre um criminoso e inesperado ataque das forças do Exército, da Aeronáutica, da Marinha e da PM, sem motivo aparente. Conta a violência sofrida pela população e os danos a seus bens. Explica que, em decorrência dessa invasão, muitos habitantes da área se retiraram à mata e, posteriormente, se organizaram em destacamentos guerrilheiros. No final do comunicado, há uma convocatória para engrossar as filas dos que resistem contra a ditadura militar, os grileiros e os norte-americanos que se apoderaram de terras na região.

É também nesse comunicado que, pela primeira vez, se divulga a existência da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo (ULDP), descrita como a iniciativa de fundar uma ampla frente popular a favor do progresso. Contra a miséria, o abandono e a opressão. A ULDP ainda é, apenas, uma tentativa. A idéia é criar mais e mais grupos que canalizem politicamente o apoio popular. Mas boa parte da população nem chega a ler esse comunicado, já que a maioria dos adultos é analfabeta. E o trabalho na roça, necessário para a sobrevivência da família, exige, muitas vezes, a ajuda dos filhos. Dessa forma, grande parte das crianças não frequenta a escola.

A ULDP tem um documento que sintetiza as reivindicações do homem da região. Conhecido como *O Programa dos 27 Pontos*, o texto é escrito a partir de anos de convivência com os moradores locais. Conversas informais na mata e nos povoados, em mutirões e festas. Atendimento de doentes e de parturientes. Visitas de domingo que se prolongam por essa noite devido às longas distâncias que separam as moradas da região. Esses momentos possibilitam um conhecimento aprofundado da vida das famílias na região do baixo Araguaia. Além do próprio cotidiano dos “paulistas”, que pouco difere da rotina do camponês. A comissão militar e os membros dos destacamentos participam da elaboração dos 27 pontos.

O programa chega a ser lido em algumas casas. As questões problemáticas que ele levanta não podem ser alheias a nenhum morador. A posse e a grilagem da terra; os preços pagos pelos produtos regionais; a circulação desses produtos; os altos impostos cobrados, sem retorno para a população; a questão da educação e da saúde; as arbitrariedades da polícia; a situação da mulher; a falta de liberdade para se praticar qualquer religião; a necessidade de uma eleição livre para prefeito nos municípios e da criação de comitês populares para administrar os distritos e povoados; o respeito ao modo de vida e às terras dos índios; o aproveitamento racional da terra e o reflorestamento.

Até final de julho, as novas indicações da comissão militar são parcialmente cumpridas nos destacamentos. A situação do C é a mais crítica. O pessoal está dividido em três grupos, que se deslocam o tempo inteiro para evitar os insistentes ataques dos militares. Quatro emboscadas preparadas com a colaboração forçada, comprada ou espontânea de moradores.

Espalhados, os grupos perdem o comando de Paulo. E ficam isolados dos outros destacamentos, assim como da comissão militar. As seis baixas sofridas os debilitam. Mas não os impedem de agir. Um pequeno grupo mata um policial militar num tiroteio. Outro liquida um bate-pau. O vitimado é o rapaz de dezessete anos que, em 13 de abril, levou a equipe do major Lício até as casas de alguns militantes do grupo de Paulo.

O contato da comissão militar com os outros destacamentos é razoável durante a primeira campanha do inimigo. O A, em refúgio por mais de um mês, acaba enfrentando dificuldades no abastecimento. Assim, em junho, retoma os contatos com a população. Bem recebido, resolve o problema da alimentação. Além de tentativas de fustigamento e emboscada, o destacamento não realiza ações militares.

O destacamento B não sofreu baixas. Conseguiu, ainda, matar um cabo. E prover a comissão militar de alimentos. Durante dois meses e meio, Osvaldão e seus guerrilheiros mudaram três vezes de acampamento, sempre escondidos na selva. Todos os seus membros continuaram unidos sob as ordens do comandante. Foi muita gente para alimentar. Ficou difícil passar despercebido, seguindo as normas de segurança. Mas os refúgios escolhidos foram relativamente seguros. E eles estiveram sempre juntos, realizando as atividades de sobrevivência de quem vive num acampamento, enfrentando os perigos da natureza, apoiando-se nos momentos de doença. Ao deixar a rotina organizada, a higiene e a excelente alimentação de quando viviam em casas, as defesas dos organismos dos guerrilheiros baixaram. Muitos ficaram com diarreia e tiveram surtos de malária freqüentemente.

Os homens e mulheres do destacamento B voltam a se encontrar com a população só em fins de junho. O “trabalho de massa” é feito, principalmente, no povoado de Palestina, onde Amauri abriu a primeira farmácia do lugar antes de mudar para Santa Cruz. Ele ficou conhecido como uma pessoa muito educada e um excelente farmacêutico. De vez em quando, Amauri aparecia na casa de algum morador do povoado para almoçar. Junto com ele ia Flávio, que também trabalhava na drogaria. Dona Lídia Pereira Saraiva fazia batata e mandioca para eles. Os homens gostavam bastante. Sempre queriam pagar, mas ela não aceitava. Um prato de comida é algo que não se nega a ninguém, dizia. Nem se cobra.

Amauri volta à casa de dona Lídia a partir de julho de 1972. Deixa algumas caixas de remédios com ela, para pegá-las de volta em algum momento. A previsão é uma qualidade necessária em tempos de guerra. Ele conversa com a mulher:

— Nós gostamos tanto de caçar na mata, de ver roça. Vocês, o povo daqui, não sabem como o Pará é rico.

O rapaz fala enrolado para os parâmetros da região.

Em outra oportunidade, um grupo maior se desloca até a Palestina. Eles chegam à noitinha na casa de dona Marcolina. A negra está com um bebezinho na casa. Ela é ama de leite da criança. Não demora nada para começar o preparo do cafezinho para receber os “paulistas”. Mariadina, Amauri e Fogoió estão ali. E Chica, a japonesinha que fica calada a maior parte do tempo. A hospitalidade vai além do café:

— Estão com fome?

— Estamos.

— Esperem a janta aqui. Vamos matar uma galinha.

— Não podemos ficar, dona Marcolina.

— Então vocês levam para onde vocês forem.

— Tudo bem, então. Mas um arroz com abóbora já ajuda.

Mariadina, a autora da idéia, vai descascando a abóbora. Enquanto a comida fica pronta, brinca com a criancinha. A militante se encontra muito bem de saúde, apesar da vida na mata. Rosto rosadinho e corpo forte. Chica tampouco está

magra. A pele dela se torna mais morena com a vida à intempérie. Nessa noite, os guerrilheiros comem farinha com torresmo e levam, em suas latas, a refeição preparada.

Seu Pedro Vicente Ferreira, conhecido como Pedro Zuza, também recebe a visita dos guerrilheiros. Quando morava em Araguatins, em 1969, conheceu Osvaldão, na época, mariscador. Os “paulistas” aparecem umas cinco vezes na sua roça, na região da Palestina. Tuca vai algumas vezes sozinha. A enfermeira leva remédios para ele e fica conversando um pouco. Em grupos de quatro ou cinco, outros falam sobre o governo que está dirigindo o Brasil e se oferecem para ajudar a colher o arroz do morador. E pedem um favor. Querem que seu Pedro Zuza compre umas coisas para eles. O camponês se nega. Alega estar muito ocupado. Mas ele gosta dos homens e mulheres da mata. Não tem como contestar que eles são boa gente.

Numa dessas ocasiões, seu Pedro encontra quatorze deles ao chegar na sua roça. São umas quatro da tarde. Eles querem lhe pedir a casa emprestada para passar a noite ali e fazer uma festa, uma brincadeira. O pedido é aceito. Na manhã seguinte, quando o homem volta a sua posse, vê um monte de roupas e redes penduradas, secando. Os guerrilheiros, depois de tanto tempo vagando pela mata, conseguiram lavar seus pertences.



Em julho, ainda sem notícias do destacamento C, o comando das Foguera decide enviar um grupo de guerrilheiros à área do Caiano. O comandante da missão é Juca, o médico da comissão militar. Com ele, partem quatro militantes do destacamento B. Flávio, Gil, Aparício e Ferreira – o jovem Antônio Guilherme Ribeiro Ribas, cujo codinome batizou o castanhal.

Além de contatar o grupo do Caiano, a equipe terá que fazer trabalho de massa. Divulgar as idéias da ULDP sobre as condições de vida na região. Impedir que o mote de terroristas

ou bandidos que os militares atribuem aos militantes começa a ser aceito pela população. Pedir mantimentos nas casas dos moradores. Em reunião com um membro da comissão militar, as tarefas são apresentadas aos guerrilheiros como uma oportunidade de fazer um verdadeiro trabalho de massa:

— É uma missão difícil. Porém, é uma região de muita gente, bastante diferente desta. Em termos de revolução, para vocês, o horizonte ficará mais amplo. Vocês, companheiros, terão visão de uma perspectiva muito maior do nosso trabalho de massa. Boa sorte. Êxito.

Os quatro jovens se separam dos companheiros de destacamento e de Osvaldão. Aparício se despede ainda da mulher, Walk. Aos poucos, eles descobrem no modesto Juca um homem corajoso, um experiente guerrilheiro. Um verdadeiro comandante.

Dentro da mata, longe de trilhas, picadas ou qualquer tipo de caminho, andam uns doze quilômetros por dia rumo ao sul. Nas mochilas, levam apenas sal, farinha e castanha. Mas comida é o que não falta. Todo dia, tem carne de caça, conseguida de passagem em alguma morada. E em variedade. É veado, porco-do-mato, macaco, tamanduá. Também animais menores como o jabuti, o quati – um pequeno mamífero frugívoro de focinho longo – e o tatu. E ainda galinhas selvagens, os mutuns.

A sudoeste da serra das Andorinhas, a presença militar é ainda assustadora. Acima do teto da selva, aviões vão e voltam. Em mais um dia como os outros, Juca e seu grupo saem da casa de um morador e começam a subir a grota Vermelha. De repente, um barulho de metralhadora. Os cinco, deitados no chão, vêem as balas cortando os galhos e ramos dos coqueiros, abundantes nessa parte da região. O barulho é ensurdecedor. Fica difícil detectar a origem das rajadas. O comandante, também deitado, tenta conferir se seus homens estão bem:

— Flávio, Flávio! Está ferido?

— Não. Estou bem.

Quando o barulho dá um pequeno intervalo, ouve-se a voz de Juca, novamente:

— Vamos tentar sair. Rasteje. Pegue a noroeste.

As balas roçam as cabeças dos guerrilheiros emboscados.

O grupo consegue sair, depois de quinhentos metros se rastejando em um cipoal. Quando param, percebem que o comandante está ferido. Ele, que momentos atrás conferira a integridade de seus homens. Juca levou dois tiros. Um na perna e outro na coxa. Não consegue andar. A equipe permanece a menos de um quilômetro do inimigo. Helicópteros e um avião cruzam o céu o dia inteiro. Mas a densidade da mata os protege.

Depois de dois dias de descanso, as feridas melhoram um pouco. O grupo deve prosseguir sua missão. Juca anda com uma muleta improvisada ou apoiado nos ombros dos companheiros. Chegam, assim, a uma zona bastante habitada. A primeira pessoa que encontram é uma mulher com aspecto de índia, que está ao lado de sua própria casa:

— Bom dia, dona.

— Bom dia, seu moço. Vamos chegar.

— Dá licença. Vai desculpar a gente estar entrando na casa da senhora de armas na cintura.

— Tem nada não.

No fundo, a mulher tem medo. Dá para perceber. Mas, à medida que os guerrilheiros falam, ela vai se descontraindo. E chega a arranjar um litro de leite e cuscuz de milho. Não que sobre alimento. Muito pelo contrário.

Depois dessa visita, outras se sucedem. Os moradores contam que os soldados morrem de medo da selva e dos guerrilheiros. Especialmente de Dina. O grupo consegue cumprir vários pontos da missão. Mais de quarenta famílias da região foram visitadas. Os moradores ouviram, se identificaram com as palavras dos guerrilheiros, proporcionaram informações sobre a atuação do Exército e ainda ofereceram mantimentos. As Foguera ganharam temperos, frutas, verduras, legumes, ovos, leite, carnes, chumbo para caça, querosene, panelas, pilhas, punhos de rede, fósforos, algodão, fumo, agulha e linha,

garrafas... O equivalente a uma quitanda local. Porém, os guerrilheiros não conseguem encontrar o pessoal do destacamento C. Juca deixa escrito, então, um ponto para o comandante Paulo com um morador conhecido. A mensagem está codificada, embora pareça um recado normal. Só Paulo saberá qual é o lugar do encontro, marcado para o dia primeiro de cada mês, a partir de setembro.

Nesse mês o grupo ainda está na região de Caiano. Um dia, Aparício sai para caçar. A mesma mata que o protegeu das forças inimigas com seu muro de vegetação fechada agora o desorienta. O guerrilheiro se perde do grupo. Perambula um pouco até chegar à casa de um morador chamado Peri. Um ponto do grupo, a oeste de Caiano. Por uma ironia da vida, a localidade se chama Perdidos. Aparício dorme fora da morada, num barraco no mato, oferecido por Peri. Ali, passa alguns dias recebendo comida. Em 13 de julho, homens do Exército aparecem de repente. Atiram sobre ele. O jovem se defende e descarrega sua arma na direção dos inimigos. Quando tenta recarregá-la, é atingido pelos tiros dos militares e morre.



Nesse triste episódio, Walk perde o homem que escolheu como companheiro. Um amigo com quem viveu a época de militante em Belo Horizonte. A tristeza é grande. Para ela, principalmente, mas também para os outros guerrilheiros. Aparício é o primeiro morto do destacamento B. A notícia chega através de uma criança, filha de um guia cooptado pelo Exército.

Mas na situação de ameaça que o destacamento enfrenta, a morte de um camarada tem também outros significados. De certa forma, ele passa a ser um herói que perdeu a vida lutando pelo que acreditava. Ainda assim, os erros ou descuidos que o levaram à morte não deixam de ser friamente analisados. Os outros devem aguçar e apurar a atenção. A perda do companheiro gera um senso de responsabilidade mais forte no resto do destacamento. Até porque cada baixa deixa as forças

guerrilheiras mais fracas. Os que sobrevivem tem que se defender com mais garra.

Quando a equipe que foi tentar reatar o contato com o destacamento C volta – sem Aparício –, Juca é recebido pelos suaves cuidados de Tuca. Ela consegue retirar a bala da perna e também a da coxa. Terminada a intervenção, envolve as feridas com gaze. A moça é a “mãezona” do destacamento. Sempre solidária, servindo aos outros, cuidando de qualquer companheiro doente. Uma autêntica enfermeira por vocação.

Generoso é também o amor que a une a Peri. Sem cobranças. Sem frescuras. Das duas partes. Numa conversa que reúne vários companheiros, eles contam cenas de sua vida conjugal, em que amar o outro não significa possuí-lo. O casal parece viver além dos ciúmes, baseado num sentimento sólido.

Esse sentimento não é novo. O casal o cultiva desde os tempos do namoro em São Paulo. Sem apresentações às famílias nem outras cerimônias, Tuca e Peri constroem novos caminhos para um amor diferente. E até se permitem sonhar com filhos, apesar da grande dedicação de ambos à política. Tuca sempre gostou muito de crianças. Desde a época em que ela, adolescente, cuidava dos cinco irmãos mais novos. Eles a adoravam.

Numa carta escrita da capital paulista, em 1969, Peri tenta encurtar a distância que o separa da irmã, Eliana Pilot Oliveira. Ela acaba de ter uma filha em Belo Horizonte. As palavras do moço revelam confissões que aproximam os irmãos:

“Então você tem uma filha, não é? Que coisa linda e grave deve ser isso, não é? Há algum tempo vejo germinar dentro de mim a vontade de viver e conhecer um filho meu. Só de pensar me fascina e, ao mesmo tempo, sinto-me num misto de coragem e medo. Tudo isso, eu sei, porque não é tempo de ter um filho. A Tuca, eu sei, teria todas essas condições”.

Eliana não conhecia a namorada do irmão. Nem chegará a conhecê-la. E o casal não consegue realizar seu sonho. Tuca e Peri optam por continuar se dedicando à militância. Mas sempre juntos. O tempo de ter um filho nunca chega. Antes, vem a

morte.

O destacamento B tem quatro casais, formados antes da chegada à região do baixo Araguaia. Certamente, o relacionamento entre esses homens e mulheres muda ao longo da experiência de viver na mata levando uma vida de lavrador. E essas relações se transformam mais ainda quando se perde a referência do lar, a intimidade das paredes de uma casa e se passa a uma vida de comunidade nômade. Entre pessoas que deixaram família, amigos, estudos e terra para viverem de acordo com a ideologia na qual acreditam, o amor conjugal pode ser um sentimento muito importante. Mas acaba predominando a fraternidade dentro do grupo.

Uma missão pode separar um casal por um tempo prolongado. Mas o dever tem que falar mais alto que o desejo de ficar junto ao companheiro ou companheira. E o amor não pode se dirigir intensamente a apenas uma pessoa. Ali fora, no mundo, estão muitos desamparados esperando uma ajuda amorosa. Peri também diz isso à irmã Eliana num trecho de outra carta do mesmo ano, quando crescia sua identificação com o comunismo e a vida de militante:

“Um comunista é diferente, é uma pessoa que sempre tem o povo e suas exigências acima das exigências pessoais. Onde as massas são mais importantes que as pessoas, porque as massas são a soma dessas pessoas e servir ao povo é servir às pessoas. Ao passo que servir à pessoa pode não ser servir ao povo”.

Para o comunista, a paixão por um ser humano específico impede a entrega à tarefa, cria travas na hora de se dedicar inteiramente à revolução. Relativiza o sentimento que dispõe um militante a morrer por uma causa.

★

No começo de junho de 1972, as tropas ainda estão presentes em Palestina, São Domingos das Latas, Brejo Grande, São Geraldo e outros povoados da área. As prisões continuam.

Nem a igreja é poupada. No dia 1º, um grupo de soldados espera, na porta da igreja de São Domingos, a saída do padre Roberto de Valicourt – um missionário francês, na região desde janeiro – e da irmã Maria das Graças. Após a celebração da missa, por volta das nove da noite, os dois são presos e levados, num jipe, até o vilarejo de Metade.

Os religiosos ficam sentados enquanto os soldados examinam algumas fotografias. Os dois são considerados suspeitos por uma aparente semelhança com imagens de supostos guerrilheiros. Os soldados insistem em acusá-los de serem guerrilheiros disfarçados e os acabam identificando com um homem e uma mulher das fotos. Na manhã seguinte, o jipe sai para Palestina. Além dos soldados e dos religiosos, um artista de circo é transportado. Os cabelos compridos o tornam um suspeito. Chegando ao povoado, os três são trancados num quarto cheio de soldados. Um tenente, chamado Alfredo, começa violentamente uma série de ataques verbais e físicos ao padre Roberto:

— Você é um subversivo! Você está conscientizando o povo pra se voltar contra o governo brasileiro!

Logo depois, as ameaças à freira:

— Você vai apanhar! Você vai ver! Lá em Araguatins temos um especialista em mulher. Vão cortar seus seios! Vão lhe violentar!

Das palavras aos fatos, o tenente manda alguns soldados baterem no padre francês. Jogam ele no chão e o pisoteiam. Pegam a cabeça do homem e começam a socar seu rosto e a enfiar os dedos nos seus olhos. Torcem seus braços e batem sua cabeça na parede. E lhe dão pontapés nos rins e na barriga. A surra dura aproximadamente meia hora. Alguns soldados, jovens recrutas, choram ao assistir a cena truculenta.

Nesses dias, o mesmo tenente Alfredo ameaça outros religiosos da região. O bispo de Marabá, dom Estevão de Avelar, toma conhecimento da situação e vai a Palestina em busca de informações. No povoado, o bispo e os padres que o acompanhavam são conduzidos até uma casa onde estão vários

soldados do Exército e o tenente Alfredo. Após os cumprimentos e apresentações, o tenente e o bispo altercam:

— O negócio é o seguinte: eu vou mandar vocês até Araguatins para falar com o doutor.

Doutor é um título que os militares usam para chamar alguns superiores.

— Bem, eu gostaria de saber quem é esse doutor e porque eu não posso tratar disto com qualquer pessoa.

— Vem cá. Tá criando caso, é? Você não é bispo? Não é para falar com todo mundo? Olha, eu já não quero saber mais de conversa com você.

A prepotência não é exclusiva do tenente Alfredo. No mês de julho, o general Antônio Bandeira se reúne com o engenheiro-chefe do Departamento de Estradas e Rodagem, DER, de Goiás. O comandante das operações antiguerrilha na região tem um pedido a fazer:

— Engenheiro, eu preciso de uma rodovia de trinta quilômetros, ligando Araguaína a Araguanã, pronta dentro de dois meses.

O funcionário, um profissional muito respeitado no estado, tenta demonstrar a impossibilidade de se realizar a obra em um tempo tão curto. Mas o general Bandeira não quer saber de conversa:

— O senhor não me entendeu direito. A obra tem que ficar pronta em dois meses porque vou passar por ela com minhas tropas. Os problemas a resolver são seus.

Está feito o anúncio do começo da segunda campanha militar.

Desencontros

De volta às margens do Gameleira, Osvaldão e seus guerrilheiros estão acampados perto de uma das antigas casas do grupo. É começo de setembro de 1972. Algumas plantações de mandioca e bananeiras que escaparam da destruição dos soldados meses atrás alimentam novamente o grupo. Retornam, também, as visitas aos vizinhos da época em que os militantes moravam em suas casas e cultivavam suas roças. O destacamento B saiu do último acampamento depois da retirada do grosso das tropas militares. O fim da primeira campanha das Forças Armadas. O chão do local onde estavam e de seus arredores estava muito pisoteado. Foi difícil fazer a camuflagem.

Na beira do Gameleira, os guerrilheiros respiram um ar diferente. Uma nova etapa começa. Os resultados do primeiro ataque das tropas federais não foram ruins para esse destacamento. Um preso, Geraldo, e um morto, Aparício. Mário, da comissão militar, chega ao novo acampamento trazendo mais ares de renovação. Alerta para a necessidade de manter muita higiene para conservar as doenças afastadas. E ele mesmo corta

os cabelos de todo mundo. Até os homens estão cabeludos.

Animados, os combatentes começam a pensar em sair para fazer trabalho de massa. Nisso, recebem uma ordem da comissão militar. Juca chega para tentar novamente reatar o contato com o destacamento C. Dessa vez, irão com ele, além de Flávio e Gil, Raul e Walk. Os companheiros empreendem a missão enquanto Amauri e Manoel iniciam outra tarefa. Eles vão observar o povoado de Santa Cruz para avaliar as possibilidades de deslocar para lá o destacamento e fazer propaganda da luta armada entre seus moradores.

Numa das idas às capoeiras das antigas casas do grupo Gameleira, Simão encontra um morador da região que está caçando. Bate um papo com ele e conta as últimas novidades do destacamento. Mas o homem é Mãozinha-de-paca, um bate-pau. Em seguida, o dedo-duro vai avisar os soldados mais próximos. No dia seguinte, uma pequena tropa de militares, recém-chegada à região, sai à procura dos guerrilheiros delatados. No caminho, encontra com a dupla que já estava voltando de Santa Cruz. Começam os tiros. Amauri se joga no chão. Manoel consegue fugir e chegar ao destacamento. Os companheiros, que ouviram os tiros, estão com as armas em prontidão. Manoel, agitado, grita a má notícia:

— Pegaram o Amauri!

Cada um apanha sua mochila. O grupo está prestes a sair do acampamento quando Amauri chega. Ele tem um furo de bala na camisa. Conseguiu escapar dos tiros arrastando-se até uma moita. Deitado, escondido pela vegetação, viu os soldados passarem perto dele.

O grupo se adentra imediatamente na mata. A área não é mais segura. Helicópteros estão metralhando o local. A ação em Santa Cruz é suspensa. É 15 de setembro e a segunda campanha das Forças Armadas acabou de começar.

★

Em julho de 1972, iniciou-se a trégua de dois meses.

Boa parte das tropas já se retirara da região da guerrilha no começo do mês. A base de Xambioá estava se esvaziando parcialmente desde maio. Mas o Exército manteve cerca de duzentos homens no acampamento. A sudoeste da serra das Andorinhas, a operação contra o destacamento C fora planejada para se estender até 7 de julho. A partir do dia 10, muitos militares se retiraram. Ficaram, porém, 130 homens. Em Marabá e nas outras cidades e povoados no norte da região, a presença ostensiva de tropas acabou em junho.

Uma relativa tranquilidade reinou no baixo Araguaia durante o mês de agosto. Refresco para os guerrilheiros. No apedrejado destacamento C, agosto foi o único mês sem nenhuma baixa. Alívio, também, para os moradores. Nos meses anteriores, os homens viveram sob o medo permanente de serem presos sem saber o porquê. Histórias de vizinhos espancados amedrontavam as famílias ainda não atingidas. Com a saída do marido, algumas mulheres tinham que enfrentar a perda de suas roças e paióis, queimados pelos militares.

No fim de julho, o destacamento C perdeu mais uma guerrilheira. Lena saiu numa manhã para fazer caça silenciosa. Foi com outra companheira, Áurea Elisa Pereira Valadão, de codinome Áurea. Ambas tinham sido escaladas por Paulo para a tarefa. O acampamento precisava se alimentar, ingerir algumas proteínas. Mas, com o Exército na área, os guerrilheiros não podiam se dar o luxo de atirar. Alguns jabutis dariam uma ótima refeição. São os animais mais fáceis de se pegar sem necessidade de armas.

As moças se separaram para adiantar o trabalho. Em pouco tempo, Lena se perdeu de Áurea. Essa noite, ela dormiu na mata, com medo do temporal que ameaçava se abater sobre a floresta. Receio de começar a queda de árvores, uma depois da outra, e ficar à mercê da natureza. No dia seguinte, a angústia só cresceu porque ela não havia conseguido encontrar o acampamento. Não tinha ninguém no ponto do riacho da Cigana. Helicópteros sobrevoavam a área. Ela estava faminta. No desespero, desrespeitou a norma de segurança e pegou uma

picada. De repente, chegou a um local conhecido. A morada de dona Valdó e seu Manuel, amigos dos guerrilheiros. Mas a folhagem cortada na frente da casa disse à Regilena que a vigilância do Exército tinha chegado até ali. O casal também estava diferente. Com as primeiras palavras de dona Valdó, a guerrilheira confirmou suas suspeitas:

— Se entregue, dona Lena. A Maria já morreu. Isso não é vida para vocês. Eles são muito fortes. Estão dizendo aí, nos alto-falantes, que não vão judiar de quem se entregar. A senhora se entrega e eu garanto que não vão lhe tocar um dedo. Vou com a senhora até sua família, lá em São Paulo.

Dona Valdó, como os outros moradores da região, acha que os guerrilheiros são todos paulistas. Mas Lena é mineira e tem família no Rio.

Dona Valdó falou justo o que a moça precisava ouvir. Lena ficou em silêncio, sabendo que quem cala, consente. Passou a noite ali. Percebeu a saída de seu Manuel e o retorno do homem, de madrugada. Com o barulho do helicóptero, saiu correndo. Descalça, apavorada. Essa noite, dormiu sentada, encostada numa árvore do ponto da Cigana. Ninguém fora lá para buscá-la. O frio da madrugada na mata acordou Lena. Pés infeccionados, a cabeça a mil. Decidiu voltar para a casa de dona Valdó e se entregou ao Exército. Era 26 de julho na localidade de Pau Preto.



Começo da estação das chuvas. Início de setembro. Pela estrada recém-aberta, o general Bandeira retorna a Xambioá na boléia de um caminhão do Exército. De avião, foi de Brasília ao aeroporto de Araguaína. Depois, até Araguanã; e de lá, à base. As distâncias têm se encurtado. Na área interna das operações, na região dos destacamentos, novas estradas – terraplenadas com a colaboração do Incra e do DER de Goiás – facilitam os deslocamentos militares e aliviam o suprimento aéreo. Numa área elevada, uma estação de rádio de ondas médias possibilita

a troca de mensagens num diâmetro de 160 quilômetros no meio da selva, onde as transmissões sempre são mais difíceis.

Mesmo assim, a FAB continua presente. Seus aviões estão ali para transportar militares entre Brasília e a região, ou entre os locais das operações e as bases. Servem, ainda, para fazer a evacuação dos feridos graves para Brasília ou Belém. Além disso, eles fazem os reconhecimentos aéreos e o controle do tráfego civil no céu do sudeste paraense.

Os pára-quedistas aumentam sua presença na região. A participação da Marinha também cresce. O Araguaia é patrulhado do sul ao norte da região. O reconhecimento do rio e de suas condições de navegabilidade é importante, especialmente entre Xambioá e Santa Cruz. Para se chegar ao pequeno povoado, ligado ao pessoal do destacamento B, o barco é o meio de transporte mais adequado. Apesar das difíceis corredeiras presentes justamente nesse trecho do Araguaia, é o rio que comunica Santa Cruz ao resto da região.

Outra área que deve ser reconhecida é a margem direita do Araguaia. Alguns locais, indicados como prioritários, devem ser explorados numa profundidade de cinco quilômetros. E mesmo não abrigando guerrilheiros, teoricamente, a partir desse lado do rio pode estar sendo feita a ponte com importantes centros de abastecimento da guerrilha. Deve-se evitar, a qualquer custo, que os guerrilheiros transponham o rio. Trata-se de um novo ingresso massivo de tropas militares na região do baixo Araguaia. Na base de Xambioá, retorna-se ao incessante subir e descer de aviões. O prefeito da cidade calcula que uns cinco mil homens estão se espalhando entre Xambioá, Araguatins, Araguanã e também no povoado paraense de São Geraldo – na margem esquerda do rio – que já conta com uma base similar à de Xambioá, com buracos cavados no chão.

Os militares também têm pequenas bases nos povoados e dentro da mata, como nas localidades de Oito Barracas e Caiano. Maior que a área das Foguera, a das Forças Armadas tem nove mil quilômetros quadrados, com 56 pontos ocupados. Alguns funcionam como grupamentos logísticos. São

residências estrategicamente situadas em diversos pontos dos caminhos das tropas que percorrem a região a pé. Nesses locais, as equipes tomam banho, jantam, pernoitam, tomam o café da manhã e se abastecem de rações frias para o almoço.

Recrutas do serviço militar continuam a chegar. Principalmente, do Batalhão de Selvas. O regimento está localizado no quilômetro oito da rodovia Transamazônica, próximo a Marabá. Por ser da região, a presença de seus homens deveria garantir um certo conhecimento do terreno e do modo de vida dos habitantes. Mas a prática demonstra que o envio de jovens com menos de um ano no quartel traz mais problemas que acertos. Apesar de receberem treinamento antiguerrilha no Batalhão das Selvas, a falta de experiência real desses recrutas transparece no medo do inimigo e no despreparo para enfrentar o perigo e a morte.



O comando das operações antiguerrilha, nessa segunda campanha, já tem uma noção muito boa das possibilidades do inimigo. Sabe que ele está organizado em três destacamentos, dirigidos por uma comissão militar e pelo que os militares chamam de “bureau político” – o núcleo de dirigentes mais antigos que toma as decisões mais importantes. O comando possui uma relação com nomes de militantes que podem estar na área. Muitos desses nomes estão certos. Também se conhece a existência de pontos de apoio espalhados pela selva, onde os guerrilheiros se abastecem de comida, remédios e armamento. E já se levantou, ainda que parcialmente, a rede de moradores que apóia os “paulistas”.

Os militares são tão cientes das limitações das Foguera como de suas vantagens estratégicas. Por um lado, armas precárias, munições escassas. Mensageiro a pé como único meio de comunicação numa área de 6.500 metros quadrados. Em compensação, as Foguera estão adquirindo prestígio em alguns países socialistas, como mostram as notícias das rádios de Cuba

e da Albânia. Além disso, os guerrilheiros só aumentam seu conhecimento da região e o aprimoramento de táticas de guerrilha adequadas à circunstância.

O comando militar já possui mapas e imagens aéreas da região, mas não tem o domínio da mata. Na primeira campanha, enquanto as tropas federais se deslocavam principalmente pelas estradas e picadas, as forças guerrilheiras andavam pela floresta. No máximo, usavam o facão para abrir as chamadas pinicadas na mata fechada. Essas trilhas estreitas, de dez ou quinze metros, que terminam abruptamente, desorientam o passageiro. Passam a impressão de caminhos sem saída. Entretanto, uns cinco metros adiante, à esquerda ou à direita, novas fendas sem conexão com as anteriores, e muitas vezes invisíveis a partir dessas, permitem a continuação da marcha.

Em suma, os homens do Comando Militar do Planalto envolvidos no assunto, pensam que o foco guerrilheiro do sudeste do Pará pode constituir um grave problema para a segurança nacional. Existe a possibilidade, em curto ou médio prazo, de ele se tornar uma coluna guerrilheira. É imprescindível eliminar essa guerrilha. Assim informada e melhor preparada para vencer um inimigo agora conhecido, a operação Papagaio irrompe na região em setembro de 1972.



Juca, Flávio, Gil, Raul e Walk, escolhidos para tentar entrar em contato com o pessoal do destacamento C, saem do acampamento na beira do Gameleira em 13 de setembro de 1972. A única mulher da equipe é dona de uma notável facilidade para se locomover sem chamar a atenção. E é muito boa de caça, habilidade adquirida junto ao pai, na adolescência. Ela se destaca no grupo B por ser uma guerrilheira completa.

No segundo dia de marcha, na região de Franco, eles ouvem, repentinamente, uma voz dizendo que estão presos. Estão numa capoeira velha, invadida pela vegetação. Logo vêm um soldado apontando sua arma contra eles. Flávio, fora do

foco do militar, atira contra ele. Consegue feri-lo. Os cinco correm. Saem ilesos do primeiro encontro com as tropas antiguerrilha recém-chegadas.

No dia 16, Juca avista um cartaz pregado em uma árvore na estrada. Ao caminharem para ver do que se trata, o grupo se depara com um soldado. Inexperiente, para a sorte dos guerrilheiros. O militar atira sem acertar os alvos e sai correndo. De novo, os bons ventos estão do lado de Juca e sua equipe.

Um dia antes do combinado, em 30 de setembro, eles chegam perto do ponto onde Paulo deve estar, supondo que esse companheiro tenha passado pela casa do morador com quem Juca tinha deixado a informação algumas semanas atrás. As casas da área estão cheias de soldados. Mas, mesmo assim, o comandante da missão guerrilheira se aproxima um pouco para se orientar. Percebe a presença de uma tropa e manda o grupo retroceder.

Enquanto se afastam do evidente perigo, Gil pergunta se pode amarrar a botina. Sua voz chama a atenção dos militares. Uma rajada de metralhadora é disparada em direção ao grupo. Ela é fulminante para Juca e Flávio, cujos corpos caem sem vida. Raul e Walk conseguem escapar. Gil se joga ao lado do cadáver do comandante da tarefa. Tenta reanimá-lo. Como não obtém uma reação do companheiro, ele inicia sua retirada pela mata.

Começa a perseguição na selva. Gil na frente e 21 pára-quedistas, um mateiro e um bate-pau atrás dele. A troca de tiros é constante. Após duas horas, o guerrilheiro recebe a primeira bala. Entra pelo lado esquerdo do rosto e atravessa o maxilar inteiro, saindo pela direita. Gil pega a camisa e envolve a ferida, amarrando a cabeça com o pano. O maxilar está praticamente caindo. O tiroteio em movimento continua até a morte do jovem. Ao todo, seu corpo recebe doze balas. A última, nas costas, acaba com sua vida. O cadáver é levado, de helicóptero, à base de Xambioá. Depois de ouvir a história da morte de Gil, o general Bandeira reúne seus soldados e rende uma homenagem ao homem mais “macho”, nas palavras do

militar, que já viu em toda sua carreira.

★

A guerrilheira Fátima, do destacamento A, também é morta mostrando sua coragem. O choque com o inimigo acontece um dia antes da queda de Juca, Flávio e Gil. Fátima está com mais um combatente fazendo a guarda num ponto alto da mata, ao lado de uma estrada da parte norte da área de guerrilha. O objetivo é possibilitar uma passagem sem surpresas aos companheiros que estão se deslocando pelo lugarejo de São José. Mas um grupo de soldados anda por perto. Achando o local perigoso, alguns deles vão explorar a margem da via.

O guarda que está com Fátima vê os soldados e aciona sua arma, que não funciona. O moço sai correndo, deixando a jovem. Quando ela percebe o que está acontecendo, os militares já estão diante dela. Fátima mata um soldado com um tiro de sua espingarda. Imediatamente, é atingida por uma rajada de metralhadora. Ferida, ainda pega seu revólver e atira. Imobilizada por um tiro que alcançou sua coluna, a guerrilheira é presa. Terá, pela frente, muito sofrimento. Além da dor do ferimento, ela é torturada durante os interrogatórios.

Os companheiros da moça ficam indignados. Como uma homenagem, o destacamento A adota o nome completo da jovem a partir desse 29 de setembro de 1972. A primeira morta da segunda campanha das Forças Armadas é a ex-dirigente estudantil Helenira Resende de Souza Nazareth, perseguida pelos órgãos de repressão desde sua atuação na diretoria da UNE, em São Paulo.

★

A situação de Raul e Walk depois do 30 de setembro é difícil. Além de tristes pela morte dos companheiros, eles estão perdidos. Sobreviveram, justamente, os dois que não conhecem a área. E Raul está ferido no braço. Começam a vagar pela mata buscando o caminho que os leve de volta ao destacamento B.

De vez em quando, decidem parar na casa de algum morador.

Seu Davi Rodrigues de Sousa lhes oferece um cafezinho. Dá remédio para Raul. O rapaz está com febre. A ferida ainda dói. O semblante de Walk não é o pior. E ela está limpa. Sobram córregos na selva para tomar banho. Seu Davi nunca esquecerá essa visita. O rosto comprido da moça e sua alta estatura ficam gravados na memória do homem. São traços incomuns entre a população local. Entre um café e outro, os guerrilheiros vão contando tudo. As dificuldades que estão passando na mata, o cansaço depois de tanto andar com as mochilas nas costas, dormindo mal e se alimentando pouco. Aproveitam para deixar com seu Davi um panfleto onde explicam a revolução que almejam. Ele, depois de pensar um pouco, faz uma proposta:

— Se vocês quiserem, levo vocês até Palestina de barco. Sem amarrar. Do jeito que tá, vocês vão morrer de fome. O Exército vai pegar vocês. Vamos. Humildade é melhor que a soberba.

Mas os guerrilheiros voltam, nessa mesma noite, à mata. Suas pernas, apesar de mais lentas, são mais seguras que qualquer barco. Só em fins de dezembro é que eles reencontrarão os companheiros do destacamento B.



O papel das polícias militares do Pará e de Goiás vai sendo drasticamente diminuído ao longo da segunda campanha das Forças Armadas. O comando da operação percebe graves problemas de ordem moral na atuação dessas polícias. O tenente Nobre – comandante do destacamento da PM em São Geraldo – dispara sem justificativa contra trabalhadores que conversam com um oficial da Aeronáutica. O tenente é substituído por outro comandante. Mas o sucessor tem problemas com o álcool. Numa ocasião, chega a deixar seus subordinados sem refeição porque troca os alimentos a eles destinados por bebidas alcoólicas. O tenente Carlos Teixeira Marra também cometeu inúmeras irregularidades. Foi demitido

do cargo quando negociou, em proveito próprio, material de guerrilheiros, apreendido por tropas do Exército.

Embora as ações arbitrárias das autoridades sejam comuns na região, as forças federais não podem permitir que elas aconteçam no meio da luta antiguerrilha. O apoio da população é necessário. Alguns moradores acabaram colaborando com o Exército na primeira campanha, especialmente na região do Caiano, onde a presença militar foi ostensiva. Mas a pouca informação proporcionada foi basicamente obtida a troca de propinas ou por medo de ser apontado como amigo de guerrilheiros, o que significava ser preso e torturado. Mas, em geral, os “paulistas” ainda contam com o carinho da população. Nela, podem encontrar uma fonte de alimentos e informações.

Além disso, os militares sabem que grupos das forças guerrilheiras estão fazendo um trabalho de conscientização política entre os moradores desde julho. Eles têm dados sobre reuniões em que militantes leram um manifesto. A doutrinação política está sendo feita com base nos problemas cotidianos do povo. O comando antiguerrilha não desconhece que esses problemas são reais. Os abusos das polícias e dos grileiros. O trabalho escravo. As más condições de vida de uma região abandonada. Essa potencial massa revolucionária deve ser afastada daqueles que podem acender sua chama.

Para isso, se integra à operação Papagaio uma ação cívico-social (Aciso). Trata-se de um instrumento do governo para oferecer assistência a determinadas populações por um período de tempo limitado. Uma maneira de conter possíveis conflitos sociais. A partir de 21 de setembro, o povo recebe ajuda dos militares de maneira intensiva. Em uma semana, quase duas mil pessoas são atendidas por médicos e dentistas. A região recebe 650 quilos de medicamentos.

Ao mesmo tempo, são oferecidas palestras sobre educação sanitária em São Geraldo. Nas escolas, distribui-se material de estudo, assim como bandeiras nacionais. Os professores primários recebem uma capacitação. Algumas

escolas, igrejas e postos de saúde são pintados. As Forças Armadas tentam conquistar pais, professores e estudantes com essas medidas. No pequeno povoado de Santa Cruz, a professora Dedé leva seus alunos às bases mais próximas. Os meninos são ensinados a desfilar como soldados. Dona Dedé, uma mulher muito influente na administração do lugarejo, tem bons contatos com os militares. Três deles, inclusive, moram com ela e o marido, seu Felipe.

Para realizar a operação, há dinheiro do estado de Goiás e do Comando Militar do Planalto, mais apoio material dos ministérios civis. Parte dos recursos humanos provém do projeto Rondon. A equipe da Aciso conta com esses estudantes, com alunos da escola de enfermagem de Brasília e com vacinadores do Ministério da Saúde.

A população aproveita todos esses benefícios. Parece difícil acreditar em tanta ajuda, mas ela está, de fato, acontecendo. Além de tudo, os militares estão tratando bem a população. É ordem do comando, escrita e distribuída aos soldados.

Até o conflito da terra parece estar caminhando para uma solução. Nos problemas de grilagem, a intervenção do poder público é agora feita em favor dos posseiros. Vários fazendeiros são obrigados a resolver a situação trabalhista de seus peões, que viviam quase em regime de escravidão. As sedes do Inkra de São Geraldo e Marabá dão o apoio necessário. A ajuda, para toda a população, é realizada sem evidenciar o trabalho político que está por trás. A meta é ganhar a simpatia do povo. Os militares, de alguma maneira, concorrem nesse ponto com os guerrilheiros. Mas os mais favorecidos pelas ações do Inkra são os colaboradores do Exército. Cinco famílias de bate-paus que trabalharam como mateiros na primeira campanha são instaladas nas proximidades da Transamazônica. A área de influência da estrada, prevista no Plano de Integração Nacional para ser entregue a colonos, é utilizada. A instalação tem, portanto, um amparo legal.

A rede viária do interior da região também é

consideravelmente melhorada. Oito pequenas estradas são abertas. As vias de transporte existentes são melhoradas. No total, são 47 quilômetros de novos caminhos ganhos pela população e pelos próprios militares que por eles se deslocam.

À par dessa campanha de cooptação do povo, o comando das operações antiguerrilha desenvolve uma guerra psicológica destinada a instaurar o sentimento de derrota entre os guerrilheiros. As armas são mensagens instigando os combatentes a se renderem. Desde os helicópteros, soldados com alto-falantes repetem que o povo não apóia mais os guerrilheiros, que a organização do Partido nas cidades caiu, que as rotas de fuga estão bloqueadas e as fontes de suprimentos, cortadas. Os aviões lançam milhares de fac-símiles de uma carta de Geraldo, escrita com seu punho e letra, em que o preso explica para Glênio, seu ex-companheiro do destacamento B, que está sendo bem tratado. O apelo foi escrito sob tortura.



Enquanto os panfletos dos militares chovem sobre algumas áreas da floresta, os guerrilheiros, escondidos na mata, reproduzem algumas dezenas de comunicados no reco-reco, um mimeógrafo rudimentar. Como resposta à tentativa das Forças Armadas de desmoralizá-los, dizem que as investidas do inimigo não tiveram resultados significativos e que pretendem lutar até o final. Os papéis são distribuídos entre os amigos, pedindo que os repassem para outros moradores.

Os movimentos das Foguera estão seriamente limitados pela presença militar massiva. Eles precisam da população para realizar qualquer tipo de ação que demande deslocamentos. Mas os contatos devem ser feitos com o maior cuidado possível. Os soldados também estão emboscados nas casas da região. As clareiras maiores servem de campo de pouso para helicópteros. Em algumas roças, há mais de 150 soldados.

A espionagem é mútua. Os militares se mantêm

informados sobre os deslocamentos dos guerrilheiros, suas ações de massa, as normas de segurança que seguem e as estratégias que adotam. Os guerrilheiros ficam sabendo quais são os locais recentemente ocupados pelo inimigo. Conhecem os contatos que os militares fazem com a população. E, à noite, chegam a se aproximar das bases sorrateiramente. Ouvem as conversas dos soldados. Percebem que muitos ainda são jovens inexperientes, fáceis de assustar e aproveitam, então, para pôr em prática uma guerra psicológica. Osvaldão, com sua voz imponente, grita o nome de algum dos soldados no meio da noite. Ou deixa um bilhete em uma árvore, reproduzindo alguma informação ouvida enquanto espionava.

O destacamento do negro está acampado em Palestina desde o encontro de Amauri e Manoel com os soldados, no início da entrada das tropas da segunda campanha. Bastante ativo, o grupo tenta empregar algumas táticas contra o inimigo. Enquanto se retiram das proximidades de Santa Cruz, todos os guerrilheiros do B se organizam numa emboscada. Precisam obter armas e munições. O inimigo será o fornecedor. Mas, perante a insistente presença de helicópteros, Osvaldo decide suspender a ação. A caminho de Palestina, os quatorze guerrilheiros presenciam intensos bombardeios. O barulho é estrondoso. Além das bombas jogadas dos aviões, a ofensiva aérea conta com homens que, dos helicópteros, metralham a mata.

Os guerrilheiros continuam a marcha para o novo acampamento. Passando perto do castanhal do Ferreira e percebendo a presença militar na área, Osvaldo envia Ferreira e Amauri para ver de perto as possibilidades de um ataque aos soldados. São mais de oitenta. Não poderão ter sucesso com uma inferioridade numérica de seis para um. Mais uma vez, a tentativa já é frustrada antes mesmo de acontecer.

A seguinte, porém, não se faz esperar. Enquanto a maioria do destacamento monta o acampamento na área de Palestina, seis guerrilheiros se separam do grupo para realizar duas operações contra as tropas federais. Amauri, Simão e

Ferreira esperam a passagem dos soldados na região de Couro d'Antas. Amauri, o encarregado de dar o primeiro tiro, vacila quando vê um grupo de homens à paisana. Opta por não atirar. Mais tarde, ficará sabendo que se tratava de uma tropa descaracterizada.

No outro grupo, Manoel, Glênio e Lourival permanecem emboscados durante dois dias num local conhecido como Duas Passagens. Do alto do morro em que se encontram, percebem, finalmente, dez soldados avançando na estrada. Com os militares chegando ao limite previamente estipulado, Manoel abre fogo. Os outros dois o acompanham. Como resultado, um soldado cai e os outros se retiram correndo.

Instalado no acampamento na área de Palestina, o grupo decide retomar o trabalho de massa no povoado, apesar da presença do inimigo. A visita a umas dez casas rende bastante farinha e batatas da terra. A maioria do povo continua solidária com os guerrilheiros, mas o apoio não é o mesmo, tanto por causa do terror instaurado pelo Exército quanto por causa da Aciso. Nessas visitas, os combatentes percebem que a região volta a se esvaziar. Os militares, aos poucos, vão embora.

Até o final da campanha, em fins de outubro, o destacamento B perderá mais dois guerrilheiros. O vice-comandante, Fogoió, terá um atrito com seus guerrilheiros. Chegará a dizer que vai se demitir. Com isso, perderá a autoridade. Por ordem da comissão militar, Fogoió será transferido para a guarda da comissão militar e Simão passará a ocupar o vice-comando. A segunda baixa acontecerá com o prisão de Glênio.



Apesar das recomendações dadas pelo velho Mário para cuidarem mais da higiene, uma parte dos guerrilheiros do destacamento B, acampados na região de Palestina, está com diarreia. O caso de Glênio é agudo. Urgido pela necessidade de evacuar, o moço se afasta em busca de privacidade. Sai, como

exige a norma de segurança, com seu bernal e suas armas. O facão, a espingarda 16 com um balote – uma esfera de aço – e o revólver calibre 38 com seis balas. No bernal, meia caixa de fósforos, uma lanterna com pilhas enfraquecidas, prato, colher, e três cartuchos da espingarda.

Na volta para o reencontro com seus companheiros, Glênio estranha o caminho. Ele não demorou tanto na ida. Mas pode ser só impressão. O guerrilheiro é péssimo em orientação. A sensação de extravio passa quando avista um riacho. Acreditando ser o igarapé do acampamento, resolve seguir pelas margens. Ele anda assim, procurando nervoso por uma pegada, até a noite cair. Dá uns gritos e sopra no cano de sua arma. Aprendeu a tirar um bom som desse instrumento improvisado. Sem resposta, dorme na mata, preocupado.

No dia seguinte, ele continua a acompanhar a descida do riacho. Depois de mais de meio dia andando sem comer, decide dar uma volta em busca do almoço. Depara-se com um bando de macacos-prego. Ao atingir o mais próximo com a espingarda, os outros começam uma gritaria ensurdecadora. Depois de espantá-los, consegue se aproximar do ferido. O macaquinho parece ter medo e coloca as mãos na cabeça. Mas a fome é mais forte que a pena. Com uma só paulada, Glênio mata o animal. Trata sua carne, a assa e come toda a cabeça, tirando cada ossinho até chegar ao miolo. Saciada a fome, prossegue a marcha do lado do riacho. Dessa vez, procura alguém para ajudá-lo a se localizar. Como a escuridão o surpreende antes do previsto, acaba se deitando.

É época de chuvas. As copas das árvores o protegem um pouco da água. Mas o risco de uma árvore cair sobre ele, derrubada pelo vento, o assusta um pouco. O outro grande problema é conseguir fazer fogo depois da chuva, com a madeira úmida. Depois de gastar vários fósforos, o guerrilheiro consegue assar dois jabutis pegos enquanto tomavam banho de sol numa clareira. Come fartamente e ainda leva uns pedaços consigo.

Os dias passam entre a tentativa de se orientar e a sobrevivência. Um dos grandes inimigos do caminhante é o

cipoal. Quando essa vegetação cerca o riacho, Glênio se vê obrigado a andar dentro da água. A marcha só piora quando o cipoal toma também o leito do rio. Mas a ausência de mata à beira do igarapé também é inimiga. O homem fica exposto à visão de quem estiver em helicópteros.

Para não perder a noção do tempo, Glênio leva um pau. Cada noite que passa, ele faz um corte com o facão. Segundo suas contas, já se passou uma semana desde sua saída do acampamento. Nesse dia, ele mata uma ave grande, chamada jacu. Mas ele percebe que tem apenas dois palitos de fósforo para acender um fogo. Apesar da umidade, consegue seu objetivo no segundo fósforo.

As chuvas constantes também provocam problemas no armamento. A espingarda do guerrilheiro começa a enferrujar. De qualquer forma, Glênio não pode mais caçar. Sem fogo não há carne. Ele passa, então, obrigatoriamente, a uma alimentação vegetariana. Encontra deliciosos cupuaçus, amargos cacaos, algumas bananas. Alimenta-se bem com o açaí, nutritivo. Quando não acha nada conhecido, prova algumas das numerosas frutas da selva. Para saber se não são venenosas, observa o comportamento dos animais. Eles não comerão algo que os intoxique. No pior dos casos, come uma fruta de sabor horrível. Alimenta-se também de cocos babaçu e das lagartas brancas que se criam dentro de sua casca.

Um dia, ele começa a sentir uma grande moleza. À noite, febre. Precisa se alimentar com algo mais. Por sorte, acha uns ovos de azulão, um pássaro da região. Um novo temporal só faz seu estado de saúde piorar. Ensopado como o chão, Glênio dorme em pé essa noite. E tomba várias vezes. Acorda roxo de frio. A mata chega a ser gelada à noite. Numa clareira, estende suas roupas e coloca as munições e armas para secar. Ele sente necessidade de comer carne. Pega um jabuti. Quebra seu casco com o facão e tenta comer sua carne crua. Ela é dura e repugnante. O guerrilheiro não consegue. Mas devora o fígado, enorme.

Faz muito tempo que Glênio não vê um ser humano. A

solidão vai se tornando insuportável. Sonha acordado com vozes e imagens de pessoas. Cada vez mais internado na mata, chega a dar de cara com uma anta. O animal foge dele, disparando numa corrida. Em outro momento, de cima de um morro, enxerga uma imagem belíssima da floresta a perder de vista. Apesar da angústia da situação, a paisagem o induz à contemplação. Nunca viu lugar tão bonito.

O cacarejo de um galo acorda o moço no dia em que ele volta a conversar com um ser humano. Antes disso, avista uma estrada, uma pequena ponte de madeira e uma roça. E um homem, de cócoras, lavando algo nas águas do rio. Glênio é informado que está num local chamado Saranzal e que os soldados já foram embora. Depois, quem pergunta é o morador. O guerrilheiro abre o jogo. As notícias são boas. Osvaldão esteve nesse local poucos dias atrás, comprando farinha.

Bem mais animado, embora seu aspecto continuasse abatido, como disse o morador, Glênio mata a saudade de comida de panela na casa do homem. Logo que relaxa, a febre volta. Mas arranjam para ele um comprimido contra a malária. Apesar da moleza, o guerrilheiro mantém um pingo de desconfiança e não se separa de suas armas nem se deixa vencer pelo sono. No final da tarde, chega uma mulher com informações sobre Osvaldão. Essa noite, Glênio aceita a proposta da família que lhe deu o almoço e decide correr o risco de dormir na casa. O fim de tarde vira uma reunião da ULDP. Quinze vizinhos aparecem para ver o moço, que aproveita para fazer um longo discurso sobre os motivos da luta dos guerrilheiros.

Na manhã seguinte, Glênio começa uma caminhada de dois dias, atrás de seus companheiros. Depois desse tempo, se aproxima de uma casa. Os donos contam que foram agredidos pelo Exército e oferecem comida e pousada. O guerrilheiro só aceita a comida, mas acaba dormindo na mata próxima, sob os cuidados da hospitaleira família. Após dois dias de descanso, continua a viagem. Mas faz várias paradas em casas de moradores e ouve informações similares. Os militares estiveram

na área, entrando nas casas, ocupando as roças e ameaçando os moradores. Boa parte dos soldados está com muito medo e angústia. Medo de Osvaldão. Angústia por terem sido enviados a uma guerrilha sem sabê-lo.

Ao ver umas mulheres e um velho quebrando coco babaçu, Glênio se aproxima. O grupo sai correndo em retirada. Desesperado, o guerrilheiro corre atrás das mulheres gritando que ele não faz mal a ninguém. Mesmo desconfiadas, as mulheres acabam parando. Explicam o que lhes foi dito: o povo da mata está assassinando quem quebra coco na selva. No final da argumentação de Glênio, elas se convencem de que a propaganda do Exército é mentirosa.

Na continuação de seu caminho, o guerrilheiro encontra com um mateiro que sempre disse admirar o domínio que Osvaldão tem sobre a selva. O homem está preocupado:

— O Exército me obriga a guiar os soldados pela floresta. Sou obrigado a vestir farda, a andar na frente da tropa e a atirar frente ao menor barulho. Tenho medo de acabar morrendo. Avise ao Osvaldão que estou sendo forçado a fazer isso. Mas só dou umas voltinhas por perto. Os soldados já ficam satisfeitos.

Glênio ganha um pedaço de carne de onça do mateiro e prossegue.

Depois de rejeitar a proposta do dono de uma grande madeireira de ser levado até o Maranhão para fugir da região, o guerrilheiro chega ao castanhal do Ferreira. Irreconhecível, depois de servir como pequena base ao Exército, o terreno está cheio de sucata, sujo e pisoteado.

Sem querer, Glênio está percorrendo o que restou da passagem dos soldados nas duas primeiras campanhas já encerradas. Roças destruídas, medo entre a população, uma imagem distorcida dos guerrilheiros e bate-paus morando em terras outorgadas pelo Exército. Como Alfredo Fogoió, que se faz passar por amigo de Osvaldão e se oferece para ir com o guerrilheiro até Santa Cruz. Lá, o doente poderia tomar uma injeção muito eficiente contra a malária. Sem saber de quem se trata, Glênio desconfia e não aceita.

O desânimo começa a voltar. Tantos dias andando, doente, sem conseguir alcançar os companheiros. Agora sabe que são três os que estão na região. Glênio entrou numa casa onde eles tinham passado. Pelas descrições dos donos, soube que se tratava de Chica e Simão, além do comandante.

Mas uma coisa lhe traz belas lembranças no meio da difícil situação. Está percorrendo a área onde morou até oito meses atrás. Atravessa o rio Gameleira, travessia que lhe é tão familiar. Foi nessas águas que ele aprendeu a superar a correnteza sem ir de encontro às pedras, a orientar corretamente as passagens dos animais sem molhar a carga e a pegar carona nas toras de madeira que descem o rio desde a altura do castanhal até o local onde morava.

Na antiga casa, só encontra cinzas. E recordações de uma época que foi, para ele, uma verdadeira universidade de vida. Seguindo as picadas de emergência – criadas para uma possível fuga repentina – ele procura os pontos de apoio e depósitos clandestinos que conhece. De passagem, colhe umas mandiocas que plantou logo depois de sua chegada à região. E umas bananas na casa que foi de Lia e Lourival, João e Mariadina e Simão.

Os momentos de alegria pela volta ao que foi seu lar acabam perante a ausência dos companheiros. Onde eles estão? Glênio começa a ficar desesperado. Seu Hermógenes, um vizinho conhecido, também não tem notícias. Apenas sabe que Geraldo está pedindo que Glênio se entregue aos militares. O morador mostra a carta assinada pelo companheiro preso, dirigida a ele. Seu Hermógenes conta também que o Exército andou cuidando da saúde e dos dentes do filho dele e de muita gente da região.

No pequeno comércio de seu Eufrásio, Glênio encontra com vários antigos vizinhos. Todos comparam, espantados, como a aparência do jovem mudou. Ele começa a falar sobre os meses de luta, quando Alfredo Fogoió reaparece, renovando o convite para levar o guerrilheiro a Santa Cruz para se tratar. Todos aprovam a sugestão. Seu Eufrásio se oferece a ir junto. Glênio acaba cedendo, sem saber ainda que seu Alfredo é um

bate-pau. O guerrilheiro sai do estabelecimento que tem a carta de Geraldo pregada na porta. Monta num cavalo com muita dificuldade e parte em marcha lenta. Percebe o risco que está correndo, mas já é muito tarde. E seu corpo não agüenta mais a doença.

Chegam a um pequeno comércio da vila de Santa Cruz. Tonto, de pernas trôpegas, Glênio desce do cavalo. Ao se despedir de seu Eufrásio, o guerrilheiro cochicha um recado para seus amigos:

— Se, por acaso, eu não voltar, diga a eles que jamais me entregarei.

O homem vai embora, observando, mas sem dizer nada.

Glênio recebe uma injeção para combater a malária misturada com uma para o fígado. A agulha é desinfetada com cachaça. Prestes a partir, o guerrilheiro é convidado a esperar que o tempo esfrie um pouco, deitado numa rede. Quem fala é Mãozinha-de-paca. Glênio não sabe que esse foi o homem que delatou o local do acampamento quando o destacamento estava perto de Santa Cruz, mas reluta:

— Não precisa. Eu tenho que ir embora. E estou muito sujo. Vou manchar a rede.

Mais uma vez, ele acaba cedendo à insistência dos presentes. Come uma papa que lhe oferecem e adormece agarrado a suas armas.

Ele acorda sem o facão e sem a espingarda, vendo um homem de rosto inexpressivo e mão mutilada apontando a própria arma para a cabeça do guerrilheiro. Glênio levanta rapidamente e puxa seu revólver 38 contra Mãozinha-de-paca. O ruivo Alfredo entra na cena, mostrando as balas retiradas enquanto o guerrilheiro dormia. Um terceiro bate-pau, Pedro Mineiro, apenas observa, encostado na porta. Cartucheira na cintura, chapéu de feltro caído sobre um dos olhos.

O guerrilheiro, sentindo repulsão e ódio pela traição sofrida, é colocado num barco e levado, pelo rio Araguaia, até a base de Xambioá. Os socos e pontapés começam no instante do desembarque. Uns cinqüenta soldados o rodeiam. Enfiam

sua cabeça numa poça de lama, arrancam o resto dos trapos que ainda veste. É interrogado por uns militares de mais alta patente. As humilhações e provocações são constantes. Numa dessas, perguntam-lhe pela vida sexual dos membros dos destacamentos. Ele comenta ríspido:

— Nós todos respeitamos as mulheres da região.

— Estás brincando...

Glênio sustenta a verdade. Não tem medo de morrer. Quando o levam para Brasília, num avião da FAB, pressente que o pior está por vir. Com ele vai outro preso. Chorando, o homem afirma que não tem nada a ver com os “terroristas”. Leva uma marca de coronhada no rosto.

O horror continua no PIC de Brasília. A tortura mais violenta surge da combinação de um fio elétrico no ouvido e outro no pênis, simultaneamente. São muitos os choques que ele recebe dos torturadores encapuzados. O general Antônio Bandeira está no local. Um dia, fala para o guerrilheiro que ele receberá uma visita. Quem entra mais tarde na sala é Geraldo. Na acareação, o preso percebe que Geraldo abriu mais nomes que ele. Glênio se limitou a reproduzir os que vira em fotos de presos e mortos, numa dependência da base de Xambioá. Para se sair da situação, Glênio alega que, sendo o chefe do grupo, o companheiro, naturalmente, conhece mais gente que ele. Geraldo concorda, querendo ajudá-lo.

As torturas e interrogatórios continuam constantes. Revezam-se os agentes do SNI, CIE, Cenimar, Cisa, Dops e polícia federal. Há também os especialistas em política do PCdoB, guerrilha rural, subversão no Ceará e outros assuntos. Glênio insiste em não contar a verdade. Consegue responder versões inventadas com base na realidade. Um dia, perto do final de 1972, o levam para ver uma novidade. Vai encapuzado, como em todos os deslocamentos. Numa dependência, mostram-lhe um organograma completo da guerrilha, com os nomes de fotos dos combatentes dos três destacamentos. O preso se mostra surpreso. Finge ignorância:

— Vocês sabem mais que eu!

Mas ele fica secretamente feliz ao observar várias falhas no quadro.

Depois do Natal, Glênio é transferido a uma cela coletiva. Recebe o apelido de “homem de Biafra” por sua extrema magreza. Um outro preso político lhe retira dois enormes bernes da região do Araguaia, que estavam crescendo dentro do braço do preso desde que ele se perdeu do destacamento. São larvas de um tipo de mosca que demoram até 130 dias para virarem adultas. A cela inteira acompanha o afogamento dos bichos com fumo de corda e sua extração conseguida com uma compressão violenta.

Os interrogatórios continuam, mas as torturas cessam. Glênio é advertido de que será levado ao Araguaia para servir de guia na procura dos guerrilheiros. Perante sua negativa, é ameaçado com a volta às torturas. O regresso à região da guerrilha não acontece. Mas as torturas retornam. Depois de uma viagem num carro e uma simulação de fuzilamento, o preso é levado a um recinto fechado, cheirando a mofo. Começa a pior noite na vida de Glênio. Até a madrugada, os choques elétricos não param. O general Bandeira está ali. Os torturadores berram como enlouquecidos. Glênio insiste em não falar. O ódio cresce por dentro. O corpo não agüenta a última pancada, tipo coice de burro. Cai estatelado no chão. Perde o sentido. Acorda alegre com o que acredita ser seu fim.

Agora, preso novamente numa cela particular, Glênio demora a se recuperar dos golpes e a conseguir dormir. De Brasília, ele ainda será transferido para o DOI-Codi e para vários quartéis do Rio de Janeiro. Depois de um ano e meio preso, receberá as visitas do irmão e do pai, no quartel de cavalaria. Mas será só em janeiro de 1975 que ele conseguirá reencontrar a mãe, matando sua maior saudade.

★

Uma mulher em estado avançado de gravidez compartilha os banhos de sol com Glênio e seus colegas da

cela coletiva. Correm os meses de janeiro e fevereiro de 1973. Alguns meses atrás, essa mulher e Glênio estavam na região do baixo Araguaia, a poucos quilômetros de distância um do outro. Mas eles não se conhecem. Enquanto o moço fazia parte do destacamento B, a grávida, Criméia Alice Schmidt de Almeida, era a guerrilheira Alice do A. Um dia de fevereiro, os presos notam a ausência da mulher nos banhos de sol. Transferida para o hospital da Guarnição de Brasília, ainda em cativeiro, ela terá seu filho.

O pai do menino é André Grabois, o guerrilheiro Zé Carlos do destacamento A. Morando na mesma casa, Alice e o jovem começam uma história de amor em meados de 1969. Uma relação com muitos empecilhos. Dona Maria, que divide com eles a casa, considera que a vida afetiva de um casal atrapalha o desenvolvimento do trabalho político.

A militante tem algumas suposições a respeito da semelhança física entre seu companheiro e o dirigente Maurício Grabois, o velho Mário. Mas é só em fins de 1970 que o parentesco lhe é confirmado. A malária ataca de maneira preocupante o homem de quase sessenta anos. A febre está excepcionalmente alta. Todos os moradores da casa ficam chateados com a doença de Mário, prostrado na cama. Mas Alice percebe em Zé Carlos um tipo diferente de preocupação. Uma certa angústia. Um dia, sem conseguir segurar mais sua suspeita, a militante abre o jogo, para a surpresa do companheiro:

— Você está desse jeito porque teu pai está mal.

— Como você sabe? Eu nunca disse nada!

Quase dois anos mais tarde, Mário decidirá, junto com os outros membros da comissão militar, a retirada da região da guerrilheira Alice, que leva um neto seu no ventre. No quarto mês de gravidez, ela não tem condições de enfrentar uma segunda grande ofensiva do inimigo. É 25 de agosto de 1972. A missão da retirada foi encomendada ao guerrilheiro Zezinho. Nascido e criado no Pará, ele faz trabalhos para o PCdoB nesse estado, no Maranhão e em Goiás, desde 1968. É o melhor

mateiro dos destacamentos. Por isso, passa boa parte do tempo se deslocando pela floresta.

Mas a tarefa está difícil. Eles terão que atravessar a floresta a pé e o rio, a nado. Tudo com a ameaça da aparição dos militares. Zezinho e Alice andam durante vários dias pela mata, sob as primeiras chuvas do inverno, até a margem esquerda do Araguaia, onde deságua o rio Fortaleza, ao norte de Araguatins. O guia inspeciona cuidadosamente as águas procurando a maneira menos cansativa de chegar ao outro lado.

O rio é atravessado em duas etapas, sempre à noite. Na travessia, eles percebem o perigo a uns quatrocentos metros. Um grupo de militares, de barco, com faroletes. Os guerrilheiros mergulham quando uma luz se aproxima. Conseguem driblar a vigilância. No primeiro dia, os guerrilheiros nadam, deixando-se levar pela correnteza, até uma pequena ilha. O chão é podre, cheio de folhas úmidas e mosquitos. Zezinho prepara um colchão de palha de coco e camufla o local. Comem algo frio e passam a noite observando os movimentos dos militares. Na noite seguinte, cumprem a segunda etapa. Atingem o lado direito do rio. A partir dali, Alice continuará sozinha a viagem. Quase um mês depois, chegará a São Paulo.



Carlos Danielli agoniza na sala de torturas do andar térreo do DOI-Codi de São Paulo, na rua Tutóia. Veste apenas a calça de tergal marrom com que foi preso. Seu corpo está coberto de equimoses. Uma espuma sanguinolenta sai pela boca e pelo nariz.

É o fim da tarde de 28 de dezembro. O membro do comitê executivo do PCdoB foi barbaramente torturado desde a manhã. Criméia Alice Schmidt de Almeida, também presa nesse dia, é levada até a sala em que se encontra Danielli, o homem que a entrevistou antes de sua partida para a região do baixo Araguaia. Momentos antes, ela foi interrogada a respeito do dirigente e não o reconheceu nas fotos.

No dia seguinte, é a vez de Maria Amélia de Almeida Teles assistir a mórbida cena. Ela também foi presa no dia anterior, junto com seu marido e Danielli. Algumas horas depois, os militares prenderam os filhos do casal, de quatro e cinco anos, e a irmã de Maria Amélia, Criméia. Quando Maria Amélia entra na sala de tortura do DOI-Codi, o corpo magro de Danielli, encostado numa parede, começa a escorregar. Sua barriga está muito inchada. O sangue sai pela boca, nariz e ouvido. Restam-lhe poucas horas de vida.

No mesmo mês, também caíram outros dois importantes dirigentes do Partido no Rio de Janeiro. Lincoln Cordeiro Oest e Luiz Guilhardini foram torturados e assassinados pelas forças da repressão nos dias 21 e 26.



Na região do Araguaia, os militantes do PCdoB começam a viver uma relativa tranquilidade. A maior parte das tropas inimigas se retirou da área, deixando um saldo de oito guerrilheiros mortos. Fátima, no destacamento A. Flávio e Gil, no B. Mais uma vez, o destacamento C sofreu a maior quantidade de baixas. Todas por volta do dia 20 de setembro. O guerrilheiro Cazuzza (Miguel Pereira dos Santos) foi metralhado ao se aproximar antes da hora de um ponto marcado com uns companheiros. Numa tentativa de apanhar mandiocas numa roça, o vice-comandante Vítor (José Toledo de Oliveira) e o guerrilheiro Zé Francisco (Francisco Chaves) caíram mortos, vitimados pela metralhadora de um soldado. No mesmo incidente, Antônio Teixeira, gravemente ferido, foi levado à base de São Geraldo e posteriormente assassinado. Sua mulher, Dina, foi a única sobrevivente desse choque inesperado.

Depois desse duro final de setembro, a situação das Foguera se estabiliza. Em outubro, chega ao fim a segunda campanha antiguerrilha dos militares. É o início de um período de um ano sem enfrentamentos. Mas o contato com o Partido fora da área de guerrilha fica seriamente comprometido. João

Amazonas e Elza Monnerat, os comunistas que mais faziam a viagem Araguaia – São Paulo – Araguaia, ainda estão na capital paulista. Dadas as condições de vigilância nas estradas, decidiram não voltar imediatamente à região. Com a chegada de Criméia de Almeida a São Paulo, Amazonas combina com ela uma volta até as proximidades da área, cercada pelos militares em abril de 1972, depois do nascimento do filho da militante. Mas Criméia é presa em dezembro.

A situação nas cidades piora nesse mês. O que não se sabe nos destacamentos é que uma operação de aniquilamento de dirigentes ligados à guerrilha foi feita nos dois principais centros do Partido, Rio de Janeiro e São Paulo. Esses eram os pontos de onde partiam o apoio material e algumas diretivas para o baixo Araguaia.



Com a saída das Forças Armadas da região do baixo Araguaia – o final da segunda campanha –, as polícias militares de Goiás e Pará se tornam as principais responsáveis por continuar as ações antiguerrilha. Além do patrulhamento regular, deve ser garantida a vigilância nas barreiras e bases já montadas. Uma fiscalização rigorosa nas áreas de divisa deve impedir que os guerrilheiros ocupem mais espaços ou se retirem da região.

O Exército instala no quilômetro oito da rodovia Transamazônica, nas proximidades de Marabá, o 52º Batalhão de Infantaria da Selva e a 23ª Brigada de Infantaria da Selva. A recuperação das estradas da região, começada na pequena trégua de julho e agosto de 1972, prossegue. E três novas estradas são abertas na mata, enquanto se desapropria a população que mora nas suas margens. Denominadas “operacionais” (OPs), elas ligam e atravessam as áreas dos destacamentos guerrilheiros. A OP-2, a oeste, une São Domingos a São Geraldo. A OP-3, a leste, vai de Palestina até o povoado de Santa Cruz, próximo à confluência dos rios Araguaia

e Gameleira. As duas estradas partem da Transamazônica, integrando-se à rede rodoviária regional, e são unidas pela OP-1, desde as proximidades de Metade até as cercanias de Brejo Grande. As novas vias facilitarão o trabalho das Forças Armadas sem ser soluções definitivas ao problema do transporte terrestre na região. Na época das chuvas, essas estradas de terra ficarão intransitáveis.

O comando geral da polícia militar do estado de Goiás elabora o Plano de Operações Araguaia. Concentrando a atuação em três cidades externas à área da guerrilha, 25 soldados e dezessete oficiais são enviados a Xambioá, Araguatins e Ananás, a aproximadamente cinqüenta quilômetros a leste de Xambioá. A meta é fazer um policiamento ostensivo-preventivo, que evite a presença dos guerrilheiros, e proteger as instalações militares deixadas na região, inclusive no território do Pará.

Mas a polícia militar insiste nas práticas habituais, já levantadas pelas Forças Armadas, de abuso de autoridade e favorecimento aos poderosos da região. As expulsões dos posseiros foram, por algum tempo, inibidas em decorrência das ordens do comando antiguerrilha, que queria ter a população do lado dos militares. Porém, a partir do final de 1972, muitos policiais militares abandonam o papel que lhes foi encomendado por esse comando e passam a trabalhar como seguranças para fazendeiros interessados em aproveitar a situação para ampliar suas terras através da expulsão de posseiros.

Os tempos da Aciso se foram. Também ficaram para trás as expulsões dos membros corruptos da polícia militar. E as ordens de tratar muito bem a população. O Momentos duros se avizinham nas cidades e povoados da área.

*

Em novembro de 1972, os guerrilheiros percebem claramente o início de um novo período de trégua. A região praticamente se esvaziou de tropas. A comissão militar prevê uma nova ofensiva das Forças Armadas para o começo do verão.

Talvez em maio do ano seguinte. As Foguera têm seis meses para se preparar. Um tempo considerável, que não deve ser desperdiçado. As tarefas são muitas. Os dirigentes passam as orientações para os destacamentos.

O contato com a população tem que ser ampliado em extensão e em profundidade. Ou seja, mais famílias serão visitadas. E o trabalho de conscientização será levado mais a sério. É necessário criar núcleos da ULPD, contar com o apoio incondicional de uma boa parte do povo. A comissão militar determina que os núcleos devem ter estrutura de células. Três a cinco membros com um responsável, sendo que esses componentes não revelarão que pertencem a determinado grupo. Esses núcleos deverão colher informação, fazer propaganda da guerrilha entre outros moradores, colaborar com a alimentação dos guerrilheiros e defender os interesses do povo da região.

Outra diretiva da comissão militar diz respeito a três problemas percebidos no decorrer das campanhas do inimigo. A alimentação teve que ser procurada em locais perigosos. Por isso, na nova etapa que começa, os guerrilheiros terão que organizar depósitos pequenos e descentralizados, que garantam a alimentação das Foguera por seis meses. A maior parte deve se localizar nas zonas de refúgio, tanto as já conhecidas quanto as novas que deverão ser encontradas.

O armamento também se mostrou escasso. Nos contatos com a população, os militantes conseguirão armas através da compra ou da troca. E uma oficina de conserto será montada. Para acabar com o problema de orientação na área, que levou muitos combatentes a se perderem, dois à prisão e um à morte, serão melhorados os croquis existentes. É imprescindível aprimorar o conhecimento do terreno de todos os membros das Foguera.

Nesse começo de trégua, a comissão militar define ainda o princípio estratégico básico num futuro enfrentamento com o inimigo. As forças deverão ser preservadas, acima de qualquer outra coisa. É preferível ficar retraído a fazer ações que redundem

em baixas. Para a sobrevivência dos guerrilheiros, os dirigentes também recomendam a eliminação dos bate-paus. Além disso, qualquer pessoa estranha que apareça na área deverá ser cuidadosamente vigiada.



Novos moradores começam a chegar na área em maio de 1973. Compram bodegas e roças, empreitam sua mão-de-obra na região, se dedicam ao comércio ambulante, trabalham como gateiros. A presença de posseiros recém-chegados é percebida em várias localidades. Em Pau Preto, nas cercanias de São Geraldo; nas margens do rio Saranzal, perto de sua confluência com o Araguaia, a nordeste da área; no vale do Gameleira e na região da Abóbora. A população de São Domingos conta com um novo bodegueiro. O mesmo acontece em Santa Cruz, onde surge também uma nova padaria e uma hospedaria.

A movimentação é bastante grande, mas não chega a ser estranha numa região acostumada à imigração. Os novos habitantes são bem recebidos. Em pouco tempo, a hospitaleira população os integra à vida local. Os guerrilheiros, porém, desconfiam desses homens provenientes de outros estados, inclusive de São Paulo. Da mesma forma como eles fizeram alguns anos atrás, esses estranhos compram terras, trabalham na roça, realizam as atividades típicas da região. É provável que estejam a serviço do Exército. Os membros das Foguera criam fortes suspeitas a respeito de um gateiro que se movimenta numa área muito grande. Seguindo as sugestões da comissão militar, o vigiam. As dúvidas acerca de sua verdadeira identidade crescem. Chegam a aprisioná-lo, mas depois o liberam, acreditando em suas palavras. Depois disso, o homem some da região.



O gateiro é, na verdade, retirado pelo comando da

operação Sucuri. O homem é um dos civis escolhidos entre os moradores da região para atuarem como informantes. Ele é o informante volante dos militares. Sua missão é conseguir dados nas áreas de Palestina, Saranzal e Gameleira. Mais seis moradores atuam como informantes fixos nas localidades de Caiano, Metade, Lagoa, Palestina e Angical.

Os sete dedos-duros foram instruídos a desempenhar tarefas de inteligência, sem que a existência da operação lhes fosse revelada. Fazem parte de um grupo de agentes de inteligência infiltrados na região do baixo Araguaia, no marco das ações antiguerrilha. São umas três dezenas de homens no total. A operação de espionagem é decidida pelo general Antônio Bandeira – comandante das campanhas que atacaram a área desde abril de 1972 – e pelo general Milton Tavares de Souza – o chefe do CIE. O caso da guerrilha do Araguaia – ou de Xambioá, como os militares a denominam – torna-se do conhecimento do presidente Emílio Médici. Diretamente ligado a ele, o ministro do Exército, general Orlando Geisel, dá seu aval para a operação. E coloca à disposição do comando o apoio de qualquer órgão governamental.

A proposta é aceita. Mais uma vez, esses órgãos servem de fachada às operações antiguerrilha, em um dos poucos momentos em que cumprem alguma função na região. Lamentavelmente, essas ações nada têm a ver com o objetivo para o qual essas instituições foram criadas. O Inbra e a Rodobras emprestam, mantêm e abastecem as viaturas usadas pelos agentes.

Em Araguaína, o adjunto do coordenador da operação Sucuri – o major Sebastião Rodrigues de Moura, conhecido como “major Curió” – assume a função de engenheiro do Inbra. Ele é a maior autoridade entre os agentes da ação presentes na área. O novo funcionário realiza estudos socioeconômicos visando levantar as áreas prioritárias para a titulação. O trabalho é muito propício, por conta dos deslocamentos que exige, para cumprir com sua verdadeira missão de informante. Na sede do Inbra em São Geraldo, cinco militares infiltrados cumprem diversas

funções. Eles são sub-coordenadores, auxiliares, vistoriadores ou motoristas. O prédio é praticamente tomado pelos agentes.

A tentativa de infiltrar um tenente rádio-operador como engenheiro da Rodobras é frustrada. Mas o responsável pela comunicação por rádio desde Araguaína consegue instalar-se na casa de uns moradores da cidade com seu equipamento. Está garantida a comunicação entre o adjunto do coordenador da operação e seu comando em Brasília, o coronel Sérgio Torres. Assim como essa, outras tentativas de infiltração não dão certo. Nesses casos, os agentes procuram novas maneiras de realizar seus trabalhos. Bodegueiros se tornam biscateiros ambulantes. Passam a negociar arroz, galinhas, madeira. Outros se assentam numa posse e se dedicam à roça. Ou, ainda, viram empreiteiros na derrubada de mata e no garimpo.

A maioria consegue estabelecer-se na região. São poucos os casos de fracasso na ocupação da área. Mas acontecem. Sete militares disfarçados de borrifadores se juntam a verdadeiros componentes das equipes de combate e erradicação da malária que atuam na região. Mas o tipo físico dos impostores, nitidamente diferente do local, os delata. São ameaçados pelos guerrilheiros em seu primeiro encontro. Os reais funcionários da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública do Ministério da Saúde (Sucam) se recusam a continuar com a colaboração.

Em outro episódio, a guerrilheira Dina desconfia de dois posseiros. Vai até a roça dos homens e os enfrenta:

— Vocês são agentes federais. Vou matar vocês!

Os agentes infiltrados negam a verdade. Depois de muita conversa, Dina encosta o cano do revólver na cabeça de um deles:

— Vocês são ou não são agentes federais?

Ao receber novamente uma resposta negativa, puxa o gatilho. Mas o revólver estava descarregado. Apenas um susto. Ou uma advertência.

Os quadros da operação Sucuri foram cuidadosamente selecionados e treinados. O recrutamento foi feito entre os

militares do DOI-Codi do Comando Militar do Planalto e da 3ª Brigada de Infantaria que se destacaram nas operações anteriores e que possuem condições físicas e psíquicas para a realização de uma tarefa de espionagem desse tipo. A maioria são cabos e soldados. Mas há, também, sargentos e alguns tenentes e capitães.

Os disfarces foram pensados até nos detalhes. Os agentes saíram de Brasília com armas de caça, revólveres e facões semelhantes aos usados na área da operação. Receberam novas identidades civis. Os que se inseriram para trabalhar em órgãos federais, também tiveram novas identificações institucionais. Seguindo o hábito da região, os donos de boteco foram enviados portando apenas certidão de nascimento. Roupas civis típicas dos moradores do baixo Araguaia foram adquiridas e usadas antes da partida para a área. Não podiam parecer novas. Até as marcas de sol nos pés dos moradores, consequência do uso dos chinelos de dedo, foram conseguidas. Para isso, os agentes tiveram que adotar esse calçado já antes de chegar à região.

A capacitação dos quadros foi preparada com antecedência. A equipe do combate à malária fez um estágio de uma semana na Sucam de Goiânia. O grupo de bodegueiros acompanhou a rotina das bodegas em cidades próximas à área de guerrilha. Os roceiros foram treinados e ambientados em chácaras nas imediações de Brasília. Seguindo as normas de segurança de uma operação secreta, se preservou ao máximo a estrutura global da ação.

Também se montou uma rede celular para o fluxo de informações. Cada agente ou grupo conhece, apenas, sua atividade e só mantém contato com seu ponto. Assim, os dados vão dos posseiros aos bodegueiros, deles às equipes do Incra e aos informantes locais e, dali, até os sub-coordenadores das redes Transamazônica e Xambioá – ao norte e ao sul da região. A mesma cadeia, no sentido inverso, é usada para passar as informações do comando.

Durante os cinco meses da operação, informações são obtidas junto à população e a alguns guerrilheiros com quem

os agentes disfarçados conseguem conversar. Processadas e juntadas às que já se tem em Brasília, vão completando o quebra-cabeça do mapeamento das zonas de refúgio dos guerrilheiros aos poucos. A identificação dos moradores que os apóiam e que eles freqüentam em busca de suprimentos – com seus nomes, endereços e ações. Os itinerários mais comuns dos destacamentos, suas áreas de atuação e rotas de fuga.



O destacamento C consegue, finalmente, restabelecer o contato com os outros companheiros em janeiro de 1973. Depois de nove meses de isolamento, o comandante Paulo e outros guerrilheiros encontram alguns membros das Foguera, do destacamento B e da comissão militar. A reunião tão esperada acontece em Palestina. Paulo e seus homens foram até o povoado para reatar o contato.

Um remanejamento dos combatentes das forças guerrilheiras é decidido. O grupo reincorporado sofreu muitas baixas. Guilherme Gomes Lund – conhecido como Luís – e Custódio Saraiva Neto – o guerrilheiro Lauro – são transferidos do destacamento A para o C. Do grupo de Osvaldão se deslocam Raul e Walk, que retornaram, há pouco mais de um mês, da missão de contatar o então destacamento perdido. A comissão militar envia um de seus guardas, Ivo – José Lima Piauí Dourado – e incorpora Paulo. No seu lugar, Pedro – Gilberto Maria Olimpo –, que também integrava a comissão militar, é designado comandante do novo destacamento C. A guerrilheira Dina passa a ser a vice-comandante. Abandonando as áreas de Caiano e grotta Vermelha, Pedro e seus combatentes deverão se movimentar nas proximidades de São Geraldo.

O período de trégua é, para as Foguera, um dos mais produtivos. A partir de maio de 1973, os guerrilheiros são vigiados. Mas, na aparente tranqüilidade, se movimentam mais livremente. Eles voltam a formar uma base de apoio entre a população. Os moradores lhes fornecem comida, redes, calçado,

roupas. Treze núcleos da ULDP são formados. Membros do destacamento A participam de uma reunião com uns cinquenta vizinhos para discutir medidas contra o Inca, que já não é visto como um órgão disposto a ajudá-los. E algumas canções, de autoria de guerrilheiros, são difundidas entre o povo. Circula, nas festas e reuniões, um lindô, peça musical em ritmo de toada local, de Osvaldão e Peri. Duas peças de literatura de cordel também viram conhecidas em alguns círculos. Beto – Lúcio Petit da Silva -, do destacamento A, compõe *A vida de um lavrador*. No mesmo tom de denúncia, Mundico – Rosalindo de Souza – cria o *Romance da libertação*. O guerrilheiro do destacamento C começa, já no início, a descrever os problemas sociais do lugar:

“Senhores, peço licença
Me ouçam com atenção
Vou falar sobre o Brasil
Da atual situação
Do camponês cá do norte
Que sendo valente e forte
Ainda passa aflição”.

Mundico continua denunciando os tipos de exploração sofridos por peões, garimpeiros, seringueiros, madeireiros, vaqueiros, lavradores e barqueiros. Descreve as riquezas naturais da região. E adverte:

“Agora vou começar
E não deixo pra depois
Quem no mato tocar fogo
Não vai nem comer arroz
Quem semeia tempestade
Não vai mais colher bondade
Vai pagar pelo que fez”.

Continuando com o trabalho de propaganda, a comissão militar reproduz vários escritos no reco-reco. Alguns falam sobre os guerrilheiros mortos e sobre o primeiro aniversário da luta, em abril. Outros dizem respeito aos problemas da região, como o *Programa dos 27 pontos*, que tem mais de cem exemplares

mimeografados. Lançam também um manifesto contra o Inca.

A comissão militar aproveita para elaborar e editar um material escrito de uso interno das Foguera. Registram-se, assim, normas de segurança no trabalho de massa, normas sobre acampamentos, recrutamentos para a guerrilha e marcha. Os documentos são baseados em erros cometidos nas primeiras investidas do inimigo. Em relação ao trabalho de massa, recomenda-se ser muito precavido antes de entrar na casa de um morador; ingressar nas moradias pedindo desculpa aos donos por carregar armas; não dormir nas moradas e estabelecer pontos em locais amplos para os encontros com a população, a fim de ver de longe se a pessoa chega só.

Sobre os acampamentos, se indica uma pesquisa dos arredores para assegurar que não haja estradas ou picadas; fazer plano de defesa e retirada ao chegar; evitar ruídos de todo tipo; não fazer cortes na vegetação; estar com a mochila sempre pronta para uma saída; manter em sigilo a localização e fazer uma boa camuflagem ao levantar acampamento.

As indicações sobre os recrutados dizem que esses devem ser pessoas bem conhecidas pelos guerrilheiros, que devem ser postas a prova durante um tempo ensinadas a ler e a escrever quando não souberem. Os novos combatentes não podem conhecer os depósitos nem os pontos com outros destacamentos ou seus locais de refúgio. A respeito da marcha, a comissão militar sugere seguir os caminhos conhecidos, para evitar extravios, e que se leve mantimentos para mais dias do que o tempo previsto.

Seguindo as indicações dadas pela comissão militar no começo do período de trégua, as Foguera tomam medidas contra os bate-paus. Além de amedrontar alguns suspeitos – membros da operação Sucuri –, realizam algumas ações militares. E, logo depois, elaboram comunicados mimeografados relatando o acontecido.

Pedro Mineiro, jagunço da fazenda Capingo, é a primeira vítima. No mês de março, os guerrilheiros do destacamento B cercam sua casa e matam suas galinhas. Prendem o homem.

Um júri improvisado faz um discurso que o condena à morte. Pedro Mineiro é conhecido na região por seus serviços de pistoleiro dos grileiros e por sua fama de esturador. Quem executa a ordem do fuzilamento é um pelotão composto, apenas, pelas mulheres do destacamento. De dentro da casa, o grupo apreende três espingardas, três revólveres, uma garrucha e uma carabina, além de roupas, comida e remédios. Osvaldão e seus combatentes também acham mapas aerofotográficos da área do Gameleira, títulos de posse ilegal de terra e cartas de militares na morada do jagunço. A ligação de Pedro Mineiro com as Forças Armadas e com os grileiros está comprovada.

No caso do morador Osmar, a segunda vítima do destacamento B, essa relação não termina de ser evidenciada. O homem se diz admirador de Osvaldão. Serviu de guia às tropas federais nas primeiras campanhas. Segundo ele, foi obrigado, e nunca revelou os locais que conhecia. Mas o habitante de Palestina sabe bastante sobre os guerrilheiros. E o pessoal de Osvaldão percebe que alguém está deixando informação vazar. Osmar se torna o principal suspeito e é executado.

Numa noite de agosto, a fazenda e casa de comércio de Nemer Kouri é cercada por guerrilheiros do destacamento C, comandados por Pedro e Dina. O fazendeiro, conhecido com o apelido de Paulista, colaborou com os militares na prisão de Geraldo, há mais de um ano. Enquanto Kouri fica preso por alguns combatentes, os outros discursam para sua mulher e seus doze peões. Explicam que o fazendeiro é bate-pau do Exército e que roubou de um grupo deles, que morava em Esperancinha, um burro e remédios. A ação termina com a apreensão de armas, dinheiro, roupas, alimentos e remédios de Kouri.

O próximo alvo da ação militar dos guerrilheiros é um posto da polícia militar do Pará. Com o aumento dos abusos da PM, o posto da Transamazônica no entroncamento que leva a São Domingos ganha o ódio de boa parte da população. As vitorias são permanentes. Nos pedidos de documento, os policiais humilham o povo e pedem propinas.

Na segunda quinzena de setembro, um grupo de combate do destacamento A cerca o posto e intima os soldados a se renderem. Não há resposta. Os guerrilheiros atiram e ateiam fogo no telhado de palha. Ainda é madrugada. De cueca, os policiais saem, correndo. O destacamento A leva seis fuzis, um revólver, munições, roupas e calçados. Quando os guerrilheiros voltam à área de refúgio, percebem a ausência de João Carlos Campos Wisneski, de codinome Paulo. Desde o início da luta, ele tem se mostrado vacilante. Chegou a simular doença. Paulo conseguirá sair da área. Ainda assim, ele será preso na divisa de Goiás com a Bahia, mas libertado por não ter ficha no Dops.

Os dias passam e o ataque ao posto da PM vai se divulgando. É tema das conversas do povo. A reação dos moradores é das mais positivas. Eles riem. E acham que justiça foi feita.



Julho de 1973. As Foguera ainda aguardam a chegada das tropas inimigas. Enquanto esperam, analisam a situação e elaboram estratégias. Os guerrilheiros pensam que a terceira campanha não será muito diferente das anteriores. Curta, por não conseguir resolver os problemas de logística. Sem tropas especializadas para entrar na mata, andará, principalmente, pelas estradas e grotas. Mas, dessa vez, a população será mais atacada.

Em agosto, as previsões acerca da próxima investida das tropas federais são discutidas durante a reunião da comissão militar com comandantes e vice-comandantes. Estão presentes Paulo e Dina, Osvaldão, Zé Carlos e Piauí (Antônio Pádua Costa). Os dirigentes da guerrilha fazem um balanço da atividade dos últimos meses. Desde quando, no final do ano, a comissão militar definiu as principais diretrizes para a preparação das Foguera durante o período de trégua, vários êxitos têm se obtido. Principalmente no trabalho de massa. Se a agressão à

população for maior na próxima campanha, os moradores poderão se incorporar à luta. Já são onze os comprometidos a ingressar nos destacamentos se o Exército ocupar suas roças.

Algumas medidas estratégicas são tomadas na reunião. Ao começar a ofensiva do inimigo, os comandantes deverão concentrar todos seus combatentes. Face aos fatos concretos, todos, em conjunto, terão que decidir a tática, mas deverão lembrar sempre que estão numa fase primária da luta. Há muitos anos de guerra pela frente. Um exército popular se formará numa segunda etapa. Agora, o mais importante é sobreviver. Conservar as forças.

Nesse dia, decide-se ainda efetuar algumas mudanças na distribuição da área entre os destacamentos. A região de Palestina, até então domínio do B, ainda será percorrida a cada dois ou três meses por Osvaldo e seus guerrilheiros, mas eles terão, como área prioritária, as localidades a sudoeste de São Geraldo, que eram da responsabilidade de Paulo e seu pessoal. Até os guerrilheiros do destacamento B conhecerem melhor a região, os membros do C os acompanharão nos deslocamentos e lhes passarão os contatos. Depois disso, o destacamento C se deslocará para a grota Vermelha e o Caiano.

Assim se preparam as Foguera para continuar o trabalho de massa. É necessário explicar ao povo o que aconteceu e o que pode vir. As forças guerrilheiras precisarão de mais combatentes para vencer o inimigo. Esses reforços devem ser recrutados dentre a população até a chegada das tropas. Segundo os cálculos da comissão militar, existem duas possibilidades. Os enfrentamentos começarão em menos de um mês, no início do período das chuvas. Ou podem acontecer só depois do final do inverno, em mais de um ano.

*

É 7 de outubro de 1973. Tropas militares, escondidas pela escuridão da noite, abordam a área da guerrilha. Uma parte, de barco, atravessa o rio Araguaia até São Geraldo e Santa Cruz.

Pela Transamazônica, outros grupos ocupam Palestina, Brejo Grande, São Domingos.

O Exército é a força maior de combate. A presença de sua brigada de pára-quedistas é massiva. Comandada pelo general Hugo Abreu, a brigada chegou do Rio de Janeiro, onde é sediada. Há também bastantes soldados treinados na região, no Batalhão da Selva de Manaus. A Força Aérea secunda essas tropas com seu 1º Esquadrão Misto de Reconhecimento e Ataque (EMRA), sediado em Belém e subordinado ao Comando Geral do Ar (Comgar) – o responsável pela execução de todas as ações militares da Aeronáutica.

O quartel-general da operação funciona num local atípico. O DNER de Marabá aloja sigilosamente militares de alta patente. Na chamada “casa azul”, tomam-se as principais decisões. Em sua Seção de Operações, a tática é planejada. As informações necessárias para lançar uma patrulha em um ou outro local da selva chegam da Segunda Seção. Seus membros se dedicam ao trabalho de inteligência. Localizam os grupos guerrilheiros e passam os dados ao setor de operações.

Em Xambioá está a base principal das ações. Boa parte das tropas terrestres e uma fração da força aérea ali se encontram. Os soldados andam de jeans, camiseta e tênis. A barba e o cabelo, compridos. Nos aviões e helicópteros da FAB, uma tinta foi passada sobre as insígnias oficiais. O Exército desenvolve suas atividades sob a fachada da empresa Agropecuária Araguaia, montada pelos militares. Os membros da Aeronáutica se apresentam como empregados de uma mineradora, a DDP.

Em recintos reservados ao comando, nas bases militares, há cartazes com fotos de guerrilheiros. Algumas estão marcadas. São os guerrilheiros presos ou mortos. Essas mesmas imagens são usadas em cartazes distribuídos nas localidades e na mata. Pedem a cabeça de Osvaldo, de Dina, de Walk. Oferecem, em troca, recompensas.

Mais homens estão distribuídos entre as bases de Bacaba e Araguatins. No total, cerca de três mil. Porém, nas incursões

na mata, apenas uns 250 homens se mobilizam. Como nas campanhas anteriores, a maior parte dos que se internam na selva são pára-quadistas e agentes de informações à paisana. Aviões e helicópteros os apóiam. Fazem reconhecimento aéreo. Jogam bombas. Atiram com metralhadoras, quando necessário.

Alguns membros da operação Sucuri ainda estão na área. São eles que acompanham os pára-quadistas na floresta. Conhecedores da região, de sua população e dos locais onde se refugiam os guerrilheiros, os agentes de informação orientam as equipes de combate na primeira fase da campanha.



Na madrugada de 7 de outubro, o povo de São Domingos acorda desconfiado. E assustado. Há uma invasão de homens barbudos na cidade. Eles portam armas. Ninguém os conhece. A população se pergunta se é o povo da mata tomando as localidades. Os terroristas de quem tanto os militares falaram quando estiveram na região.

O farmacêutico Abdias Soares da Silva recebe, em sua casa, o primeiro cliente às sete da manhã. O comprador traz uma notícia:

— Seu Abdias, a rua amanheceu cheia de terrorista.

Depois de vender o remédio, o farmacêutico vai lavar o rosto. Pensa que os guerrilheiros, perseguidos pelo Exército, vão dominar a vila. Mas não fica temeroso. Ao sair, rumo à farmácia, vê um grupo se aproximando da morada do vizinho de frente, Pedro Borba. São uns seis, com espingardas 20, novas. Três entram na casa de Pedro Borba. Seu Abdias começa a sentir medo. As armas o amedrontam. Quase apavorado, é abordado pelos outros três homens:

— Você é o seu Abdias?

— Sou eu.

— Olha, é porque você está convidado a ir dar um depoimento ali.

As armas novas e as capangas que eles carregam

semeiam a dúvida no morador. Não são objetos de quem vem da mata. Mas, percebendo que o convite é uma ordem, aceita:

— Pois não. Posso ir.

— Você tem documento?

— Tenho.

— Pois pegue sua identidade e vamos lá.

Ao mesmo tempo, os outros três saem com Pedro Borba. Ambos são levados até uma rua, onde muitos outros moradores, presos da mesma maneira – sem conhecer a razão da prisão – aguardam para saber o que vai acontecer com eles. Sem entender nada. Sem coragem para conversar entre si.

Os homens barbudos e armados, muito longe de ser “o povo da mata”, estão na região como parte da terceira campanha de combate à guerrilha. Eles procuram moradores que tiveram algum tipo de contato com os guerrilheiros, para torná-los colaboradores forçados das Forças Armadas. Uma relação já foi levantada pelos agentes da operação Sucuri. Alguns deles ainda estão na área ajudando as tropas recém-chegadas.

São Domingos fica na área do destacamento A. A presença de algum “paulista” é algo bastante comum. Muitos comerciantes venderam produtos para esse pessoal. Diferentemente de outros clientes, eles sempre pagavam. Muitos moradores bateram um papo com eles, os receberam para comer ou dormir antes de empreenderem o caminho de volta depois das compras ou foram tratados pelos “paulistas” quando estavam com malária. Outros, simplesmente, os viram passar pelas ruas ou na frente de suas roças. Os militares têm informações sobre esses fatos, que tornam todas essas pessoas suspeitas. Ter falado sobre os “paulistas” também é motivo de prisão. Há registros dessas falas.

Os dias passam e São Domingos, onde raramente transitava um carro, vai ficando cheia de caminhonetes do Exército. Helicópteros também aparecem. Pousam na praça do povoado. E as prisões continuam. Mais casas ficam sem os pais de família. O comerciante Raimundo Souza Cruz, mais conhecido como seu Raimundo Barbadinho, já vendeu remédio

de sua farmácia para os “paulistas”. Às vezes, aparecia Rosa (Maria Célia Corrêa). Outras, o italiano Joca ou Piauí (Antônio Pádua Costa). Ou ainda Zé Carlos, que chegou a dormir na casa do comerciante, seu amigo. Seu Raimundo ouviu falar que os “paulistas” são terroristas. Mas nem sabe o que é isso. Só sabe que se dá bem com eles.

Recém-acordado, às cinco da manhã, Barbadinho é convidado a acompanhar os homens do Exército. Como os outros moradores de São Domingos, começa uma etapa de cativo em diferentes prisões. Numa Veraneio verde, ele é levado até a prisão mais próxima, a 22 quilômetros de São Domingos. É a Bacaba, no quilômetro 68 da rodovia Transamazônica.

No local, há uma pista de pouso e vários alojamentos para militares e presos. Barracas onde os moradores ficam trancados boa parte do dia. Principalmente no período da manhã, até a hora de receber um pouco de arroz para comer a primeira refeição do dia. E quem está com sede, tem a água com sabão da louça lavada para beber. Impedidos de sair, os presos fazem suas necessidades fisiológicas ali mesmo, em pé.

As tardes são para as “investigações”. Obrigados a ficar em cima de duas latinas de conserva abertas, com os dedos das mãos encostados na parede da sala, os presos devem relatar a mesma versão dos fatos três vezes. Quando caem em contradição, as latas são chutadas. Além de se machucarem nos pés com as bordas afiadas, eles caem no chão. Os interrogados são, às vezes, forçados a admitir algo que, na verdade, não fizeram ou disseram. Simplesmente porque algum agente diz que os viu ou escutou. De qualquer maneira, não faz diferença. A lei da taca se aplica a todo mundo. Fale ou não. Como dizem os versos que os presos são obrigados a repetir, antes ou depois das refeições, sob ameaça de receber choque ou taca:

“É um tal de soca, soca
É um tal de pula, pula
Quem tem culpa, se enrola

Quem não tem, logo se apura
Quem apóia ou não apóia
Não importa pro doutor
Quem dizer que não apóia
Quando sabe que apoiou
Dá um traço nos meninos
Que é pior que o terecô”

Depois de poucos dias na Bacaba, no meio da noite, os presos são colocados na carroçaria de um caminhão. Vão deitados, empilhados. Os que se mexem ou tentam se levantar, levam uma coronhada. Depois de uns sessenta quilômetros pela Transamazônica, os moradores chegam ao novo local de prisão e tortura. Em Marabá, na sede do DNER ou no presídio militar da cidade, ocorrem os interrogatórios mais demorados.

Os períodos das prisões variam. Seu Raimundo Barbadinho fica 29 dias em regime fechado. Quase um mês com a mesma roupa, exceto alguns dias em Marabá, em que é obrigado a ficar nu, junto com os outros presos. Banho, apenas uma vez em todo esse tempo. Seu Raimundo passa os últimos dias na Bacaba, onde encontra outros moradores que estão presos há cinco ou seis meses. Mas ele tem mais sorte. Depois de fazer uma prateleira para um dos doutores, é rapidamente transferido a um sistema semi-aberto de prisão. No começo, deve voltar todo fim de semana para ser controlado. Aos poucos, os prazos se estendem. De quinze em quinze dias. De três em três semanas. Até cumprir seis meses desde o dia em que o prenderam em sua casa.

Tanto na Bacaba quanto em Marabá, os presos são submetidos a diversas torturas. Espancamentos, socos e pontapés. Choques elétricos nas mãos, nádegas e testículos. Afogamentos em igarapés próximos. Sentar ou deitar, nu, em cima de um formigueiro. Ficar pendurado pelos pés, de cabeça para baixo, num buraco. As violências físicas são, às vezes, acrescentadas de outros tipos de humilhações. Os homens são obrigados a latir como cachorros; a permanecer trancados em recintos sujos de cheiro insuportável, sem poder sentar ou

deitar; a passar muita sede, a ponto de beber a urina do colega ou a água da faxina com restos de excrementos.

Algumas humilhações mexem ainda mais profundamente com a honra dos moradores. A reputação é o único bem que esses homens possuem, além de suas famílias e roças ou comércios. Numa fase mais avançada da campanha, em janeiro de 1974, o lavrador Pedro Carretel é levado à Bacaba. Mais um suspeito da longa lista. Um dia, chamam sua mulher. Eles poderão se encontrar. Quando o preso aparece, a mulher fica chocada. Permanecerá alterada até o fim de sua vida. O marido tem os olhos delineados, as unhas feitas, as sobrancelhas depiladas, a boca pintada. Maquiado como mulher, o camponês é exibido à esposa.



No povoado de Palestina, sobre o rio Araguaia, os moradores são protagonistas do mesmo horror que é vivenciado em São Domingos. Grupos de soldados – à paisana ou fardados – entram nas casas da população prendendo os homens. Enquanto um deles entra desarmado, intimidando o pai de família, os outros aguardam do lado de fora, com a caminhonete pronta para levar o preso.

Os soldados invadem as ruas. Ninguém ousa colocar o nariz fora da porta. De dentro das moradas, ouve-se o barulho dos helicópteros. O medo é tão grande que alguns moradores fazem buracos embaixo das camas para se refugiarem em caso de tiroteio ou bombardeio. E as prisões continuam.

Seu José Guedes da Silva, novo morador do povoado, é um dos tantos presos, suspeito de ter laços com os guerrilheiros. Ele foi amigo de Osvaldão, quando ambos moravam internados na mata, na região do Gameleira. Mas já não é mais. Mudou-se para Palestina por causa dele. Ouviu que o negro tinha matado um vizinho e ficou com medo. Antes de sair da casa onde morava, numa madrugada, seu José ouviu um barulho na roça. Saiu no escuro, facão na mão. Eram Osvaldo e mais sete

“homens do mato”. Eles adentraram e o dono sentou perto do grupo. Na penumbra, começou a cortar fumo com o facão. E disse a Osvaldão o que estava sentindo:

— Eu tô cismado com o senhor. Disseram que matou o vizinho e não deixou nem as galinhas. Me deu vontade de ir embora.

— Que conversa é essa? O senhor sabe que estou aqui para defender vocês no que for possível.

Ainda temeroso dos guerrilheiros, Zé Guedes se muda para Palestina e cai nas mãos do Exército. Passa dois meses nas prisões da Bacaba e Marabá. Num interrogatório, o doutor que faz as perguntas o libera de culpas:

— Você dava comida?

— Não.

— Vendia farinha?

— Sim. Eles pagavam melhor que ninguém.

— Era pra você ser morto, não preso. Mas você era enganado.

Ele recebe novos documentos e volta para a casa, com a condição de retornar a cada quinze dias a Bacaba. Numa dessas visitas, o obrigam a trabalhar no mato, servindo de guia. O Exército ainda bota fogo na casa dele.

As tropas dessa terceira campanha não conseguem se movimentar floresta adentro sem o auxílio de mateiros da região, apesar de contarem com a informação fornecida pelas equipes de inteligência da operação Sucuri. Soldados treinados na região e pára-quadistas especialistas em selva também não suprem a necessidade de guias. Só eles conhecem a fundo os perigos da mata e os sinais que a passagem do ser humano nela deixa.

Alguns mateiros se oferecem para trabalhar para o Exército. Recebem um pagamento. Outros – a maioria – são recrutados dentre os moradores presos e obrigados a acompanhar as equipes militares em suas expedições. Ficam na “zebra” – à busca de rastros que levam até uma pessoa ou grupo. Espantam os caititus, espécie de porquinho-do-mato, e matam as cobras. Levam os forasteiros às pequenas localidades

cujos nomes fazem referência a características que só os moradores podem conhecer ou aos nomes de quem mora neles. Procuram a continuação das pinicadas na densa vegetação.

A rotina desses guias não é fácil. São obrigados a permanecer com as tropas por vários dias ou até um mês. Dormem no chão molhado e ficam o dia inteiro na umidade da floresta na época das chuvas. Longe de suas famílias e de suas atividades cotidianas, sentem-se humilhados.

O casal Nascimento Santos, de Palestina, foi advertido pelos militares da segunda campanha que não devia alimentar os “paulistas”. Mas dona Marcolina e seu Nazário não negam um prato de comida a ninguém. Dizem que fome é coisa perigosa. A mulher preparou comida para um grupo de guerrilheiros em julho. Além desse contato, eles, como todo o povo de Palestina, conheceram bem Amauri, que foi o querido farmacêutico do povoado.

Em 10 de outubro de 1973, dona Marcolina deixa o marido em casa e sai para lavar roupa na grota mais próxima. Quando volta, o homem não está. Os vizinhos lhe dizem que seu Nazário foi chamado da rua. Quando saiu, um grupo de soldados o amarrou e jogou numa caminhonete. Dez dias depois, o comerciante volta. Conta que passou necessidade bebendo água esquentada ao sol e comendo uma lata de sardinha por dia. E não esconde que apanhou bastante. Os agentes sabiam que ele tinha alimentado os guerrilheiros. O homem, daqueles que morrem falando a verdade, dizia a seus interrogadores:

— Só dei comida uma vez. Se fosse você, eu dava também. E não dei melhor porque eles não queriam.

Ao voltar, o marido de dona Marcolina já não é o mesmo. Não consegue mais trabalhar.

Antes da prisão do homem, um soldado disse ao casal que eles teriam que abandonar sua roça, nos arredores de Palestina. Segundo ele, muita coisa ainda ia acontecer ali. Assustados e sem opção, dona Marcolina e seu Nazário se retiram de sua casinha, levando alguns víveres consigo. O

camponês acaba queimando a roça. Ele estava esperando o começo das chuvas, que não deviam tardar, para poder plantar. Por isso, o paiol estava cheio. Sorte dos donos. Eles podem carregar bastante arroz e feijão. E levam também alguns animais, que passam a criar dentro da casa.

São tempos duros no povoado de Palestina. Além do sofrimento dos que são presos e da angústia de suas famílias, a comida começa a escassear em alguns lares. São muitos posseiros que foram obrigados pelo Exército a sair de suas roças. Dessa vez, não se trata de defender os interesses de um grileiro. A intenção é isolar os guerrilheiros na mata e liquidar os locais onde eles possam se abastecer. As tropas queimam algumas plantações, destroem árvores frutíferas, matam alguns animais, como porcos e galinhas.

O plano de cercar a área guerrilheira e deixá-la sem mantimentos externos inclui o desarmamento dos moradores, potenciais combatentes, possíveis fornecedores. O Exército chama a população de Palestina a entregar suas armas. Reúne o armamento num canto do povoado. Mas as indenizações prometidas em troca nunca chegam.

A família, a honra e as pequenas posses são tudo na vida de um morador da região do baixo Araguaia. Por isso, o dano feito a um homem desses ao afastá-lo da família, humilhá-lo e retirá-lo de sua roça é imenso. Pode ser irreparável. Alguns presos, quando libertados, não querem contar a suas mulheres as torturas pelas que passaram. Esses homens rudes preferem carregar o sofrimento em silêncio a expor sua humilhação.

*

Em outubro de 1973, quando começa a terceira campanha das Forças Armadas, 48 militantes do PCdoB se encontram na região em condições de enfrentar o inimigo. Entre mortos, presos, fugidos, retirados e perdidos, as Foguera perderam 21 combatentes desde que as tropas federais entraram pela primeira vez na região, em abril de 1972. Após o

remanejamento das forças guerrilheiras na reunião de agosto, ficam dezessete no destacamento A, doze no B e treze no C, além dos membros da comissão militar.

Quanto às armas, foram conseguidas algumas novas nas ações militares de março a setembro, sempre do mesmo tipo das usadas na região. Outras se perderam junto com as baixas humanas ou estão estragadas. No balanço geral, a quantidade de armas por pessoa aumentou em comparação ao começo da luta. O problema são as munições. Os cartuchos para as espingardas 20 são insuficientes e não há mais balas de calibre 22.

Desde que abandonaram para sempre suas casas, os guerrilheiros não têm conseguido plantar suas roças nem comerciar. Por outro lado, o patrulhamento cercado a região não tem permitido a reposição que normalmente era feita com o centro do Partido em São Paulo. Como consequência, o dinheiro e as roupas que restam são poucos. Os calçados acabaram. Alguns militantes andam descalços. A quantidade de objetos essenciais para a sobrevivência – como bússolas, isqueiros, facas, pilhas e querosene – é insuficiente. Assim como os plásticos usados para se proteger da chuva e os sacos para guardar comida e roupas, com o mesmo fim. Para o abastecimento, as Foguera têm dependido, exclusivamente, da colaboração do povo.

Mas a maioria dos companheiros já se orienta bem na mata. E as reservas de remédios e alimentos distribuídas pela mata em troncos de mognos garantem o abastecimento de todos os guerrilheiros por quatro meses. Aproveitaram-se paus ocos que foram furados para permitir o ingresso desses mantimentos. Algumas dessas árvores, arrumadas por guerrilheiros mais cuidadosos, têm até prateleiras.

Desde setembro, Tuca é responsável pelo serviço de saúde das Foguera. Ela foi transferida do destacamento B para a comissão militar para preencher a vaga deixada pela morte do médico Juca. A moça é uma enfermeira excepcional. Durante esses dois anos no baixo Araguaia, ela tem demonstrado sua

disposição permanente a exercer sua profissão a toda hora e sua capacidade para fazê-lo séria e humanamente.

★

Em 7 de outubro, os três grupos do destacamento A estão dispersos em lugares diferentes. Ao saber do ingresso das tropas na região, todos se retiram às áreas de refúgio. No mesmo dia, o Exército se instala na roça do morador Alfredo, muito ligado aos “paulistas”. Pouco tempo antes, um dos grupos, dirigido pelo vice-comandante do destacamento, Piauí, se retirou dessa mesma posse. Os guerrilheiros estavam ajudando seu Alfredo no trabalho. Mas as tropas federais já estavam atrás deles. O pessoal do destacamento “Helenira Rezende” é especialmente procurado. Os militares querem vingar o assalto ao posto da Polícia Militar realizado na segunda quinzena de setembro.

No dia 12, o comandante Zé Carlos, Nunes, Zebão (João Gualberto) e João Araguaia (Demerval da Silva Pereira) se dirigem a um depósito de farinha. Precisam levar alimento para os outros companheiros. Zé Carlos veste a farda da PM, apreendida no ataque junto com o gorro. O morador Alfredo, praticamente um membro das Foguera, vai com eles. Um homem tem insistido para que os guerrilheiros peguem uns porcos dele que estão numa roça próxima. O comandante sabe que isso é perigoso. No começo, se nega. É provável que uma patrulha inimiga esteja emboscada nesse lugar. Mas acaba cedendo.

Ainda de manhã, os cinco homens matam os porcos. Fazem um fogo de palha para pelá-los. Uma hora depois, a carne está pronta para ser transportada. Mas o peso dos animais mortos quebra as alças das mochilas. Com cipó, Alfredo improvisa então uma nova para cada porco. O trabalho demora umas duas horas para ficar pronto. Prestes a sair, com as novas “mochilas” nas costas, João Araguaia e Alfredo ouvem um barulho.

De repente, uns quinze militares aparecem na frente dos

guerrilheiros. É a equipe do doutor Asdrúbal. O “javali solitário” e Cid estão, mais uma vez, junto ao major. Alguns cabos e soldados os acompanham. Depois de três dias de caminhada na selva, guiados por dois mateiros, os militares chegaram a essa roça de manhã. Ouviram os tiros que mataram os porcos. Resolveram ficar emboscados esperando um momento propício.

Os tiros se cruzam. Aproveitando o pavor de um dos soldados, que não consegue atirar nele, João Araguaia foge. Mas, no final do tiroteio, três corpos jazem no chão. Zé Carlos, Alfredo e Zebão morreram. E Nunes, muito ferido, geme. O guerrilheiro morrerá na casa Azul, para onde será levado ainda vivo, depois de receber umas injeções de morfina.

As Foguera perdem quatro companheiros e dez armas. No dia 20, a comissão militar nomeia Piauí para ficar no mando do destacamento “Helenira Resende”. Beto ocupa o cargo de vice-comandante.



Em um novo lugar da mata, não conhecido pelos moradores, dois grupos do destacamento A se refugiam. Eles decidiram se mudar depois da perda do comandante e dos outros três companheiros. No acampamento, há um rapazinho chamado João Batista. Ele é filho de seu Alfredo, morto no dia 12. O menino, de quatorze anos, serve de guia aos guerrilheiros. Há também dois jovens moradores da região. Mas eles, mostrando medo, pedirão para sair das Foguera ainda no mês de outubro.

Em 23 de outubro, se decide que João Batista será levado até uma estrada que o conduzirá a São Domingos. Não é recomendável que ele fique no destacamento. Dois guerrilheiros saem com o rapaz. Mais tarde, chega um membro da comissão militar que leva os combatentes do A até um novo local, mais seguro, na margem esquerda do rio Fortaleza.

No dia seguinte, Sônia e Manoel (Rodolfo de Carvalho Troiano) vão ao encontro dos camaradas que acompanham

João Batista. Eles devem guiá-los até o novo acampamento. Mas os dois não aparecem. Sônia volta ao ponto pela tarde. Sem atender às normas de segurança, ela anda sobre pisadas antigas. Com os pés doloridos, a moça decide tirar as duras botinas e deixá-las nas proximidades de uma gruta. Avança um pouco mais pelo caminho. Talvez, para verificar que não haja soldados emboscados. Ao retornar, assovia. Tenta chamar os companheiros que veio buscar. Mas suas botinas já não estão mais no mesmo lugar. E quem aparece não são os guerrilheiros:

— Quieta e mão na nuca!

Sônia fica paralisada. Logo levanta o braço esquerdo. Um movimento da mão direita ameaça pegar a arma.

— Quieta e mão na nuca!

A ordem se repete. A mão se aproxima mais do revólver. Mas não tem tempo de pegá-lo. A moça cai atingida por um tiro do doutor Asdrúbal que atinge sua coxa. Além dele, o major Curió – o adjunto do coordenador da operação Sucuri -, Cid, o “javali solitário”, e um mateiro compõem a equipe. Chegaram à gruta seguindo pisadas. Encontraram a botina. Esconderam-se.

Deixando a moça ferida, os militares dão uma olhada nos arredores procurando companheiros da guerrilheira. De fato, eles estavam próximos do local na hora dos tiros. Mas, ouvindo o barulho, se retiraram. Três dias depois, acharão a localização do novo acampamento. A equipe do Exército se reaproxima da ferida. Sônia, do chão, dá vários tiros. Um deles fere Asdrúbal e o outro, Curió. Imediatamente, os outros militares a liquidam.

A moça morre, mas uma história sobre sua morte começa a se espalhar, muito viva, entre moradores e soldados. Mulheres que tiveram o parto feito por Sônia. Homens que, com malária, foram tratados por ela. Famílias que receberam sua visita. Todos dizem que, antes de atirar nos majores, a combatente foi interrogada:

— Como você se chama?

— Guerrilheira não tem nome. Luta pela liberdade.

Dona Margarida Ferreira Félix, ao saber da morte da

jovem, chora e quase desmaia. Não faz um mês que Sônia esteve com ela. A moradora já estava no nono mês de uma gravidez acompanhada desde o começo pela moça. Nessa última visita, Sônia lhe advertiu que, provavelmente, não ia poder ser sua parteira:

— A criança está soluçando, dona Margarida, mas eu acho que não vou poder fazer o parto. O cerco está se fechando contra a gente.

A tropa que acabou com a vida de Sônia dá a notícia à moradora de São Domingos do Araguaia. O Exército já esteve na casa da índia. Sabe que ela gosta muito da guerrilheira e a procura para identificá-la. Sônia esteve muitas vezes na casa de dona Margarida, conversando. A moradora, muito curiosa, lhe perguntava tudo. Aprendia palavras. Assimilava novas visões de mundo. Na lei dos guerrilheiros, repetia, não haveria preguiçosos. Burguês, capitalista, latifundiário, todos trabalhariam. Haveria escolas, creches e hospitais para todos.



Com o início da ofensiva do Exército, a comissão militar decide juntar os destacamentos B e C sob o comando de Pedro. O novo grupamento, denominado BC, tem 25 militantes. Formam-se grupos para diversas tarefas. Dez companheiros, dirigidos por Osvaldo, tentam fazer uma emboscada. Mas a ação não dá certo. Os soldados não aparecem. Simão e mais cinco guerrilheiros saem para providenciar alimentos. Um pequeno grupo vai fazer contatos com a massa, para obter informações. Ari (Arildo Valadão) comanda mais dois combatentes numa operação de fustigamento que não consegue matar nenhum militar. Jonas, um morador da região, se incorpora ao novo destacamento. Aceita o convite para trabalhar com os militantes. Osvaldo lhe entrega uma arma.

A vida do destacamento não está nada fácil. Os guerrilheiros passam a maior parte do tempo se deslocando na mata. O inimigo anda por perto. Um dia, no começo de

novembro, uma patrulha passa a apenas trinta metros do acampamento. Os mais experientes mateiros ouvem o barulho dos coturnos batendo no chão. Todos vivem em estado de alerta. Durante o dia, fala-se muito pouco. Até o menor cochicho se torna perigoso. Cada noite, ao menos seis companheiros ficam de guarda, enquanto os outros se deitam nas redes. O sono é leve. Estão prontos para fugir de um ataque noturno. Em caso de emergência, os guerrilheiros conhecem os pontos em que poderão se reencontrar com os outros.

Nem se fala em caçar. Das poucas munições que se tinha, uma boa parte está molhada pelas chuvas constantes. Fora isso, o forte barulho dos tiros pode chamar a atenção do Exército. Os guerrilheiros comem, uma vez por dia, farinha e sal que carregam nas mochilas. Quando acaba a farinha, há polpa de palmeira babaçu ralada. E frutas e jabuti da selva. No começo, usam suas panelas para cozinhar a carne. Mas, na floresta, a fumaça condensa e se desloca entre as árvores. Impedidos de fazer fogo para não se venderem ao inimigo, esquentam o carvão que estocaram nos anos anteriores em buracos no chão tampados com pedras. Mas não é todo dia que eles conseguem achar um desses depósitos. Nem toda semana. Além disso, os combatentes vão perdendo as panelas em inesperadas fugas do inimigo. E o pouco carvão que se consegue é reservado para secar a munição. Chega um momento em que a única carne disponível é crua. De jabuti.

Os dias costumam passar em longas caminhadas, ouvindo, de vez em quando, o barulho ameaçador dos tiros. Homens e mulheres, em pé de igualdade, devem resistir às condições adversas. Áurea sofre bastante. Não agüenta ficar andando por tanto tempo com a mochila. Ela se opõe, mas os companheiros não a deixam carregar o mesmo peso que os outros. Já Lia é forte como um touro. Pequena, mas dura. As baianas Dina e Mariadina também. Chica e Walk são excelentes mateiras. Tuca não está mais com as companheiras. Cumpre sua função na comissão militar. Mas, vez ou outra, aparece em alguma grotá. E marca o ponto seguinte. Separada de seu amado,

a enfermeira percorre os destacamentos.

Em meados de novembro, a comissão militar se reúne num canto da selva. Seus membros analisam as informações que se tem sobre o ataque do inimigo. A ofensiva não parece muito grande. Surge também uma proposta. Os destacamentos poderiam se unir sob o comando da comissão militar. Isso daria maior potência de fogo à guerrilha. Juntando o armamento dos grupos, se conseguiria mais força militar. Mas surgiriam alguns problemas, como o abastecimento e o deslocamento sigiloso de tantos guerrilheiros juntos. Fica marcada uma reunião para 20 de dezembro. Nesse momento, se decidirá o que fazer. Joaquim (Ângelo Arroyo) é escolhido para ficar com o destacamento A. Deverá mantê-lo concentrado, pronto para uma possível reunião com o BC.

Joaquim empreende a longa viagem para a área do A em companhia dos dois guardas da comissão militar, Fogoio e Ivo. Atravessam as zonas dos dois destacamentos e da comissão militar. No caminho, percebem uma grande quantidade de rastros de soldados dentro da mata, tanto em locais habitados como em pontos de refúgio. Os soldados estão palmilhando toda a região da guerrilha. E os helicópteros sobrevoam a maior parte dos vales, como o do Gameleira, do Caracol e do Saranzal.

A situação é muito mais séria do que se imaginava. No fim de novembro, Landim (Orlando Momente) vai até um lugarejo próximo ao refúgio do destacamento A para conseguir sal e, sobretudo, informações. Volta com más notícias. Quase todas as casas estão vazias. Os amigos foram presos. Em novas incursões aos vilarejos, os guerrilheiros se informam melhor sobre as torturas que a população está sofrendo. Ficam sabendo que uns moradores que atuaram nas Foguera foram presos e estão sendo obrigados a servirem de guias. Em outubro, esses homens participaram de uma tentativa, chefiada pelo guerrilheiro Nelito (Nelson Lima Piauhy Dourado), de destruir uma ponte na Transamazônica. Conhecem bem os guerrilheiros. Acham que são possíveis delatores.



No destacamento BC, em 24 de novembro, Ari do C, Raul e o morador Jonas estão voltando de um contato com a população. Foram em busca de comida. Um pouco desorientados, os dois militantes do PCdoB se aproximam de uma gruta. Sem sabê-lo, estão perto de seus companheiros acampados. Jonas fica de guarda. Ouve-se um tiro. Ari cai. Mais dois disparos. Raul corre em direção ao acampamento. Jonas consegue fugir. Ele vagará na mata por mais de dois meses até se entregar ao Exército. No acampamento, os tiros são ouvidos. O comandante Pedro envia quatro companheiros para investigar o que aconteceu. Chocados, topam com o corpo de Ari decapitado. Sua arma, seu bernal e sua bússola foram levados junto com a cabeça.

No destacamento, fica uma certa desconfiança em relação a Jonas. Os guerrilheiros pensam que talvez seja ele o responsável pela morte do companheiro. E ele pode revelar informações ao Exército. O mais seguro será mudar para outro acampamento. A comissão militar decide se unir ao destacamento BC. Os combatentes partem para uma nova área. Divididas em três grupos, as 32 pessoas se dirigem à zona de Palestina. O lugar é propício. A comida está acabando e ali há alguns depósitos.

O grupo se instala nas imediações do povoado. As visitas às casas dos moradores são menos freqüentes que na época de trégua, mas elas acontecem. Os guerrilheiros aproveitam para receber algum alimento da população. Em novembro, Amauri volta à morada de Lídia Pereira e seu Generoso, em Palestina, para pegar os remédios que ali deixara em julho do ano anterior. Ele parece muito preocupado e triste. Não agüenta. Chora:

— Flávio morreu, dona Lídia. E a gente não vai se ver mais.

O difícil mês de novembro acaba com mais baixas. Um grupo dirigido por Simão acampa na cabeceira da gruta do Nascimento. Um lugar conhecido pelos militares. O

destacamento B já esteve ali. Enquanto está procurando jabuti, Chico (Adriano Fonseca Filho) recebe um tiro e cai morto. Ouvem-se mais tiros. Os outros guerrilheiros deixam mochilas, panelas, bornais e até uma arma e saem correndo. Jaime e Ferreira se perdem do grupo. Durante cinco dias, os demais combatentes caminham pela mata sem sequer um isqueiro para fazer fogo. Entre eles há um morador que se integrou às Foguera, Toninho. Famintos e com o corpo inchado de picadas de tatuquira – um pequeno inseto que, além de incomodar com suas picadas, transmite a leishmaniose – reencontram finalmente o resto da força.

Dia 13 de dezembro, Toninho foge. Novamente, todos os guerrilheiros se reúnem para deslocar-se. São 28 pessoas numa coluna só. Deixam fortes rastros. No dia 18, é o guerrilheiro Josias (Tobias Pereira Junior) quem abandona o grupo, perto de uma base do inimigo. A cada fuga, aumenta entre os outros companheiros o medo de serem encontrados pelas tropas militares. Mas, depois de dois dias de caminhada, os guerrilheiros do destacamento BC e da comissão militar chegam ao local combinado para a reunião, no dia certo.

Joaquim também chega à área da reunião nesse 20 de dezembro. Como combinado, se dirige a um ponto. No dia seguinte, encontra ali os companheiros escalados para levá-lo até o local onde todos se reunirão. São Ari do A (Marcos José de Lima) e Manoel. Antes de partirem, Joaquim envia os dois guerrilheiros para um depósito de farinha próximo que ele conhece.

Nisso, Chica e Joca chegam ao ponto. Trazem um recado da comissão militar. A reunião terá que ser adiada e realizada em outro lugar. Os militares estão na área. Quando os mensageiros chegam ao ponto, Zezinho, Raul e Lourival também estão ali. Eles estavam apagando rastros perto do local da reunião quando tiveram que fugir das tropas militares. Saíram ilesos. Decidiram ir até o ponto para encontrar Joaquim e adverti-lo. Assim, encontram-se os seis combatentes. Trocam informações sobre o que cada um viu no momento dos tiros.

Chegam à conclusão de que, felizmente, não há baixas.

Mas Joaquim está preocupado. Ari do A e Manoel estão demorando muito para pegar a farinha. Joca sai na direção do depósito para ver o que está acontecendo. Ao se aproximar do local, encontra Manoel – também preocupado com a demora de Ari – fazendo guarda. Joca vai até o estoque. Ele encontra, apenas, o saco plástico que Ari do A tinha levado para colocar a farinha. Parece mais uma fuga.



Em 24 de dezembro, o destacamento BC e a comissão militar chegam ao local combinado quatro dias atrás para a esperada reunião. Essa noite, os guerrilheiros dormem ali mesmo. Quando acordam, percebem que estão perto da estrada e decidem caminhar para cem metros adiante. Osvaldo fica encarregado de camuflar bem o lugar.

No lugar da reunião, os guerrilheiros acampam. A comissão militar se instala no ponto mais alto do terreno. Mário, Paulo, Pedro, Joca e Tuca ocupam essa parte. Dina e Luiz (Guilherme Gomes Lund) também estão ali. Com febre, eles recebem os cuidados da responsável pelo serviço de saúde. Fogoió, Lourival, Doca e Raul ralam babaçu na zona baixa do terreno. Lia e Lauro fazem guarda.

Mais algumas duplas estão cumprindo tarefas nas redondezas do acampamento e esperando, nos pontos previamente combinados, a chegada de companheiros perdidos e de Joaquim. São Walk e Amauri, João e Mariadina, Simão e Ivo e Áurea e Peri.

Joaquim chega a seu ponto, que fica a três horas a pé do acampamento. Vai acompanhado por Zezinho, João e Antônio. Traz quatro latas de farinha. A ceia do Natal para 43 pessoas. Pouco tempo depois, aparecem Manoel e Chica para levá-los até a área do acampamento. Mas os jovens não têm boas notícias. Encontraram papel higiênico usado no caminho. Sinal da presença de soldados nessa região de refúgio.

Enquanto se dirige ao acampamento, o grupo observa helicópteros que sobrevoam a área. Às onze e meia da manhã, ouve-se um intenso tiroteio. Em breve, chegam Áurea e Peri, encarregados de guiar os seis guerrilheiros no último trecho. Eles também ouviram ruído de metralhadoras, vindo da zona do acampamento. Um avião começa a sobrevoar a área do tiroteio. Dois helicópteros fazem duas vezes o mesmo trajeto. Parecem levar tropas ou retirar feridos e mortos. Os combatentes reunidos decidem, perante o aparente perigo, afastar-se mais um quilômetro do acampamento. No dia seguinte, vão até um ponto de encontro. Para alegria de todos, eles se deparam com Osvaldo, Lia e Lauro, que foram parar ali fugindo do tiroteio no acampamento.

A partir do Natal de 1973, esses guerrilheiros não terão mais notícias dos outros companheiros que estavam no acampamento. As Foguera perderam quase toda a comissão militar. Apenas Joaquim está em contato com os sobreviventes. Os outros podem até ter morrido.

As informações contidas neste capítulo e no capítulo anterior foram retiradas, majoritariamente, dos depoimentos de Micheas Gomes de Almeida, Dona Dedé (não quis fornecer o nome completo), Raimundo Souza Cruz, Margarida Ferreira Félix, Davi Rodrigues de Sousa, José Guedes da Silva, Lídia Pereira Saraiva, Marcolina Gregória do Nascimento Santos, Pedro Vicente Ferreira, Cecília Alves Lopes do Carmo, Jonas (pediu para ter seu nome preservado) e Criméia Alice Schmidt de Almeida. Foram usados os livros “Guerra de guerrilhas no Brasil”, de Fernando Portela, “O coronel rompe o silêncio”, de Luiz Maklouf Carvalho; “Relato de um guerrilheiro”, de Clênio Sá, “Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas”, de Romualdo Pessoa Filho; “Amazônia-Carajás. Na trilha do saque”, de Marcos Kowarick; “O massacre dos posseiros”, de Ricardo Kotscho; “Amazônia: um pouco-antes e além-depois”, de Samuel Benchimol; “A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia”, de Otávio Ianni; “Amazônia, a última fronteira”, de Edilson Martins; “Coração vermelho: a vida de Elza Monnerat”, de Verônica Bercht. Documentos também foram utilizados para a reconstrução dos fatos: o “Relatório sobre a luta no Araguaia”, de Ângelo Arroyo; depoimentos de militantes do PCdoB na CPI de Perus; cartas de alguns militantes para seus parentes; o relatório parcial da investigação sobre a guerrilha do Araguaia, do Ministério Público Federal e relatórios do Exército e da Marinha sobre as operações militares no baixo Araguaia.

A caminho

Último dia do ano de 1971. Debaixo de uma palhoça, envoltos numa espaçosa clareira, os militantes moradores da região do Gameleira organizam uma confraternização. Reúnem-se no castanhal do Ferreira. Os antigos e os novatos. Discutem política e cultura popular. Da caça, têm um veado e dois catitus – uma espécie de porco pequeno. Junto com a polenta, o feijão, o arroz, a carne de paca – um roedor local, de porte médio –, o palmito de babaçu – palmeira típica da região com sementes oleaginosas – e muito leite de castanha, eles dispõem de um vasto banquete.

A programação começou cedo com a simulação de uma emboscada no caminho que vai à casa principal do grupo do Gameleira. Os militantes aproveitaram a ocasião para caçar um veado para a festa de logo mais. Eles chegam ao castanhal em fila indiana. Osvaldo vai à frente, com o bicho morto sobre os ombros. Todos entoam a *Internacional*, símbolo mor da luta comunista mundial.

Enquanto há sol, os moradores do grupo fazem provas

esportivas, como um jogo de vôlei, e revezam a cantoria de músicas de combate ou de música popular brasileira, como *Viola Enluarada* e *Apesar de você*. Tudo ao som do violão de Aparício, que embala as canções. São feitos jograis que mostram o roteiro deles desde que deixaram suas antigas vidas para trás e suas dúvidas nesse processo. Abandonar a família, a universidade, as cidades, a decisão de ir para o campo, as primeiras impressões do mato, os primeiros tropeços, a fase de adaptação na região até o domínio da vida local.

Tuca e Walk surpreendem os colegas com um show de teatro de cordel. As duas bolam um espetáculo empolgante, cheio de crítica e sátira à vida coletiva que levam ali. Osvaldo recita até Gonçalves Dias:

— “Temeste a morte?

Meu filho não és”

Eles comemoram o ano bem-sucedido bebendo semberaba de bacaba, que é um suco feito de alguma fruta da região, como o buriti, o açai e a bacaba, junto com a parte carnosa de vários cocos. A bebida é feita no próprio coco, que é cortado ao meio, em forma de cuia. Ela é tomada normalmente com farinha de mandioca. O grupo de vinte pessoas – que logo depois formaria o que se chamaria destacamento B – já tinha quatro roças de milho, uma de arroz, um castanhal bem cuidado, com um bom estoque de castanhas e já conhecia razoavelmente a vida na mata.

À meia-noite, sob a luz da lua cheia, uma salva de vinte tiros anuncia o novo ano que começa. Dezenas de vozes respondem ao grito que saúda 1972: “Vivam os que combatem pela liberdade em todo o mundo!”. Os entusiasmados presentes sequer suspeitam que dali a pouco suas rotinas serão desfiguradas. Eles terão que abandonar suas casas, seus roçados e seus planos iniciais.

★

O grupo começa, nos meados de 1970, com a construção

da primeira casa nas proximidades do rio Gameleira. Geraldo, Osvaldão, Glênio, Fogoió e tio Cid se instalam como posseiros na área e abrem um roçado a cinqüenta metros da casa. Lá eles plantam banana e milho. Ao redor da casa, muitas árvores frutíferas. Também abrem picadas, pequenos caminhos no mato, como saídas de emergência.

Essa habitação fica perto do povoado de Santa Isabel, que tem umas cem moradas, e de Santa Virgem, com umas trezentas. Nas redondezas também existem os “centros”, casas isoladas, espalhadas pela margem do Gameleira. Onde eles vivem se encontram aproximadamente umas sessenta famílias num rastro de seis quilômetros.

A uns 24 quilômetros dessa casa principal, o grupo de militantes daquela área monta sua segunda moradia. Eles escolhem um castanhal, típico da região, que fica numa zona mais deserta, além de possibilitar o trabalho com a castanha. Esse espaço é importante, pois permitirá um deslocamento mais fácil, caso seja necessária uma fuga rápida do local. O primeiro morador da nova casa é conhecido como Ferreira e, por isso, o local passa a ser chamado de “castanhal do Ferreira”. Logo depois, Flávio e Amauri, que tinham uma farmácia em Palestina do Pará, mudam-se para o castanhal.

Aos poucos, outros companheiros vão chegando para compor o grupo. Até o meio de 1971 eles já são vinte e se fixam numa área mais ampla. É necessária a construção de mais moradias para os novatos. Eles fazem uma nova casa no pé da serra das Andorinhas – a seis quilômetros da casa principal da área – e outra descendo o rio Gameleira em direção ao Araguaia – também, mais ou menos, a seis quilômetros da principal.

Lia, Tuca e Walk chegaram recentemente com seus companheiros – Lourival, Peri e Aparício – à localidade. Chica já estava lá há mais tempo. Foi a primeira mulher a chegar no grupo, logo no início do ano. A nisei mora junto com Geraldo, Glênio, Fogoió, Osvaldo e o Tio Cid. Todos eles acabam se instalando numa área extensa – vinte quilômetros de fundo e vinte quilômetros de frente. Uma região que vai de Palestina

até as proximidades de São Geraldo.

Lia e Lourival, um casal carioca, vão morar junto com Mariadina e João, baianos, e com o gaúcho Simão na casa mais abaixo do rio Gameleira. O casal Peri e Tuca e o capixaba Manoel vão para a outra casa construída na serra das Andorinhas, à beira do riacho Gameleirinha, afluente do Gameleira de águas cristalinas. Como o castanhal é maior e comporta mais gente, é pra lá que vão também o casal de mineiros, Walk e Aparício, o cearense Raul e Gil, de São Paulo. Além de Flávio e Amauri, que já estão lá junto com Ferreira.

*

Telma estava hospedada na casa da irmã, Ângela, no Rio de Janeiro. Precisava despistar a vigilância oficial para viajar sem suspeitas. O marido já tinha ido alguns meses atrás. O sogro, seu Edgar, não queria que ela fosse. Desconfiava que a viagem do filho e da nora fosse se tornar um incerto futuro para os dois. Conhecia o envolvimento político do casal e sabia das pretensões do PCdoB de começar uma guerra revolucionária no interior do país.

Era junho de 1971, época de São João. A família organizou uma festinha junina na casa dos sogros, em Marechal Hermes, para se despedir de Telma. Além da irmã, o cunhado e os sobrinhos, estavam lá os pais dela, os sogros e outros cunhados. Ela estava feliz, mas com a fisionomia ansiosa. Como de quem não sabe muito bem o que lhe espera pela frente. Aproveitou para brincar bastante com Ricardo e Andréia, os filhos da irmã. Adorava crianças!

Telma chegou a passar uns quinze dias na casa da irmã antes de tomar o ônibus. Ela só sabia dizer que ia para São Paulo. O desconhecimento do local onde seria sua futura casa era tanto que ela chegou a levar seu ventilador na bagagem, sem desconfiar de que ele seria inútil. Para a família, disse que estava indo para Manaus. Lá, ela e o marido iriam começar uma nova vida. A perseguição na cidade já estava muito intensa

e ela revelou querer se afastar de tudo aquilo. Iria trabalhar, formar uma família e abandonar a política de vez. Começar do zero. Mas, seu Edgar, pai de Elmo, sabia da verdade. Conhecia o verdadeiro motivo da partida. E mesmo brigada com ele, ela partiu. O marido a esperava.



O dia-a-dia da vida na região amazônica no ano de 1970 é trabalhoso. E começa cedo. O caboclo vive basicamente da agricultura de subsistência. Planta para ter o que comer. Seu precário roçado normalmente está entregue às condições da natureza. Se elas colaboram, tudo frutifica. Se acontece algum imprevisto, perde-se tudo. As pragas que arrasam as plantações são muito comuns. A malária, a leishmaniose, verminoses, doenças venéreas e outras doenças também debilitam com frequência os moradores, impedindo-os de fazer a colheita das roças.

O nível de alimentação da população local é baixo e muitos sofrem de desnutrição. Cultiva-se primordialmente a mandioca, o arroz, o feijão, o milho, a castanha, a banana, o babaçu e a laranja. Usam o facão, a espingarda e o machado para as atividades de subsistência. O camponês local não tem como escoar sua produção e isso o obriga a vender seus produtos por preços irrisórios. O que acontece, na maioria das vezes, é uma troca. O camponês leva o pouco que há de excedente da lavoura e recebe café, açúcar, munição, botinas, alguma peça de roupa e remédios – quase sempre os que têm rótulo de “amostra grátis”. Mas tudo o que não consegue produzir na sua própria roça, ele acaba tendo que comprar pelo dobro ou triplo do preço.

A região é vasta e rica, mas o homem é abandonado. O analfabetismo domina a maior parte dos moradores locais. É preciso percorrer longas distâncias para encontrar quem saiba ler uma carta ou uma bula de remédio. As escolas são raras e normalmente ficam nos povoados às margens do Araguaia. A

taxa de mortalidade infantil é alta. Muitas das crianças que sobrevivem crescem raquíticas e afetadas pelas doenças. É comum a morte de mulheres durante a gestação ou durante o parto. Elas são mal alimentadas, não recebem nenhum tratamento médico e têm que trabalhar na lavoura durante a maior parte da gravidez.

Algumas das atividades comuns na região são a de castanheiro, mariscador, cortador de madeira e seringueiro. Mas em todas essas atividades, predomina o trabalho semi-escravo. Os grandes latifundiários, favorecidos pelo analfabetismo do povo, exploram os trabalhadores, que se submetem a qualquer lei trabalhista.

O seringueiro produz a borracha e a deixa secando ao sol. A produção pode chegar a uma tonelada de borracha por ano. Quando chega a hora de vender o produto ao seringalista, no barracão do latifundiário, o seringueiro já perde 10% do peso da produção. O comprador diz que essa porcentagem corresponde ao volume de água do material e a institui como tara do produto, que deve ser descontada do preço da venda.

Os barracões existentes nas áreas dos grandes proprietários locais servem para a manutenção de um círculo de endividamento do camponês. No ato da troca da sua produção por produtos essenciais, que lhes são vendidos nessas espécies de “mercadinhos”, o camponês sai sempre devendo.

O castanheiro, que junta, corta e lava a castanha-dopará, é roubado no momento da medição da quantidade de seu produto à venda. A coleta da castanha é feita na pior época do ano na região: a das chuvas. Antes de partir para a mata, o castanheiro vai ao barracão receber um adiantamento de fumo, sal, farinha e munição. Interna-se no castanhal durante um mês, depois do plantio do arroz. Molhado, ele fica isolado no meio do mato, comendo o que a floresta lhe oferece ou, de vez em quando, o que um barco consegue trazer. Terminada a colheita, o castanheiro volta à roça com a pele esverdeada pelo tempo passado na penumbra das altas árvores.

O corte da castanha é duro. Além do risco da queda dos

ouriços, cocos de casca muito dura, há a dificuldade de carregar o paneiro – uma espécie de mochila aberta na parte de cima, feita de fibras vegetais – cheio de castanhas, descendo pelas encostas enlameadas, a complicação de quebrar os cocos para a retirada das castanhas, a lavagem e a seleção das castanhas e o transporte até os centros de venda.

Depois de quatro a cinco meses no mato, o castanheiro traz a castanha, que é vendida por hectolitro, a cada cinco latas de vinte litros. O preço é muito baixo. O saldo, se existente, é recebido em gêneros alimentícios. Essa mesma castanha vai ser vendida nos grandes centros locais – como as cidades de Belém e Marabá – por um preço quase seis vezes maior. A margem de lucro fica, obviamente, com os intermediários. São eles que exploram os pequenos comerciantes, os transportadores do produto e até mesmo alguns produtores donos de pequenos castanhais.

Em contrapartida, o homem que colhe a castanha paga pela farinha, pelo fumo, café e munição um preço até três vezes maior que o normal dessas mercadorias nas cidades próximas. O gerente do barracão – ou o capataz – ainda deforma a lata de medição da castanha e “erra para mais” na somatória das despesas do castanheiro. Na hora de contar as sacolas, elas ficam bem cheias. O que não acontece quando o trabalhador tem que ficar com a parte que lhe corresponde.

Na extração madeireira, o sistema de exploração sobre os trabalhadores locais é semelhante ao do castanheiro. O morador que corta madeira ganha quantias ínfimas por cada mogno derrubado. E, não raro, ele é despedido sem receber nem mesmo o correspondente em gêneros alimentícios. Muitas vezes, o camponês abandona sua lavoura para ir às companhias que precisam extrair madeira na época das chuvas, já que aproveitam a enchente dos rios para o transporte das toras. O trabalho é feito sem qualquer segurança e se usa, apenas, um machado no serviço. E não há qualquer iniciativa de replantio das espécies derrubadas. A preocupação é o aumento da quantidade de madeira derrubada. Mas isso não implica nenhum

acréscimo no ordenado do trabalhador.

Alegando falta de dinheiro, a companhia corriqueiramente não paga o combinado e pede que os trabalhadores peguem mercadorias nos armazéns das próprias companhias. Ao solicitarem o pagamento de suas dívidas, na maioria dos casos, os cortadores de madeira são recebidos por capangas ou pistoleiros com ameaças de morte.

Os moradores ainda sofrem com uma cobrança corrupta de impostos, comum na região. No barco conhecido como “dos três poderes” se deslocam os funcionários. O grupo consiste, normalmente, em um cobrador e um policial, que faz, ao mesmo tempo, o papel de juiz, aplicando penas aos devedores. Eles passam pelas casas recolhendo os impostos locais. Quando uma pessoa não paga, ela é amarrada a uma árvore enquanto a comissão segue viagem adiante. Na volta, o grupo recolhe o preso e o leva consigo. Moradores locais chegam a levar água para a pessoa que fica amarrada, mas nunca soltam ninguém com medo de serem punidos.



Nesse cotidiano exaustivo do caboclo amazônida, os militantes do PCdoB vão, aos poucos, se integrando à população local. Eles estão lá como posseiros, vindos de outra região, como grande parte dos moradores locais. As atividades comerciais ou da roça são um ponto de ligação com o povo local. As verdadeiras procedências, passados e objetivos não podem ser revelados. A idéia é se misturar e aprender a viver na região. O trabalho de aproximação é sutil e deve ser muito cuidadoso.

A distância entre os vizinhos não favorece visitas muito freqüentes. Os encontros são mais corriqueiros aos domingos, quando acontecem as rezas, missas e festejos locais. E, entre os militantes, impera a lei do ouvir muito e falar pouco. Na há condições de dialogar sobre o que não se sabe. Conversa-se de menos e se observa muito. Aos poucos, eles levantam as

contradições e as necessidades mais sentidas pelo povo. E também começam a aprender com os professores: a população da região. Eles passam a conversar sobre as pragas que atingem as lavouras, a falta de feijão, os grileiros, a plantação de arroz que está ruim ou como não perder a produção. Tudo numa linguagem comum, sem termos políticos. Eles começam a assimilar o vocabulário local. Entendem que “coivara” é a limpeza inicial do solo para prepará-lo para receber as sementes, “juquirá” é o trabalho na roça e que “terecô” é uma manifestação religiosa local, com influências indígenas.

Os lavradores locais, a cada um ou dois anos, escolhem seus terrenos, nas proximidades de algum curso de água, derrubam árvores, queimam-nas, lançam as sementes no chão abafado pelas cinzas. Eles queimam o solo porque acreditam que isso retira a acidez dele. Cercam as plantações com madeiras que não foram queimadas. O primeiro produto a ser plantado é o arroz, que é o mais delicado de todos e demora três meses para dar sua produção. Após esses meses, eles colhem os mantimentos e plantam mandioca na terra desocupada. Todo esse trabalho é feito no período das chuvas, mais propício para o cultivo da terra. O chamado “inverno” é a época de mais trabalho para o camponês. No ano seguinte, colhem a mandioca para fazer farinha e abandonam o terreno, que vai se tornar capoeira e ficar imprestável por muitos anos.

Mas lavourar não é a única novidade a ser aprendida. A caça também revela muitas artimanhas. Os vizinhos ensinam como achar jabuti nas clareiras depois dos nevoeiros, como pegar e tirar o tatu do buraco, como tapar seguramente as tocas dos porcos-do-mato e matá-los com fumaça de palha seca, de que maneira ficar imóvel quando se encontra um veado e como fitá com calma antes de atirar. Explicam também a inutilidade de se caçar cutia – um mamífero roedor do tamanho de um coelho – com cachorro, o cuidado que se deve ter na aproximação de um bando de porcos-do-mato, o perigo de atirar na onça sem matá-la, a astúcia da paca e a gostosura da sua carne, a capacidade do macaco guariba de enrolar seu rabo na

árvore para não cair no chão quando baleado. Mostram que, durante as caçadas noturnas, de tocaia, a lanterna só deve ser focada junto ao cano da espingarda quando o animal estiver comendo. Todos os ensinamentos são testados na prática.

Como sempre moram em mais de um num mesmo local, os militantes inventam relações de parentesco entre os moradores de uma mesma casa. Para os vizinhos e demais moradores das localidades, eles são irmãos, tios ou sobrinhos. Os únicos que não precisam se camuflar são os casais do grupo, como Tuca e Peri, Lia e Lourival, Walk e Aparício e Mariadina e João. Apesar de tentarem disfarçar ao máximo, logo os militantes do PCdoB passam a ser conhecidos como “paulistas”. E o cotidiano dos “paulistas” é puxado. O trabalho como lavrador é importante porque é o que lhes dá consistência física, envergadura. Também possibilita o maior contato com o povo e ajuda na fixação deles na região.

O dia começa às cinco e meia da manhã, junto com o nascer do sol. O cozinheiro do dia levanta meia hora antes dos outros. As tarefas são divididas em rodízio. A primeira atividade em grupo é o exercício físico. Em cada uma das casas, “os paulistas” fazem ginástica para ganhar elasticidade e resistência. Exercitam-se antes do café, assim que acordam. Correm e fazem flexões de perna e braço, improvisam um cavalo de pau e brincam de carniça. Logo depois é hora do café. E saem para trabalhar na roça.

Eles plantam fava, feijão, arroz, mandioca, milho, jerimum – como é chamada a abóbora na região. A colheita de arroz é infernal por causa da grande quantidade de mosquitos e formigas-de-fogo. Colhem o arroz com a mão, cacho por cacho, com uma lâmina entre os dedos. Depois de colhido, o arroz tem que ser pilado e cangulado, ou seja, tem que ser peneirado para perder a casca. Nos primeiros dias de manejo do facão, aparecem bolhas nas mãos inexperientes. Mas o serviço não pode esperar e as mãos acabam sangrando muitas vezes. O atrito do cabo do facão é que engrossa a fina pele dessas mãos jovens e urbanas.

Há muitos mutirões na região. Todos trabalham juntos na colheita e dividem a produção. O camponês não faz nada depressa. Tudo tem um ritmo certo para se levar a tarefa até o fim. Os mutirões, além de serem uma forma coletiva de trabalho e ajuda mútua, são ocasiões de descontração. Esses adjuntos também são feitos para se abrir roça na mata de árvores grandes. A derrubada dessas árvores, feitas apenas com o machado, se torna extremamente perigosa. O perigo aumenta quando as árvores estão presas por cipós.

Depois da plantação em si, a lavoura ainda exige manutenção de limpeza em torno de cada planta, colheita, armazenamento e transporte, que é muito difícil na região. E, ainda, os cuidados para evitar as pragas e ataques de formigas e macacos, que podem acabar com toda produção.



Em 1969, a morte de seu Armando deixa a família Garlippe abalada. Armando Jr., o filho mais velho do segundo casamento, tem que se submeter a um tratamento psicológico no hospital das clínicas em São Paulo. Por alguns meses, ele e sua mãe viajam nos fins de semana para São Paulo e ficam hospedados no pequeno apartamento de Tuca.

Somente dois anos depois da morte do pai, Tuca vai embora para a região de preparação da guerrilha. O conservadorismo dele teria causado problemas caso ela decidisse ir antes. E ela não quer deixar a família com problemas. Antes de viajar, Tuca quer resolver tudo. Mesmo com as desavenças com a madrasta, a ajuda a comprar uma casa para os irmãos pequenos. Ela sempre valorizou a educação. Compra, então, livros e material escolar para os irmãos. É ela que leva Saulo para estudar em São Paulo. A madrasta queria que ele ficasse em Araraquara para ajudar a cuidar dos quatro irmãos menores, mas Tuca não aceita. Paga o cursinho dele por um ano e lhe arruma um emprego através de um amigo.

Em 1971, Saulo já está na faculdade. E está quase

entrando para o PCdoB. Depois que Tuca foi embora de São Paulo, ele recebeu apenas uma carta dela, através do Partido. Mas, por segurança, a destruiu ao terminar a leitura. Ela contava o seu novo modo de vida camponês e as novas funções que tinha assumido por lá. O irmão foi o único da família a ter ciência do verdadeiro motivo da partida de Tuca. Para o resto dos familiares, a notícia era de que ela tinha ido para a região Norte – Manaus, talvez - estudar doenças tropicais.

Tuca sempre tentou politizar Saulo, convencê-lo com suas idéias e ideais. Quando ela visitava a família em Araraquara, enquanto estava na faculdade, os dois se trancavam no quarto e ela falava de sua ideologia. O pai ficava preocupado. Sabia que a filha estava metida na política e que queria levar o irmão junto. Saulo lembra das discussões entre pai e filha. O pai, muito conservador. A filha, com um pensamento de esquerda. Mas era um verdadeiro debate de idéias. Sem gritos ou brigas, os dois defendiam firmemente suas convicções.



Na região do Araguaia, as tarefas domésticas, como cuidar da cozinha, fazer comida, lavar roupa e costurar, são todas feitas no sistema de rodízio. Na hora de preparar as refeições, cada militante se vira do jeito que sabe. Lia é exigente na cozinha. Não faz a comida se não tiver todos os temperos à sua disposição. O capricho que sempre caracterizou a pequena carioca se estende ao novo estilo de vida. O cozinheiro do dia tem que preparar sozinho a comida para todos. A alimentação é baseada principalmente na farinha, na castanha, arroz, feijão, milho, banana, cupuaçu e outras frutas. A castanha costuma ser ralada para se preparar o que se chama localmente de farinha de puba, uma espécie de leite que se toma como mingau. A farinha é feita da mandioca, que é fermentada e assada. Ela é meio azeda e não é torrada. A semente de abóbora é torrada e também usada na comida. O cozinheiro tem que pilar cerca de dois ou três quilos de arroz por dia. Os militantes têm provisão

de farinha, leite em pó e sopa.

O encarregado pela cozinha também tem a obrigação de ouvir o rádio, praticamente o único meio de comunicação no local. Demoram meses para aparecer uma revista ou um jornal dos grandes centros do Sudeste brasileiro. Todos os grupamentos têm um aparelho de rádio, um modelo chamado “Companheiro”, de ondas curtas. Eles sintonizam as rádios Guaíba (de Porto Alegre), Bandeirantes (de São Paulo), BBC (de Londres), Tirana (da Albânia), além de rádios da Alemanha, Cuba, Bélgica, Holanda e China. Algumas, como a Tirana, transmitem a programação em português. Isso acontece porque na capital da Albânia há um dirigente do PCdoB. Ele recebe cartas de dirigentes do Partido, de São Paulo ou do Rio de Janeiro, com novidades sobre a preparação de guerrilha que ocorre no sul do Pará. Mas, por causa da distância e do pouco contato desses dirigentes com a área da guerrilha, as informações transmitidas, muitas vezes, são mensagens vagas e ufanistas sobre o desempenho dos militantes no interior do país. A população local, no entanto, ouve mais as rádios Voz da América, Havana e BBC. Essas estações são sintonizadas com mais facilidade e é através delas que os moradores do sul do Pará ouvem notícias da guerra do Vietnã.

Ao fim do dia, o cozinheiro repassa as novidades aos outros companheiros que não estavam em casa. Quando a rádio Pequim, da China, começa a distribuir elogios ao governo Médici no Brasil e a cobrir a visita do presidente norte-americano, Richard Nixon, à China, eles param de ouvi-la. Pouco tempo depois, o PCdoB romperá com o PC chinês.

Depois do almoço, já perto do fim da tarde, na volta do lavourar, eles relaxam um pouco. No início da noite são feitas discussões teóricas sobre textos e obras que lêem. Os militantes debatem reunidos, à luz de lamparina, normalmente com um companheiro da direção. Essas reuniões terminam por volta das dez da noite. Nos finais de semana, os períodos para as leituras são um pouco mais amplos. Eles lêem, entre outros, textos como *Batalha de Stalingrado*, *Diário do Che Guevara* e

Os Sertões, de Euclides da Cunha. Entre eles, o clima é de camaradagem e companheirismo envoltos num bom humor. Mas falar do passado, da vida pessoal de antes, não faz parte da pauta. Por segurança, isso não se comenta.



Walkíria pediu para a irmã encontrar com Idalísio na esquina da Avenida Amazonas com a rua Tupinambás, no centro de Belo Horizonte. Valéria atendeu o pedido da irmã e foi encontrar com o cunhado no local combinado num fim de tarde em janeiro 1971. Idalísio pediu que ela esperasse mais um pouco até a irmã chegar. Os dois se despediram e ele caminhou em direção à rodoviária. Walkíria chegou num táxi, quinze minutos depois. Ela disse que estava indo para São Paulo e deu um último abraço na irmã:

— Minha maior alegria vai ser ver você do nosso lado. Agora vai pra casa que papai e mamãe estão precisando de você. E não chore na frente deles.

Durante aquela semana Walkíria já tinha levado aos poucos suas coisas para a casa da amiga, Inez. Na bagagem, as botas que tinha ganhado do cunhado, namorado de Valéria. Também tinha cortado o cabelo para a viagem. As roupas novas, que a mãe havia comprado especialmente para a ocasião, ficaram na casa da amiga. As roupas de cama e um enxoval improvisado por causa da promessa à família de um casamento em breve, também tiveram o mesmo fim. Não seriam de muita serventia para a nova vida que pretendiam levar.

Antes de encontrar com a irmã, já tinha se despedido dos pais. Walkíria foi embora dizendo aos pais a verdade. Pelo menos, parte dela. Não podia informar para onde estava indo porque isso nem ela sabia. Mas avisou que estava muito visada na cidade por causa do movimento estudantil. Estava queimada. Disse também que ia partir para o movimento político no campo. Antes de sair da casa da amiga Inez, deu um último aviso:

— Não vá a minha casa. Eles vão te entregar. Acham que você é culpada pela minha decisão.



A rotina da vida camponesa é repetitiva, maçante. Não há diferença entre os dias de trabalho. Todos parecem ser iguais. É preciso muita determinação, principalmente para o trabalho diário e pesado. As mulheres do destacamento se mostram mais esforçadas, tanto na questão da adaptação quanto para suportar o isolamento.

As meninas do grupo são mais cuidadosas com as tarefas cotidianas. E com o cuidado próprio também. Para a menstruação, e como absorventes são artigos de luxo para a vida ali, elas usam pequenas toalhas laváveis ou pedaço de tecido de algodão para estancarem seu sangue mensalmente. O banho, respeitando o costume local, é feito nos rios ou em bicas de água próximas às casas. Elas também não deixam de adquirir uma disciplina quase militar. Trabalham e se empenham tanto quanto seus companheiros do sexo oposto. E aprendem que certas coisas devem ser feitas com vigor.

Elas plantam, colhem e caçam como todos. Nas casas, também criam animais, como galinhas, porcos, cachorros para caçar e guardar a morada e burros para transportar os mantimentos. A paulista Chica, descendente de japoneses, ajuda muito. Os pés de milho da lavoura crescem fortes e com espigas cheias. A nisei ajuda na limpeza do milho. Apesar de ser muito brincalhona com os companheiros, ela é extremamente séria quando está no trabalho. As jovens mulheres também ajudam na derrubada de árvores. Chegam a ser necessárias duas ou três pessoas para derrubar as maiores.

Chica preocupa os colegas por seu porte pequeno e franzino, mas ela logo mostra sua força de vontade em superar o obstáculo físico que seu magro corpo impõe e se adapta à nova vida de criar calos nas mãos. Nos treinamentos que fazem em grupo, ela revela que, por trás daquela timidez e das poucas

palavras, existe uma líder. Uma guerrilheira que fala com firmeza com seus companheiros, mas cujas palavras não os ofendem jamais. É uma doçura delicada e ela, por seu porte ou sua personalidade, acaba sendo a bonequinha do grupo. Todos a paporicam, homens e mulheres. Chica chega se irritar com tamanha delicadeza:

— Vocês acham que eu sou criança, é?

*

Como a maioria das moradias da região se localiza próxima a riachos ou rios, os “paulistas” normalmente limpam a área ao redor do igarapé e colocam uma prancha de madeira para lavarem as roupas. Para as necessidades fisiológicas, são construídas fossas sépticas, com um buraco no chão e uma pequena tábua para se pisar. Para se limpar, usam folhas de árvores.

Quando os pés podem descansar, as águas dos rios se tornam o principal meio de deslocamento pela região. Para facilitar a locomoção do grupo, Osvaldo encomenda para Leontino Costa, morador da localidade de Viração, em Palestina, uma canoa a remo e um barco. O barco construído tem doze metros de comprimento por dois e meio de largura. É aberto em cima e tem uma pequena área coberta na parte de trás. A canoa comporta dez pessoas. Essas embarcações, além de locomoverem os militantes, também são usadas para transportar moradores locais quando necessário.

As companheiras ainda se mostram essenciais para a aproximação com as mulheres da região. São elas que fazem amizade com as camponesas, muito arredias e tímidas. Além disso, a aproximação de um homem de fora da família com mulheres dos moradores da região não é bem vista. Só quando a confiança se solidifica é que elas passam a freqüentar a casa dos “paulistas” e a ter mais amizade com esses homens.

Todos os militantes têm uma mochila feita de saco de farinha de trigo impermeabilizado para impedir o mofo. Por

causa da grande umidade, tudo apodrece com muita rapidez. A mochila deve estar sempre arrumada, caso seja necessário partir de imediato por qualquer motivo. Os comandantes fazem checagens periódicas para conferir se tudo está correto em cada mochila. Dentro delas, vão sempre meio quilo de sal, medicamentos, soro antitetânico, morfina, antibiótico, agulha, linha, rede e botina. Eles usam sacos de leite para colocar esses produtos dentro porque esse tipo de embalagem é mais resistente que as comuns.

Algumas adaptações são mais difíceis. Aprender a se locomover na mata é uma delas. E os militantes têm que conseguir se localizar, para não ficarem perdidos. Têm que aprender os sons, os cheiros. Sentir a temperatura da mata para conseguir saber onde estão. Dentro do mato é escuro e não se consegue ver o céu. Eles fazem levantamento da região para reconhecimento e desenham mapas enquanto vão caminhando. Chica, compenetrada nas atividades, se torna uma das melhores do seu grupo em deslocamentos.

Eles também começam a adquirir o hábito de medir as distâncias em tempo, por horas de caminhada, como é comum na região. Anotam os ângulos dos deslocamentos. Lia, ex-estudante de geografia no Rio, desenha os croquis, que mostram as grotas, os relevos e tipos de vegetação da área. À medida que vão caminhando e acompanhando o serpentear das grotas, dos córregos e rios, ela vai desenhando os croquis. Eles contam as passadas e conseguem calcular a distância porque consideram como base uma média de seis quilômetros por hora de caminhada.

A pequena morena parece que toma chá de sino ao levantar. Ela é uma pimenta nos treinamentos. E é super ativa e tagarela. O oposto de seu marido, Lourival, muito calado. A forte personalidade de Lia vai aliada ao ciúme. Nada muito exagerado, mas ela está sempre no pé do esposo. Com seu trabalho, aos poucos, ela vai mapeando inteiramente a região mais próxima a eles, com o uso de bússolas e opiniões de pessoas mais experientes da região.



Tuca, que era uma experiente enfermeira-chefe do Hospital das Clínicas de São Paulo, logo que chega já começa a dar aulas de primeiros socorros. Mulher despojada e muito humilde, ela se adequa bem à nova vida de privações e até se torna dentista em algumas ocasiões. Certo dia, ela fica preocupada porque o camarada Glênio quebrou um dente. Com o paciente sentado num tronco de madeira, ela consegue extraí-lo quase por inteiro. O final da cura chega naturalmente, quando o organismo expelle a raiz.

Algum tempo depois, durante uma tarefa de esconder remédios em troncos de árvores, uma mosca varejeira entra no ouvido de Glênio. No início, ele não se sente muito perturbado. Mas com o passar das horas, a dor aumenta, inquietando-o, até se tornar uma dor insuportável. Depois de uma troca de opiniões entre os companheiros presentes, Tuca, ainda um pouco resistente, coloca creolina no ouvido do colega. A creolina é costumeiramente usada para curar bicheiras de animais, mas acaba salvando Glênio.

Mas esses tipos de imprevistos são comuns. Além desses pequenos problemas de saúde que atingem a população freqüentemente, há as doenças mais sérias da floresta equatorial. A malária é constante. O doente fica imprestável, muito pálido e com uma fraqueza extrema. A pele esverdeia. A pessoa não consegue comer quase nada porque o fígado fica muito mal. Há dois tipos de malária na região, uma em que a febre não é tão alta, mas é contínua. A outra, também chamada terçã maligna, faz o doente ter vários picos de altas temperaturas. O tremor das febres, que duram aproximadamente uma semana, é muito forte. A malária é medicada com quinino, que é muito difícil de ser encontrado na região.

Não existe nenhum serviço de combate científico à malária na região, pois, quando aparecem os “homens do DDT”,

como são conhecidos os dedetizadores da Campanha de Erradicação da Malária (CEM), eles se limitam a visitar algumas cidades e povoados da margem do rio Araguaia. A CEM, iniciada nos anos 50, foi um sucesso na região costeira e nos grandes centros urbanos do país. O crescimento da doença na Amazônia foi resultado da inexistência de um projeto específico de controle para o local. As estratégias da campanha foram delineadas para uma parte do país e contemplavam uma Amazônia praticamente despovoada, com uma população ribeirinha de pequena mobilidade.

A malária da Amazônia torna-se representativa numericamente a partir da década de 1970, quando essa região passa a ser povoada por migrantes do sul, sudeste e nordeste do país. A abertura das fronteiras à ocupação e ao desenvolvimento econômico não constava dos planos do programa de erradicação da malária proposto no início da década de 1950, e uma adaptação do plano não foi feita para essa nova circunstância no processo de desenvolvimento do país.

A leishmaniose, ou leisho, tem como sintoma uma ferida seca com uma borda dura. Também conhecida como ferida brava, ela se manifesta através de um grande furúnculo e também é muito freqüente na região. Glênio fica com uma cicatriz no nariz por causa de uma ferida que acaba tendo nesse local. Manoel chega a ficar com verdadeiras crateras na perna por conta da leishmaniose. Além da leisho, são comuns doenças como a pneumonia, a disenteria amebiana, as verminoses em geral e as moléstias venéreas, principalmente a sífilis.

Essas questões de saúde, inicialmente, não eram discutidas sistematicamente nos grupos. Cuidava-se das doenças da mesma forma que a população local. Mas logo esse serviço se organiza. Tuca, Lourival, Amauri, Chica e outros companheiros de outras áreas se encontram para definir orientações sobre problemas de saúde para o grupo, sob supervisão do médico gaúcho Juca. Cada casa, e depois cada grupo, passa a ter um responsável por essa questão.

No grupo do Gameleira, a responsável é Tuca, especialista

em doenças tropicais. De sua antiga vida profissional, ela leva sua personalidade voltada para o resgate da cidadania e da justiça social. A moça era o refúgio de pessoas menos escolarizadas no HC da capital paulista. Ela chegou a fazer parte da Associação dos Funcionários do hospital, sempre defendendo os direitos dos funcionários que recorriam a ela por causa de seus problemas. E essa generosidade se estendia aos pacientes. Quando ainda estagiava na enfermaria do HC, fechava as portas e cantava para eles. Uma enfermeira que interagiu com seus doentes, que os via como seres humanos completos e não se limitava a aplicar as técnicas comuns da atividade.

No baixo Araguaia, junto com os outros camaradas encarregados da mesma função, ela monta um esquema preventivo contra a malária que começa a dar bons resultados. Ninguém mais pode tomar banho no rio depois das cinco da tarde, horário que os mosquitos atacam, e todos devem dormir com mosquiteiros.



A comunicação com a família é feita através de algumas poucas cartas que os militantes enviam por mensageiros. Nas cidades, alguém do Partido é encarregado de fazer esse intercâmbio com a família. Em Belo Horizonte, Valéria recebe duas correspondências da irmã. Não revelam muito. Falam de como ela está feliz com a vida ao lado do companheiro e como está aprendendo e evoluindo na adaptação do novo cotidiano.

As mensagens são lidas por alguém do Partido antes de serem entregues. Alguns trechos são censurados. Riscam-se ou recortam-se partes que tragam qualquer informação que possa levantar suspeitas dos familiares sobre o local onde seus parentes se encontram. Tudo em nome da segurança dos militantes e das próprias famílias. Se os parentes ficassem sabendo de alguma coisa poderiam revelar a informação aos agentes dos órgãos de repressão que costumeiramente estavam de olho nos familiares dos considerados subversivos.

Essa comunicação das famílias com seus parentes é muito esparsa. Valéria tem um ponto com alguém do PCdoB por duas vezes. Na primeira vez, ela só recebe uma carta de Walkíria. Na segunda, a irmã pede em suas linhas que Valéria lhe envie o seu acordeão através do mensageiro. O mesmo instrumento que tocava na companhia da irmã anos atrás vai vibrar e entoar canções no meio da selva amazônica logo depois.

*

O entrosamento com a população é cada vez maior. A confiança mútua vai se estabelecendo com o passar dos dias. Os militantes comunistas se tornam amigos queridos e prestativos. Ajudam sempre que podem, seja dando um remédio, cuidando de um doente ou trabalhando na roça. Os finais de semana são dias de jogos de futebol. Enquanto o time dos “paulistas” enfrenta o dos moradores locais, as mulheres do grupo ficam na torcida. Walk é uma das mais animadas. Acostumada a animar reuniões locais com seu acordeão ou acompanhando Aparício no violão, na hora de torcer ela faz de algumas latas um instrumento improvisado de torcida. Elas garantem a vibração na hora do gol.

*

O governo Médici preocupa-se com a guerrilha e começa a dar muita atenção a isso. Depois que Carlos Marighella, líder da ALN, é morto em São Paulo, em 4 de novembro de 1969, sua documentação é examinada. Ela indica a existência de uma grande área de treinamento de guerrilha na região amazônica, mais precisamente no sul do estado do Pará, em uma região conhecida como Bico do Papagaio. Diante dessa informação, o Exército transfere para Marabá uma manobra que seria realizada no Rio Grande do Sul, com verba já prevista. É a “Marabá 70”, realizada durante o ano de 1970.

Os militares fazem a manobra, mas não conversam com ninguém da população. Eles entram no mato para fazer marchas,

deslocamentos, acampamentos, treinamentos da tropa. Mas a apuração de informações não é prioritária. O general Antônio Bandeira comanda uma operação onde o Exército nada descobre, mas que serve para alertar os militantes do PCdoB sobre a presença dos militares na região.

A operação Carajás entra na região junto com a construção da rodovia Transamazônica, ainda em 1970. Os militantes do PCdoB já conheciam os planos do governo de fazer estradas na Amazônia, mas ainda não sabiam do trajeto exato até a entrada dos primeiros homens para a construção na região de Estreito, no Maranhão, e a chegada deles no estado do Pará, com a instalação de um grande acampamento em Palestina.

Pelo mês de novembro desse ano, os comunistas já sabem que os militares vão realizar uma operação antiguerrilha em Imperatriz e Marabá. Essa operação atingirá a área do destacamento A, próximo de Marabá. A ordem nos grupos de militantes é que todos permaneçam em suas casas, agindo sem levantar suspeitas e aproveitando para presenciar a ação dos militares. Eles sabem que um exercício desses envolve o amedrontamento da população e a prisão de pessoas, que depois são soltas.

As tropas desembarcam e andam em algumas picadas. Os militantes da região do Gameleira observam tudo de dentro do mato porque os helicópteros passam bem perto de suas casas, mas não chegam a baixar lá. Eles só pousam na área dos outros dois destacamentos. Os comunistas avaliam a manobra militar depois e concluem que o inimigo está preparado para o combate na selva. Os militares ainda pedem a ajuda do povo contra hipotéticos terroristas.

No fim da manobra, o general Bandeira convida o bispo de Marabá, dom Estevão Avelar, para celebrar uma missa de comemoração. O bispo se recusa a fazer a celebração e o major Othon Rego Monteiro de Barros, conhecido como Othon Cobra – um dos comandantes da operação – acaba tendo um atrito com ele ao tentar convencê-lo a mudar de atitude. Como dom

Estevão se mantém irredutível, a missa acaba sendo rezada por um capelão militar. Mas permanece o constrangimento do Exército pela recusa do bispo.

Ao fim desse exercício, os militantes resolvem melhorar suas picadas de emergência e intensificam o armazenamento de comida e remédios em alguns pontos da floresta. Desenvolvem também um método de embalagem anti-umidade que será muito útil depois porque conservará os alimentos e os medicamentos dentro da mata.

Em 1971, o Exército realiza uma operação, batizada de “Mesopotâmia”, entre os rios Araguaia e Tocantins. Eles estão em busca de militantes comunistas que supostamente tentavam implantar uma guerrilha na região. Essa operação é também comandada pelo general Antônio Bandeira e prende 23 militantes e simpatizantes em Imperatriz (Maranhão), Porto Franco (na fronteira entre Goiás e Maranhão) e as cidades goianas de Tocantinópolis, Araguatins e Trombas. Há torturas e violência contra presos e moradores. O major Lício Augusto Ribeiro Maciel comanda o destacamento Terra II da operação, em Tocantinópolis. Os militares já captam a rádio Tirana, através de seus rádios. Os subversivos, como eles chamam os comunistas, vêm descobrindo as atividades do Exército com antecedência e divulgam as informações pela rádio.



A família Corrêa recebe em 1972, no Rio de Janeiro, duas cartas de sua filha, que foi embora dizendo que iria morar com o marido em Manaus. Apesar de não identificar seu nome, os pais e a irmã sabem que a correspondência é mesmo de Lia, até porque recebem o envelope das mãos da cunhada dela, Maria Célia. Da região do Gameleira, a jovem carioca escreve para a família contando parte das atividades que tem desenvolvido e descrevendo parte das tarefas que eles realizam no local em que se encontram. Ela diz que está radiante com a nova experiência e revela que ela e o esposo estão com uma

ótima saúde devido aos novos hábitos relacionados à alimentação e ao costumes que adquirem através do convívio com as pessoas da região. Fala também das dificuldades de vida ali encontradas e ressalta o trabalho do marido na área da medicina, auxiliando muito a população local, bastante carente. Até ela, que não entendia do ramo, começa a aprender para ajudá-lo, chegando inclusive a fazer partos. Lia ainda escreve que acredita estar contribuindo para um melhor esclarecimento das pessoas que ali vivem de forma tão precária.



Juntamente com o trabalho na roça, os comunistas do PCdoB começam uns treinamentos militares. Uma preparação necessária para a guerra que pretendem fazer anos mais tarde. Tudo deve ser feito às escondidas dos moradores locais. Nas aulas teóricas, eles aprendem sobre guerra regular e irregular, a relação entre os dois tipos de guerra, a guerra de guerrilhas, algumas experiências nacionais e internacionais de guerrilhas, as contradições das táticas de antiguerrilha, a importância da moral dos combatentes na luta. Dentre outras, algumas orientações devem ser assimiladas pelos futuros combatentes:

1. O homem é o principal numa guerra, não importa o seu tipo;
2. O aspecto político é o dirigente de qualquer luta;
3. A moral depende da causa que se defende;
4. Priorizar a guerra de guerrilhas como o método ideal de luta para nós (luta do fraco contra o forte);
5. Ser ao mesmo tempo político, trabalhador e militar;
6. Lealdade à causa, espírito coletivo, solidariedade, coragem e respeito aos bens, às mulheres e aos costumes do povo;
7. Domínio do cenário onde se desenvolve a luta;
8. A adaptação à vida local já é uma preparação;
9. Disciplina;
10. Indispensável apoio popular”.

Quando acontecem as aulas práticas, elas são ministradas ainda de manhã cedo. Esses treinamentos têm que ser feitos em locais distantes de onde moram, das localidades e de possíveis áreas com caçadores, para não levantarem suspeitas. São aulas de tiro ao alvo, exercícios abdominais, simulação de lançamento de granadas com modelos de madeira – apesar de que eles nunca chegarão a usar de fato granadas reais –, rastejamento e camuflagem.

Outra atividade que eles desenvolvem simultaneamente a esses exercícios é o armazenamento de mantimentos na selva. Comida, remédios e munição. Os remédios são separados, de acordo com sua indicação de uso. Antibióticos, antiinflamatórios e os de combate à malária, principalmente. As munições são divididas de acordo com o tipo de arma para que servem, de cano longo ou curto. Todos esses provimentos são escondidos em troncos de árvores ocas ou enterrados em locais de difícil descoberta. Os produtos são todos embalados em plástico para resistirem à forte umidade da mata. São eles que, por diversas vezes, vão salvar os militantes da fome, das doenças e da impossibilidade de se defender do inimigo.



A disciplina rígida não está presente apenas no trabalho diário ou nos treinamentos. O comportamento dos comunistas na região tem que seguir a moral defendida pelo Partido. Os homens jamais devem faltar o respeito com as mulheres, sejam as companheiras do PCdoB ou as moradoras locais. As mulheres devem se comportar exemplarmente e não podem “dar o que falar” ou “cair na boca do povo”, como se diz localmente. E apesar de participarem das festividades locais, eles nunca permanecem por muito tempo nas festas, nem bebem ou se expõem demais nas danças. Mesmo com o intenso convívio e a forte relação que vão construindo com os moradores locais, algumas regras não podem ser esquecidas. Uma delas é que eles não devem se envolver amorosamente com qualquer pessoa

que não seja do grupo.

O alagoano Amaro Lins, criado em Pernambuco, chega ao sul do Pará em 1968, junto com seus companheiros comunistas Paulo, Pedro e Doca. Ele compra duas posses de terra na região. Uma delas é ao lado da casa da irmã de Neuza, a aproximadamente seis quilômetros da região do Caiano. Neuza chegou no Pará em 1966, com seu marido. Eles passaram a viver em Araguanã, ao lado da casa onde morava Paulo Rodrigues. Na moradia do vizinho, há um constante trabalho de assistência aos doentes que por lá buscam ajuda. Em 1970 ela se separa do marido e vai morar na casa da irmã. É quando ela e Amaro se conhecem. Pouco tempo depois, eles resolvem viver juntos.

Neuza não sabe nada a respeito da vida política do novo companheiro, mas ele é pressionado por seus camaradas. Ele deve escolher: a luta política ou a mulher. Seu envolvimento amoroso pode significar perigo para o grupo inteiro. Ele pode acabar revelando alguma coisa para a mulher. Amaro ressalta que jamais será traidor do Partido ou da luta, mas que fica com Neuza.

Apesar de ser afastado do Partido, Amaro não perde o contato com os ex-camaradas. Pelo contrário, todos permanecem amigos e continuam freqüentando as casas uns dos outros. No início da primeira campanha militar, em abril de 1972, Neuza prepara o café, às sete da manhã, enquanto Amaro está no quintal da casa, cuidando das galinhas. Três militares chegam. Dois rodeiam Amaro e o terceiro vai direto para o quarto do casal. Eles algemam o dono da casa e o levam para Xambioá. Pelas coisas que falam, os militares demonstram já conhecer todo o passado do alagoano. Para Neuza, eles esclarecem.

— Você não vai porque é inocente.

Neuza pega o filho de quase dois anos e vai para a casa da mãe. Ela começa a ficar aflita por conta da demora da prisão do marido e das notícias terríveis que ouve sobre o que acontece com quem é preso pelo Exército. Onze dias depois, Amaro volta

para casa e conta que foi muito torturado, inclusive com choques elétricos. Apesar de voltar para o lar e retomar o dia-a-dia comum, a família não tem mais sossego. A vigilância passa a ser constante.

Uma semana depois da volta de Amaro, o casal recebe a visita de Paulo Rodrigues, Vitor e Ari. Eles buscam informações com o amigo. O que tinham lhe perguntado? O que ele tinha falado? O que tinham feito com ele? O Exército passa a oferecer dinheiro para quem dê informações seguras a respeito dos “terroristas”. Um vizinho de Amaro revela que o casal dá comida para os guerrilheiros Paulo e Dina. Amaro é preso pela segunda vez e levado para Marabá. Neuza, que estava grávida, aborta por causa dos pesadelos que a atormentam.

Amaro é preso junto com outro vizinho, Manoel Carneiro, que é torturado com choque elétrico nos ouvidos e nas genitálias. O trauma é tão forte, que, mesmo depois de solto, Manoel não suporta mais ouvir o som de helicóptero. Acaba falecendo pouco tempo depois. Amaro fica oito dias preso. Na volta, explica para Neuza que é contra o regime ditatorial, que luta contra a exploração do homem pelo homem. Ele combate por uma aliança onde se os homens se tratem como iguais, mas ressalta que “eles” não entregam essas coisas de bandeja. A partir daí, a mulher passa a entender a razão das prisões do marido.



No fim do ano de 1971, há um treinamento maior no Gameleira, com o grupo inteiro. Vinte pessoas no total. Dois dirigentes do Partido, Joaquim e o médico Juca, participam. Todos eles utilizam as picadas de emergência construídas na simulação de uma retirada. Depois, treinam emboscadas – tática de guerrilha usada para surpreender o inimigo, destruir suas tropas, inquietá-lo e tomar suas armas. É uma técnica que exige um bom conhecimento sobre o deslocamento das tropas inimigas. Eles realizam também alguns testes de fustigamento,

uma variação de emboscada que exige menos gente e preparo. O objetivo do fustigamento é retardar as tropas do adversário, criando contradições para deixá-la confusa. Essa tática pode ser feita antes de uma grande emboscada e por apenas uma única pessoa. Eles também fazem demonstrações de armadilhas capazes de causar perturbação nas tropas inimigas.

Nesse mesmo acampamento, Osvaldão mostra todos os cipós que contêm água e como cortá-los de uma forma em que não se desperdice o líquido. Esses cipós e essa água serão muito úteis em deslocamentos por áreas sem grotas. Um dos cachorros que eles criam consegue burlar o esquema de despiste da turma até o acampamento e os segue até lá. É reconhecido pelos latidos. Nesse momento, decide-se que esse e o outro cachorro do grupo, possivelmente, devam ser eliminados numa situação de perigo.

O último exercício do treinamento é a simulação de um “assalto” a uma casa com a captura de um prisioneiro. Os militantes vão camuflados. Têm que observar a disposição da guarda da casa, o tipo de armamento usado, a quantidade de “soldados” inimigos e os seus movimentos. Traçam planos e cronometram o tempo gasto nas ações. Eliminam a guarda com uma faca, depois de uma aproximação lenta. Por fim, fazem uma avaliação das dificuldades a serem enfrentadas numa situação real e calculam que a superioridade numérica para um ataque desse tipo deve ser de, no mínimo, dezesseis deles para cinco inimigos.

Logo depois da comemoração da chegada do ano de 1972, eles recebem uma ordem da comissão militar de que deverão formar uma nova estrutura militar. É aí que surge, de fato, o destacamento B, com comando de Osvaldo. Além disso, há um vice-comandante, ou comissário político. Trata-se de Fogoió. Essas duas pessoas deveriam dirigir três grupos de sete pessoas cada, mas como eles são apenas vinte no total, ainda não é possível formar os grupos com o número de quadros almejados. Eles esperam por mais três novos militantes, que não chegarão. Cada grupo tem seu chefe. O mesmo acontece

com as outras localidades ocupadas pelos militantes do PCdoB. Eles vão formar os destacamentos A, na região de Apinagés, próximo a Marabá, e o C, na região do Caiano, mais perto de Conceição do Araguaia.

Nesse período, os militantes também decidem que devem confeccionar novas mochilas para todos. Compram lonas verdes, fivelas, bolsos, agulhas grandes e linhas grossas para fazer as bolsas. Cada um cuida do acabamento da sua, sob supervisão de Fogoió, que é muito habilidoso com trabalhos manuais.

A construção da rodovia Transamazônica está em pleno vapor. A partir do projeto do governo do general Médici, os militantes comunistas prevêm um grande povoamento da região e o aumento da grilagem de terras, incentivadas por projetos da Sudam. Com a presença dos grileiros na região, a comissão militar ordena o aumento da vigilância. Estabelece-se então um sistema de guarda noturna em cada casa e nos trabalhos da roça durante o dia. Esses são os últimos dias em que os “paulistas” dormem nas suas casas como simples lavradores da região. Em breve, eles terão que se embrenhar pela mata, carregando suas moradas nas costas.

As informações contidas neste capítulo foram retiradas, majoritariamente, dos depoimentos de Ângela Corrêa, Micheas Gomes de Almeida, Criméia Alice de Almeida, Danilo Carneiro, Leontino da Costa, Valéria Costa, Maria Inez Caxeta, Lúcia Regina Martins, Regilena Carvalho, Julieta Amaral, João Filho e Neuza Lins. Também foram usados os livros “Diário da Guerrilha do Araguaia”, do PCdoB; “Relato de um guerrilheiro”, de Glênio Sá; “O coronel rompe o silêncio”, de Luis Maklouf Carvalho e a entrevista de José Genoino na revista “História Imediata”.

Fim das trilhas

Raimundo Pereira de Melo, soldado do 52º Batalhão de Infantaria da Selva (BIS), tem apenas dezenove anos. Ainda está em seu primeiro ano de serviço no Exército. Quando é avisado para arrumar seus pertences, ele até se anima. Imagina servir em outras paisagens. Mas não ousa perguntar para onde está indo. A ordem que impera dentro do batalhão é: “soldado só sabe para onde vai quando volta”.

Ele, como muitos colegas do 52º BIS, vai parar na base de Xambioá. Lá, esses recrutas, ainda com pouca experiência dentro da corporação, são responsáveis normalmente por fazer a guarda da base e dos oficiais. Mas, por ficarem quase em tempo integral dentro do local, são eles que vêem muitas das coisas que lá se passam.

Em janeiro de 1974, Raimundo observa três colonos que são açoitados com cipó de mororó, um tipo comum de cipó da região, por supostamente terem fornecido comida para as guerrilheiras Lia e Dina. Os moradores permanecem na base por cinco dias. E as torturas persistem. Alguns militares pára-

quedistas levam os três homens para a mata. Os lavradores devem informar o local onde se encontram as duas comunistas.

Lia é presa e levada para a base de Xambioá. Ela chega de helicóptero por volta de quatro e meia da tarde. Está escoltada pelos mesmos pára-quedistas que haviam saído a sua procura. Os três roceiros não estão mais com eles. Encapuzada com um saco de estopa, Lia usa um vestido florido de chita e aparenta estar muito desidratada. Os pés estão descalços. Ainda traz, a tiracolo, uma pequena sacola feita de palha de babaçu. Ela é levada para a casa de isolamento da base, próxima à sala de comando, para ser interrogada.

Na mata, Lia ainda tinha um revólver 38 e um facão, mas, mesmo de posse das armas, já enferrujadas, não tinha como se proteger ou mesmo se defender. Ela estava só e fraca. Já tinha se perdido de seu grupo na mata. Estava há quase dois anos na selva. E nem vai chegar a saber que seu marido, Lourival, vai ser preso e morto em maio desse ano. Ela resolveu se entregar. Foi até a casa de um morador conhecido como Macário. O dono da casa mandou chamar outro morador local, Zé Olímpio, que é ligado aos militares. A moça passou a noite no barracão de Zé Olímpio. No dia seguinte, foi presa pelo grupo de pára-quedistas que levava os três agricultores como informantes.

Lia é interrogada pelo general Antônio Bandeira até aproximadamente umas dez da noite daquele dia. O soldado Raimundo Melo é quem faz a guarda da presa da meia-noite às duas da manhã. Lia lhe diz que é uma médica solteira e pede para que ele não lhe faça nenhum mal. Ela está em pé, com as mãos amarradas para trás e os pés presos em um esteio. O soldado nota a aparência muito debilitada da jovem e observa o corpo todo maltratado por picadas de mosquitos. Mesmo tendo ordens de não deixá-la mudar de posição, ele solta os pés da moça de cabelo bem curto, batido na nuca, e a deixa sentar e dormir um pouco. Também lhe dá um pouco de água de seu cantil. Quando outro Raimundo, desta vez o Lopes, assume a guarda da presa, das duas às quatro da madrugada,

ela permanece dormindo. Um terceiro Raimundo, de sobrenome Almeida, é quem fica responsável por ela das quatro às seis da manhã, quando o primeiro Raimundo retoma a guarda da prisioneira.

Às sete e meia da manhã, depois do hasteamento da bandeira nacional, Lia é encapuzada novamente. Acompanhada de militares pára-quedistas, ela é escoltada até a pista de pouso da base militar. Lá, ela embarca em um helicóptero. Os PQDs, como são conhecidos os pára-quedistas, informam que a prisioneira vai ser levada até Brasília. Apenas meia hora depois, o helicóptero pousa novamente em Xambioá. Sem Lia. Um relatório da Marinha de novembro de 1974 informa que Lia morreu em janeiro desse mesmo ano.

*

Antônio Adalberto Fonseca também é do 52º BIS e está de serviço em Xambioá em agosto de 1974. Ele e outro colega são encarregados de buscar dois mortos que acabaram de chegar na base em um helicóptero. Ao se deparar com o cadáver, Antônio nota que já se passaram algumas horas desde a morte daquela pessoa. O corpo, que está vestido com uma bermuda jeans e um cinto grosso na cintura, já está bem duro e muito maltratado, mas ainda tem os óculos de aro preto e grosso no rosto. Uma pequena bolsa feita de palha de babaçu, com um tubo de pólvora e um punhado de milho em seu interior, também o acompanha. Como está muito pesado, a melhor forma que o soldado encontra para carregar o cadáver é puxando-o pelos cabelos. Seu colega carrega a outra pessoa. Os dois deixam os corpos entre a enfermaria e o comando da base, onde Antônio já viu outras pessoas serem sepultadas.

A maioria dos soldados não tem acesso à sala de comando da base, mas, vez ou outra, eles acabam sendo chamados por algum superior para cumprir uma ordem ou mesmo para fazer a limpeza do local. Em uma dessas poucas vezes que entra no escritório dos “doutores”, Antônio vê um

quadro na parede, com fotos de procurados pelos militares. O soldado já prevê o que vai acontecer com os que forem encontrados. E pelos retratos que observa, ele reconhece a pessoa de óculos que carregou. Ele tem o codinome de Peri.



Cercada por um grupo de militares no meio da mata, a guerrilheira Chica resiste à rendição. Não se entrega. Ainda puxa uma arma que mantinha escondida e desfere um tiro contra um oficial da tropa, que é atingido no ombro. Imediatamente, seu miúdo corpo de 25 anos é alvo de inúmeros tiros disparados pelos soldados do grupo. Teria sido enterrada na Bacaba, uma fazenda a 22 quilômetros de São Domingos das Latas onde, sob a coordenação do Centro de Informações do Exército, foram construídas celas para alojar e interrogar prisioneiros. O relatório da Marinha de novembro de 1974 informa a morte de Chica em setembro de 1974.



O quase mitológico comandante do destacamento B, Osvaldo, é dado como morto em fevereiro de 1974 pelo relatório da Marinha de novembro do mesmo ano. Um pouco afastado de quatro ou cinco companheiros, Osvaldo está em um milharal perto de São Domingos. São quase quatro horas da tarde. Chove fino e o guerrilheiro come um pedaço de milho. Sua silhueta forte já apresenta o impacto da vida que levava nos últimos meses. Ele está muito magro e enfraquecido porque está doente.

O “bate-pau” maranhense Arlindo Vieira, o Piauí, vem pela mata. Ele está à frente de um grupo de militares. Piauí avista Osvaldão na capoeira e o chama. O negro é seu conhecido e, percebendo que não está diante de um militar, ele abre o milharal com as mãos e mostra a cabeça. O guerrilheiro parece não dar muita importância ao pequeno morador e lhe oferece apenas um breve aceno. Nervoso, Piauí liquida Osvaldão com três tiros.

Depois de morto, o líder guerrilheiro ainda é alvo de vários tiros de um sargento. Seu corpo é pendurado por cordas e içado por um helicóptero. A dez metros de altura, a corda se rompe e o morto cai. Ele tem que ser amarrado novamente para ser transportado até a base militar de Xambioá. Mas antes, o Exército quer mostrar para a população local seu maior trunfo. Passa por São Domingos e outras localidades exibindo o cadáver imenso atado ao esqui do helicóptero. O mais temido de todos os comunistas procurados na região foi pego.

Mesmo sem vida, o negro ainda é mutilado por chutes, pedradas e pauladas dadas pelos militares. Por fim, o cadáver é queimado e enterrado na cabeceira da pista de pouso da base militar da cidade. Sem a cabeça. Ela é decepada para também ser exibida aos moradores locais, enquanto um oficial grita:

— Cadê o homem imortal, cadê?

Nessa noite, os soldados são regalados com uma grande e animada festa na base militar de Xambioá.

O pequeno Piauí vai receber o dinheiro que os oficiais de São Domingos lhe prometeram. Quando vai apanhar as notas, ninguém sabe exatamente quanto, elas são recolhidas:

— Ajoelhe-se e peça pelo amor de Deus.

O homem obedece e recebe seu prêmio.

O Exército prometera a Piauí casa na cidade, dinheiro e proteção. Mas, pelo assassinato de Osvaldão, ele recebe apenas um lote na mata fechada, que tem que vender por não ter dinheiro para pagar a escritura. Piauí passa o resto de sua vida escondido pelo Exército, para que não forneça informações sobre a guerrilha. Ele morre em 1993, em Marabá, vítima de problemas cardíacos. Está na miséria.

★

O episódio do desaparecimento e da morte de Tuca é um dos mais desconhecidos dentre os paradeiros dos integrantes do PCdoB. Pouco se sabe dos últimos dias de vida da companheira de Peri. No hospital onde trabalhava em São

Paulo, seus colegas comentam que ela teria sido morta enquanto fazia um parto. Um relatório das Forças Aéreas Brasileiras, FAB, a registra como militante do PCdoB e da guerrilha do Araguaia. Outro relatório, esse do Centro de Informação do Exército, CIE, a dá como desaparecida em maio de 1974. No documento aparece, mais uma vez, a informação de que Luiza é militante do PCdoB e faz parte da guarda do comando militar do Partido na região. Só no relatório da Marinha, de novembro de 1974, é que Tuca aparece como morta em junho do mesmo ano. Na região do conflito, alguns moradores dizem ter visto a ex-enfermeira presa em uma das bases das Forças Armadas antes de morrer.



É 19 de janeiro de 1975. Joaquim e Zezinho caminham pela mata em direção a um ponto de referência. Eles ainda têm esperança de que algum companheiro apareça. Pouco tempo antes, a dupla se separou de Edinho (Hélio Luís Navarro de Magalhães) e Duda (Luiz René Silveira e Silva), guerrilheiros do que foi o destacamento A. Deixaram com eles um recado: passar um ponto para o guerrilheiro Piauí, nos dias 1º e 15, a partir de março.

No caminho, Joaquim e Zezinho notam fortes pisadas do inimigo. Há antigas e também recentes. Helicópteros sobrevoam o local. A mata está esquadrihada pelo inimigo. Já sem esperanças, vão se retirando. Andam dias no meio da selva. Chegam ao Araguaia, um pouco ao sul da cachoeira de Santa Isabel. Deixam seus documentos e as armas longas na beira do rio e o atravessam a nado. Na outra margem, não há movimentação. Viajam de carro, jumento, pau-de-arara e ônibus. Pegam carona num jipe. E chegam, finalmente, a São Paulo. Na capital paulista, os homens se separam.

De volta a São Paulo, Ângelo Arroyo (Joaquim) retoma rapidamente contato com o Partido. Já Micheas Gomes (o Zezinho do Araguaia) se perde dos companheiros. E submerge-

se também no próprio esquecimento. Ele passa a desempenhar diferentes atividades. Trabalha na construção, na jardinagem. Mora numa favela da cidade. Casa-se e tem um filho. Micheas só recuperará as memórias de sua vida de guerrilheiro na década de 1990, quando as reportagens sobre a guerrilha do Araguaia caem na pauta dos meios de comunicação.

Ângelo Arroyo – dirigente da comissão militar – e Micheas Gomes de Almeida – o experiente mateiro do baixo Araguaia – são os únicos sobreviventes à terceira campanha até a morte de Arroyo. Junto a ele morre Pedro Pomar. Ambos, membros da comissão executiva nacional do PCdoB, são assassinados no término de um encontro do comitê central do Partido no Alto da Lapa, em São Paulo.

*

Na madrugada de 16 de dezembro de 1976, Elza Monnerat e o motorista Joaquim Celso Lima estão retirando, em duplas, os militantes reunidos por dois dias na casa número 767 da rua Pio XI. Numa das viagens, descobrem que estão sendo perseguidos. Mandam os dois dirigentes que estão no carro abrirem os olhos e pularem na rua. Minutos depois, o Corcel azul é fechado por vários veículos. Depois de passar muitos anos sem ser percebida pela repressão, Elza é presa. Em questão de instantes, na casa da rua Pio XI, um barulho estrondoso. O reboco começa a cair. Ângelo Arroyo sai do banheiro:

— Que é isso?

Seu corpo é empurrado por uma rajada de metralhadora. Pedro Pomar chega a compreender o que está acontecendo:

— Que desgraça! Nos pegaram.

A morte o leva segundos mais tarde. Elza Monnerat, após sofrer muitas torturas, recobrará a liberdade em 31 de agosto de 1979. A “chacina da Lapa” conclui o extermínio e prisão dos homens mais próximos à guerrilha do Araguaia no Brasil. Apenas João Amazonas, na Albânia desde outubro desse

ano, consegue escapar da perseguição.

★

A partir de 1974, durante a terceira campanha militar na região do baixo Araguaia, a maioria dos guerrilheiros que ainda resiste à sobrevivência na selva é capturado com vida. Eles já estão muito debilitados, tanto pela falta de alimentos quanto pelas moléstias comuns àquele tipo de rotina que enfrentam. Normalmente, também estão sozinhos ou em dupla, perambulando pela mata, pois já se perderam uns dos outros. Ao caírem nas mãos dos militares ou ao decidirem se entregar, eles ficam presos em algumas das bases de apoio das Forças Armadas. Ainda chegam a ser vistos vivos por moradores da região ou mesmo por soldados que estão de serviço. Mas quando e para onde foram dali ou o que deles foi feito ninguém sabe dizer ao certo. Presume-se que tenham sido mortos, como todos os outros de quem se tem notícia nesse último ano de guerrilha. Os militares encerram a terceira campanha no baixo Araguaia em janeiro de 1975, quando acontece a desocupação massiva da região pelas Forças Armadas.

★

Walk chega na base de Xambioá acompanhada por um grupo de militares pára-quedistas. Enquanto estava na mata, ela costumava pegar comida na casa de uma moradora da região da Abóbora, dona Fogoió, conhecida assim pela tez muito clara, atípica para a região. Seu Beca, vizinho de Fogoió, é barbaramente torturado pelos militares. Ele perde quase todos os dentes da boca, por ser obrigado a mastigar uma banana enquanto levava choques elétricos. Depois de tanta violência, ele passa a ceder informações para os oficiais. Uma das notícias é que uma guerrilheira costuma receber alimento na casa da vizinha. Walk é pega na casa de Fogoió.

O soldado Josian José Soares é quem faz a guarda da presa por quatro dias em outubro de 1974. Ela está sempre

algemada em um dos pés e com as mãos presas na frente do corpo. Ela pouco fala com as pessoas da guarda ou do comando. Através de rumores dentro da base, o soldado fica sabendo que a guerrilheira cuspiu na cara de um oficial quando este lhe falou, durante um interrogatório, que ela poderia estar levando outro tipo de vida.

Numa de suas folgas noturnas, Josian vai para a zona de meretrício de Xambioá. Ele e outros soldados costumam passar suas noites livres em um cabaré chamado Vietnã. Esses momentos de descanso são aproveitados ao máximo pelo jovem de dezenove anos. A oportunidade é tão esperada pelos jovens soldados que eles fazem tudo ao mesmo tempo: fumam, bebem, dançam, arrumam brigas e se relacionam com mulheres. São instantes de liberdade, onde os pensamentos podem ficar longe da tensão que se vive dentro da base.

Nesse dia, Josian bebe mais do que deve e volta à base depois do horário estipulado. O toque de recolher é às 10 da noite. No dia seguinte, ao saber do motivo do atraso do jovem, um oficial decide puni-lo. O castigo é a tarefa de cavar uma cova junto com outro soldado, Mário Mazin, às quatro da tarde. Um horário de muito calor. A missão é cumprida. No fim da tarde, quando a bandeira é arriada, mais uma ordem. Dessa vez, ela é para todos os detetives – como são chamados os soldados da mesma patente de Josian. Eles estão liberados. Devem sair da base e só retornar à uma hora da manhã. Aquela ordem é quase uma bênção para os detetives loucos por momentos livres.

Ao voltar da cidade, Josian resolve verificar como está a prisioneira que guardou durante aqueles últimos dias. Mas ele não a encontra no local em que estava presa. Pega uma lanterna e decide verificar o buraco que tinha cavado à tarde. A cova já está tampada. Coberta com terra. Em algumas pedras próximas à sepultura, manchas de sangue são iluminadas pelo facho de luz.

No dia seguinte, Josian recebe a novidade. O cozinheiro da base lhe conta que, na noite anterior, a presa foi levada até

a beira da cova. Em pé, ela recebeu o primeiro tiro na cabeça. Caiu, mas tentou levantar. Recebeu, então, o segundo disparo. Também na cabeça. Já no chão, ela ainda foi atingida por uma última bala. A última guerrilheira do PCdoB é dada como morta pela Marinha em 25 de outubro de 1974.

As informações contidas neste capítulo foram retiradas, majoritariamente, dos depoimentos de Raimundo Pereira de Melo, Antônio Fonseca, José Cícero Bezerra Filho, Josian Soares, Elesbão Onório Brito, Mailton Pacheco, José Veloso de Andrade, Joaquina Pereira da Silva e José Ferreira Sobrinho. Também foram usados o livro “Guerra de Guerrilhas no Brasil”, de Fernando Portela, e o conteúdo do site www.desaparecidospoliticos.org.br.

Reencontros?

No dia 23 de outubro de 2001, a terra avermelhada de Xambioá está úmida como sempre. O calor e a umidade imperam nessas terras do Araguaia e não dão trégua nem no cemitério da cidade, onde descansam os mortos da região. Os túmulos sobressaem da terra batida como última recordação de um parente ou conhecido. Enterrados, os corpos degradam rápido, as roupas desaparecem em pouco tempo, os ossos ficam frágeis e quebradiços. Mas as memórias e recordações sobrevivem ao clima equatorial da região.

E são muitos os que recordam que esse cemitério abriga também cadáveres não identificados. São guerrilheiros, enterrados pelos militares nos idos anos da década de 1970. Quase trinta anos depois, muitos moradores da região ainda têm medo de falar no assunto. Outros não. Lembram e contam os detalhes de como carregaram e onde enterraram, em plena luz do dia, sob ordens dos militares, os corpos desconhecidos.

Em busca desses corpos é que o cemitério de Xambioá recebe visitas nessa manhã de outubro. Uma equipe de médicos

legistas e antropólogos forenses, acompanhados do deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP). Ele coordena o grupo de trabalho do Araguaia da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, em Brasília.

Foi ele quem organizou essa expedição. Deu-lhe o nome de Antígona, a personagem mitológica grega que viaja ao campo de batalha para buscar o corpo do irmão. Os familiares de quatro guerrilheiros também voltam ao campo de batalha. Alguns já conhecem bem o lugar. Outros nunca estiveram antes ali. Também é a primeira vez que, depois do fim do episódio da guerra, dois militares que nela atuaram pisam em Xambioá. Eles são o coronel-aviador da reserva Pedro Cabral e o sargento da reserva João Sacramento Santa Cruz. A aeronáutica emprestou um avião Bandeirante e dois helicópteros para auxiliar as buscas.

A cidade inteira pára. O prefeito Gilmar Leite Jr., os secretários e alguns vereadores também chegam ao cemitério. A deputada federal pelo Pará, Socorro Gomes (PCdoB-PA), já conseguiu autorização judicial para as escavações. Começa o trabalho. No cemitério, é a quinta vez que aquilo tudo acontece. Para os antropólogos e médicos é apenas mais um serviço. Para os familiares, uma nova etapa da longa busca que empreenderam pelos corpos de seus parentes desaparecidos.

A população participa e conta o que sabe. Aponta covas e lembra dos corpos expostos na delegacia da cidade. Como resultado das buscas, cinco corpos são desenterrados com as sugestões dos moradores, e um crânio é encontrado sem indicações. Isolado, ele é achado por acaso, perdido de seu corpo.

Na noite seguinte, dia 24, Valéria Costa Couto recebe um telefonema na sua casa em Brumadinho. Do outro lado da linha, ela ouve o deputado Luiz Eduardo. Pela comparação com as fotografias, há fortes indícios de que aquele crânio seja o de Walkíria. A ossatura craniana será levada para Brasília e submetida a análises para confirmação.

A possibilidade de identificar o corpo de sua irmã Walk,

depois de quase trinta anos, deixa Valéria desconfortável, confusa. Três dias depois, José Eduardo Reis lhe telefona. Ele é diretor do Departamento de Antropologia do Instituto Médico Legal (IML) de Brasília lhe avisa que, em poucos dias, ela receberá um ofício solicitando a coleta de DNA dos corpos de seus falecidos pais.

*

Os pais de Valéria morrem sem ter notícias da filha. Depois que vai embora, em 1971, Walkíria deixa muita angústia, além da saudade. Policiais do Dops visitam a casa da família por quatro vezes. As perguntas sobre a filha assustam dona Odete, mãe de Walkíria. Valéria tem que assumir a dianteira. A senhora fica sempre calada, por ordens da filha mais nova. Valéria toma todo cuidado ao responder cada pergunta. Qualquer detalhe pode denunciar a irmã.

Mas ela não está escondendo nada da polícia quando diz não conhecer o paradeiro de Walkíria. Da irmã, sabe apenas que ela foi cumprir uma tarefa no interior do Brasil. Mesmo assim, as perseguições continuam. Há sempre um policial militar de plantão na frente da casa da família. Por quase dois meses, perseguem Valéria na escola e nos passeios com o namorado. Além disso, a ausência de Walkíria começa a chamar a atenção dos amigos e vizinhos. Só que ninguém na cidade pode saber de nada.

Com tanta pressão em Belo Horizonte, seu Edwin Costa, pai de Walk, pede aposentadoria antecipada do banco onde trabalha. A família volta a Pirapora, de onde vieram alguns anos antes. Cerca de um ano depois, Valéria se casa e vai morar no município de Mário Campos, a 35 quilômetros de Belo Horizonte. Seus pais mudam-se para a mesma cidade. São quase oito anos de silêncio. Por segurança, não se fala de Walkíria para ninguém. Os novos vizinhos não sabem que dona Odete tem outra filha. Os amigos de Valéria acham que ela é filha única. O próprio filho de Valéria, Alyson, não sabe da existência

da tia.

Só no dia 17 de julho de 1978 surgem as primeiras notícias da militante sumida. Em entrevista ao jornal *Movimento*, José Genoino Neto fala da participação de Walkíria, e da morte de seu companheiro Idalísio Soares Aranha, na guerrilha do Araguaia. Estava descoberto o destino da viagem que a própria Walkíria desconhecia em janeiro de 1971. Mas a angústia só aumenta. Ninguém fala da morte da Walk, nem Genoino sabe o que aconteceu com ela.

Seu Edwin procura ler tudo que é publicado sobre a guerrilha do Araguaia em jornais, revistas e livros. O relatório da guerrilha, de Ângelo Arroyo, não fala da prisão ou morte da filha, nem dá nenhuma pista de seu paradeiro. Em 1979, seu Edwin e dona Odete se encontram pessoalmente com João Amazonas – dirigente do PCdoB -, mas ele não conta nada de novo. Não sabe nada sobre o que possa ter se sucedido com Walkíria.

O casal só consegue ter esperanças. Esperam que ela tenha conseguido fugir para o meio da mata, para outro estado do país ou até para a Bolívia. Walkíria está desaparecida, mas eles acreditam que ela ainda vive. Por isso, Edwin e Odete começam a participar das manifestações pela anistia em Belo Horizonte. Esperam reencontrar a filha assim que a perseguição política acabar.

★

O movimento pela anistia no Brasil começa a ganhar força em 1975. Até esse ano, o governo militar vem sofrendo algumas derrotas. Desde 1972, o Movimento Democrático Brasileiro, MDB, único partido de oposição permitido pelo regime militar, inseriu em seu programa uma proposta de anistia geral. Em 1973, a morte sob tortura do estudante Alexandre Vannucchi Leme nas dependências do DOI-Codi paulista provocou manifestações de estudantes contra a ditadura. O cardeal dom Paulo Evaristo Arns protestou com uma missa na

catedral da Sé, em São Paulo. Nas prisões, os encarcerados políticos fizeram uma greve de fome repudiando o assassinato.

Em 1974, a população protestou nas urnas. Nas eleições parlamentares, a oposição teve vitória expressiva na Câmara e no Senado Federal. Muitos candidatos do MDB já trouxeram propostas de leis de anistia durante a campanha. Em 1975, o Congresso Mundial da Mulher, que ocorre no México, decide lutar pelo perdão. As mulheres brasileiras pedem o perdão aos crimes políticos. As mães estadunidenses, às deserções de seus filhos na guerra do Vietnã. Esse é o Ano Mundial pela Anistia.

Na volta ao Brasil, as mulheres se organizam no Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), composto por mães, esposas e companheiras de desaparecidos políticos, além de outras militantes. São as primeiras a exigir a declaração de imunidade para os presos políticos. Para elas, o fim das perseguições e a anulação das condenações são fundamentais para o ressurgimento da democracia. O reconhecimento do direito de o cidadão ter e defender suas opiniões.

Em Belo Horizonte, a mobilização pela anistia também se inicia com as mulheres. Desde 1975, elas começam a se organizar contra a repressão aos estudantes. Dona Helena Greco é uma de suas líderes. Em pouco tempo, mais de trezentas mulheres participam do MFPA mineiro, que decide lutar pela anistia ampla, geral e irrestrita e pela igualdade da mulher.

A morte do jornalista Vladmir Herzog, em outubro, também sob tortura no DOI-Codi, mobiliza jornalistas e artistas. Em 1976, novas manifestações. A 28ª reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Brasília, aprova o apoio à anistia. Também os estudantes defendem essa causa. No ano seguinte, eles ganham as ruas. Além de lutarem pela reconstrução de suas entidades, incorporam o novo pedido ao regime militar.

A partir de março de 1977, as manifestações estudantis saem de dentro das universidades. No dia 19 de maio, cerca de oito mil estudantes se concentram na faculdade de Medicina da USP e outros dois mil, na faculdade de Direito, no largo de

São Francisco, em São Paulo. Várias manifestações-relâmpago por toda a cidade e uma passeata, da praça do Correio até a rua da Consolação, dão início à Jornada Nacional de Lutas pela Anistia.

O movimento pela anistia cresce muito em 1978. São constituídos os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs). Primeiro no Rio de Janeiro, depois em São Paulo. Rapidamente, a idéia se espalha por todo o país. Quase todos os estados têm seus CBAs ou algo semelhante a eles.

Em novembro de 1978, eles se reúnem no I Congresso Nacional pela Anistia, em São Paulo. Na capital mineira, o CBA congrega familiares e amigos de militantes de esquerda exilados e clandestinos. As mulheres do MFPA logo se juntam a eles. Os parentes dos mortos e desaparecidos políticos também participam. Eles querem a inclusão de seus parentes no perdão governamental.

No dia 28 de agosto de 1979, dia da votação da lei da Anistia, seu Edwin viaja a Brasília em uma caravana organizada pelo CBA para pressionar o Congresso. Junto com ele viaja dona Aminthas Pereira, mãe de Idalísio. Do lado de fora do ônibus, uma enorme faixa mostra como eles querem a anistia: ampla, geral e irrestrita.

Essas três palavras dão a tônica do movimento. Ampla, porque deveria atingir todos os que se opuseram ao governo e foram acusados ou condenados por crime político. Geral, pois teria que abraçar todos os exilados, cassados, banidos e demitidos pelo regime militar. Irrestrita, para não excluir os que lutaram armados contra a ditadura.

Nesse dia, os familiares amargam uma grande derrota. A lei da Anistia é aprovada a partir de um projeto enviado pelo governo militar. O perdão não é amplo, nem geral, nem irrestrito. Não contempla os militantes de esquerda que participaram da luta armada. Continua chamando-os de terroristas. Os servidores públicos, demitidos ou afastados de suas funções, podem requerer sua volta ao trabalho, mas há uma série de restrições. É necessário que a administração do órgão tenha

interesse na volta do antigo funcionário e que sua antiga vaga ainda esteja desocupada. A lei cria a possibilidade da morte presumida por desaparecimento. As famílias, porém, serão as únicas responsáveis por prová-la.

Walkíria não está anistiada. Na guerrilha, ela pegou em armas. Por isso, seu Edwin começa os contatos com outros familiares. Precisam continuar lutando pelo perdão de seus filhos desaparecidos e mortos. Dona Odete não perde as esperanças. Cada um que toca a campainha pode ser Walk. Cada vez que abre a porta, uma decepção. Com o relaxamento da repressão, os pais sabem que a filha não é mais clandestina. Agora é uma desaparecida.

A família volta a falar dela. No pequeno município do interior de Minas Gerais, ninguém entende como, de repente, a família Costa passa a ter mais uma filha. O governo não admite a existência da guerrilha. A população mal sabe que o Exército combateu um grupo de militantes comunistas no coração do Brasil. Desde 1970, os jornais só mostram o “Milagre Brasileiro”.

Esse é apenas o primeiro obstáculo a se enfrentar. O começo de um longo processo. A partir de 1980, Edwin passa a trocar correspondências com Luiz Eduardo Greenhalgh, advogado das famílias dos desaparecidos na guerrilha do Araguaia. Ele também viaja para discutir as ações com outros familiares. Criméia Alice Schmidt de Almeida, a ex-guerrilheira Alice do destacamento A, também envia muitas informações e notícias. Antônia Aranha, irmã de Idalísio, é outra companheira nessa luta. Ela também mantém a família Costa informada dos processos e novidades na busca dos desaparecidos.

Mas as novas informações chegam aos pedacinhos, como uma grande colcha de retalhos. Um quebra-cabeça difícil de montar. A família Costa não é das mais ativas. Não chega a participar das caravanas à região da guerrilha, mas nunca deixa de dar o apoio necessário. Sempre responde aos chamados das reuniões e assina os processos judiciais. Tudo na esperança de reencontrar viva a filha desaparecida.

O tempo vai passando e Walk não aparece. Dona Odete

continua esperando a filha chegar em casa. Valéria chora escondida. Como prometeu à irmã, não pode mostrar sua dor perante os pais. Em 1983, seu Edwin decide contar ao neto sobre sua tia desaparecida. Valéria tem medo da reação do filho. Alyson tem apenas nove anos. Sentado no colo do avô, ele ouve toda a história de uma só vez, sem rodeios. Dali para frente, ele também vai sofrer com a ausência da tia desconhecida. Vai chorar cada vez que vir suas fotos e se entristecer com seu sumiço.

Em 1994, dona Odete sofre um acidente vascular cerebral. As seqüelas são graves. Além de perder a visão e os movimentos do corpo, ela perde parte da memória. Tem momentos de esquecimento e inépcia, alternados com momentos de lucidez. Mas não fala de Walkíria. Não lembra da filha desaparecida. Em seus últimos sete anos de vida, a mãe não pergunta mais por ela.

No dia 14 de março de 1996, acontece a maior derrota da longa batalha da família Costa. Valéria registra o óbito de sua irmã por morte presumida, de acordo com a lei 9.140, do ano anterior. Com o atestado de óbito na mão, Valéria finalmente percebe que a irmã está morta. Foram 22 anos de esperança que acabam na saída do cartório. Seu Edwin morre três meses depois sem ter coragem de ler o atestado de falecimento da filha.

A lei 9.140/95 reconhece como mortas 136 pessoas que participaram ou foram acusadas de participar de atividades políticas entre setembro de 1961 e outubro de 1988. A lei define o valor das indenizações pagas às famílias como reparação do desaparecimento de seus parentes. Os valores variam com a idade que o militante tinha quando desapareceu e têm um valor mínimo de R\$100 mil. Ela também serve para resolver problemas práticos dos familiares dos desaparecidos como a dissolução dos casamentos e a distribuição de heranças. Cria também a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos com os objetivos de apurar o desaparecimento desses 136 cidadãos e de outros que ficaram fora da lista, emitir parecer

sobre as indenizações aos familiares e unir esforços para localizar seus corpos com as indicações existentes.

Com o atestado de óbito na mão, Valéria decide buscar o corpo de Walkíria. Ela se depara com a enorme confusão de dados contraditórios e desanimadores, que cresceram nos últimos vinte anos. Valéria chega a pensar que há interesses ocultos em toda essa história. A morte do pai e o problema de saúde da mãe a deixam sozinha para uma busca tão árdua.

Cada um conta uma história diferente. Alguns militares contam que os corpos eram abandonados na mata. Mas os moradores da região têm certeza de que eles eram enterrados em cemitérios clandestinos e oficiais, que na época não tinham livro de controle. Muitos também contam que as mãos e as cabeças dos corpos eram cortadas e enviadas de avião para Brasília, para que fosse feita a identificação do morto. Há até um ex-soldado, José Cícero Bezerra Filho, que fala sobre a prisão de Walkíria. Ele relata que chegou a ver sua provável sepultura, mas nada foi encontrado. E para minar todas as esperanças, em maio de 2001, o coronel-aviador Pedro Corrêa Cabral depõe na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e fala em uma suposta Operação Limpeza.

O coronel conta que participou de uma operação para desenterrar corpos em vários locais da região, levá-los ao alto da serra das Andorinhas e queimá-los com pneus e gasolina. Ele já relatou isso em seu livro *Xambioá: Guerrilha no Araguaia*, mas, na obra, ele mistura fatos verídicos com relatos fantasiosos, personagens fictícios com pessoas reais de nomes trocados. Ele afirma que viu o corpo de Suely Kamaiana ser desenterrado. Foi difícil retirá-lo da cova. O coronel conta que o corpo da guerrilheira não tinha entrado em decomposição, estava inteiro. Foi preciso que alguém pulasse dentro do buraco para carregá-lo nos braços.

Valéria está desanimada. Buscar o corpo da irmã é como dar murros em ponta de faca. Querer algo que não se pode ter. Mas uma amiga de Valéria consegue convencê-la de que Walkíria já está sepultada em algum lugar desconhecido. Não fará

diferença se os ossos da irmã estão enterrados em Minas Gerais ou na região do Gameleira, no sul do Pará.

★

A irmã de Walkíria encerra a ligação com o diretor do IML de Brasília, José Eduardo Reis. Agora o desconforto é muito maior. Uma mistura de cautela e expectativa. A espera do documento é quase uma contagem regressiva para o reencontro com a irmã. A descoberta do crânio reaviva a vontade de encontrar o corpo de Walk, de dar-lhe uma sepultura, de saber a forma como foi morta.

Valéria percebe que encontrar o corpo é possível. Porém, três meses depois do telefonema, ela não recebe nenhum documento do instituto de Brasília. O crânio permanece guardado num armário do IML na capital federal. O reencontro, que antes parecia tão próximo, parece ficar distante novamente.

★

Cerca de 300 quilômetros separam Valéria de São Gotardo, Minas Gerais. É lá que vive Orlando Kamaiana, irmão da guerrilheira Suely Yumiko Kamaiana. Mas ele quer distância do assunto. Fica irritado e desliga o telefone se alguém falar o nome da irmã. Desde que ela foi embora em 1971, o tema é tabu para a família.

A ida de Suely à guerrilha nunca foi aceita pelos Kamaiana. Suas cartas chegavam em casa, mas não indicavam o local preciso em que ela estava. A nisei sempre falava que vivia em algum lugar de Minas Gerais. Seu pai, muito conservador, não aceitou a mudança misteriosa e repentina da filha. Para ele e para o resto dos parentes, isso podia ser um sinal de outras transgressões.

Muito fiel às tradições, a família não admitia mudanças de comportamento. Certos costumes e hierarquias deviam ser preservados intactos. Porém, dona Emi, mãe de Suely, apoiou a filha em suas escolhas. Ela sempre soube da militância política

de sua única menina. Diferentemente da relação com o pai e com os irmãos, Suely tinha uma cumplicidade muito intensa com a mãe.

Mas a pressão familiar sobre dona Emi foi muito forte. Seu marido a culpou pelo que considerava desvios da filha. Desde que as cartas de Suely pararam de chegar, alguns parentes insinuaram que ela poderia ter se tornado prostituta em algum lugar do interior do país.

Por longos anos, dona Emi carrega o peso do silêncio da filha e das acusações dos familiares. Mesmo assim, ela não perde a confiança em Suely. Quer saber onde ela está e o que realmente lhe aconteceu. A resposta só vem em 1978, com a saída de José Genoíno da prisão. O ex-guerrilheiro conviveu com Suely por dois anos no Araguaia e faz questão de visitar a família. Só então, o alívio. Dona Emi fica feliz ao saber que a filha morreu pela causa que sempre acreditou. O resto da família ainda não aceita o desrespeito da filha, não compreende seus ideais. Mas, para dona Emi, basta.



No Rio de Janeiro, logo depois da anistia, seu Edgard Corrêa não se contenta apenas em saber da luta de seus dois filhos, Elmo e Maria Célia, e da nora, Telma Regina. A morte de nenhum deles está documentada, nem mesmo a prisão. São dados como desaparecidos. Ele só ficará satisfeito com explicações detalhadas sobre a prisão, detenção, morte ou sepultamento dos filhos e da nora. Afinal, Edgard nunca concordou com a viagem deles.

Ele sabia que eles iriam à luta armada. Mesmo com uma visão mais progressista e contra o regime militar, Edgard não acreditava naquele caminho de luta. Brigou com Telma na noite da sua despedida. Já brigara com o filho, que havia ido embora antes. Meses depois, mais uma filha, Maria Célia, começaria a mesma viagem sem volta.

Luiz Durval Cordeiro, pai de Telma, concordou quando

a filha falou da viagem para Manaus. Ela iria sair da cidade para largar a política e fugir da perseguição. Mesmo depois que seu Edgard contou que a viagem da pequena carioca estava relacionada ao Partido, seu Durval não se opôs. Sabia que não poderia fazer a filha mudar de idéia.

Ângela Corrêa, filha mais velha de seu Durval, recebe a primeira carta poucos meses depois da viagem da irmã. A correspondência traz boas notícias. Telma está feliz com sua nova vida de casada e com as novas experiências. Ela conta que o modo de vida da região lhe ensina muitas coisas novas. Novos hábitos alimentares, novo relacionamento com as pessoas. Telma fala das dificuldades que a população passa e do trabalho que Elmo está fazendo para tratar a saúde do povo. Ela o ajuda, até mesmo fazendo partos.

Telma deixa a família tranqüila quando diz que sua saúde está ótima com essa vida. Mas nada em suas linhas deixa identificar seu novo endereço, nem mesmo a região onde vive com Elmo. Frases inteiras estão riscadas ou recortadas do papel. Não são erros de Telma. É a censura do PCdoB para não comprometer a segurança do Partido. Ângela e seu marido, Renato Corrêa, tentam descobrir mais detalhes nas expressões riscadas. Tudo em vão. Eles já suspeitam que a nova vida de Telma está ligada à militância política, já que as cartas nunca chegam pelo correio.

Quem traz a correspondência é a irmã de Elmo, Maria Célia. Ela faz a ligação da família com o Partido. Ângela tenta enviar uma carta com uma fotografia de seu filho pequeno, Ricardo, para Telma. Mas o texto e o retrato voltam. Maria Célia traz mais três cartas. A última vem em janeiro de 1972. Esse é o derradeiro contato com os parentes. Logo depois, Maria Célia também viaja ao Araguaia. A ligação com o Partido se quebra. As duas famílias começam longos anos sem notícias dos filhos.

Para dona Celeste Cordeiro, mãe de Telma, é muito difícil agüentar esses anos de silêncio. Ela tem que fingir perante os amigos que a filha está bem. Se alguém ficar sabendo do

desaparecimento de Telma, sua segurança pode ficar comprometida, onde quer que esteja. Para Ângela, também é difícil encontrar amigos e ser obrigada a dizer que a sua irmã está ótima e que sempre manda notícias.

Em meados de 1979, seu Edgard descobre o Comitê Brasileiro da Anistia. Ele e dona Irene começam a participar das reuniões e já dedicam boa parte do tempo à luta pelo perdão dos crimes políticos no período militar. Estavam desesperados pela falta de notícias. Mas as informações que chegam em contagotas parecem comprovar mesmo a “ida ao campo” de Telma, Maria Célia e Elmo. Seu Durval e dona Celeste recebem a ajuda da família Corrêa para saber das últimas notícias do desaparecimento da filha.

Uma das reuniões do comitê recebe a visita do ex-guerrilheiro cearense José Genoino Neto. O casal Corrêa, com o coração na mão, pergunta dos filhos e da nora. Genoino não conhece os nomes. O casal mostra as fotografias. A foto de Elmo é reconhecida de imediato. E vem seguida da informação de que ele estava acompanhado da esposa. Ângela custa a acreditar. Não consegue imaginar sua irmã vivendo no campo. Telma tem muitas alergias, pega resfriados facilmente e tem o estômago e o fígado muito sensíveis. Passa mal com qualquer comida diferente.

A aprovação da anistia é uma esperança para as duas famílias. Agora, se estiverem bem, os filhos poderão voltar para casa. Seu Edgard sabia que a viagem tinha motivações políticas, mas Ângela nem imaginava o tipo de militância da irmã. O retorno ao lar é o caminho natural. Seu Edgard já tem notícias da truculência das Forças Armadas no Araguaia, mas mesmo assim nutre expectativas sobre a volta dos filhos.

Logo depois do perdão dos crimes políticos, Elza Monnerat, a militante que participou da organização da guerrilha do Araguaia, convoca uma reunião com os familiares de desaparecidos. A reunião é no apartamento de seu Edgard, no bairro do Méier. Ele e seu filho, Aldo Creder Corrêa, se encarregam de organizá-la.

Elza conta detalhes da guerrilha. Fala das pessoas que estiveram lá. Mostra até algumas fotos. Fala dos codinomes dos guerrilheiros, mas não sabe associá-los a todos os nomes reais. Além de poucas, as informações são muito difusas. A clandestinidade vai colocar ainda mais mistério na busca.

Das notícias que chegam do Araguaia – seja pelos militantes que conseguem escapar, seja pelo relatório sobre a luta no Araguaia de Ângelo Arroyo, que era da comissão militar da guerrilha -, nenhuma fala da prisão ou morte de Telma, Elmo ou Maria Célia. Seu Edgard se dedica à coleta de informações. Desde as primeiras reportagens, ainda em 1978, quando ele nem tinha certeza do paradeiro dos filhos, até a primeira entrevista com Genoio, que cita seus três parentes.

Em março de 1980, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que ainda tem sede no Rio de Janeiro, recebe a denúncia do desaparecimento dos três guerrilheiros da família Corrêa.

Na comissão de familiares do CBA, as reuniões ocorrem regularmente. Mas não conseguem atenuar a dor da espera. Seu Edgard e dona Irene Creder Corrêa, sua esposa, não agüentam mais o silêncio dos filhos. A anistia já está aprovada há quase um ano e nenhum deles volta para casa. A espera não aponta para nenhum horizonte. Por isso, no dia 22 de outubro de 1980, o casal desembarca em Belém. Estão com outros onze familiares de ex-guerrilheiros no Araguaia.

Seguem nessa mesma viagem Abigail Paranhos e Iramaia Benjamin, do CBA-RJ; Noélia Pinheiro e Zélia Carvalho, do Movimento Feminino pela Anistia do Ceará; Alexandre Cunha, coordenador do Comitê de Anistia da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) e a deputada Maria Luiza Fontenelle, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB – CE).

É a primeira caravana dos familiares dos mortos e desaparecidos na região do Araguaia. Eles querem saber como seus filhos, maridos, pais e irmãos viveram a vida camponesa. Denunciar as irregularidades cometidas pelas Forças Armadas

entre 1972 e 1974 contra seus filhos. Querem provar à nação e à justiça que o rio Araguaia presenciou um combate às suas margens. Mostrar que a população testemunhou a presença das várias centenas de militares que desembarcavam de aviões e helicópteros nas bases da região para combater algumas dezenas de guerrilheiros. Anseiam conseguir informações sobre a morte de seus parentes e o que foi feito com seus corpos. Informações que o governo militar nega com o silêncio.

Mas para cumprir esses objetivos, os familiares precisam de muito apoio. E o conseguem. A expedição é organizada pela comissão de familiares do CBA do Rio de Janeiro e pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Tem o apoio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e de diversos setores da Igreja, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Pará e a diocese de Marabá.

A ditadura ainda está ativa e é preciso tomar muito cuidado. Seu Edgard assume diversas tarefas na organização da caravana. Uma delas é a divulgação. Quanto mais pessoas e entidades no Brasil e no mundo souberem da viagem, mais seguros eles estarão. Ele avisa toda a imprensa e envia também mensagens à Organização das Nações Unidas (ONU) e à Organização dos Estados Americanos (OEA).

Na chegada a Belém, o grupo tem encontros com o comitê da anistia da SDDH e com a seção paraense da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Os familiares são recebidos, ainda, na Câmara de Vereadores e na Assembléia Legislativa. A caravana concede uma entrevista coletiva que é destaque em vários jornais do país.

Dois dias depois, dom Alano Pena, bispo da prelazia de Marabá, e o advogado Paulo Fontelles, observador da caravana pela OAB, recebem os familiares. O bispo faz um alerta a todos:

— O povo de toda essa região sofreu um massacre no tempo da guerra e depois uma “lavagem cerebral” massiva.

O bispo conta ainda que os militares andaram pela região alguns dias antes. Fizeram ameaças à população para que não abrisse o bico. Dom Alano explica que o terror ainda

imperava. Ele diz que, até 1979, não se podia rezar missa em algumas regiões da diocese. Por tudo isso, o bispo deixa claro que essa não será uma viagem agradável, nem será fácil conseguir informações da população. De fato, agentes do Centro de Informações do Exército foram deslocados à região para amedrontar os moradores e evitar que eles possam soltar alguma informação importante.

Os familiares não se intimidam. No mesmo dia vão às ruas de Marabá, distribuem panfletos e pedem o apoio da população para encontrar seus parentes. A repercussão é grande. À noite, a missa em memória dos combatentes que tombaram na luta por liberdade e justiça no Brasil, celebrada por dom Alano e pelo padre Guido Bonflour, deixa a catedral de Marabá lotada. Os nomes dos guerrilheiros mortos e desaparecidos são chamados um a um. Os familiares respondem:

— Presente!

Dom Alano lembra que todos eles abandonaram tudo e entregaram suas vidas na luta por uma sociedade melhor.

A caravana fica hospedada no centro de treinamento da prelazia de Marabá, cedido por dom Alano. Dona Irene e seu Edgard estão cada vez mais próximos das terras por onde viveram seus filhos e sua nora. E de notícias deles também.

No dia seguinte, a caravana parte de Marabá. A primeira viagem à selva, ao chão onde viveram os filhos. Antes de sair, uma visita. É dona Maria Veloso, que viveu na vila da Metade, no município de São João do Araguaia, bem no centro da região da guerrilha. Ela traz muitas novidades. Notícias de Rosinha, como era conhecida a filha de dona Irene e seu Edgard na região. Dona Maria viu quando ela foi presa. Ouviu-a pedindo que as mulheres orassem por sua vida, enquanto era arrastada pelos militares, toda amarrada.

Dona Maria fala das torturas e humilhações contra a população. E já dá provas de que os “meninos” – assim se refere aos combatentes – são muito queridos em toda a região. Quando eles já estavam na mata, ela e muitos outros

moradores davam água, farinha ou tapioca para eles comerem. Tinha gente que mandava redes e até botinas para dentro da selva.

A viagem começa em cima da carroceria de um caminhão, único veículo capaz de levá-los através das estradas da região. A Transamazônica se revela uma estreita abertura na mata. Além disso, nesse período de chuvas, apenas caminhões e carros com tração nas quatro rodas conseguem transitar por ali. A primeira parada é no povoado de São Domingos das Latas¹.

Lá, eles podem comprovar o alerta de dom Alano. As ruas do povoado, de cinco mil habitantes, estão desertas. Portas e janelas fechadas. Os poucos que se arriscam na rua não sabem de nada, não conhecem ninguém. Um morador se aproxima rápido da caravana:

— Eu queria falar, mas tem dois guias do Exército bem aqui atrás de mim...

Mal terminada a frase, ele continua seu rumo.

Na estrada, o grupo é perseguido por uma caminhonete. Todos têm certeza de que seus passos estão sendo monitorados. Na vila da Metade, o terror é o mesmo. Apenas um ou outro tem coragem de falar. Mas as poucas informações que prestam já são valiosíssimas.

As condições de vida dos moradores da região continuam muito precárias. Nas visitas às localidades de vila São José, Palestina do Pará, Brejo Grande do Araguaia e Castanhal da Viúva², o cenário de medo se repete. Os militares que andaram por lá fizeram ameaças e intimidaram quem estivesse disposto a dar esclarecimentos aos familiares.

¹ Atual sede do município de São Domingos do Araguaia, criado em 1991.

² Todas essas localidades faziam parte do município de São João do Araguaia. Atualmente, Palestina do Pará e Brejo Grande do Araguaia foram transformados em municípios.

Mas as pessoas que moram no Araguaia são corajosas. Quando não podem falar, simplesmente abraçam e choram. Mostram carinho e respeito pelo “povo da mata”, como costumam chamar aqueles combatentes das selvas da região. Tentam retribuir de alguma forma a ajuda que receberam enquanto tiveram aqueles rapazes e moças por perto.

Dias antes, em Palestina, a polícia alardeou que as famílias estavam de volta para vingar a morte dos filhos. A chegada da caravana, no dia 29, deixa as ruas ermas. Dona Cyrene Barroso, mãe de Jana Barroso – a ex-guerrilheira Cristina – ao ver as pessoas com medo, chora desesperada. Ela é acudida por um grupo de mulheres, escondidas na sede do templo da Assembléia de Deus. Elas fazem orações pelos combatentes e falam da guerra e das prisões.

Na esquina, uma caminhonete C-14 da polícia mantém vigilância. É o sinal de que o clima que assolava as grandes cidades no período de maior repressão da ditadura ainda deixa a população do Araguaia imersa em um clima de terror e opressão intenso.

Dona Cyrene também chorou quando entrou no quartel general da Bacaba, poucas horas antes. Ela e muitos outros pais. O prédio de madeira, bem construído, ainda guardava mantimentos, máquinas de costura e geladeiras dos anos de guerrilha. E ainda estavam lá os cubículos onde, provavelmente, ficaram presos e foram torturados muitos dos filhos deles.

No dia 2 de novembro, dia de Finados, dona Irene Creder lembra em São Geraldo, um pequeno povoado na margem paraense do rio Araguaia. Um morador temeroso, que prefere manter-se anônimo, resume o período da guerrilha:

— Na época da guerra, aqui era pior que o inferno.

Seu Edgar vai concordar com o desconhecido assim que ouvir o que José Ferreira Sobrinho, conhecido como Zé Veinho, tem a contar. O morador viu Lia presa. Conta muitos detalhes. Ele ouviu falar também que mataram o marido dela, Lourival.

É a primeira vez que lhe contam sobre a morte do filho e

a prisão da nora. Ambos eram considerados desaparecidos, mas agora se supõem mortos. A outra filha também foi presa viva, já tinham ouvido isso de várias pessoas antes. Outra suposta desaparecida. Esse é o saldo da viagem para dona Irene e seu Edgard, junto com um leve infarto sofrido por seu Edgard durante a viagem. O problema cardíaco só será detectado dias mais tarde pelos médicos no Rio de Janeiro, mas vai acompanhá-lo até o fim da vida.

Um dia antes, a caravana chegava em Xambioá, na margem oposta do rio Araguaia, bem em frente a São Geraldo. Eles chegaram lá depois de passar por Araguaína e outras cidades do lado goiano³, do baixo Araguaia. Xambioá era um dos centros de operações dos militares durante a guerrilha. Por lá, a caravana foi muito bem recebida. Parece que os militares não ameaçaram a população.

Um motorista aponta o local onde ficava o buraco dos presos na base da cidade. No cemitério, dona Adélia Lopes mostra onde foi enterrado o guerrilheiro Jorge, Bérqson Gurjão Farias. Dona Joaquina Ferreira da Silva conta que viu um corpo na delegacia, amarrado com cipós e com a perna quebrada. Ela até sabe onde ele foi enterrado. Pela descrição, parece o médico João Carlos Haas Sobrinho, o Juca. Ela conta que outros corpos foram enterrados no mesmo lugar.

Foi uma viagem de reconhecimento e descoberta. Reconhecimento de que o conflito realmente existiu. Comprovada pelo testemunho da população. Para muitos pais, foi a confirmação de que seus filhos realmente estiveram lá. Descoberta de que poucos militantes foram mortos em combate e que muitos foram vistos presos e vivos. Agora, eles podem voltar para suas casas. Tantas revelações e algumas provas certamente irão ajudar no processo judicial.



³ Xambioá e Araguaína ficam no estado do Tocantins, criado em 1988. Antes pertenciam ao estado de Goiás.

Dezesseis anos depois, o corpo do doutor Juca é lembrado no túmulo da família de dona Joaquina. É julho de 1996, numa missão de busca de restos mortais organizada pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. É uma das primeiras ações da comissão, criada cinco meses antes. A comissão de direitos humanos da Câmara dos Deputados colabora. Em maio, um grupo dessa comissão já foi à região para colher depoimentos da população.

Os moradores da região lembravam dos locais onde os militares costumavam enterrar os guerrilheiros, nas bases e em fazendas. Outros até recordavam os lugares, no meio da selva, onde houve combates e onde os mortos provavelmente estão enterrados. Seu Sinésio Ribeiro foi guia do Exército. Era obrigado a passar de cinco a seis dias na mata. Não tinha escolha. Se não fosse, era torturado. Ele lembrou das grotas, onde podem estar enterrados vários guerrilheiros. Mas a mata não existe mais. Ele perdeu todas as referências e não pôde encontrar esses locais.

A Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF), liderada pelo antropólogo Luiz Fondebrider, foi chamada para realizar essas escavações em julho de 1996. Os familiares defenderam a contratação do grupo, pois alegaram que não há laboratórios profissionais especializados em identificação de restos mortais no Brasil. Os trabalhos, até então, eram realizados em laboratórios de universidades. Um trabalho acadêmico que, muitas vezes, não produzia os resultados esperados.

A EAAF é uma organização não-governamental que reúne cientistas para desvendar violações aos direitos humanos. O grupo foi fundado em 1984 para investigar o desaparecimento de pelo menos 10 mil presos políticos no regime militar argentino. Foram seus membros os responsáveis pela identificação dos restos mortais de Ernesto “Che” Guevara, assassinado na Bolívia quando participava de uma guerrilha.

Os antropólogos fazem escavações em sete locais dentro da região da guerrilha. Segundo a população, pelo menos vinte

áreas foram usadas pelos militares para enterrarem guerrilheiros. No relatório feito pela Marinha sobre a operação Papagaio, realizada em 1972, instruíam-se que os corpos deveriam ser sepultados em cemitérios escolhidos e comunicados, depois de se tomar as impressões digitais e de se tirar fotografias dos mortos.

Em Xambioá, há pelo menos duas dessas áreas. Muitos moradores locais apontam o cemitério da cidade, onde pode estar sepultada Telma Regina, por exemplo, e uma suposta vala comum nas proximidades da pista de pouso que existia na base dos militares na cidade. Em São Domingos das Latas, há a fazenda Bacaba, outra base militar onde podem estar enterrados, pelo menos, quatorze guerrilheiros. Entre eles, estaria Suely, de acordo com o coronel Pedro Cabral. A serra das Andorinhas também pode ser a sepultura de, no mínimo, quatro militantes, inclusive Maurício Grabois.

Outro local suspeito é a antiga sede do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER), que fica em Marabá. Lá também funcionava a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esses dois órgãos foram usados na repressão da população e dos guerrilheiros e como sedes de operações, interrogatórios e torturas. Acobertaram agentes do serviço de inteligência das Forças Armadas e disponibilizaram carros para transportar prisioneiros.

Na reserva indígena dos Suruí – dentro da área da guerrilha, às margens da estrada OP-2 – os antropólogos encontram restos de ossos e dentes de duas pessoas, que recebem o código RI-1 e RI-2. As ossadas estão incompletas, sinal de que podem ter sido parcialmente removidas. Os ossos das pernas também apresentam sinais de terem sido amarrados. Um indício de que essas pessoas, se forem guerrilheiros, não foram mortas em combate.

No cemitério de Xambioá, mais três ossadas são desenterradas. A cidade está parada. Os mais jovens se apertam no portão do cemitério para ver o trabalho dos peritos. Mas a presença dos helicópteros da polícia federal assusta os mais

velhos. Alguns se escondem na roça, outros se trancam em casa. Dona Raimunda de Souza, que há menos de um mês mostrou aos membros da comissão o local onde estariam enterrados cinco guerrilheiros, diz não lembrar mais de nada.

Na sepultura apontada por dona Joaquina, um esqueleto é encontrado dentro de um saco plástico. Ele já havia sido desenterrado cinco anos antes em outra expedição, mas fora abandonado. Duas outras covas são indicadas pela população. Descobrem-se novas ossadas que recebem os títulos de X1 e X2. As avaliações preliminares mostram indícios de que uma delas pertence a João Carlos Haas Sobrinho. A outra seria de Paulo Roberto Pereira Marques, o Amauri do destacamento B. Uma terceira ossada é exumada também, mas os antropólogos não explicam por que a desenterraram, já que, aparentemente, não havia razão para isso acontecer. Ela nem é citada pela imprensa.

Em Belo Horizonte, toda a família de Paulo se desespera. Os telejornais mostram os esqueletos e repetem seu nome. A angústia é tanta que Fátima Macêdo, irmã do guerrilheiro, tem a sensação de que ele morreu nesse instante. Mas os exames só sairão em alguns meses. Até lá, as dúvidas. Uns juram que é Paulo, reconhecem até a calça de risca de giz que ele usava. Outros – não se sabe o motivo – têm certeza de que não é ele.

As notícias do assunto somem dos jornais e do conhecimento público e só voltam em 2001. Luiz Eduardo Greenhalgh pede a transferência das ossadas para o IML de Brasília. O pedido é negado. As três caixas estão guardadas numa sala da polícia federal. Finalmente, elas são abertas. A análise da X2 confirma os indícios de que ela seria a ossada de João Carlos Haas Sobrinho, mas a identificação não é confirmada pelo exame de DNA.

Em janeiro de 2005, a X2 continua incógnita. Com a reforma do prédio do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal, X2 foi transferida mais uma vez. Agora, ela está em um armário de aço na sala da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Ela espera os exames de DNA nas famílias de Bérqson Farias, Idalísio Aranha, Kleber Silva e Antônio Teixeira. A perda de ossos durante a exumação de 1991 dificulta a identificação sem o DNA.

As famílias esperam a coleta das amostras para exame. O presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos, Augustinho Veit, que assumiu o cargo há dois meses, não sabe o motivo da demora, mas coloca a identificação da X2 como prioridade de curto prazo. As ossadas XI e X3 deveriam ter sido devolvidas a Xambioá em 2003. Não seriam de guerrilheiros. Porém, os laudos conclusivos nunca são divulgados. Ninguém sabe o porquê.

★

Em Araraquara, por volta de 1978, Saulo Garlippe chega para fazer uma visita à sua família. Ou ao que restou dela. Ele é irmão de Luiza Augusta. Num de seus passeios pelas ruas da cidade, Saulo reencontra duas primas que não vê há anos. Élide e Elda Pizsolitto, filhas de uma prima de dona Durvalina. Elas são mais velhas que ele, mais ou menos da mesma idade de Tuta. Na infância, as três eram amigas inseparáveis. As meninas estudaram juntas até os dez anos e, mesmo depois disso, continuaram brincando. Apesar de as famílias não serem muito próximas, as crianças não se desgrudavam. Mas a ida de Tuta a São Paulo para estudar enfermagem a afasta um pouco das amigas. Uma vez que foram à capital, as primas até ligaram para ela, mas não conseguiram lhe falar. Há anos, elas não têm notícia de Luiza. O encontro com Saulo não pode passar sem as novidades da amiga distante. E dessa vez, ele tem notícias. Mas não são boas. Ele não tem certeza, mas Tuta provavelmente está morta.

Só quase vinte anos depois, no dia 8 de fevereiro de 1996, Saulo lavra o atestado de óbito da irmã, baseado na lei 9.140/95, num cartório de Santo André, onde vive. Para ele é o suficiente. A luta de Tuta foi reconhecida, sua morte foi

documentada. Em Araraquara, oito meses depois, a câmara dos vereadores aprova a lei 4.762, da vereadora Vera Botta, do Partido dos Trabalhadores. A lei dá o nome de Luiza Augusta Garlippe a uma rua do bairro de Vila Independência.

Saulo acha que não há mais ossadas a serem encontradas. Pelo menos ele não procura pelos restos da irmã. Fez uma quebra psicológica. Agora, Saulo espera que a democracia traga, finalmente, a reabertura dos arquivos das Forças Armadas.



A reabertura da caixa-preta da guerrilha do Araguaia seria o caminho mais curto para se chegar aos corpos dos guerrilheiros. Mas, em 1979, o governo militar ainda não admite sequer a existência da guerrilha. A censura prévia aos jornais e revistas a partir de 1968 impediu que o assunto aparecesse no noticiário. As próprias famílias dos guerrilheiros tiveram dificuldades em descobrir para onde tinham ido seus filhos.

O afrouxamento da repressão a partir de 1978 traz o assunto de volta à mídia. Os militantes comunistas presos no Araguaia começam a ser soltos. E põem a boca no mundo. Contam o que viveram no Araguaia, falam sobre o que viram e ouviram na prisão, nas sessões de tortura e nas “sessões de cinema”, quando os militares mostravam fotografias de outros guerrilheiros presos, vivos e mortos, projetadas em *slides*.

Uma lista extensa de jornais e revistas faz séries e mais séries de reportagens sobre o tema. Em julho de 1978, o *Coojornal*, *Movimento* e *Em Tempo* falam do assunto. Em janeiro de 1979, o *Jornal da Tarde* publica uma suíte de matérias sobre a guerrilha por oito dias consecutivos, com direito a um caderno especial sobre o episódio. *A Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* também dedicam algumas reportagens sobre o tema ao longo do ano.

A publicação do *Diário da Guerrilha do Araguaia*, prefaciado por Clóvis Moura, e da revista *História Imediata*, de

Palmério Dória, dedicada ao Araguaia, também traz os fatos à tona. Mas dentro do governo, a ordem é negar a guerrilha, quaisquer que sejam as circunstâncias. Em 25 de junho de 1979, os familiares dos desaparecidos no Araguaia começam a batalha na justiça. Luiz Eduardo Greenhalgh, advogado contratado pelas famílias, ajuíza uma interpelação ao presidente da República, o general João Batista Figueiredo, no Supremo Tribunal Federal (STF).

As famílias querem respostas para cinco perguntas. Querem saber quem foi preso por participar da guerrilha, qual foi seu destino, quais foram os guerrilheiros mortos em combate, onde se encontram seus corpos e que documentos lhes confirmam as mortes. O governo cala. A justiça retruca que aquelas perguntas não podem ser respondidas pelo presidente. Continuam negando a guerrilha.

Mas já não dá mais para encobrir o fato. Além dos jornais e revistas, o governo deixa rasgos na cortina que cobre o assunto. Pequenos furos que provam que a guerrilha está escondida por detrás do pano. O primeiro vão foi exposto em 24 de setembro de 1972, quando *O Estado de S. Paulo* publicou uma matéria sobre o tema. *Xambioá: Guerrilha e Atraso* contou detalhes das operações das três Forças Armadas, falou das unidades militares envolvidas e até citou o nome do comandante, o general Antônio Bandeira.

No exterior, diversos periódicos acompanharam os combates. A rádio Tirana, da Albânia, transmitiu notícias atualizadas, e em português, dos combates. Além disso, em março de 1975, uma mensagem do presidente Ernesto Geisel provocou mais um lapso na tentativa do governo de esconder o assunto. Ele falou de contenção do terrorismo no país. Citou nominalmente alguns conflitos no interior, como na serra do Caparaó, no vale do Ribeira e a guerrilha de Xambioá-Marabá, no norte de Goiás e sudeste do Pará. Depois disso, o senador Jarbas Passarinho deixou escapar comentários sobre a guerrilha no Pará durante um debate no Congresso.

O general Hugo Abreu é outro que não contém a língua.

Em entrevista ao *Jornal da Tarde* em janeiro de 1979, Abreu fala da guerrilha como o mais importante movimento armado ocorrido no Brasil rural. Para esburacar mais a cortina, a sentença que condenou José Genoino fala na realização de uma guerra popular na região do Araguaia. Está tudo no processo judicial militar nº 793 de 1972, que acabou dificultando o próprio governo a esconder a existência da guerrilha.

*

Aliás, soltar os prisioneiros do Araguaia vivos causa um grande estrago nas intenções do governo. Os militares confiaram-lhes muitas informações perigosas. O guerrilheiro Dower Moraes foi um desses. Depois que foi preso no Araguaia foi transferido diversas vezes. Saiu de Xambioá para Belém. De lá, para Brasília e São Paulo. Mas a pior de todas as viagens foi a de volta à região. Saiu de São Paulo de avião e chegou a Xambioá depois de uma escala em Brasília.

Ele foi levado até lá para reconhecer os corpos de alguns guerrilheiros mortos em combate. A base militar tinha crescido. Havia uma outra base do lado oposto do Araguaia, em São Geraldo. Foi lá que ele encontrou o general Bandeira, que lhe disse que já tinha sepultado os corpos. Dower chegara atrasado ao reconhecimento.

Mas o general não deixou de lhe contar onde havia enterrado seus companheiros. Apontou-lhe a localização de dois. Mortos, Jorge – o guerrilheiro Bérqson Gurjão Farias, do destacamento C - e Juca estavam no cemitério de Xambioá. Bandeira contou ainda que levou o corpo de Juca para Porto Franco, onde o médico teve uma clínica por quase dois anos. Queria fazer medo à população. Mas, segundo o general, a cidade fez romarias para ver o corpo do gaúcho.

Preso no 3º Quartel da Brigada de Infantaria, em Brasília, Regilena Carvalho, ex-guerrilheira do destacamento C, também recebeu muitas notícias da guerrilha. Lá, ficou sabendo dos detalhes da morte de sua cunhada, Maria Lúcia Petit da Silva.

Soube até da exumação de seu cadáver e da descoberta de sua virgindade aos 22 anos. Foi lá também que lhe narraram a morte de Idalísio e lhe mostraram dezenas de fotos de seus companheiros mortos.

Regilena ficou impressionada com as fotografias dos guerrilheiros Antônio Carlos Monteiro Teixeira, do destacamento C, e Vitor, de codinome José Toledo de Oliveira, vice-comandante do mesmo destacamento. Eles apareciam em close de rosto, com a barba e os cabelos compridos. O guerrilheiro Gil, Manoel José Nurchis, também apareceu em algumas fotos. Morto e com o rosto desfigurado por tiros que lhe atravessavam a cabeça.

Mas nada a deixou tão assustada quanto ver os pés descalços de várias crianças e os pés calçados de adultos observando dois corpos. Os cadáveres de Gil e de Juca, expostos para que todos vissem. Os relatos de violência aos guerrilheiros e à população do sul do Pará eram tão assustadores quanto as fotografias. Bandeira não poupava Regilena de nenhum detalhe.

O mesmo aconteceu com Criméia Alice. Ela foi presa em São Paulo. Mesmo grávida do guerrilheiro André Grabois, foi torturada. Em seguida, foi transferida para o Pelotão de Investigações Criminais em Brasília. Era lá que ela tinha as “sessões de cinema”. Verdadeiros filmes de horror. Os slides mostravam militares, da cintura para baixo, retirando cabeças de dentro de sacos escuros. Apenas cabeças. Ainda em Brasília nasceu o filho de Criméia, no Hospital da Guarnição. No mesmo lugar ele foi registrado e batizado pelo capelão militar. Tudo foi fotografado.

Esses documentos e fotografias são as únicas provas de que ela esteve presa. Isso porque o general Bandeira tentou esconder, pelo menos, o episódio da prisão de Criméia. Ela não foi processada judicialmente. Ele lhe contou que não interessava ao Estado assumir uma guerra civil naquele momento. O general ainda ironizou que o silêncio dela, sobre as fotos e detalhes da guerrilha, era fundamental para evitar uma morte por atropelamento ou suicídio.



Mas Criméia não se cala, nem fica parada. Assim que sai da prisão, reencontra o filho, que estava com a tia. E começa a busca do marido desaparecido. Participa da luta pela anistia. Começa a atuar no Movimento Feminino pela Anistia e, logo em seguida, no Comitê Brasileiro da Anistia. Depois que fica sabendo da morte do marido, ela passa a se organizar com outros familiares dos desaparecidos no Araguaia.

Eles fundam a Comissão de Mortos e Desaparecidos do Araguaia a partir do grupo que já existia no CBA-RJ. A maior parte das famílias é do Rio de Janeiro, mas também participam familiares de Minas Gerais, São Paulo e de alguns outros estados. É esse grupo que organiza a expedição ao Araguaia, em outubro de 1980. E que entra com os primeiros processos na justiça, antes mesmo da anistia. Fazem parte desse grupo Edgard Corrêa, que busca os filhos e a nora, e Edwin Costa, que procura a filha.

A comissão contrata o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh para defender os interesses das famílias. É uma causa difícil, já que o governo sequer reconhece a existência da guerrilha. É como se o crime nem existisse. Por isso é tão difícil iniciar a ação judicial.

A interpelação solicitada por Greenhalgh, em julho de 1979, e dirigida ao Presidente da República, é respondida no dia 6 de agosto, menos de um mês depois. O STF alega que aquelas questões não são de sua competência. Não estão dirigidas à pessoa correta. Nova tentativa, dirigida ao Ministério da Justiça. Mesma resposta. O ministro também não é a pessoa responsável para responder àquelas indagações.

Só no dia 3 de março de 1982, os familiares conseguem entrar com uma ação ordinária na primeira vara de Justiça Federal do Distrito Federal. Dessa vez, não há como errar. A ação é dirigida contra a União Federal. Não importa quem esteja na presidência ou nos ministérios. É o Estado brasileiro quem deve

responder os questionamentos dos familiares.

Além de Greenhalgh, as 21 páginas da ação são assinadas por mais um advogado, Luiz Carlos Sigmaringa Seixas. O histórico da guerrilha do Araguaia é documentado com depoimentos de José Genoino e com as reportagens de Fernando Portela, um dos primeiros repórteres a tratar o caso da guerrilha, no *Jornal da Tarde*. Em seguida, os familiares lançam todos os indícios e provas que possuem da existência da guerrilha. Querem evitar a alegação de desconhecimento do assunto. Usam até um trecho da mensagem do presidente Ernesto Geisel ao Congresso em março de 1975.

A ação cita também entrevistas com militares que contam que os mortos em combate eram identificados e enterrados. Os advogados seguem a argumentação. Procuram sensibilizar os juízes falando do direito à sepultura. Vão buscar no direito romano, nas mitologias egípcia e grega e até na bíblia católica a norma de respeito aos mortos.

As convenções de Genebra também entram como argumentos dos familiares. Esses documentos foram aprovados por uma convenção diplomática reunida na Suíça para tratar da proteção às vítimas de guerra. A terceira convenção fala sobre o tratamento dos prisioneiros. Desde o início do cativeiro, passando pelos trabalhos que podem fazer, até a morte ou libertação. O Brasil assinou as convenções em 21 de agosto de 1957.

Na ação, os parentes novamente exigem esclarecimentos a respeito das circunstâncias da morte de seus filhos. Eles querem que o governo divulgue um suposto relatório do Ministério da Guerra, de janeiro de 1975. Lá estaria relatada a guerrilha em detalhes. Inclusive o local de sepultamento dos desaparecidos. Assim poderiam lavrar os atestados de óbito e trazer as ossadas para onde pudessem homenageá-los.

Seu Edwin, pai de Walkíria, assina a ação. Ele e mais 21 parentes dos desaparecidos do Araguaia. Dona Aminthas, mãe de Idalísio, também assina. Até a madrasta de Luiza Augusta participa da ação. Ela, que mora em Araraquara, não pode

participar das discussões, mas também quer saber o paradeiro da enteada.

Seu Edgard e dona Irene não assinam. Nem seu Durval e dona Celeste. Eles ainda têm esperanças de encontrar seus filhos vivos, presos ou internados em algum lugar do Brasil. Seu Edgard também não concorda com as rotulações poéticas ou as transcrições comoventes dos trechos da bíblia e dos escritos gregos citados pelos advogados na ação. Para ele, isso não conduz a nada. Prefere as coisas simples e diretas.

Em 1980, seu Edgard promove uma ação de justificação na 8ª Vara Cível do Rio de Janeiro. Leva ex-guerrilheiros e jornalistas que estiveram no Araguaia para serem ouvidos na justiça. Elas são a prova de que seus filhos estiveram na região. Ele também faz uma verdadeira peregrinação em busca de respostas oficiais dos militares. Mas nada consegue.

No começo de 1981, seu Edgard entra com um pedido de *habeas corpus* em nome de sua filha no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Quer proteger a liberdade de Maria Célia. Pelo que ouviu dos depoimentos da população no sul do Pará, ela foi presa pelas Forças Armadas. A esperança de seu Edgard é tanta que comove o deputado Walter Silva. O pedido de *habeas corpus* de Edgard é objeto de um discurso do deputado na câmara, no dia 19 de junho desse ano.

Mas o pedido é negado logo depois pelo ministro Soares Muñoz, do STJ. Sua resposta diz que, para a concessão do *habeas corpus*, é necessária a prova através de documentos ou da informação da autoridade que prendeu Maria Célia. Não há nenhum documento. Nenhuma autoridade quer informar aquela prisão. O ministro termina a resposta com duas palavras que ferem seu Edgard, “paciente desaparecida” ninguém sabe onde Maria Célia está presa. O *habeas corpus* não é concedido.

A resposta do STJ não desanima seu Durval e dona Celeste. Em dezembro de 1982, eles também entram com um pedido de *habeas corpus* em favor de Telma Regina, sua filha. Os advogados anexam ao pedido uma vasta documentação, o que não é comum num pedido desses. Tudo para não correr o

risco de receber a mesma resposta que outros já tiveram. Baseados nos depoimentos da população do sul do Pará, coletados na caravana em 1980, e na ação de justificação, impetrada por seu Edgard em 1981, responsabilizam o ministro do Exército pela integridade física e moral da filha do casal.

Enquanto isso, a ação dos outros familiares caminha lentamente em Brasília. A Procuradoria da República, órgão que tem a função de defender o governo na Justiça, já deu uma resposta preliminar. Disse que o pedido é juridicamente impossível e que os familiares não comprovaram a ida de seus parentes à região nem sua participação nos confrontos. As famílias recorreram pedindo a produção de provas. O juiz acatou a decisão.

Mas tudo que o governo faz é encaminhar um parecer da consultoria jurídica do Ministério do Exército. As Forças Armadas continuam tentando negar a existência da guerrilha. Na resposta, os militares dizem que é errôneo afirmar que houve uma guerrilha no Araguaia, já que os militantes comunistas não tinham organização, equipamentos nem táticas adequados. Dizem que o Exército não precisou empregar grandes esforços para conter o que chamam de “fluida ação dos bandos lá instalados”.

Em contrapartida, os familiares levantam uma série de documentos para que sejam anexados ao processo. Querem provar que houve uma guerrilha, querem mostrar que seus filhos estiveram lá. Mas a primeira audiência com os familiares só acontece em agosto de 1984, mais de dois anos depois de eles darem entrada na ação. O juiz Vicente Leal de Araújo ouve depoimentos dos pais e mães de alguns guerrilheiros. Já as testemunhas indicadas pelas famílias, que também deveriam ser ouvidas na mesma época, só vão poder prestar depoimentos um ano depois.

No ano seguinte, o Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM) é fundado no Rio de Janeiro. O grupo é uma iniciativa de ex-presos políticos que viveram situações de tortura nos calabouços e prisões dos órgãos de repressão. Junto a eles,

estão os familiares de mortos e desaparecidos em busca de seus filhos ou de, pelo menos, notícias da morte deles. A partir daí, o GTNM vai se tornar uma referência na luta por direitos humanos no país. Grupos semelhantes surgem em São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco.

As testemunhas do processo começam a ser ouvidas no dia 19 de agosto de 1985. Elas foram indicadas pelos familiares. São ex-guerrilheiros e dirigentes do PCdoB. O advogado Paulo Fontelles, que acompanhou as famílias na caravana em 1980, também é ouvido. Entre os dirigentes do Partido que prestam depoimentos, estão Elza Monnerat, Aldo Arantes e Haroldo Lima. Os três foram presos, em 1976, na chacina da Lapa, em São Paulo.

Um dia antes de ser ouvida pela justiça, Criméia afirmou a jornalistas que denunciaria o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, um dos comandantes das torturas que sofreu no Doi-CODI paulista. O problema é que esse coronel tem um cargo de confiança. Ele é adido militar do Brasil no Uruguai. A audiência é adiada mais uma vez.

Só em 10 de outubro, as audiências recomeçarão. Nesse meio tempo, um soldado divulga uma série de fotografias das primeiras atividades militares no combate à guerrilha. Ele serviu num batalhão em Goiás e foi deslocado para a região do conflito. Nas fotos, helicópteros sobrevoam a floresta, barcos carregam soldados, patrulhas policiais entram na mata. Elas ainda mostram corpos de guerrilheiros mortos.

Talvez, nem mesmo o procurador da República, Haroldo Ferraz da Nóbrega, acredite na estória que conta, na inexistência da guerrilha. Nas audiências, usa abertamente o termo “guerrilha do Araguaia” e pergunta a todos se os “guerrilheiros” enterravam seus mortos. O procurador sugere ainda que os familiares podem requerer o atestado de morte presumida dos guerrilheiros através da lei da Anistia.

Nos depoimentos de 10 de outubro, são ouvidos cinco ex-guerrilheiros. Danilo Carneiro fala das fotografias de corpos mutilados e cabeças cortadas que foi obrigado a ver na prisão.

Dower Moraes conta que chegou a ser levado de volta à região para identificar corpos. Criméia diz que, quando foi presa, o general Bandeira fez questão de dizer que a informaria quando André Grabois fosse morto. Além deles, são ouvidos os também ex-guerrilheiros Glênio Sá e José Genoino e o repórter do *Jornal da Tarde*, Fernando Portela. Suas reportagens se transformaram no Livro *Guerra de guerrilhas no Brasil*.

O advogado das famílias, Luiz Eduardo Greenhalgh, diz que não pode aceitar a possibilidade de mortes presumidas, já que elas estão confirmadas pelos slides e fotos mostradas aos combatentes presos. Outra possibilidade é que o Estado assuma a morte por causa de guerra, mas o advogado afirma que, mesmo assim, os militares devem informar a relação dos mortos.

No dia seguinte às audiências, os familiares já nutrem novas esperanças. Os depoimentos dos ex-guerrilheiros e os documentos anexados ao processo parecem, finalmente, provar a existência das mortes e da própria guerrilha. Eles se reúnem com um assessor da Procuradoria Geral da República. Pedem empenho para esclarecer os desaparecimentos no Araguaia. Cláudio Fonteles, o assessor, deixou claro que a Procuradoria pode recorrer de uma sentença favorável aos familiares. Mas disse também que o Ministério Público se esforça para servir à sociedade.

Mas o parecer do procurador da República, Haroldo Ferraz da Nóbrega, em 28 de outubro, surpreende a todos. Ele continua afirmando que é impossível para o governo federal indicar as sepulturas dos mortos no Araguaia. Sepulturas que, segundo ele, ninguém sabe se existem.

Além disso, Nóbrega reafirma que não é necessário encontrar ou examinar os corpos para que sejam lavrados os atestados de óbito e argumenta isso com exemplos irônicos. Cita os mortos no naufrágio do navio irlandês Titanic, que tiveram atestados de óbito, mesmo seus corpos não havendo sido encontrados.

O procurador mostra ainda que Che Guevara não deixa de ser venerado por adeptos da guerrilha, mesmo não se

conhecendo o local de sua sepultura. Ferraz da Nóbrega ainda se refere ao PCdoB como organização subversiva. Sustentando a versão de que não houve guerrilha, ele diz que, por isso, as Forças Armadas não são obrigadas a cumprir as convenções de Genebra ratificadas pelo Brasil.

Baseado no depoimento de José Genoino Neto, que afirma que os guerrilheiros tinham a prática de enterrar seus mortos, o procurador deduz que os familiares já sabem onde estão as sepulturas de seus parentes e que, apesar disso, tentam culpar o governo pelo que chama de “aventuras irresponsáveis de seus filhos”. No papel de procurador da República, Haroldo Ferraz da Nóbrega termina o parecer pedindo a improcedência da ação e a extinção do processo.

Dois dias depois, os familiares se manifestam. Eles pedem justamente o contrário, a continuação do processo. Esperam a aprovação do pedido para conseguirem sepultar seus mortos quase vinte anos depois. O advogado Luiz Eduardo Greenhalgh diz que as famílias não vão aceitar os atestados de óbito por morte presumida, já que o governo tem as informações necessárias para lavrar os atestados por morte confirmada, inclusive com data e local. Ele ainda continua com suas citações poéticas e diz que os familiares, assim como Antígona, não querem partilhar o ódio, mas só o amor.



Mas a luta dos familiares não pára por causa disso. Eles continuam buscando novas alternativas para descobrir o paradeiro dos filhos. Seu Edgard Corrêa, em 1987, continua tentando interpelar o presidente da República. As perguntas são as mesmas de 1979. Quer saber onde estão os filhos, vivos ou mortos.

Nesse mesmo ano, em maio, é fundado o Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo. Sua primeira presidente é dona Helena Pereira dos Santos, mãe do guerrilheiro desaparecido Cazuzza, ou Miguel Pereira dos Santos. Ela é uma das mães mais atuantes

na causa. Procurou os filhos nas prisões da ditadura, participou do movimento pela anistia e da caravana em 1980. O grupo logo se filia à Federação Latino-Americana de Associações de Familiares de Desaparecidos (Fedefam). Começa um grande intercâmbio de informações e continuam as buscas.

A nova constituição democrática é aprovada no dia 5 de outubro de 1988. Ela cria o direito ao *habeas data*. Com ele, é possível solicitar todas as informações que o governo dispõe em seus arquivos sobre determinada pessoa. Dona Helena é uma das primeiras a solicitar o *habeas data* do filho Miguel. No dia 6 de outubro, ela e vários familiares solicitam as informações de seus parentes.

Mas o pedido é negado. Cada família deveria entrar com um processo individual. Em junho de 1989, dona Helena solicita o *habeas data* de seu filho à Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI). Mais uma negativa. O *habeas data* não pode ser solicitado por qualquer pessoa. A secretaria do SNI informa que é um direito personalíssimo. Só pode ser solicitado pela própria pessoa. As famílias entram com um mandado de segurança para garantir o recebimento dos documentos, já que seus filhos não podem fazer isso. Mas o que parecia muito perto fica cada vez mais longe.

Criméia, por ser ex-guerrilheira e estar viva, faz o pedido de suas informações aos órgãos de inteligência. Apesar de ter sido aceito, o mistério ainda continua. Apesar dos dados sobre Criméia estarem bem detalhados, os arquivos começam em 1964 e vão até 1989, mas de 1969 a 1980 as informações foram omitidas. Justamente o período em que ela participou da guerrilha, foi presa e vigiada por militares. A decepção só aumenta.

*

No dia 27 de março de 1989, Vicente Leal de Araújo, juiz da 1ª. Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, onde é julgada a ação dos familiares dos desaparecidos no Araguaia,

emite uma sentença conclusiva. O processo está extinto. Mesmo depois de tantos documentos, tantos depoimentos e tanto trabalho dos familiares. O juiz alega que o pedido é juridicamente impossível, não há nenhuma lei ou norma que obrigue o Estado a indicar a sepultura dos mortos em combate com as Forças Armadas.

O juiz informa ainda que o pedido é impossível de ser cumprido na prática. Sugere aos familiares que busquem o dispositivo especial da lei da Anistia para obterem os atestados de óbito. O processo é extinto sem, sequer, análise do mérito, da questão principal da ação. Em menos de um mês, a Justiça receberá a apelação dos familiares.



Os grupos Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Minas Gerais e de Pernambuco e os grupos de familiares de mortos e desaparecidos políticos de Goiás e de São Paulo estão todos reunidos no Rio de Janeiro. É dia 31 de março de 1991. Também participam da reunião membros das seções carioca e pernambucana da OAB, representantes do Movimento Nacional de Direitos Humanos e do Instituto Nacional de Estudos Sociais e Econômicos. O encontro também recebe enviados oficiais das comissões de direitos humanos da prefeitura de Belo Horizonte e da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro.

Os grupos se reúnem para trocar experiências e informações. Este é um momento importante para esses movimentos. Há menos de seis meses, foi aberta uma vala comum, no cemitério de Perus, em São Paulo, onde teriam sido enterrados vários desaparecidos políticos, assassinados nos órgãos de repressão. A câmara dos vereadores instituiu uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que ficou conhecida como CPI de Perus. Os grupos precisam se articular nacionalmente para conseguir informações e pressionar para a abertura dos arquivos.

Em Pernambuco, os familiares lutam para tornar públicos os arquivos dos órgãos de repressão. O governador quer mantê-los guardados na Secretaria de Segurança Pública. No Rio de Janeiro, o Grupo Tortura Nunca Mais denuncia os médicos que participavam da repressão e falsificavam os laudos das mortes sob tortura. Em Goiás, a família de um adolescente de quinze anos busca o corpo do rapaz. Os pais acreditam que o jovem foi morto pela repressão. No sul, continuam as buscas pelos desaparecidos nas fronteiras, mas não há muito avanço.

Ao final do encontro, os grupos decidem que vão unir esforços para tentar algumas conquistas nacionais. Vão pedir uma CPI nacional dos mortos e desaparecidos políticos. Também vão cobrar a demissão de cargos de confiança das pessoas que atuaram nas torturas no período militar. Os grupos também decidem que vão fazer um levantamento detalhado dos 144 desaparecidos políticos, com documentos de identidade, descrição física e até a cor da roupa com que foram vistos pela última vez.



A situação judicial dos desaparecidos no Araguaia é que não está muito movimentada. Apesar da pressão dos familiares, a apelação à sentença do juiz Vicente Leal de Araújo ainda não foi aprovada. A sentença extinguindo o processo completou dois anos três dias antes da reunião dos grupos de direitos humanos. Dos 144 desaparecidos políticos, quase a metade, 69, sumiram na selva amazônica do sul do Pará, na guerrilha do Araguaia.

O recurso à sentença do juiz foi enviado à justiça no dia 19 de abril. A advogada Michael Mary Nolan, que trabalha junto com Greenhalgh, recusa a sentença. Ela diz que, se a lei é omissa – não trata do caso em questão – é função do juiz decidir o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito. Ou seja, se a lei não fala dos mortos em combate com as Forças Armadas, o juiz deve decidir de acordo

com outra lei que trate de um assunto semelhante. Além disso, a advogada lembra que o governo já possui as informações buscadas pelos familiares. Basta, apenas, divulgá-las.



As primeiras escavações em busca de corpos dos guerrilheiros desaparecidos só começam no dia 29 de abril de 1991, quase vinte anos depois do início da guerrilha. O delegado de Xambioá, Salomão Pereira de Sousa, acompanha as escavações no cemitério da cidade. Ele era o carcereiro da mesma delegacia em 1972, em plena guerrilha. Agora acompanha o médico legista Forturnato Badan Palhares, do departamento de Medicina Legal da Universidade Estadual de Campinas.

A expedição foi organizada pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, com uma equipe coordenada por Margarida Genevois. Idibal Piveta, da comissão de direitos humanos da OAB de São Paulo, acompanha os trabalhos junto a alguns familiares dos guerrilheiros, como Criméia Alice e Vitória Grabois. Vitória é cunhada de Criméia, filha de Maurício Grabois e irmã de André Grabois. Seu marido, Gilberto Olimpo Maria, também esteve na guerrilha do Araguaia. Todos estão desaparecidos. Ela é uma das militantes mais atuantes no Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro.

Vitória lembra de uma senhora contar, onze anos antes, que na mesma cova onde estavam enterrados seu pai e seu irmão, também havia o corpo de um guerrilheiro, talvez do médico Juca. Foi durante a caravana de 1980, no dia de Finados, 2 de novembro. Agora aquela senhora já não mora mais em Xambioá. Porém, seu sobrinho aponta o túmulo da família.

De fato, é lá que se encontra a ossada de um guerrilheiro. Mas não parece o Juca. É um homem velho e negro, segundo a avaliação preliminar dos legistas. Há outras ossadas na cova, mas o doutor Palhares não desconfia delas. Em outra cova próxima pode haver um corpo de outro guerrilheiro. Depois da escavação, surge aquilo que parece ser a primeira prova. Um

corpo envolto em um pára-quedas. Ninguém usa pára-quedas na região, só os militares que passaram por lá nos anos 1970. Desenrolado o tecido, surge o corpo de uma jovem de menos de 25 anos, com os dentes tratados no dentista, algo muito raro na região. Há indícios de que ela estava vestida com calças jeans, usava cinto e botas com solado de pneus, nada comum às mulheres de Xambioá.

As duas ossadas são levadas para a Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, onde seria feita sua identificação. Pelas análises iniciais, feitas ainda no cemitério, o esqueleto masculino pode ser do Velho Chaves, um guerrilheiro. Os ossos do pára-quedas podem ser de Áurea Valadão ou de Maria Lúcia Petit da Silva. Os restos mortais do cemitério de Xambioá vão ficar junto às ossadas da vala de Perus, encaminhadas pela comissão especial de investigação das ossadas do cemitério paulistano, enquanto aguardam a identificação.

A comissão foi criada em 1990 pela prefeita de São Paulo, Luiza Erundina. O governo do Estado, a prefeitura de São Paulo e o departamento de Medicina Legal da Unicamp assinaram um convênio de um ano para realizar as identificações. Em dezembro, todas as ossadas do cemitério tinham sido classificadas e foram levadas para a Universidade.

Os trabalhos da comissão especial da prefeitura e da CPI na câmara dos vereadores foram estendidos a todos os cemitérios da cidade e de algumas cidades vizinhas. Como resultado, mais ossadas foram encaminhadas à Unicamp. Na CPI, o assunto do Araguaia surgiu. Alguns depoimentos dos familiares, como o de dona Helena Pereira dos Santos, trouxeram à tona sua longa batalha em busca dos filhos. Foi daí que surgiu a idéia da expedição a Xambioá. A arquidiocese de São Paulo decide, então, organizar e pagar a viagem até lá.

★

As identificações das ossadas pela Unicamp não vão

avançar nos anos seguintes. A escolha da Universidade para fazer as análises não foi por acaso. O Instituto Médico Legal de São Paulo ainda possui funcionários que trabalharam na repressão. Os familiares não lhes confiariam aquelas ossadas.

Até o fim da gestão de Luiza Erundina na prefeitura de São Paulo, nenhum informe oficial foi transmitido sobre a análise das ossadas. Só em 1995, as famílias se reúnem para cobrar resultados. Mas, um ano depois, continuam sem respostas da Universidade, nem de Badan Palhares, médico legista responsável pelo departamento de Medicina Legal da Unicamp.

Só em 1996 é que uma das ossadas encontradas cinco anos antes no cemitério de Xambioá é identificada. Trata-se da guerrilheira Maria Lúcia Petit da Silva. O dentista que a tratava em Bauru, interior de São Paulo, reconheceu a arcada dentária. É lá também que Maria Lúcia é sepultada. Seu velório conta com a presença de lideranças do PCdoB, como Elza Monnerat, e da ex-guerrilheira e cunhada, Regilena Carvalho, que vivia na mesma casa que Maria Lúcia na região do Caiano, no Araguaia.

As identificações dos corpos podem ser feitas de várias maneiras. Uma delas é o banco de DNA. Em um laboratório, o DNA extraído dos ossos é comparado com o dos prováveis parentes. É um exame caro, mas que dá plena certeza da identificação. Porém, não é sempre que se consegue extrair o material das ossadas. Muitas vezes, a decomposição já está bastante avançada.

Em outras ocasiões, o exame de DNA pode até ser descartado na identificação. Foi o caso de Maria Lúcia. É que os ossos guardam sinais de seus donos e até depois da morte deles. As espécies de insetos encontradas na cova e o estado de alguns ossos indicam há quanto tempo o corpo está morto. A análise do crânio e dos ossos da bacia pode determinar o sexo. Os dentes e a superfície dos ossos indicam a idade. A face do crânio e a mandíbula indicam a cor da pele. A antropologia forense usa esses sinais para identificar os mortos.

Dois anos depois da identificação da ossada de Maria Lúcia, uma comissão composta por médicos, familiares e

representantes do governo do Estado vai até a Unicamp para cobrar os relatórios de análise das ossadas e verificar as condições de armazenamento dos ossos. Ao chegar lá, encontram-nos em sacos abertos e enlameados. As fortes chuvas que atingiram a região inundaram parte do prédio. Depois disso, as ossadas são transferidas para o departamento de Medicina Legal da Universidade de São Paulo.

*

Aldo pagou R\$ 18,64 pelos documentos que tem na mão. Ele acaba de sair de um cartório no bairro de Jacarepaguá, próximo de onde mora, no Rio de Janeiro. O dia é 8 de fevereiro de 1996. Na mão, o atestado de óbito dos dois irmãos. Dois guerrilheiros do Araguaia. No papel, o registro feito de acordo com a lei 9.140, aprovada há pouco mais de dois meses, em 4 de dezembro de 1995.

A causa da morte, a data, o local, tudo é ignorado. Todas as perguntas que seu Edgard queria ver respondidas continuam sem respostas. Mas ele não está mais lá para ver. Seu Edgard morreu por causa de uma parada cardíaca há três anos. Cada processo, cada viagem, cada decepção enfraqueciam mais aquele velho coração. O primeiro infarto foi lá no Araguaia, em 1980, em plena caravana dos familiares. Depois, várias cirurgias, pontes de safena e mamária. A morte de dona Irene, sua esposa, não foi nada fácil também. Ela começou a passar mal no meio de uma manifestação, na frente do palácio Tirandentes, sede da assembléia legislativa do Rio de Janeiro. Era véspera do dia de Finados, em 1986. Eles protestavam pelos filhos desaparecidos. Três dias depois ela morria.

No atestado de óbito, Elmo e Maria Célia não deixaram filhos, testamento, ou bens. Deixaram um pai desesperado, uma mãe sem filhos. E agora, deixavam um irmão solitário. Ainda na espera das mesmas respostas que o pai buscava.

*

A luta para reencontrar os filhos desaparecidos não pára. Já é o quinto encontro dos grupos Tortura Nunca Mais e comissões de familiares. Os grupos de Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo se reúnem nos dias 1 e 2 de julho de 1995. Eles lembram que a luta deles já completa vinte anos, desde que começaram a pedir a anistia. Mas ainda falta muito. Quase tudo, para a maioria deles.

As famílias dos desaparecidos do Araguaia não têm nada de concreto em todo esse tempo. A primeira vitória do grupo foi no dia 17 de agosto de 1993. O Tribunal Regional Federal do Distrito Federal julgou o recurso contra a sentença de 1989, do juiz Vicente Leal de Araújo, e decidiu que as famílias tinham direito de saber onde estavam os corpos de seus filhos. O Tribunal determinou que o juiz da 1ª Vara Federal, onde tramita o processo desde 1982, deveria pedir às Forças Armadas os relatórios secretos sobre a guerrilha do Araguaia.

O deputado federal Nilmário Miranda fez um discurso à câmara dos deputados, dois dias depois do julgamento do recurso. Ele disse que finalmente estava reconhecido que a lei da Anistia não resolveu os problemas dos mortos e desaparecidos políticos. O governo recorreu da sentença por diversas vezes e não cumpriu a solicitação do TRF. Chegou a dizer que os arquivos não existiam mais.

E, quase dois anos depois da decisão, os arquivos ainda não são liberados. As famílias querem agora que o governo instale uma comissão especial de investigação e reparação das mortes dos militantes nos anos de ditadura militar. Querem que a comissão seja coordenada pelo ministro da Justiça e que tenha membros do ministério público e do poder legislativo, da OAB e dos familiares.

Os familiares pedem ainda que o governo se comprometa a não indicar pessoas envolvidas nos crimes da ditadura militar a cargos de confiança. Exigem responsabilização oficial e reparação moral por causa dos assassinatos do regime, além da garantia de que poderão enterrar seus mortos. Para terminar, exigem mais um compromisso do governo. Que se abram

irrestritamente os arquivos da repressão, inclusive da guerrilha do Araguaia.

★

Cansados de esperar pela justiça brasileira, os grupos de defesa dos direitos humanos e as comissões de familiares de desaparecidos políticos decidem recorrer à Organização dos Estados Americanos. No dia 7 de agosto de 1995, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) recebe uma petição contra o governo do Brasil. A petição é encaminhada pela seção brasileira do Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e pelo Human Rights Watch/Américas. O grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro e a Comissão dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos entram em seguida no processo.

O processo é aceito em 12 de dezembro de 1995. Mas o trâmite também é muito lento. Em 1996, a comissão recebe cópias das matérias publicadas pelos jornais brasileiros. A partir de 28 de abril, o jornal *O Globo* publica uma série de reportagens com documentos inéditos sobre a guerrilha. Há documentos comprovando, inclusive, a morte de prisioneiros da guerrilha. Uma série de fotografias também prova a morte de outros guerrilheiros e mostra que os militares documentavam suas missões. Uma dessas fotografias ajuda a identificação da ossada de Maria Lúcia Petit da Silva, no mesmo ano.

São cinco anos de tramitação do caso na OEA. Nesse período, o governo tem que encaminhar uma série de informações solicitadas pela comissão de direitos humanos. Os familiares também. Finalmente, em 6 de março de 2001, o caso é admitido na comissão. O secretário executivo adjunto David Padilla assina o relatório de admissão. Agora a CIDH continua a análise do mérito do caso. Mas tudo demora muito para acontecer.

★

Oito dias antes de o caso da guerrilha do Araguaia ser

aberto na OEA, em 4 de dezembro de 1995, o governo de Fernando Henrique Cardoso assina a lei 9.140. Cento e trinta e seis desaparecidos políticos têm a sua morte reconhecida pelo Estado brasileiro. No número 89, Luiza Augusta Garlippe, no 125, Suely Yumiko Kamaiana. Logo em seguida, Telma Regina Cordeiro Corrêa, no 126. Quase no final da lista, número 133, Walkíria Afonso Costa.

Todas deixam de ser desaparecidas políticas. Não são mais pessoas detidas por agentes públicos e que, depois da prisão, não mais deram notícias. Agora estão mortas. Pelo simples gesto de se assinar uma lei. Pronto. O Estado admitiu que foi culpado por essas mortes.

Para as famílias, elas continuam desaparecidas. É verdade que, agora, parte dos seus pedidos do quinto encontro, em julho de 1995, está garantida. Está criada a Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos, coordenada pelo Ministério da Justiça. A comissão é composta, entre outros, por Suzana Lisboa, representante das famílias. O general Oswaldo Gomes representa as Forças Armadas e Nilmário Miranda, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Miguel Reale Jr. é o presidente.

A comissão tem por função investigar e reconhecer os desaparecidos que ficaram fora da primeira lista. Os pareceres sobre indenizações também são de responsabilidade da comissão. Assim como reunir esforços para encontrar os corpos dos desaparecidos. Os membros devem ir atrás de indícios dos locais onde eles possam estar sepultados.

E trabalho não falta. Os indícios dos corpos da guerrilha do Araguaia são muitos. Mas as dificuldades também são numerosas. A região é muito úmida e tem altos índices de chuvas, durante todo o ano. O estado de conservação dos corpos deve ser muito ruim. As poucas ossadas encontradas mostram a dificuldade de se coletar as amostras para os exames de DNA.

Em outubro de 2004, o presidente da Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos é outro. João Luis Duboc Pinaud foi indicado para o cargo em junho de 2004. Mas já ameaça sair. Os problemas são sérios. Ele diz que não encontra apoio no governo para trabalhar.

A crise começa no dia 17 com a publicação de fotos que mostrariam o jornalista Wladimir Herzog, morto em 1975 nas dependências do DOI-Codi em São Paulo. Publicadas no *Correio Braziliense*, as fotografias trazem novamente o assunto dos desaparecidos políticos para as capas dos periódicos. As famílias continuam pedindo os corpos. Os movimentos de direitos humanos pedem a abertura imediata dos arquivos da ditadura.

No mesmo dia, o Centro de Comunicação Social do Exército (Cescomsex) lança uma nota condenando a publicação das fotos pelo jornal. A nota traz também elogios ao golpe de 1964, que instalou a ditadura militar no Brasil. Mas o presidente da República exige a retratação no dia seguinte, com uma nota mais amena e com pedido de desculpas pelos excessos. Os grupos Tortura Nunca Mais do Rio e de São Paulo também condenam a nota dos militares.

O secretário especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Nilmário Miranda, responde às críticas de Pinaud. Ele diz que o governo está trabalhando para resolver a questão dos desaparecidos políticos e que várias famílias já receberam suas indenizações.

Mas não é só com indenizações que se resolve o problema. O presidente nacional do PT é José Genoíno Neto. Ele acha que o país deve conhecer sua história sem preconceito e que as famílias têm o direito de saber o que aconteceu a seus parentes. Ele critica que os arquivos secretos das Forças Armadas devam permanecer fechados por cinquenta anos, como estabeleceu o presidente anterior, Fernando Henrique Cardoso.

José Viegas Filho, ministro da Defesa, também considera que o decreto de Fernando Henrique deve ser modificado. Ele se reúne no dia 25 de outubro com o presidente da Câmara dos Deputados para discutir a reabertura dos arquivos. Quatro

dias antes, na Câmara, uma sub-comissão conjunta das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos já foi formada para estudar as mudanças na lei.

Mas as conversas podem não ter adiantado de nada. No dia 4 de novembro, o Palácio do Planalto anuncia o pedido de demissão de Viegas. A nota do Exército arranhou sua autoridade. Quem assume a pasta é o vice-presidente José Alencar. Mas alguns analistas já dizem que ele não tem o perfil adequado para o ministério.

Desde 1996, oito decretos já concederam indenizações às famílias dos desaparecidos. Cada uma recebeu um valor de, pelo menos, R\$ 100 mil. Mas muitas famílias não querem só o dinheiro das indenizações. Elas querem que o governo cumpra a sentença da juíza Solange Salgado, de 20 de junho de 2003.

Naquele dia, a juíza titular da 1ª Vara de Justiça do Distrito Federal condenou a União Federal a quebrar o sigilo das informações de todas as operações da guerrilha do Araguaia. Ela deu um prazo de quatro meses para que se dissesse onde estavam sepultados os guerrilheiros e que se providenciassem suas transferências. Além disso, o governo teria que apresentar todas essas informações ao tribunal. Terminado o prazo, a multa diária seria de R\$ 10 mil por dia. Um mês depois, a advocacia geral da União recorreu da sentença.



A crise dos arquivos da ditadura, que já causou estragos no Ministério da Defesa, chega com força na Secretaria Especial de Direitos Humanos. No dia 15 de novembro de 2004, João Luis Pinaud decide cumprir as ameaças e pede demissão. O motivo, discordância com Nilmário Miranda e falta de apoio administrativo dentro da Secretaria. Pinaud considera que Miranda deveria ter assumido uma posição mais firme pela abertura dos arquivos militares e acusa o secretário de inviabilizar as iniciativas da comissão. Os grupos Tortura Nunca Mais do Rio, de São Paulo e da Bahia apóiam a atitude de Pinaud.

O presidente nacional da OAB, Roberto Busato, diz que a demissão é resultado da falta de unidade do governo federal.

Pinaud é substituído pelo advogado Agustinho Veit. Ele é um dos fundadores do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, participou da formulação da lei 9.140/95 e assessora o Conselho de Ética da Câmara dos deputados.

No dia 6 de dezembro, mais lenha na fogueira. O Tribunal Regional Federal da 1ª. Região, em Brasília, rejeita o recurso do governo contra a abertura dos arquivos da guerrilha do Araguaia. A decisão da juíza Solange Salgado permanece. Os arquivos devem ser abertos. As ossadas, localizadas e transferidas para os cemitérios próximos às famílias.

O mistério agora é onde estão guardados esses arquivos. O Exército não fala mais no assunto. Ordens do Presidente Lula. Na noite do mesmo dia, em um programa de televisão, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, admite pela primeira vez a existência de cópias de documentos sobre a guerrilha do Araguaia. Nenhum outro detalhe é divulgado, nem o local onde estariam os tais documentos. O resto da equipe de Lula nega a existência desses papéis, inclusive o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Félix, e o diretor-geral da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), delegado Mauro Marcelo de Lima e Silva. A negação pode ser explicada pela incerteza do governo a respeito da autenticidade das cópias.

O Exército já informou em outubro que os documentos teriam sido destruídos segundo uma antiga regulamentação de proteção aos assuntos sigilosos, vigente até 1991. O alto escalão do governo Lula acredita que a maior parte dos documentos importantes esteja em poder de militares aposentados. Somente no final de dezembro, o comandante do Exército, general Francisco Roberto de Albuquerque, vai se pronunciar oficialmente sobre os arquivos da guerrilha do Araguaia. O comandante foi o pivô da crise que culminou com a demissão do ministro José Viegas e, desde então, permanecia calado. Ele dirá que o Exército não mais possui esses

documentos, mas que eles estariam em outros lugares, como a Abin, por exemplo.

No dia 10 de dezembro, o diário oficial da união traz uma novidade. O presidente Lula assinou a medida provisória 228/2004 reduzindo os prazos de sigilo dos arquivos públicos. A decisão reduz os prazos de cinquenta para trinta anos, nos arquivos ultra-secretos, e de trinta para vinte anos, nos arquivos secretos. Esses prazos só podem ser prorrogados uma vez. Em seguida, os arquivos se tornam de acesso público. Parece uma vitória para as famílias. Mas a medida provisória tem vida curta. Ela ainda tem que ser aprovada no Congresso Nacional para virar lei.

A medida acaba com a possibilidade de o sigilo ser prolongado indefinidamente, mas cria uma comissão para verificar a possibilidade de antecipar a quebra do sigilo ou de prolongá-lo, em casos específicos. A Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas é formada pelos ministros da Casa Civil, da Justiça, da Defesa, das Relações Exteriores, pelo chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, pelo advogado-geral da União e pelo secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência.



Na vila de São José, a dez quilômetros de São Domingos do Araguaia, vive dona Nazaré de Brito. A lâmpada da sala da pequena casa quase não ilumina o cômodo. Os telefones públicos da vila não funcionam há meses. Na vizinhança, as ruas de barro são usadas por pedestres. Raras vezes recebem automóveis.

Lourival, filho de dona Nazaré, ainda lembra dos guerrilheiros. Lembra muito de sua madrinha também. Ela era uma das “paulistas”. Seu nome era Regina. Ele tem certeza. Era muito alta, com os cabelos lisos e escuros. A pele, muito branca. Ele não esquece dela nunca. Sempre quis saber o que tinha acontecido com a madrinha. Depois que os “paulistas” saíram

de suas terras, nunca mais tiveram notícias deles.

Dona Nazaré também lembra de todos que conheceu. Tem muita saudade de Alice e João Carlos, os “paulistas” que lhes tratavam as doenças. As terras dos guerrilheiros eram vizinhas às dela. A família colhia babaçu e vendia na mercearia dos vizinhos. E eles pagavam bem.

Mas o início da guerrilha trouxe muitos problemas para dona Nazaré e sua família. A amizade com os guerrilheiros lhe rendeu a expulsão da sua posse. Os militares queimaram o roçado da família. O dos vizinhos, também. A família teve que se mudar para outra localidade. Dona Nazaré ainda foi ao acampamento dos militares reclamar suas terras. Disse que conhecia os guerrilheiros, que era amiga deles, que lhes dava comida e que eles não eram terroristas. Podiam matá-la, mas ela não mudava de idéia.

Só alguns anos depois, o Exército lhe permitiu voltar para a posse vizinha à dela. A mesma que pertenceu aos guerrilheiros. Mas foi por pouco tempo. O sargento Santa Cruz vendeu a terra com a família dela dentro. Foi expulsa de novo. Tudo perdido outra vez.

Dona Nazaré também perdeu o marido. Depois que foi preso pelo Exército, no período da guerrilha, ele nunca mais foi o mesmo. Voltou nervoso, queria ir embora. Passava o tempo todo juntando as coisas num saco. Dizia que os militares voltariam para matá-los. Foi Pereira, um bate-pau do Exército, quem o levou para se tratar em Marabá. Nunca mais dona Nazaré viu seu marido. Agora, ela está casada novamente.

História parecida é a de seu Nazário, o marido de dona Marcolina do Nascimento, de Palestina do Pará. Depois de dez dias de prisão nos acampamentos militares, ele nunca mais conseguiu trabalhar. Seu Generoso, o apelido de Cícero Saraiva da Silva, outro morador de Palestina, perdeu grandes amigos, os guerrilheiros Flávio e Amauri. Eles ajudavam muito sua família. Mas seu Generoso não entendia muito do que eles falavam. Até hoje ele não sabe por que os guerrilheiros foram parar por lá. Os militares diziam que eles eram terroristas, mas

ele nunca os tinha visto fazer terror.

E foram muitos outros os que perderam as terras, os roçados, o trabalho de meses inteiros. Eram expulsos da mata para que os militares pudessem bombardeá-la. As terras à beira das novas rodovias que cortavam a região estavam reservadas para os projetos de colonização do Incra. Uma faixa de cem quilômetros para cada lado das margens. Mas os militares trataram de ocupá-las. Os guias do Exército e as pessoas que colaboraram na repressão à guerrilha tiveram seu pedaço reservado. Essas terras ainda foram regularizadas e tituladas.

Até hoje, parte da população se mantém calada. Alguns familiares acreditam que os militares ainda têm informantes na região. Eles pressionam para deixar os moradores calados. Seu Zezinho do Araguaia, como é conhecido o ex-guerrilheiro Micheas Gomes da Silva, trabalha justamente no sentido contrário. Ele quer garantir que as pessoas falem, contem tudo o que sabem. Ele e o soldado Raimundo Pereira de Melo. Os dois colhem depoimentos escritos da população e de ex-soldados conscritos que atuaram na guerrilha e os encaminham para Brasília. Estão preparando uma ação judicial para buscar uma reparação para o povo do Araguaia, que foi pouco lembrado nessa história.

Cada cidade tem um representante. Dona Neuza Lins é quem recebe esses depoimentos em São Geraldo. Afinal, seu marido Amaro Lins, recentemente falecido, pertencera a um dos grupos de preparação da guerrilha. Ele chegou a ser preso e torturado pelos militares. Ela já foi candidata a vereadora algumas vezes em São Geraldo. Iniciou-se na militância política nos anos 80, quando o marido voltou a freqüentar reuniões do PCdoB. Mas hoje está desiludida com o Partido. Acha que ele não tem mais força para fazer as mudanças que o povo tanto precisa.

Em São Domingos, as pessoas se reúnem na casa de seu Raimundo Souza Cruz. Raimundo Barbadinho, como o chamam no povoado. Cada um tem sua história para contar. E para

escrever para a Justiça. Mas muita gente não sabe bem para que servem aqueles depoimentos.

O soldado Raimundo Pereira de Melo vive hoje em Goiânia, mas nasceu em Marabá. Há alguns meses ele está na região para coletar esses relatos da população. Alugou uma casa muito simples no bairro Velha Marabá e conseguiu um telefone. Lá ele recebe os ex-colegas de farda e muita gente que tem histórias para contar sobre a guerrilha.

Raimundo era soldado conscrito em 1974, tinha acabado de se alistar ao Exército. Era recruta no 52º Batalhão de Infantaria da Selva, o 52º BIS. Mas os treinamentos começaram pesados demais, no meio da selva. Nas simulações, o grupo que se passava por inimigo apanhava muito. Tanto que ele nem precisou entrar na guerrilha para ser ferido. Raimundo perdeu um testículo num desses treinamentos.

José Cícero participou do mesmo tipo de preparação. Também era recruta no 52º BIS. Ele conta que, nos treinamentos, os soldados mais graduados surravam os conscritos. Nas práticas com os fuzis, Cícero queimou o olho direito. Não enxerga quase nada com ele. As armas eram bastante velhas, causavam muitos acidentes.

Como eles, existem muitos outros que, aos dezoito ou dezenove anos foram mandados para a base de Xambioá. Faziam o trabalho diário, limpavam a sala de comando, vigiavam a portaria. Tinham que usar codinomes, roupas comuns e podiam deixar a barba crescer. Mas, de vez em quando, eram obrigados a carregar corpos de guerrilheiros, que chegavam de helicóptero. Como fez Antônio Fonseca. À noite, ouviam os gritos dos moradores da região nas sessões de torturas. De dia os moradores faziam serviços na base. Depois eram interrogados e seviciados.

★

Seu Zezinho tem um projeto para preservar a memória da guerrilha. E dos guerrilheiros. A idéia já está pronta. É um

projeto arquitetônico, de Nivaldo Lamauti e Oscar Niemeyer. O memorial terá um museu, uma biblioteca e até uma sala de cinema. Ele queria construí-lo no Pará, mas não conseguiu apoio governamental. Agora, a idéia é que seja realizado em Xambioá. Seu Zezinho já pensa até no terreno, na entrada da cidade, próximo ao cemitério. Para ele, é uma forma de lembrar os companheiros desaparecidos. E de fazer um aporte aos moradores. Um lugar de cultura e estudo da história da região e de seus ecossistemas.



As sepulturas dos guerrilheiros continuam desaparecidas no Araguaia. Os militares não mostram seus documentos, escondem suas informações. Os governos passam e não se esforçam para desvendar o mistério. As famílias continuam seu longo percurso em busca das informações e dos corpos de seus filhos.

Ao menos o mapa de Campinas, no interior de São Paulo, já traz o nome daquelas quatro guerrilheiras. A lei 9.497, de 20 de novembro de 1997, do vereador do PCdoB Sérgio Benassi, transforma dois bairros em verdadeiros memoriais da guerrilha. Luiza Augusta Garlippe, Suely Yumiko Kamaiana, Telma Regina Cordeiro Corrêa e Walkíria Afonso Costa se tornaram nomes de ruas nos bairros de Vila Esperança e Residencial Cosmo.

Oito anos depois de uma rua ter sido batizada com seu nome, Luiza Augusta recebe mais uma homenagem em sua cidade natal, Araraquara, também no interior de São Paulo. A Comissão de Direitos Humanos “Luiza Augusta Garlippe”, fundada em janeiro de 2004, vai defender os ideais de liberdade, igualdade econômica, cultural e social. Também vai defender o direito à terra, à moradia e à saúde, coisa que a guerrilheira fez enquanto esteve no Araguaia.

Walkíria Afonso Costa também é nome de rua no bairro de Braúnas, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Parte do dinheiro da indenização da lei 9.140, que beneficiou a família, foi usado

para atender a um pedido de seu Edwin, pai de Walkíria. Ele queria ter um terreno na rua que tem o nome da filha. Valéria comprou dois.

Na Universidade Federal de Minas Gerais, onde estudou, Walkíria também deixou sua marca. O Diretório Acadêmico da Faculdade de Artes e Educação, que ela mesma ajudou a fundar, leva seu nome. E a reitoria da Universidade aviva a memória de Walkíria e a de seu companheiro Idalísio numa homenagem de setembro de 2004.

Sempre que pode, Valéria comparece a todos esses eventos. Ou envia, em representação, um de seus filhos. Em sua casa de Brumadinho, ela guarda com carinho todos os objetos que homenageiam a memória de Walkíria. Há dois muito preciosos. Em 31 de março de 2004, a câmara municipal dos vereadores de Belo Horizonte escolheu Walkíria como homenageada e lhe outorgou a Medalha Tributo à Utopia. No dia seguinte, um novo reconhecimento. A Medalha Chico Mendes de Resistência, do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro. Ambas medalhas destacam a luta de opositores do regime militar.

Para Valéria, as ocasiões em que a figura de Walkíria se torna pública são motivos de fortes lembranças. No dia 2 de abril, depois de receber as duas medalhas, sentindo intensamente a presença da irmã, Valéria senta para escrever e conversar com ela através de uma poesia:

“Como nunca antes,
Você hoje veio aqui.
Igual à lua redonda
Que se achava escondida
E se desponta na noite
Você hoje veio aqui.

Você veio,
Marcou presença,
Levantou lembranças.
Você sempre forte foi.

Amou, sonhou, sofreu,
Se desfez e se foi.
E hoje você volta inteira
Para os louros colher.
(...)
Vem cá, fica com a gente.
Encoste aqui.
Tenho tanto para lhe contar...
Mostre-me suas feridas
Que eu lhe mostrarei as minhas.
Tínhamos sempre tanto para conversar, lembra-se?
Confidências, risos, choros...
Tudo ombro a ombro.
Nossa! Quanto tempo!
Você sumiu!
Ah! Que saudade!

Abrace-me!
Abrace meus filhos!
Viu só como estão grandes?
Papai e mamãe não puderam esperar você aqui.
Já se foram...
Vocês se encontraram lá fora, não é?

Mas veja! Quantos amigos!
BH, RJ, SP, o país inteiro.
Todos sentem sua falta
E admiram sua coragem.

Que bom que você veio aqui.
Fica com a gente.
Assim, no silêncio.
Não diga nada.
Apenas escute o sax tocando *Viola Enluarada*.
Descanse sua cabeça no ombro meu.
Assim, quietinha, quietinha...

A viagem foi longa.
Durma... durma...
Ah! Abra os olhos só um pouquinho:
— Obrigada pela visita, viu?
Eu amo você”.

★

No dia 15 de dezembro de 2004, a última reunião da Comissão dos Mortos e Desaparecidos aprova mais seis casos da lei 9.140/95. Outros três são negados. Alguns dias mais tarde, o governo vai liberar mais um lote de indenizações para as famílias.

No mesmo dia, ocorre a primeira reunião da Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas. No encontro de quase três horas, Lula anuncia que todos os arquivos do período da ditadura serão transferidos para o governo federal. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, anuncia que a Polícia Federal vai periciar os documentos encontrados queimados na base aérea de Salvador.

No dia 12, um programa de TV exibiu imagens de documentos queimados dentro da base militar, dois dias depois da assinatura da medida provisória que reduzia os prazos do sigilo. O comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Luiz Carlos Bueno, pediu a abertura de um inquérito policial militar para apurar as responsabilidades no caso. Os fragmentos recolhidos pela rede de televisão foram encaminhados aos peritos da Polícia Federal e o laudo foi anexado ao processo. Mas a investigação não consegue apontar culpados. Além disso, peritos convidados pela emissora de televisão afirmaram que o local havia sido modificado antes da perícia, o que dificultou as investigações.

★

No começo de março de 2005, o Movimento Nacional de Direitos Humanos divulga nota criticando o descaso do governo com os arquivos da ditadura. A nota cobra uma posição

firme do governo na criação de mecanismos que controlem esses arquivos e cita exemplos de outros países latino-americanos que adotaram iniciativas para revelar à população o conteúdo dos arquivos dos períodos de repressão, como Argentina, Chile e Peru.

Na mesma semana, Nilmário Miranda anuncia a criação de um centro de referência e pesquisa sobre as violações dos Direitos Humanos no período da ditadura militar, entre 1964 e 1985. O projeto vai abrigar informações, documentos, arquivos e objetos artísticos com valor simbólico sobre o assunto.

No congresso nacional, a Medida Provisória 228/2004, que trata do sigilo dos arquivos públicos, anda de mesa em mesa e recebe emendas. Desde novembro de 2004, uma comissão da Câmara discute o processo de abertura dos arquivos do período militar. A comissão dos documentos sigilosos é presidida pelo deputado Mário Heringer (PDT-MG) e tem como relator o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP).

No dia 15 de março, o deputado Sérgio Miranda (PcdoB-MG) apresenta ao plenário da câmara dos deputados o projeto que converte a MP 228/04 em lei. Os deputados aprovam o texto, que não traz mudanças significativas em relação à Medida Provisória. Ele segue para votação no Senado. Só na tarde do dia 13 de abril, quase um mês depois, os senadores votam e aprovam a nova lei. Agora, só falta a sanção do presidente Lula.

*

Muitos anos passaram. Quarenta e um desde o golpe militar. Quase meio século. Foram-se vinte anos de governos democráticos, em que se sucederam diversos personagens e partidos políticos. O PT chegou à Presidência da Nação e o ex-guerrilheiro Geraldo é o presidente do partido.

Nesse tempo, morreram protagonistas da luta das famílias dos guerrilheiros, como os pais de Walquíria e Telma Regina. Faleceram, também, moradores que viveram o episódio,

na mesma pobreza e precariedade dos anos 1970. Alguns deles, com transtornos provocados pelas torturas a que foram submetidos. Marcas do enfrentamento no Araguaia também sumiram e continuam a sumir em decorrência das mudanças naturais e artificiais do ambiente da região e das modificações ocorridas nas cidades.

A história do Brasil aguarda uma versão mais completa do que aconteceu nesses anos de enfrentamentos armados, numa região bastante isolada do resto do país. Há os relatos dos sobreviventes, das testemunhas, do Partido. Faltam as informações dos outros protagonistas dessa história, os militares que se mobilizaram em grande número durante, no mínimo, três anos. A guerrilha do Araguaia tem sido objeto de muitos tipos de pesquisas e apurações. Mas os dados continuam imprecisos porque essas fontes ainda são inacessíveis.

Nos primeiros dias de maio de 2005, os arquivos continuam fechados. Os corpos dos guerrilheiros ainda estão desaparecidos. As ossadas, à espera de identificação.

As informações contidas neste capítulo foram retiradas, majoritariamente, dos depoimentos de Aldo Creder, Criméia Alice de Almeida, Vitória Grabois, Ângela Corrêa, Fátima Marques, Valéria Costa, Regilena Carvalho, Nazaré Ferreira Brito, Lourival Matias Borge, Marcolina Santos, Sinésio Martins Ribeiro. Também foram usados documentos particulares dos familiares dos ex-guerrilheiros do Araguaia, autos dos processos judiciais sobre os mortos e desaparecidos políticos, autos da CPI de Perus, jornal do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, Folha de S. Paulo, revistas "Isto É" e "Guerrilha do Araguaia 1972 - 1982", do PCdoB, além do conteúdo dos sites www.desaparecidospoliticos.org.br, www.fpabramo.org.br, www.icrc.org, www.eaaf.org, <https://legislacao.planalto.gov.br/legislacao/nsf>, <http://www1.folha.uol.com.br/folha/bd> e www.malthus.com.br.

Fotografias

Julho a Setembro de 2004

Ex-guerrilheiros



Criméia Almeida,
destacamento A



Regina Martins,
destacamento A



Regilena Carvalho,
destacamento C



Micheas Almeida,
destacamento B

Ex-soldados



Antônio Fonseca

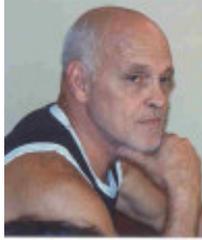


Raimundo Melo



Josian Soares

Familiares



Aldo Creder,
irmão de Elmo
e Ma. Célia



Antônia Aranha,
irmã de Idalísio



Valéria Costa,
irmã de Walkíria



Ângela Corrêa, irmã
de Telma Regina



Saulo Garlippe, irmão
de Luíza Augusta



Eliana Pilot, irmã de
Pedro Alexandrino

Moradores



Lídia Pereira, de
Palestina



Marcolina Santos,
de Palestina



Neuza Lins, de
São Geraldo



Margarida Félix, de
São Domingos



Nazaré Ferreira,
de Vila São José



Raimundo Souza,
de São Domingos



Pedro Ferreira, de
Palestina



Xambioá. Rio Araguaia.



Xambioá.



Frente de Xambioá. A ponte separa o centro da parte pobre da cidade, onde ficam os cabarés.



“Voadeiras” que fazem o trajeto Xambioá-São Geraldo por R\$2,00. Em destaque, a ambulância fluvial.



As balsas transportam veículos e cargas. Passageiros pagam R\$1,00 pela travessia.



São Geraldo. Lavadeiras no rio Araguaia.



Crianças de São Geraldo.



Chegada a Brejo Grande.



Palestina ainda tem casas de barro com teto de palha de babaçu, como as dos guerrilheiros.



Sede provisória do sindicato dos trabalhadores rurais de Palestina.



Brincando de casinha em Palestina.



Beira do rio Araguaia em Palestina.





Xambioá. Hotel de dona Cecília, onde militares se hospedaram em 1972 e nosso grupo, em julho de 2004.

Cemitério de Xambioá. Locais escavados em busca de corpos de guerrilheiros desaparecidos.



Poço de água e pista de pouso da antiga base militar de Xambioá.





São Geraldo. Casa de Neuza Lins. Homenagem da câmara municipal do Rio de Janeiro a Amaro Lins, em junho de 1996.

Rio de Janeiro. Casa de Aldo Creder. Caderneta de freqüência de Elmo Corrêa da escola Prof. José Accioli, onde ele conheceu Telma Regina Cordeiro.



Brumadinho, Minas Gerais. Casa de Valéria Costa. Carteiras pessoais de Walkíria Costa.

Homenagens concedidas a Walkíria e entregues à irmã Valéria.



Bibliografia

Livros e monografias:

- ABREU, Hugo. *O outro lado do poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.
- AMAZONAS, João; ANTERO, Luiz Carlos; SILVA, Eumano. *Uma epopéia pela liberdade: guerrilha do Araguaia 30 anos*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.
- *A UNE contra o SNI*. São Paulo: Alfa-Omega, 1987.
- BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.
- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco-antes e além-depois*. Manaus: Ed. Umberto Calderano, 1977.
- BENEDITO, Mouzar. *Quem sabe faz a hora*. Original não publicado.
- BERCHT, Verônica. *Coração vermelho: a vida de Elza Monnerat*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.
- BERTOLINO, Osvaldo. *Maurício Grabois: uma vida de combates*. São Paulo: Anita Garibaldi: Instituto Maurício Grabois, 2004.

- BIANCHIN, Neila. *Romance reportagem: onde a semelhança não é mera coincidência*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.
- BICUDO, Francisco. *Ecos do Araguaia: onde estão os nossos familiares?* São Paulo, 1994. Trabalho acadêmico – Escola de Comunicações e Artes da USP.
- BOAS, Sergio Vilas. *Biografias & biógrafo: jornalismo sobre personagens*. São Paulo: Summus, 2002.
- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: Ed. UFG, 1997.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. *O coronel rompe o silêncio: Lício Augusto Ribeiro, que matou e levou tiros na caçada aos guerrilheiros do Araguaia, conta sua história*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- _____. AMAZONAS, João; MOURA, Clóvis et al. *Pedro Pomar*. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980.
- _____. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.
- CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex (Orgs.) *Jornalismo e literatura: a sedução da palavra*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.
- DÓRIA, Palmeiro; BUARQUE, Sérgio; CARELLI, Vincent; SAUTCHUK, Jaime. *A guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- *DIÁRIO da guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1985.
- EMMI, Marília Ferreira. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: CFCH/NAEA/UFPA, 1987.
- FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. Granville (Orgs). *Tiradentes: um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.
- *GUERRILHA do Araguaia 1972-1982*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1982.
- IANNI, Otávio. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- KOTSCHO, Ricardo. *O massacre dos posseiros: conflito de terras no Araguaia-Tocantins*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- KOWARICK, Marcos. *Amazônia – Carajás na trilha do saque: os grandes projetos amazônicos*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995.
- LIMA, Alceu Amoroso. *O jornalismo como gênero literário*. 2. ed., Rio de Janeiro: Livraria AGIR Editôra, 1969.
- LIMA, Elio Gaspari. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- MARTINS, Edilson. *Amazônia: a última fronteira*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.
- NETTO, José Paulo. *O que é stalinismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PINTO, Lúcio Flávio. *Amazônia: no rastro do saque*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa: como o exército liquidou o Comitê Central do PCdoB*. São Paulo: Scritta, 1996.
- POMAR, Wladimir. *Araguaia: o partido e a guerrilha*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.
- _____. *Pedro Pomar, uma vida em vermelho*. São Paulo: Xamã, 2003.
- PORTELA, Fernando. *Guerra de guerrilhas do Brasil: a saga do Araguaia*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2002.

- CABRAL, Pedro Corrêa. *Xambioá: guerrilha no Araguaia*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- RICHOPPO, Neide. *A esquerda no Brasil: um estudo de caso*. Tese de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP. São Paulo, março de 1988.
- SÁ, Glênio. *Araguaia: relato de um guerrilheiro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 2. ed., Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. *Normas para apresentação de trabalhos*. Vol 6. 4. ed., Curitiba: Ed. da UFPR, 1994.
- VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou: a aventura de uma geração*. 16. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

Periódicos:

- *Correio Braziliense*. Edição de 05 de maio de 1996.
- *Época*. Edição de 04 de março de 2004.
- *Folha de S. Paulo*. Edições de 20 de agosto de 2004, 19 de outubro de 2004, 21 de outubro de 2004, 25 de outubro de 2004, 27 de outubro de 2004, 30 outubro de 2004 e 04 de novembro de 2004.
- *IstoÉ*. Edição de 04 de setembro de 1985.
- *Jornal GTNM-RJ*. Edições de dezembro de 1995 e março de 2004.
- *OABfederal*. Edição de julho de 1982.
- *O Imparcial*. Edição de 27 de abril de 2003.
- *O Globo*. Edições de 28 de abril de 1996, 30 de abril de 1996, 2 de maio de 1996, 3 de maio de 1996 e 4 de maio de 1996.
- *Veja*. Edições de 06 de setembro de 1978 e de 13 de outubro de 1993.

Documentos do PCdoB:

- PCdoB. *A Linha Política Revolucionária do Partido Comunista do Brasil (M-L)*. [S.l.] Edições Maria da Fonte, 1974.
- PCdoB. *Estudo crítico acerca da violência revolucionária*. Documento aprovado na assembléia final do VI Congresso do PCdoB. São Paulo, 1966.
- PCdoB. *Guerra popular: caminho da luta armada no Brasil*. [S.l.] Edições Maria da Fonte, 1974.
- PCdoB. *Para a reconstrução do Partido Comunista Marxista-Leninista*. [S.l.] Edições Maria da Fonte, 1975.

Documentos judiciais e pessoais:

- Sentença de juíza Solange Salgado, de 19 de fevereiro de 1982.
- Ação ordinária 108, de 03 de março de 1982.
- Interpelação judicial, de 02 de novembro de 1987.
- Ordem de *habeas corpus*, de 22 de novembro de 1982.
- Termo de declarações, de 21 de janeiro de 1981.
- Denúncia à Nação, de 06 de novembro de 1980, dos familiares que participaram da caravana ao baixo Araguaia em 1980.
- Relatório parcial da investigação sobre a guerrilha do Araguaia. Ministério Público Federal. Janeiro de 2002.
- Relatório secreto da manobra Araguaia/72. Ministério do Exército. Brasília, novembro de 1972.
- Relatório da Operação Sucuri. Ministério do Exército. Brasília, 24 de maio de 1974.
- Relatório secreto da Operação Papagaio. Ministério da Marinha. 1972. Recebido pela Comissão Externa dos Desaparecidos Políticos após 1964, de origem anônima.
- Autos da CPI dos Desaparecidos Políticos. Câmara dos Vereadores de São Paulo, 1990. Depoimentos de Criméia Alice de Almeida, Elza Monnerat, Maria Amélia de Almeida Teles, Dower Morais Cavalcante. Carta de

Regilena Carvalho Leão de Aquino. Parecer do procurador da República, de 28 de outubro de 1985.

- Certidões de óbito.
- Estatutos de associações.
- Cartas de arquivos de familiares e pesquisadores.

Sites:

- <http://www.desaparecidospoliticos.org.br>
- <http://www.fpabramo.org.br>
- <http://www1.folha.uol.com.br/folha/bd>
- <https://legislacao.planalto.gov.br/legislacao/nsf>
- <http://www.icrc.org>
- <http://www.eaaf.org>
- <http://www.malthus.com.br>
- <http://www.redegoverno.gov.br>

Depoimentos:

- Aldo Creder. Rio de Janeiro, em 07 de julho de 2004.
- Ângela Corrêa. Rio de Janeiro, em 06 de julho de 2004.
- Antônia Aranha. Belo Horizonte, em 13 de setembro de 2004.
- Antônio Ferreira dos Santos. São Geraldo, em 14 de julho de 2004.
- Antônio Adalberto Fonseca. Marabá, em 17 de julho de 2004.
- Armando Garlippe. Araraquara, em 19 de agosto de 2004.
- Cecília Alves Lopes do Carmo. Xambioá, em 17 de julho de 2004.
- Criméia Alice Schmidt de Almeida. São Paulo, em 28 de setembro de 2004.
- Danilo Carneiro. Rio de Janeiro, em 05 de julho de 2004.
- Davi Rodrigues de Souza. Brejo Grande, em 16 de julho de 2004.
- Denise Fon. São Paulo, em 02 de julho de 2004.

- Dona Dedé (não quis fornecer o nome completo). São Geraldo, em 14 de julho de 2004.
- Elda Pizsolitto. Araraquara, em 19 de agosto de 2004.
- Elesbão Onório Brito. Marabá, 17 de julho de 2004.
- Elida Pizsolitto. Araraquara, em 19 de agosto de 2004.
- Horácio de Albuquerque Maranhão. Xambioá, em 19 de julho de 2004.
- João Feitoso Cardoso. Xambioá, em 13 de julho de 2004.
- Joaquim Falcão Filho. Belo Horizonte, em 12 de setembro de 2004.
- Jonas (pediu para não ser identificado). Xambioá e São Geraldo, em 18 de julho de 2004.
- José Cícero Bezerra Filho. Marabá, em 17 de julho de 2004.
- José Guedes da Silva. Brejo Grande, em 16 de julho de 2004.
- José Vieira Silva. São Domingos, em 15 de julho de 2004.
- Josian Soares. Marabá, em 17 de julho de 2004, e Xambioá, em 19 de julho de 2004.
- Julieta Esther Amaral. Araraquara, em 19 de agosto de 2004.
- Leontino Dias Costa. Marabá, em 17 de julho de 2004.
- Lídia Pereira Saraiva. Palestina, em 16 de julho de 2004.
- Lúcia Regina Martins. São Paulo, em 28 de agosto de 2004.
- Manoel Corrêa da Silva. Xambioá, em 19 de julho de 2004.
- Margarida Ferreira Félix. São Domingos, em 15 de julho de 2004.
- Maria Inez Caxeta. Belo Horizonte, em 12 de setembro de 2004.
- Marco Aurélio de Freitas Lisboa. Belo Horizonte, em 12 de setembro de 2004.
- Marcolina Gregória do Nascimento Santos. Palestina, em 16 de julho de 2004.

- Mauro Mendes Braga. Belo Horizonte, em 12 de setembro de 2004.
- Micheas Gomes de Almeida. São Geraldo, em 14 de julho de 2004, e Xambioá, em 18 e 19 de julho de 2004.
- Mouzar Benedito. Campinas, durante outubro de 2004.
- Nair Yumiko Kobashi. Campinas, em 29 de setembro de 2004.
- Nazaré Ferreira Brito. Vila São José, em 15 de julho de 2004.
- Neide Richopo. São Paulo, em 02 de julho de 2004 e 13 de agosto de 2004.
- Neuza Lins. São Geraldo, em 14 de julho de 2004.
- Osvaldo Rodrigues Sousa. Xambioá, em 20 de julho de 2004.
- Pedro Vicente Ferreira. Palestina, em 16 de julho de 2004.
- Raimundo Antônio Pereira de Melo. São Geraldo, em 14 de julho de 2004, e Marabá, em 17 de julho de 2004.
- Raimundo Souza Cruz. São Domingos, em 15 de julho de 2004.
- Regilena Carvalho de Aquino. Itajubá, em 11 de setembro de 2004.
- Rioco Kayano. São Paulo, em 27 de agosto de 2004.
- Saulo Garlippe. Campinas, em 03 de julho de 2004.
- Sinésio Martins Ribeiro. Palestina, em 16 de julho de 2004.
- Valéria Afonso da Costa. Brumadinho, em 13 de setembro de 2004.
- Vitória Grabois. Rio de Janeiro, em 05 e 06 de julho de 2004.

Brasil, 1970. Plena ditadura militar. Quatro mulheres, jovens militantes comunistas. Quatro vidas espalhadas pelo país. Quatro caminhos diferentes unidos pelo mesmo destino: guerrilha do Araguaia. Sul do Pará. Guerrilheiras. Pedacos de trajetórias reconstruídos em meio a um importante episódio da história política brasileira. Vidas ainda sem fim. A luta das famílias em busca dos corpos de suas filhas.

